

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ALINE EMANUELLE DE BIASE ALBUQUERQUE

Nos sertões das Rainhas Jingas:
Guerra, soberania e comércio no interior angolano
(séculos XVIII e XIX)

RECIFE

2024

ALINE EMANUELLE DE BIASE ALBUQUERQUE

Nos sertões das Rainhas Jingas:

Guerra, soberania e comércio no interior angolano
(séculos XVIII e XIX)

Tese apresentada no Programa de Pós-Graduação em
História da Universidade de Federal de Pernambuco para
obtenção do título de doutora em História.

Orientador: Prof. Dr. Marcus Joaquim Maciel de Carvalho

Coorientador: Prof. Dr. Roquinaldo Ferreira

RECIFE

2024

.Catalogação de Publicação na Fonte. UFPE - Biblioteca Central

Albuquerque, Aline Emanuelle de Biase.

Nos sertões das Rainhas Jingas: guerra, soberania e comércio no interior angolano (séculos XVIII e XIX) / Aline Emanuelle de Biase Albuquerque. - Recife, 2024.

203f.: il.

Tese (Doutorado), Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História, 2024.

Orientação: Marcus Joaquim Maciel de Carvalho.

1. Jinga; 2. Tráfico de escravizados; 3. Angola. I. Carvalho, Marcus Joaquim Maciel de. II. Título.

UFPE-Biblioteca Central



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

Ata da defesa/apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso de Doutorado do Programa de Pós-graduação em História - CFCH da Universidade Federal de Pernambuco, no dia 21 de junho de 2024.

Recife, 21 de junho de 2024.

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof. Dr. Roquinaldo Amaral Ferreira

Participação via videoconferência

Prof.^a Dr.^a. Suely Creusa Cordeiro de Almeida

Participação via videoconferência

Prof.^a. Dr.^a. Valéria Gomes Costa

Participação via videoconferência

Prof.^a. Dr.^a. Lucilene Reginaldo

Participação via videoconferência

Prof.^a. Dr.^a. Mariana Bracks Fonseca

Participação via videoconferência

CANDIDATA AO GRAU DE DOUTORA

Aline Emanuelle de Biase Albuquerque

Participação via videoconferência

Dr. ROQUINALDO AMARAL FERREIRA, UP

Examinador Externo à Instituição

Dra. LUCILENE REGINALDO, UNICAMP

Examinadora Externa à Instituição

Dra. MARIANA BRACKS FONSECA, UFS

Examinadora Externa à Instituição

A Dom,
meu filhinho.

“Houve várias Rainhas Jingas a partir da Era das Descobertas. Essas rainhas, melhor que os reis que detiveram o poder geralmente em períodos governativos curtos, tinham o condão de manter a unidade dos seus povos (...). A fama de uma rainha Jinga sempre constituía uma bandeira à volta da qual muitos povos circunvizinhos lutavam denotadamente pela integridade dos seus territórios contra os comuns invasores [sic]”.

(CAMPOS, 1981, p. 81-82)

“*mahió, mahió, mahió:*

As balas dos meus inimigos serão
impenetráveis no meu corpo e não me
farão nenhum dano.”

(palavras de proteção dos centro-africanos
utilizadas na guerra em Jinga, em 1839, e
traduzidas pelo padre Gonçalo dos Santos)

AGRADECIMENTOS

Esta é a tese de uma mãe.

Me tornei mãe há dois anos e ainda estou em processo de descoberta de como conciliar o belo e cansativo papel de mãe com minhas tantas outras funções: mulher, esposa, filha, professora, historiadora etc. Escrever, estudar e pesquisar quando se têm um bebê demandando o mundo de você é muito difícil! Nas sociedades ocidentais judaico-cristãs, espera-se que a mulher seja mãe, cuidadora e dedicada, mas essas mesmas sociedades, também capitalistas, não costumam criar mecanismos que auxiliem a vida da mulher trabalhadora quando ela se torna mãe. A mulher trabalhadora e mãe é, geralmente, uma mulher sobrecarregada e exausta tentando equilibrar uma infinidade de atribuições e papéis que se espera que ela cumpra e que cumpra muito bem. Afinal, o resultado da criação e do caráter de uma criança, para bem ou para o mal, é sempre culpa da mãe. Mãe essa que também sempre se culpa por tudo. Foi nesse contexto, compartilhado com tantas outras mulheres, cujas dificuldades se somam dependendo da classe social e da saúde dos filhos, que escrevi esta tese. Portanto, foi necessária muita persistência e muita ajuda para que eu conseguisse terminá-la.

Por isso, em primeiro lugar, quero agradecer a Vinícius, meu marido. Agradecê-lo por todas as vezes que ele assumiu o seu papel e o meu no cuidado do nosso filho para que eu pudesse me dedicar à tese. Ao longo desses dois anos, foi ele quem esteve na linha de frente, rindo e chorando comigo. Fomos a Portugal para que eu pudesse pesquisar e enquanto eu passava o dia no Arquivo Histórico Ultramarino, ele fazia o trabalho de cozinhar, alimentar e brincar com nosso filho. E foi lá que nosso filhinho deu os primeiros passos. Voltamos para casa cheios de fotos de documentos dos séculos XVIII e XIX, mas também com vários registros íntimos tão lindos que iremos lembrar para sempre. Ao mesmo tempo, tenho certeza de que nosso filho vai ter muitas memórias dos cuidados e das alegrias vividas com o papai. É muito lindo ver a cumplicidade dos dois e eu os amo.

Também gostaria de agradecer a minha mãe por ter batalhado tanto e ter me ensinado e estimulado, desde pequenininha, a gostar de livrinhos e de arte. Do mesmo modo, agradeço a minha irmã por todo carinho, risadas e loucuras compartilhadas. É muito bom ter as duas na minha vida!

Agradeço, do mesmo modo, a Marcus Carvalho, meu amigo e orientador, por toda a paciência, carinho e “puxões de orelha”. Como amigo, Marcus me trouxe calma, fofocas, café e risadas. Como orientador, ele me instruiu, criticou, apoiou e foi certo em me mostrar que o mundo não acaba com a tese, ele começa. É raro ter, dentro da Academia, um professor humano

e que entenda isso. Por isso eu agradeço tanto pelos “puxões de orelha” e por me fazer compreender meu novo momento de vida e o trabalho tão importante que eu estava executando: criar um ser-humaninho. Tenho a sorte de conhecê-lo, trabalhar e aprender com ele há mais de dez anos. Marcus mudou a minha vida.

Agradeço também ao professor Roquinaldo Ferreira por ter aceitado ser meu co-orientador e ter me ajudado com indicações, sugestões de leitura e com tanta documentação que eu não sei nem como agradecer. Acredito que boa parte da documentação trabalhada nesta tese me foi passada pelo professor, ainda durante meu mestrado. Inclusive, a carta que me fez conhecer os jingas. Sem essas fontes, e com o tempo curto que eu tinha (juntando pandemia e maternidade), não teria conseguido desenvolver bem este trabalho. Muito obrigada, professor!

Também gostaria de agradecer à professora Suely pela gentileza, pelas fontes compartilhadas comigo e pelas boas conversas nos momentos, infelizmente ainda poucos, em que nos encontramos. Agradeço ainda por todos os apontamentos e críticas gentis feitas durante a defesa.

Da mesma forma, agradeço à professora Valéria Costa pelo acolhimento, generosidade e por tantas críticas importantes a esse trabalho e pela indicação de tanta bibliografia importante.

Igualmente, agradeço à professora Mariana Bracks por tanta gentileza nos apontamentos, críticas e sugestões feitas durante a defesa de tese. Além disso, as obras da professora foram muito importantes para que eu conhecesse e entendesse mais sobre Njinga Mbandi e as Jingas.

Agradeço ainda a professora Lucilene Reginaldo por ter feito considerações tão gentis acerca do primeiro texto que escrevi sobre os jingas e que apresentei no 10º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, em 2021. Foi a primeira vez que falei sobre os jingas e as palavras da professora me fizeram sentir confiança para continuar no tema. Agradeço ainda por ter aceitado participar da banca de defesa.

Agradeço também a Nuno pela acolhida no Porto, pelas interlocuções sobre a memória dos traficantes de escravizados no Brasil e Portugal e pelas alegres conversas sobre a vida.

Agradeço ainda e grandemente a todos os funcionários do Arquivo Histórico Ultramarino que me ajudaram imensamente quando lá estive. Documentos digitalizados são maravilhosos e facilitaram bastante a vida desta historiadora, no entanto, nada substitui a ida ao arquivo. Lembro, com alegria, do caminho que fazia andando para pesquisar, todas as manhãs. E o prédio do Arquivo Histórico Ultramarino na Calçada da Boa Hora é um show à parte. Lá, eu ficava todas as horas possíveis, preferia não parar para o almoço e lembro da gentileza e da

preocupação dos funcionários comigo. Certo dia, até me levaram num lugar do edifício que tinha a vista privilegiada para o Tejo. Me senti acolhida, achei muitos documentos importantes e pretendo voltar mais vezes. Pesquisar é bom demais!

Agradeço também as minhas amigas, Bruna, Mila Roma, Diana e Mila Nadedja pelo apoio irrestrito, por me trazerem leveza e me ajudarem a aprender a ser gentil comigo mesma.

Esta é a tese de uma mãe e a tese da primeira pessoa da minha família a se formar e ter um título de pós-graduação. Serei a primeira pessoa da minha família a me tornar doutora. Viva as Universidades públicas! Viva os Institutos Federais! Viva a educação pública de qualidade! Torço para que um dia a educação seja prioridade neste país e que mais pessoas tenham suas vidas transformadas.

E como esta é a tese de uma mãe, eu não poderia deixar de agradecer a Dom, meu filhinho. Esta tese é dedicada a ele, pois ele teve que dividir a atenção da sua mamãe com este trabalho. Às vezes mamãe se levantava cedo para estudar, esperando ter um tempinho de produção antes que ele acordasse, mas ele sempre adivinhava que mamãe já estava de pé e levantava também. Às vezes mamãe fazia seu planejamento semanal de trabalho, mas, nessa mesma semana, ele adoecia e mudava todos os planos. O tempo do bebê é transgressor e não obedece ao capitalismo e nem aos prazos das Pós-Graduações. O tempo do bebê nos humaniza porque percebemos que não damos conta de tudo o que a sociedade demanda e que tudo bem. O tempo do bebê é um tempo do amor e só do amor. Quando Dom sorri, ele se ilumina todo e ilumina todos a sua volta. Agradeço a ele por todos os sorrisinhos, beijinhos e abraços. Dom olha para mamãe como se mamãe fosse o mundo todinho.

Por fim, agradeço a todos as minhas e meus ancestrais por terem me trazido até aqui. No processo de escrita desta tese, descobri, através de um exame genético, que a maior parte dos meus ancestrais africanos vieram da África centro-ocidental, de Congo e Angola. Talvez, dentro de mim, tenha uma Jinga que foi apartada de sua terra, dos seus amores e que foi escravizada e trazida para esse lado do Atlântico. Eu sei que dentro de mim, tem uma Jinga pronta para a luta.

RESUMO

Este trabalho analisa as ações do povo e das chefias do reino jinga do Ndongo e da Matamba no vale do rio Kwango, região de concentração dos grandes mercados de escravos no interior angolano. Após a morte da famosa rainha Njinga Mbandi, no século XVII, seu território e seu povo passaram a ser referenciados nas fontes portuguesas como “reino de Jinga”, “Estados da Jinga” ou “jingas”. Do século XVII ao XIX, os soberanos jingas, em sua maioria mulheres, lutaram e prejudicaram os portugueses na vizinhança de seu principal enclave político e comercial no sertão, o presídio de Ambaca. O objetivo deste trabalho é analisar a atuação do reino jinga do Ndongo e da Matamba na geopolítica e no comércio dos sertões, nos séculos XVIII e XIX, através das ações de suas rainhas e reis. O recorte temporal adotado abarca o reinado dos diversos soberanos jingas e permite a análise de dois grandes conflitos entre os jingas e os lusos, um em 1744 e outro em 1838. Dialogando com a historiografia e com as fontes do Arquivo Histórico de Angola, do Arquivo Histórico Ultramarino, do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, é possível destacar as estratégias de resistência e soberania do povo originado nas lutas de Njinga Mbandi, bem como de seu concorrente comercial, o reino de Cassanje, e uma gama de outras populações inimigas e aliadas dos jingas na política e no comércio. As ações jingas permitem destacar a fragilidade lusitana naqueles sertões, apontando como as vitórias lusas nas guerras e os acordos de paz assinados pelas rainhas e reis jingas eram efêmeros frente a sua política e a sua resistência contra a intromissão lusa nos seus territórios e nas suas trocas mercantis. Pois, a despeito dos diferentes discursos de vitória portuguesa, os jingas não foram vencidos. Por fim, investigar o reino de Jinga é adentrar nos sertões de uma potência que buscava monopolizar o comércio de pessoas e mercadorias, ao mesmo tempo que tinha uma população vitimada pelos conflitos originados nas políticas das suas soberanas. Nesse sentido, observar o reino de Jinga é também descortinar o cenário que pode ter sido a terra de origem de grande parte das vítimas do tráfico transatlântico embarcadas na África Centro-Occidental e que atravessaram o oceano com a memória das diversas rainhas jingas.

Palavras-chave: Jinga; tráfico de escravizados; Angola

ABSTRACT

Title: In the backlands of the Jinga queens: War, sovereignty and trade in the Angolan hinterland (18th and 19th centuries)

This dissertation analyzes the actions of the people and leaders of the Jinga kingdom of Ndongo and Matamba, located in the valley of the Kwango river, a region where large slave markets were concentrated in Angola's hinterland. After the death of the famous queen Njinga Mbandi in the seventeenth century, her territory and people began to be referred to in Portuguese sources as "Jinga kingdom", "States of Jinga" or "Jingas". From the seventeenth to nineteenth centuries, the Jinga rulers, mostly women, fought and hindered the Portuguese in the vicinity of their main political and commercial enclave in the hinterland, the prison of Ambaca. The objective of this work is to analyze the role of the Jinga kingdom of Ndongo and Matamba in geopolitics and commerce of the backlands, in the eighteenth and nineteenth centuries, through the actions of their queens and kings. The time frame adopted covers the reign of several Jinga rulers and allows the analysis of two major conflicts between Jingas and Lusitanians, one in 1744 and another in 1838. In conversation with the historiography and with the sources of the Arquivo Nacional de Angola, the Arquivo Histórico Ultramarino, the Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro and the Torre do Tombo National Archive, it's possible to underscore strategies of resistance and sovereignty of the people originated in the struggles of Njinga Mbandi, as well as its commercial competitor, the kingdom of Cassanje, and a range of other populations enemy and allied of the Jingas in politics and trade. The Jinga actions allow us to highlight the Lusitan frailty in those backlands, pointing out how the Portuguese victories in wars and peace agreements signed by the jinga queens and kings were ephemeral when faced with their policies and their resistance against the Portuguese intrusion in their territories and their mercantile exchanges. Because, despite the different claims of Portuguese victory, the Jingas were not defeated. Finally, to investigate the kingdom of Jinga is to enter into the backlands of a power that sought to monopolize the trade of people and goods, at the same time that it had a population victimized by the conflicts originated in the policies of its sovereigns. In this sense, observing the kingdom of Jinga is also to unveil the scenario that may have been the land of origin of a large part of the victims of transatlantic slave trade embarked on in Western Central Africa and crossed the ocean with the memory of several Jinga queens.

Keywords: Jinga, Slave Trade, Angola.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AHNA – Arquivo Histórico Nacional de Angola

AHU - Arquivo Histórico Ultramarino

ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo

IHGB - Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

PADAB - Projeto Acervo Digital Angola-Brasil

LISTA DE MAPAS

MAPA 1: Os Estados em Angola	p. 44
MAPA 2: Os sertões de Luanda, de Jinga, do Holo e de Cassanje	p. 47
MAPA 3: O fluxo de comércio no vale do Kwango	p. 53
MAPA 4: O presídio de Ambaca e suas fronteiras	p. 72
MAPA 5: Rotas do comércio negreiro no interior de Angola	p. 86
MAPA 6: O palco da guerra de 1838	p. 156

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1: O POVO DAS RAINHAS.....	26
1.1 Francisco Ngola Kanini: um “imitador da rainha Jinga”	37
1.2 Terra de rainhas	45
1.3 D. Verônica: a primeira Jinga depois de Njinga	53
CAPÍTULO 2: O COMÉRCIO DAS RAINHAS JINGAS: O CASO DA GUERRA DE 1744	58
2.1 D. Verônica ou D. Ana: qual foi a Jinga que chefiou o ataque à Kambamba?	60
2.2 O monopólio comercial do reino de Jinga: o Holo e as razões da guerra	64
2.3 Da feira para o campo de batalha	70
2.4 A guerra sem fim	74
CAPÍTULO 3: ENTRE O PRESÍDIO DE AMBACA E O REINO DE JINGA: COMÉRCIO E CONFLITOS NO INTERIOR DE ANGOLA	79
3.1 O comércio em Ambaca	84
3.2 Domingos Ferreira de Assunção: um parente da rainha Jinga no posto de capitão-mor de Ambaca	86
3.3 O comércio de gente nos sertões de Jinga	96
3.4 O comércio de gente nos sertões de Cassanje	102
3.5 “Sendo motora dessas desordens a rainha Jinga”	106
CAPÍTULO 4: DE ANA GUTERRES A ANA MORILE ACABANGO: O REINO DE JINGA NO FINAL DO SÉCULO XVIII	115
4.1 D. Kamana nas Ilhas Kindonga: a resistência da princesa jinga	121
4.2 Alianças e conflitos: o caso de Kalwete ka Mbandi	123
4.3 Nos tempos da rainha Ana Morile Acabango.....	126
4.4 Entre o litoral e os sertões: as disputas nos caminhos do comércio	130
4.5 As Jingas e a Kisama	139

CAPÍTULO 5: “UNS GENTIOS DA JINGA QUE HOJE NEM AO SEU REI RECONHECEM”: AS SEDIÇÕES NO TEMPO DO REI NDALA KAMANA	143
5.1 Ndala Kamana: um <i>ngola</i> em conflito com seu povo	146
5.2 Ngana Quissanga: um breve relato sobre uma breve rainha Jinga	154
5.3 A revolta dos sobas e macotas do rei Jinga: Quiluanje Quiassamba e seus partidários	156
5.4 A Grande Guerra	160
5.5 A lição do rei Jinga	172
5.6 Acabou a guerra, continua a luta	180
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	 184
 FONTES.....	 189
 REFERÊNCIAS	 194
 ANEXO 1: CRONOLOGIA DAS RAINHAS E REIS JINGAS	 202
 ANEXO 2: ILUSTRAÇÃO E DESCRIÇÃO FÍSICA DOS JINGAS NA OBRA DE HERMENEGILDO CAPELO E ROBERTO IVENS (1879)	 203

Nota preliminar acerca dos vocábulos em quimbundo

Neste trabalho, adotaremos o termo Njinga para denominar a famosa rainha do Ndongo e da Matamba, seguindo a palavra em quimbundo que deu nome a lendária personagem. Segundo Giovanni Antonio Cavazzi, quando Njinga Mbandi nasceu, em 1582, o seu pai a chamou de “jinga” em referência a palavra “kujinga” que, em kimbundu, significava “torcer, virar e envolver” (CAVAZZI apud HEYWOOD, p. 63).¹ Por isso, fizemos a escolha de utilizar a palavra jinga com “J”, ao invés de com “G” como aparece na documentação portuguesa e no catálogo do Arquivo Histórico Ultramarino. Assim, ao longo desta tese, a famosa rainha será Njinga, suas sucessoras serão Jingas e seu povo, os jingas.

Ainda referente a grafia das palavras da língua kimbundu, escolheu-se seguir a grafia de palavras utilizadas por estudiosos reconhecidos, devido a limitação da autora que ainda não é uma estudiosa dessa língua. Por isso, sempre que havia a mínima opção de utilizar uma palavra na grafia em kimbundo, escolheu-se fazê-lo ao invés de aportuguesá-la. Uma exceção foi “Quiluanje Quiassamba”, soba que liderou os dissidentes jingas contra o soberano Ndala Kamana, no século XIX, e cuja grafia foi reproduzida como na documentação, “sem o K”, para não criar confusão com o personagem lendário do Ndongo e nem com o próprio título do rei. Algumas palavras em quimbundo foram postas em *itálico*, com o fim de destaque. A exemplo de *ngola* (rei do Ndongo) e *kilombo* (acampamento militar), com “k”, que possui significado diferente de quilombo (povoação de escravizados fugidos).

Ao mesmo tempo, muitas vezes, eu optei por escrever várias versões de uma palavra em parênteses e deixar que o leitor saiba as várias denominações de uma determinada palavra e escolha a grafia que o agrada, como tanto fez Alberto da Costa e Silva em suas obras.

¹ Esse significado de “kujinga” também está em CORDEIRO DA MATTA, Joaquim Dias. **Ensaio de dicionário de kimbundu-português**. Lisboa: Typographia e Stereotypia Moderna da Casa Editora Antonio Maria Pereira, 1893.

INTRODUÇÃO

O ano era o de 2018. O ano em que conheci um rei Jinga. Não pessoalmente, mas documentalmente. Em meio a um monte de documento digitalizado do Arquivo Histórico Ultramarino, que o professor Roquinaldo Ferreira gentilmente compartilhou comigo durante meu mestrado, em 2015, estava uma carta de “Ngola Quiluangi Quiassamba Ndala Camana”, assinado “rei Ginga” e datada de 23 de agosto de 1830. Fiquei incrédula. Na minha cabeça rondavam as seguintes perguntas: “Como assim rei Jinga? E no século XIX? Jinga, mas rei? Mas Jinga não era rainha no século XVII!?”. Imediatamente, imaginei a relação daquele personagem com a rainha Njinga do século XVII e com o povo jinga formado em torno dela.²

Naquela carta de 1830, o rei Jinga se mostrava soberano de suas terras e dependentes, se dizendo irmão do rei de Portugal, reclamando de rebeliões em sua terra, e falando uma frase que, provavelmente, nunca envelhecerá: “foi e tem sido costume os grandes recorrerem a outros grandes em todos os casos que a necessidade o exigir”.³ O rei Jinga era poderoso e precisava da ajuda de poderosos para enfrentar dissidentes em seus domínios.

Passada a surpresa inicial me veio alguns questionamentos: esse rei Jinga era o soberano de Matamba? E se ele se intitulava “Ngola kiluanje” (ou quiluanje), isso queria dizer então que ele também era o rei do Ndongo? Jinga havia se tornado um título? De imediato, essas questões já me trouxeram uma constatação: o Ndongo não havia desaparecido ou sido totalmente subjugado pelos portugueses na batalha de Pungo-Ndongo, em 1671, como parecia em alguns trabalhos historiográficos. O Ndongo continuou existindo em Matamba, nas terras de *ngola Njinga*.

Além disso, ao buscar os soberanos, eu conheci as rainhas. As Rainhas Jingas. Matamba, reconhecidamente tido como um dos principais reinos a fornecer gente para os navios estacionados no litoral angolano, gente que foi escravizada e compulsoriamente levada para as Américas, foi governado, principalmente, por mulheres. E isso significava que não existiu apenas uma Jinga guerreira e soberana em Angola, mas várias ao longo dos séculos XVII, XVIII e XIX!

² A primeira referência vista sobre os “jingas” foi no trabalho de Joseph Miller citado em SILVA, Alberto da Costa e. **A manilha e o Libambo**: a África e a escravidão, de 1500 a 1700. 2 ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011, p. 442.

³ ARQUIVO HISTORICO ULTRAMARINO – ANGOLA (doravante AHU), Caixa 167, nº 57, 14/12/1830, cópias nº 1, nº 2, nº 3, nº 4 e nº 5.

Essas rainhas e reis jingas e seu povo já haviam sido citados em alguns trabalhos. O historiador angolano Fernando Campos, por exemplo, já havia sistematizado informações acerca dos governantes do reino de Njinga, do século XVII até o XIX, e que, segundo ele, fizeram parte do que ele chamou de “dinastia Guterres”. Ou seja, os descendentes de João Ngola Kanini, parente e sucessor de Njinga Mbandi, batizado e com nome cristão em homenagem a João Guterres de Moraes, capitão-mor português, seu padrinho.⁴ A partir dos seus trabalhos, foi possível conhecer o nome de alguns dos soberanos jingas e iniciar a busca por suas atuações na geopolítica do interior angolano.

Além dos estudos de Campos, outros trabalhos foram fundamentais para o entendimento da formação e atuação dos jingas nos sertões angolanos. Joseph Miller (1995 e 1988), por exemplo, destaca “os Estados da Jinga” como um reino jaga “mbundizado”. Ou seja, um reino formado também por povos imbangalas, “jagas”, que, inicialmente eram nômades, mas que ao se juntar a Njinga Mbandi, se sedentarizaram nas terras em torno de Matamba. Ainda a partir do mesmo autor é possível entender a configuração das rotas de comércio que cruzavam a terra dos jingas e seguiam para o litoral. O autor também já defendia que os soberanos do reino de Jinga exibiam os títulos “Ngola a Kiluanje” e “Jinga” e eram reconhecidos e respeitados pelos antigos tributários do Ndongo.

Beatrix Heintze (2007) e Mariana Bracks Fonseca (2016), por sua vez, nos forneceram importantes análises acerca do processo de etnogênese do povo jinga. A partir dessas autoras é possível perceber que, no século XVII, povos de diferentes origens (andongos, imbangalas e escravizados fugidos de diversas origens) se juntaram às fileiras de luta de Njinga Mbandi e adotaram uma identidade que parecia os unir socialmente: a de jingas. Esse povo formado na luta de Njinga Mbandi teria continuado nas terras governadas pelos *ngolas*, que são referenciados nas fontes lusas como rainhas e reis jingas. A partir dessas leituras foi possível entender o processo da formação de uma nova identidade para aqueles que habitavam os reinos de Matamba e Ndongo e que foram chefiados, majoritariamente, nos séculos seguintes, por mulheres.

⁴ CAMPOS, Fernando. A data da morte da Rainha Jinga D. Verônica I (parte I). *África*, nº 4, 79-103, 1981. CAMPOS, F. A data da morte da rainha Jinga D. Verônica (parte II). *África*, [S. l.], n. 5, p. 72-104, 1982. CAMPOS, F. A data da morte da rainha Jinga D. Verônica I (parte III). *África*, [S. l.], n. 6, p. 89-128, 1983. CAMPOS, Fernando. Conflitos da dinastia Guterres através da sua cronologia. *África: Revista do Centro de Estudos Africanos (USP)*. São Paulo, 27-28: 23-43, 2006/2007. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/africa/article/view/90877>. Acesso em: 4 ago. 2023. Fernando Campos também tem um trabalho, referenciado por ele mesmo, chamado “D. Juliana Guterres Rainha de Angola”, do ano de 1966, que, infelizmente, não conseguimos encontrar.

Tendo estudado quem já tinha falado das jingas e jingas, o próximo passo foi a busca por esse povo e seus soberanos nas memórias e narrativas de viajantes e exploradores coloniais, como os portugueses Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens. Em 1879, Capelo e Ivens estiveram em Jinga e assim descreveram sua passagem naquelas terras:

A fim de chegarmos novamente à bacia do Cuango era mister atravessar grande parte do reino de Jinga, de que os informadores nos haviam feito as mais exageradas e dramáticas descrições com relação às exigências e tiranias do monarca. Habitados, porém, não lhe demos crédito, apressando os sucessos [sic].⁵

Aparentemente, os exploradores pareceram desconsiderar a força da chefia jinga, julgando como exagerado e dramático, o reconhecimento e respeito dado pelos nativos porque, segundo completaram, naquele momento, o reino Jinga era apenas o “reflexo da grandeza d’outrora”.⁶ No entanto, os jingas ainda contavam suas glórias. Disseram os mesmos viajantes, conforme entenderam, que os jingas eram anteriores aos “tembos” (ou seriam os “dembos”?) e, inicialmente, haviam estabelecido a corte do seu *ngola* (o soberano) na ilha de Quiassamba, defronte a, depois, cidade de São Paulo de Luanda. Por fim, esse povo completou sua narrativa de grandeza histórica contando que eles haviam avassalado o reino do Congo.⁷ Um fato que os exploradores consideraram notável, mas não contestaram.

Ainda de acordo com Ivens e Capelo, o povo de Jinga também se chamava “*Muco ngola*” ou “*Mona ngola*”, o que poderia ser traduzido como “filhos do ngola”.⁸ Como o rei se mantinha intitulado Ngola Kiluanje Kiassamba, principal título dos soberanos do Ndongo (ou Dongo), seus súditos eram, então, seus filhos. Assim, a mencionada autodefinição dos jingas era literalmente a posição de todo o povo frente ao soberano, o *ngola*. E a corte desse *ngola* estava estabelecida no “Dongo” que, segundo os autores, era o nome dado ao distrito em que “quase sempre” residiam os soberanos.⁹ Possivelmente, uma referência ao grande reino que foi invadido e acossado pelos lusos a partir do estabelecimento desses em Luanda no século XVI.

⁵ CAPELO, Hermenegildo; IVENS, Roberto. **De Benguella às terras de Iácca: descrição de uma viagem na Africa central e occidental. Compreendendo narrações, aventuras, e estudos importantes sobre as cabeceiras dos rios Cunene, Cubango, Luando, Cuanza e Cuango, e de grande parte do curso dos dois ultimos; alem da descoberta dos rios Hamba, Cauali, Sussa e Cugho, e larga notícia sobre as terras de Quiteca, N'bungo, Sosso, Futa, e Iácca.** Imprensa Nacional, 1881, Volume 2, p. 48.

⁶ Idem, p. 50.

⁷ Sim, de acordo com Ivens e Capelo, os jingas diziam “ter avassalado o reino do Congo quando se estabeleceram” em Luanda. Versão totalmente contrária ao que historiografia mostra: que o *ngola* era um vassalo do rei do Congo. CAPELO; IVENS, p. 231-232.

⁸ CAPELO; IVENS, p. 231-232.

⁹ Idem.

Para os informantes de Capelo e Ivens, os jingas acreditavam em três principais monarcas no mundo: o seu *ngola*, o rei do Congo e o rei de Portugal.¹⁰

Os jingas também aparecem no relato produzido pelo explorador Henrique de Carvalho, publicado em 1898. Nessa sua obra sobre o “Jagado de Cassanje”, os jingas (ou “matambas”) são igualmente descritos como os criadores do reino do *Ngola*. Apesar de denominá-los como descendentes da rainha Njinga, o autor acreditava que eles eram anteriores a ela, constituindo a etnia que, hoje em dia, chamamos andongos, um subgrupo ambundo.¹¹ Para ele, portanto, andongos e jingas eram o mesmo povo. Porém, veremos ao longo deste trabalho que nem só de andongos eram compostos os jingas.

Após o estudo da historiografia e da análise das informações fornecidas pelos viajantes lusos oitocentistas acerca dos jingas, seguimos para a documentação do século XVIII e XIX, a fim de encontrar os vestígios desse povo e de seus soberanos. Já de imediato, confirmamos que os soberanos do Ndongo e Matamba eram mencionados como reis e rainhas jingas, enquanto jingas, no geral, era uma referência que os lusos faziam às populações que habitavam esses territórios da região do vale do Kwango (Cuango ou Coango), próximo ao rio Lucala e ao presídio de Ambaca.

Nesse sentido, fazendo uma pesquisa de caráter onomástico no catálogo da documentação do Arquivo Histórico Ultramarino, série Angola, encontramos 104 menções à palavra “ginga” (escrito assim com “g”). Antes de 1678, todas essas menções se referem, exclusivamente, à rainha Njinga Mbandi.¹² É só a partir de uma consulta de 1678, que trata do avassalamento do soba Manicondo, tributário do rei Jinga Francisco Kanini, que a palavra jinga passou a ser empregada para se referir aos soberanos do Ndongo e da Matamba. De 1678 a 1830, esses jingas aparecem em mais de 40 documentos desse catálogo.

Além da documentação do Arquivo Histórico Ultramarino, também foram consultados manuscritos guardados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, na Biblioteca Nacional de Lisboa e no Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. A leitura e transcrição dessas fontes nos possibilitaram observar a atuação dos jingas, defendendo seus territórios e seu comércio, submetendo outras populações e dificultando a movimentação portuguesa nos sertões do século XVII até o XIX. A documentação consiste em consultas, ofícios e, principalmente, correspondências entre o governador em Luanda com as autoridades em Lisboa ou seus oficiais

¹⁰ CAPELO; IVENS, p. 74.

¹¹ CARVALHO, Henrique A. D. de. **O Jagado de Cassanje na província de Angola**. Lisboa: Tipografia de Christovão Augusto Rodrigues, 1898, p. 64 e p. 79.

¹² O catálogo está disponível em: <https://ahu.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/24/2018/04/PT-AHU-CU-ANGOLA-Parcial1602-1799.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2023.

nos presídios, nomeadamente o de Ambaca. O recorte temporal escolhido, séculos XVIII e XIX, abarca os séculos de governo das várias soberanas jingas e dois grandes conflitos entre jingas e portugueses: uma guerra em 1744 e outra em 1839. Além disso, esse recorte possibilita observar o funcionamento desse grande reino-trafficante em um período de expansão do comércio atlântico de mercadorias e pessoas.

O objetivo deste trabalho é investigar o papel desempenhado pelo reino jinga do Ndongo e da Matamba, dos séculos XVIII e XIX, a fim de contextualizar o cenário político e social do interior angolano. A partir disso será possível analisar a atuação dos titulares jingas, em sua maioria mulheres, na geopolítica e no comércio dos sertões; as causas da guerra de 1744 entre lusos e jingas; a ameaça desse povo ao presídio de Ambaca, o mais importante enclave português nos sertões; os povos aliados e inimigos desse reino e a manutenção e resistência desse estado em meio às disputas internas e ao aumento da escravização para o tráfico atlântico.

Para atingir esses objetivos, partiremos de alguns questionamentos: Como foi a atuação dos soberanos e do povo jinga nos sertões de Angola? Qual era a legitimidade desse domínio feminino em Matamba? Como a realeza e o povo jinga foram retratados nas fontes portuguesas? Quais foram os principais aliados e inimigos?

Quase que de imediato, ao consultar as fontes portuguesas, é possível notar que as Jingas são, repetidamente, tidas como rebeldes, inimigas e desobedientes pelas autoridades portuguesas. Elas negociam, quebram acordos, admitem, recuam, se recusam e se impõem. São elas que ditam o ritmo da diplomacia e dos conflitos com os lusos. Afinal, elas eram jingas, *ngolas*, deidades e senhoras de todo aquele território e povo que os lusos tomaram do Ndongo. As jingas, no entanto, não eram uma exceção. Não foi incomum a presença feminina na chefia de reinos e sobados na África Centro-Occidental e em outras regiões africanas.¹³

Em si, as mulheres cumpriam papéis relevantes na essência daquelas sociedades. Um exemplo é o sistema matrilinear adotado pelos ambundos. Nesse sentido, mesmo que as maiores autoridades fossem os homens idosos da comunidade, era da mulher que vinha a pertença social e territorial das linhagens.¹⁴ Além disso, mulheres eram as responsáveis pelo cultivo da terra, pelas manufaturas, mineração, pelas transações comerciais e também pelas óbvias funções

¹³ Para uma discussão aprofundada acerca de gênero, matriarcado e matrifocalidade em sociedades africanas pré-coloniais ver AMADIUME, Ifi. **Re-Inventing Africa: Matriarchy, Religion and Culture**. London & New York: Zed Books Ltd., 1997. ADÉSÍNÀ, `Jimí O. Re-appropriating Matrifocality: Endogeneity and African Gender Scholarship. **African Sociological Review / Revue Africaine de Sociologie**, vol. 14, n. 1 (2010), pp. 2-19. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/24487539>. Acesso em: 16 ago. 2024. OYEWÚMÍ, Oyèrónké. **A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.

¹⁴ Ver BATSIKAMA, **Poder no feminino**, *op. cit.*, *passim*.

reprodutivas.¹⁵ Nem todas estiveram em posições de poder e chefia, mas muitas cumpriram funções relevantes em suas sociedades de origem e na sociedade e comércio luandense, como já foi amplamente destacado pela historiografia.¹⁶

Há uma historiografia bem consolidada e clássica acerca dos meandros do poder feminino entre os povos iorubás, ibo, axante, entre outros, na África Ocidental.¹⁷ Neste trabalho, no entanto, nós nos voltamos para as mulheres de poder na África centro-ocidental, região de domínio das soberanas com o título de Jinga. Apesar de não serem uma exceção no amplo contexto africano¹⁸, essas jingas podem nos guiar e atuarem como lentes para a observação da estrutura do poder nos estados centro-africanos.

Em nossa pesquisa encontramos sete Rainhas Jingas que governaram as terras e povos do Ndongo e da Matamba entre os séculos XVIII e XIX. No cenário centro-africano, mulheres também exerceram influência do reino do Congo¹⁹, na Lunda e chefiaram sobados em Benguela

¹⁵ Cf. PANTOJA, Selma. **Nzinga Mbandi**: Mulher, Guerra e Escravidão. Brasília: Thesaurus, 2000.

¹⁶ ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro de. O feminino ao leste do Atlântico. Vendedeiras, regateiras, peixeiras e quitandeiras: mulheres e trabalho nas ruas de Lisboa e Luanda (séculos XVI-XVIII). In: GUEDES, Roberto (org.). **África: brasileiros e portugueses (séculos XVI-XIX)**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2013. OLIVEIRA, Vanessa dos Santos. **Slave Trade and Abolition: Gender, Commerce, and Economic Transition in Luanda**. Madison: University of Wisconsin Press, 2021. CÂNDIDO, Mariana. **Women in Angola**. Oxford Research Encyclopedia of African History. Oxford: Oxford University Press, 2018. CÂNDIDO, Mariana. Women's material world in Nineteenth Century Benguela. CÂNDIDO, Mariana P; JONES, Adam. **African Women in the Atlantic World: Property, Vulnerability & Mobility, 1660-1880**. Suffolk: Boydell Brewer, 2019. CÂNDIDO, Mariana; RODRIGUES, Eugénia. African Women's Access and Rights to property in the Portuguese Empire. **African Economic History**, University of Wisconsin Press, v. 43, 2015, pp. 1-18. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/44329624>. Acesso em: 2 ago. 2024. PANTOJA, Selma. Gênero e comércio: as traficantes de escravos na região de Angola. **Travessias**. Revista de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa, Lisboa n.4/5, 2004.

¹⁷ Cf. KAPLAN, Flora Edouwaye (ed.). **Queens, Queen Mothers, Priestesses and Power: Case Studies in African Gender**. Annals of the New York Academy of Sciences, (810), Nova Iorque, New York Academy of Sciences, 1997. FARRAR, Tarikhu. The Queenmother, Matriarchy, and the Question of Female Political Authority in Precolonial West African Monarchy. **Journal of Black Studies**, v. 27, n. 5, 1997, pp. 579-597. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2784870>. Acesso em: 9 jul. 2024. Marcus Carvalho também menciona a existência de uma rainha na região de Bobi, na Baía do Benim, registrada entre os papéis do navio Veloz pelo navio inglês Fair Rosamund, por suspeita de envolvimento no tráfico negreiro. Ver CARVALHO, Marcus. Trabalho, cotidiano, administração e negociação numa feitoria do tráfico no rio Benim em 1837. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 53, 2016, p. 229.

¹⁸ Mulheres dominaram, chefiaram e tiveram forte influência em estados e nações em diferentes regiões da África. RODRIGUES, Eugénia. Rainhas, Princesas e Donas: formas de poder político das mulheres na África Oriental nos séculos XVI e XVIII. **Cadernos Pagu**, Dossiê História das Mulheres, Gênero e Identidades Femininas na África Meridional, Campinas, n. 49, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/jgXhN8XXwYNcvN4ck9cdb7H/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 ago. 2024. Para o protagonismo feminino na Zambézia ver RODRIGUES, Eugénia. Chiponda, a senhora que tudo pisa com os pés. Estratégias de poder das donas dos prazos do Zambeze no século XVIII. **Anais de História de Além-Mar** (I), Lisboa, CHAM, 2000, pp.101-132. Disponível em: <https://run.unl.pt/handle/10362/16062>. Acesso em: 16 ago. 2024. CAPELA, José. **Donas, Senhores e Escravos**. Porto: Edições Afrontamento, 2019.

¹⁹ Sobre o Congo ver THORNTON, John. Elite Women in the Kingdom of Kongo: Historical Perspectives on Women's Political Power. **The Journal of African History**, Cambridge University Press, New York, v. 47, n. 3, 2006, pp. 437-460. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/4501072>. Acesso em: 20 jul. 2023. Idem. **Afonso I Mvemba a Nzinga King of Kongo: His life & Correspondence**. Indianapolis: Hackett Publishing Company, 2023.

e em Luanda.²⁰ Além disso, uma rainha parece ter governado o território de Ovando no século XVIII.²¹

No caso do reino de Jinga, a legitimidade do poder feminino estava não só ligado a figura de Njinga Mbandi mas também relacionado às personagens mitológicas do Ndongo – as irmãs Samba e Tumba, sucessoras do primeiro *ngola* – e dos povos imbangalas, como Temba Andumba, a mulher que criou o *kilombo* e as *kijilas*, respectivamente, o acampamento militar e as regras sociais que regiam esses povos nômades e guerreiros.²² Além disso, mulheres poderosas também foram influentes na consolidação de outros grandes reinos como o do Congo e o da Lunda. O poder feminino naquele contexto, portanto, só era estranho e ilegítimo ao olhar estrangeiro e cristão, cuja doutrina relegava as mulheres à submissão perante os homens. Nesse sentido, é só com o tempo e com a possível influência do ação dos missionários e dos ensinamentos cristãos, que a figura feminina começa a ser embebida em um caráter negativo e o poder feminino milenar começará a ser contestado pelos homens de Jinga.

No âmbito da história social, esse trabalho se alinha tanto com uma historiografia que analisa os meandros do tráfico atlântico nos sertões angolanos, mas também com historiografia que destaca o papel das mulheres nas sociedades centro-africanas. A hipótese aventada neste trabalho é a de que o reino de Jinga, conduzido majoritariamente por mulheres, tenha representado um grande entrave à influência da Coroa portuguesa nos povos e no comércio do vale do rio Kwango. Alternando períodos de confronto com momentos mais breves de acordos diplomáticos, esse povo impunha sua soberania determinando, sobretudo, o ritmo da circulação de fazendas e do comércio de escravizados, selecionando, limitando, tributando e assaltando aqueles que passavam pelos territórios sob sua influência. Os seus alvos eram os pumbeiros ligados aos mercadores de Luanda. Dessa forma, acreditamos que o palco dos embates entre jingas e lusos foi tanto o campo de batalha, como nas guerras de 1744 e 1838, quanto os locais de comércio, como as feiras e estradas percorridas por pumbeiros, dos territórios jingas.

Outra hipótese é de que as ações dos soberanos jingas repetiram as estratégias políticas tanto de Njinga Mbandi quanto de outras chefias centro-africanas, a saber: assaltos e assassinato

²⁰ Sobre mulheres chefiando sobados ver CÂNDIDO, Mariana. **Women in Angola**. *Op. cit.*, p. 3. Roquinaldo Ferreira menciona o caso da soba Axila Bangi no século XVIII. FERREIRA, Cross-cultural, *op. cit.*, p. 78.

²¹ Já a rainha de Ovando aparece na documentação portuguesa consultada nesta pesquisa e falamos dela mais adiante no primeiro capítulo.

²² Utilizaremos “kilombo”, com “k” e em itálico, quando nos referirmos ao acampamento militar imbangala e quilombo, escrito com “qui”, quando fizer referência a uma comunidade de escravizados fugidos. Na documentação da Angola portuguesa, porém, é comum que o acampamento guerreiro seja grafado como “quilombo”. Sobre isso ver SOUZA, Marina de Mello e. Kilombo em Angola: Jagas, ambundos, portugueses e as circulações atlânticas. In: SANTOS, Vanicléa Silva; PAIVA, Eduardo França (org.). **África e Brasil no Mundo Moderno**. São Paulo: Annablume, 2013.

de pumbeiros nas estradas e feiras, as alianças com outras chefias para angariar apoio contra os lusos, a assinatura de tratados de paz com o poder em Luanda, a fim de garantir o acesso às mercadorias lusas ou o apoio das tropas portuguesas nos momentos de enfraquecimento político ou disputas internas.²³ Desse modo, percebe-se que as chefias jingas dos séculos XVIII e XIX variavam entre conflitos e assinatura dos acordos com os lusos, recorrendo à diplomacia e à aliança com o poder português, principalmente, nos momentos de sua necessidade ou quando enfrentavam crises e fragilidade política. No entanto, os acordos não eram duradouros. Pelo contrário, as alianças eram inconstantes e totalmente determinadas por essas chefias, e não pelos lusos. Na maior parte do tempo, as jingas seguiam o ritmo da sua própria soberania, impondo-se frente a seus vizinhos, como Cassanje e Holo, e aos lusos em cujas correspondências e relatórios eles eram tidos como rebeldes, desobedientes e violentos.

Portanto, esta tese busca mostrar que o monopólio comercial de Matamba/ Jinga – algo já apontado pela historiografia –, se manteve através do controle das rotas e dos modos de negociar em suas terras. O que era retratado nas correspondências das autoridades lusas como um ataque ao comércio e a política da Coroa portuguesa. Como herdeiros do Ndongo e de Njinga Mbandi, as jingas e os jingas se imputavam senhores de todo o território ocupado pelos lusos, eram assim vistos por outros povos e representaram uma ameaça real e constante aos presídios fronteiros aos seus territórios, nomeadamente o de Ambaca, o maior e mais rico presídio português nos sertões.

Ainda é importante destacar que não há contradição no fato de as chefias jingas e outros potentados centro-africanos venderem as pessoas que os europeus compravam e levavam como escravizados para as Américas.²⁴ É preciso despir-se da imagem de um continente africano homogêneo, que é uma criação do próprio racismo e colonialismo. Ou de uma África-mãe, a qual os afrodescendentes das Américas podem fugir da desigualdade racial que estrutura as exações escravistas das Américas, para retornar e se irmanar com seus semelhantes.²⁵ Assim, como outros povos ao longo da história, ambundos, jingas, imbangalas, vilis e tantos outros venderam seus inimigos, seus prisioneiros de guerra ou os membros da sua sociedade que haviam cometido transgressões. E até nesse último ponto não há contradição. Afinal, elites surgem, se fortalecem e enriquecem a partir da exploração, sofrimento, escravização e morte da maior parte da sociedade. A contar pelo fato do Ndongo ter sido uma sociedade

²³ Assim como Njinga Mbandi, os jingas também recorreram às ilhas de Kindonga para se abrigarem, se protegerem e resistirem em meio a conflitos.

²⁴ HEINTZE, 2007, p. 532.

²⁵ HARTMAN, Saidiya. **Perder a mãe: uma jornada pela rota atlântica da escravidão**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

profundamente hierarquizada, as rainhas e reis jingas, portanto, estavam no topo do reino herdeiro do *ngola* e todas as demais pessoas lhes pertenciam. Por isso, apesar de devastador e desolador, o comércio de pessoas não era contraditório naquela sociedade.

Um parêntese para um esclarecimento importante. Ao longo do trabalho, utilizarei as nomenclaturas “reino”, “rei” e “rainha” para me referir ao Estado de Jinga e seus soberanos. É fato que essas designações têm origem no contexto social e cultural europeu. No entanto, os povos de Angola também as adotaram. Em tantos séculos de disputas e trocas comerciais e culturais entre europeus e *ambundos*, as lideranças centro-africanas parecem ter reconhecido o seu papel de poder e as suas instituições como análogas ao modelo estrangeiro de realeza ou mesmo ter passado a utilizar essas denominações para uma melhor comunicação com aqueles estrangeiros com quem desejavam comercializar. Desse modo, algumas chefias, como os jingas, se autodenominavam reis e rainhas, assim como os líderes de alguns territórios a norte de Luanda adotaram as denominações da nobreza europeia, como condes, marquês etc. Por isso, as Jingas foram e serão, aqui, rainhas. E o reino Jinga do Ndongo e da Matamba será referenciado, mormente, apenas como reino Jinga ou reino de Jinga. Pois não se tratava mais nem apenas do Ndongo e nem da Matamba, mas sim de um Estado surgido ao redor e por causa de Njinga Mbandi. Finalmente, adotar palavras como rei, rainha e reino não me impediu de utilizar as palavras africanas conhecidas para designar as para suas posições de poder, como *ngola* e *soba*.²⁶

Enfim, explicada a grafia e utilização de algumas palavras, é preciso referenciar a organização do presente texto. Para analisar a atuação do povo jinga nos sertões dos séculos XVIII ao XIX, o trabalho foi dividido em cinco capítulos.

O primeiro capítulo analisa a formação do povo jinga, através da população diversa que se juntou à luta de Njinga Mbandi no século XVII, e o papel desempenhado pelos soberanos jingas nos séculos subsequentes. Dessa forma, é discutido a formação do título ou insígnia de poder “jinga”, o papel desempenhado e esperado de seus titulares, a questão do poder feminino no território do Ndongo e da Matamba e o contexto político dos primeiros reis jingas. O capítulo versa sobre um período anterior ao nosso recorte temporal, mas que se faz importante para mostrar a sucessão de Njinga Mbandi e a construção do poder das rainhas jingas. Assim, buscamos apontar como a política de enfrentamento aos lusos, por parte dessas chefias, esteve

²⁶ É importante ainda assinalar que os próprios lusos utilizavam os termos centro-africanos como *sobas*, *dembos* (chefias autóctones próximas ao Congo) e *jaga* para designar o chefe de Cassanje. No entanto, as e os *ngolas* de Jinga eram sempre referenciados como rainhas e reis, assim como o rei do Congo, talvez demarcando o status superior dessas chefias.

presente desde o primeiro rei jinga, Francisco Kanini, e foi mantida pelas rainhas jingas que o sucederam.

O segundo capítulo é dedicado à análise da guerra de 1744. Nele, relacionamos a causa da guerra à comunicação direta estabelecida entre Luanda e Holo, interrompendo o monopólio de Jinga no fornecimento dos escravizados vindos desse território fronteiro à Lunda. Para retratar o conflito, surgido a partir do ataque jinga à feira de Kambamba, discutimos qual rainha Jinga teria ordenado o ataque, quem eram os agentes lusos envolvidos na guerra. Nesse sentido, também detalhamos as batalhas e discutimos a pretensa vitória lusa com a tomada da *mbanza* da rainha. Por fim, pontuamos que a derrota da rainha Jinga naquela guerra não provocou a sua subjugação e nem mesmo um silêncio duradouro.

Já o terceiro capítulo trata do contexto dos sertões após a guerra de 1744. Assim, serão destacados os boatos acerca de tomada do presídio de Ambaca pelos jingas, através da análise da figura do capitão-mor Domingos de Assunção, um sobrinho da Jinga reinante, e os demais ataques ao comércio dos pumbeiros luso-africanos nas décadas de 1750 e 1760. Nesse sentido, também detalharemos a estruturação do comércio nos sertões de Jinga e Cassanje e as estratégias de controle de ambos os reinos para manter o monopólio do comércio. Finalmente, serão destacadas a tentativa lusa de padronizar a feira de Cassanje e sustentar o contato comercial com Holo apesar dos novos ataques da rainha Jinga.

Por sua vez, o quarto capítulo versa sobre as questões políticas e comerciais dos jingas, após o golpe de estado e o assassinato da soberana D. Ana III. Nesse sentido, serão destacadas as disputas de poder entre Kalwete e D. Kamana, respectivamente, o articulador do golpe e novo rei e uma filha sobrevivente da rainha deposta. Nesse sentido, também será analisada a ascensão de Ana Morile e o cenário do seu governo na década de 1790, em meio às mudanças comerciais do tráfico atlântico e a guerra lusa contra o Mossul, cujos negociantes eram agentes importantes que ligavam os sertões ao litoral. Assim, será mostrado como o Marquesado do Mossul (Mussulo ou Mossul) foi um importante parceiro comercial de Jinga e como os sobas da Kisama permaneceram tributários do ngola, rendendo deferência às Jingas.

No quinto e último capítulo, será investigada a mudança na política de estado do soberano jinga e seu enfraquecimento a partir de uma guerra promovida por sobas e macotas dissidentes. A partir de 1810, as chefias jingas, residentes nas proximidades da jurisdição de Ambaca, passaram a agir contra o comércio e contra seu rei, Ndala Kamana que, aparentemente, tinha uma aliança sólida com os lusos. O registro dessas ações dos jingas constam em reclamações dos moradores de Ambaca e do próprio rei Jinga na carta mencionada no início desta introdução. Essas tensões em torno da política de um *ngola* que, verdadeiramente,

permitiu a circulação dos negociantes lusos nas terras jingas, culminaram em uma grande guerra no ano de 1838. Boa parte desse episódio é baseado em um “Compêndio” escrito pelo padre colado Garcia Fragoso dos Santos. Esse autor ouviu testemunhas do lado do exército português e compilou documentos para criticar os comandantes gerais do exército luso, enquanto louvava ex-governador Manoel Bernardo Vidal. Sua narrativa é rica em detalhes sobre o combate entre os jingas e os lusos, mostrando as exaustivas batalhas, a miséria dos combatentes, a atuação dos sobas jingas e suas vantagens táticas naqueles sertões.²⁷ Nesse último capítulo ainda é possível adentrar o breve reinado da rainha Ngana Quissanga e os desdobramentos da guerra de 1838-1839.

Nas próximas páginas, narro um pouco da história desses jingas que sobrevivem até hoje em Angola, na região da Baixa de Cassanje. A história que será aqui contada é a história dos jingas, soberanos e povo, que lutaram por séculos para manter sua autonomia política e econômica e ditaram o ritmo dos acordos diplomáticos e do fluxo comercial nos sertões angolanos.

De modo geral, este trabalho conta a história de um povo que plantava, comercializava, guerreava, matava e tentava sobreviver ao medo e à possibilidade do desterro em massa ocasionado pelo tráfico atlântico. Afinal, é possível que, dos territórios e dos conflitos jingas, tenham vindo parte substancial dos falantes de kimbundu que foram escravizados, embarcados no litoral e arrancados de casa.

Assim, a investigação e narrativa a seguir é uma pequena lente que nos possibilita observar o cenário de um Estado centro-africano comandando por mulheres guerreiras que chefiavam uma confederação de povos diversos que aparecem nas fontes como “jingas” e como rebeldes. Estudar o reino de Jinga é adentrar os meandros do poder feminino, da configuração política e comercial do vale do Kwango, da rivalidade entre Jinga e Cassanje, da fragilidade do poder luso nos sertões angolanos e das rotas escravistas e também do ponto de origem dos centro-africanos que foram violentamente trazidos para as Américas, principalmente, para o Brasil. Este trabalho mostra, portanto, um fragmento relevante da história angolana e da história atlântica. No final, talvez essa pequena lente seja, em alguma medida, um barco de retorno.

²⁷ SANTOS, Garcia Fragoso dos. **Compêndio dos fatos mais notáveis da campanha da Ginga determinada pelo Ilmo e Exmo sr. Manoel Bernardo Vidal, governador geral desta província de Angola, por ocasião dos inauditos procedimentos de Quiluanje Quiassamba feudatário do rei Ginga, com as ordens do dia dos comandantes gerais das forças, concorridas da cidade de Luanda e diversos presidios e distritos**. Biblioteca Nacional de Lisboa, 1839. Agradeço ao professor Roquinaldo Ferreira pelo compartilhamento dessa preciosa fonte.

CAPÍTULO 1: O POVO DAS RAINHAS

A mulher não aceitou. E o homem se assustou. A conversa seguia um rumo que ele não esperava, mas não tinha muito o que ser feito. Ali, era ela quem dava a última palavra. Ele, um padre capuchinho em missão de catequização nas terras dela. Ela, Dona Veronica, rainha Jinga do Ndongo e da Matamba.

O dito missionário, cujo nome se desconhece, tentava convencer a soberana a abandonar seus diversos maridos e casar-se catolicamente com apenas um homem, o que na religião cristã se chamava de “legítimo matrimônio”.²⁸ Possivelmente, às suas palavras de fé ditas para convencê-la, o padre adicionava a garantia do inferno, um lugar de danação das almas daqueles que não seguiam os preceitos do seu livro sagrado. Para a Igreja Católica, o casamento monogâmico era parte importante do processo de catequização e se a poderosa rainha Jinga aceitasse subir ao altar, ela seria seguida por toda a sua população. Além disso, o ato sacramentaria o compromisso da soberana com a fé cristã e, ao mesmo, com os acordos assinados com representantes da Coroa portuguesa, em que ela garantia o pleno funcionamento do comércio em suas terras.

Os padres capuchinhos já haviam conseguido o feito do casamento monogâmico com Njinga Mbandi, a famosa estadista da África centro-ocidental do século XVII, a primeira e grande Jinga. Em um processo de negociação de mais de dez anos pela volta de sua irmã Cambu (Kambu ou Mocambo ou D. Bárbara), mantida como refém em Luanda, Njinga prometeu se converter novamente ao cristianismo em troca do retorno da irmã, quem desejava que fosse sua sucessora no trono, e garantiu que a paz seria estabelecida para os comerciantes ou representantes lusos que desejassem ir aos seus territórios. Naquela ocasião, com a permissão dada à missão capuchinha chegada de Roma, e em nome do papa, o frei Antonio Gaeta seguiu para Matamba para converter Njinga pela segunda vez, em 1656. Assim, Dona Ana de Sousa, nome cristão de Njinga, abandonou as práticas abundas e imbangalas²⁹, ao mesmo tempo em

²⁸ ZUCHELLI DA GRADISCA, Antonio. **Relazioni del viaggio, e Missione di Congo nell' Etiopia Inferiore Occidentale, del P. Antonio Zucchelli da Gradisca, Predicatore Capuccino della provincia di Stiria, e già Missionario Apostolico in detto Regno.** Venezia: Per Bartolomeo Giavarina, al Ponte del Lovo, 1712, p. 117. Versão do Google Books

²⁹ Aqueles que, genericamente, eram chamados de “jagas” pelos lusos. Os imbangalas eram povos nômades, que viviam do saque a outras populações, inclusive ao Ndongo. A organização social imbangala não era baseada nas relações de parentesco, nas linhagens, mas sim em rígidas práticas guerreiras, que não permitia o nascimento de crianças dentro do acampamento e que tinha como forma de reprodução o rapto de crianças de outras sociedades, ou seja, sem vínculos com os demais membros da comunidade. Era no *kilombo*, no acampamento imbangala regido pelas leis *kijilas*, que esses jovens de diferentes origens eram iniciados e integrados a um grupo unido apenas pelas lutas, pelas práticas guerreiras. Segundo Miller apud Souza, a ausência de linhagem trazia mobilidade e prontidão

que aceitou adotar as práticas cristãs e se casar catolicamente com um de seus inúmeros maridos e amantes em 4 de fevereiro de 1657. Aparentemente, a escolha de Njinga pelo nubente não se baseou no tempo de união e aliança que tinha com o noivo, mas sim no fato de tratar-se de um jovem rapaz “gracioso, robusto e com as feições mais bonitas”.³⁰ Realizado o casamento, o exemplo da rainha foi seguido pelos membros da nobreza e pela população de Matamba. Dentre eles, sua irmã D. Bárbara, que se casou com Jinga a Mona, primeiro-ministro de Njinga. Porém, apesar desses atos de compromisso com o cristianismo, as antigas práticas não foram extirpadas daquela sociedade, para desespero dos missionários. Um exemplo é que quando uma carta do papa chegou, no ano de 1662, ela foi comemorada à moda *tamba* com a senhora D. Ana, então com 80 anos, e as jovens mulheres de sua corte encenando uma batalha.³¹

Por outro lado, o grande ato de Njinga, representado no aceite do casamento monogâmico, não parece ter se repetido nas gerações seguintes, a contar pela postura da rainha D. Veronica. Durante o seu reinado, apesar da retórica ou das condenações do padre, ela não parece ter abraçado a religião cristã de modo tão profundo, como a famosa soberana do século XVII, a ponto de abandonar a poligamia. Essa rainha Jinga não aceitou quebrar seus compromissos e abandonar seus maridos. Aparentemente, já idosa e com uma grande prole, D. Verônica não estava disposta a “perder sua liberdade”.³² Apesar de ter aceitado o trabalho de catequese daqueles padres em suas terras, a rainha Jinga parecia querer manter sua política e suas relações dentro de seus próprios moldes. Talvez, o que para o religioso foi tido como um apego à liberdade, para a rainha era um compromisso com sua soberania. Afinal, os casamentos, ou contratos sociais e políticos há muito estabelecidos com os membros de linhagens importantes da sua terra deviam lhe garantir as alianças e tranquilidade política para governar.

Nas palavras do missionário Antonio Zucchelli da Gradisca, que escreveu sobre esse episódio entre a Jinga reinante e o padre capuchinho da companhia que o próprio Gradisca integrava, ao escolher sua liberdade, D. Veronica escolhia também “perder sua alma” e

para a guerra. Ao se aliar aos imbangalas, Njinga adotou as práticas guerreiras desse povo e se tornou uma chefia importante para algumas dessas populações.

³⁰ GAETA apud HEYWOOD, **Jinga de Angola**: a rainha guerreira da África. São Paulo: Todavia, 1ª ed., 2020, p. 204. A própria Njinga diria em correspondência posterior com os lusos que seus diversos maridos era para sua grandeza, conforme “estilo” dos seus antepassados, mas que “não fazia vida com eles”. ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes**: formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 279.

³¹ SOUZA, Marina de Mello e. A rainha Jinga de Matamba e o Catolicismo (África Central, século XVII). In: MILLÁN, José Martínez; LOURENÇO, María Paula Marçal (coords.). **Las relaciones discretas entre las Monarquías Hispana y Portuguesa: Las Casas de las Reinas (Siglos XV-XIX)**. Actas del Congreso Internacional, Madrid, 2007. Madrid: Polifemo, 2008, volume 3, p. 2109, nota 10.

³² Sobre essa visão dos capuchinhos acerca compromisso de D. Veronica com a liberdade, e que eles viam como um problema, ver ZUCHELLI DA GRADISCA, Antonio. **Relazioni del viaggi**, *op. cit.*, p. 117.

preparava seu caminho para a “escravidão perpétua no inferno”.³³ No entanto, a rainha não parecia temer o inferno cristão. Talvez nem acreditasse nele.

O cristianismo já tinha sido plantado há muito tempo nas terras de Jinga. Em seu relato, o próprio Zuchelli da Gradisca admirava-se do trabalho bem executado pelo missionário Antonio Gaeta na época de Njinga Mbandi. Para ele, as sementes cristãs plantadas no tempo dessa rainha continuaram com vigor no breve governo de D. Bárbara, sua irmã, sucessora e muito querida pela população de Matamba.³⁴ De fato, quando D. Bárbara ou Kambu assumiu o trono do Ndongo, ela manteve as práticas católicas adotadas no tempo de Njinga. Inclusive, em seu breve tempo de reinado, de 1663 a 1666, a nova rainha entrou em conflito com o próprio marido, Jinga a Mona, que era contrário à presença dos missionários e favorável ao retorno das práticas religiosas e sociais imbangalas e ambundas no reino.

Quando D. Bárbara faleceu, esses conflitos se intensificaram. Matamba mergulhou em tensões entre os adeptos do cristianismo e aqueles que desejavam o retorno às práticas da terra. Após suceder a esposa, Jinga a Mona (cristianizado como Antonio Carrasco) restaurou os costumes imbangalas, com as cerimônias de invocação de espíritos dos antepassados.³⁵ Nessas disputas dinásticas, Jinga a Mona foi sucessivamente derrotado pelos apoiadores do cristianismo, que também desejavam um governante que viesse das mais importantes linhagens.³⁶ Sobre esse grupo vitorioso, veremos detalhes mais à frente. Porém, mesmo com a vitória do grupo cristão, o trabalho missionário não parece ter acontecido sem tensões, como no tempo de Njinga Mbandi. Pelo menos é o que podemos inferir da documentação dos missionários.

O próprio Zuchelli Gradisca acreditava que no reinado de D. Verônica o cristianismo havia sido sufocado e quase extinto por causa do “excesso de liberdade” da soberana.³⁷ Não é impossível que essa visão do missionário acerca da rainha estivesse influenciada pelos escritos do frei Gaeta que, na época de Njinga, afirmou que as mulheres “jagas” eram piores do que os

³³ ZUCHELLI DA GRADISCA, Antonio. *Relazioni del viaggi*, op. cit., p. 117. Para uma análise acerca da literatura dos missionários capuchinhos ver ALMEIDA, Carlos. “Habitantes desta negra Etiópia, descendentes de Ham” – a maldição de Ham na literatura missionária sobre a região centro-ocidental do continente africano (sécs. XVI-XVII). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul: *Estudos Ibero-Americanos*, vol. 44, núm. 3, 2018, Setembro-Dezembro, p. 409-420. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/1346/134658381003/134658381003.pdf>. Acesso em: 20 set. 2024.

³⁴ Sobre a popularidade de Kambu ver HEINTZE, *Angola*, op. cit., p. 377.

³⁵ FONSECA, Mariana B. *Jinga, várias rainhas e uma etnogênese*: construção das identidades em Angola. In: NASCIMENTO; Washington Santos et al. *Áfricas: política, sociedade e cultura*. Rio de Janeiro: Edições África, 2016, p. 76.

³⁶ CAMPOS, Fernando. *Conflitos da dinastia Guterres através da sua cronologia*. África: Revista do Centro de Estudos Africanos. USP, São Paulo, 27-28: 23-43, 2006/2007, p. 29.

³⁷ Para a visão de Gradisca acerca do cristianismo na época das rainhas mencionadas ver ZUCHELLI DA GRADISCA, Antonio. *Relazioni del viaggi*, op. cit., p. 306-307.

homens, “sendo mais desonestas e lascivas do que eles, todas imersas no infame vício da carne”.³⁸ Ao final, para além da defesa de sua liberdade, de suas vontades, o compromisso de D. Veronica com seus maridos era uma decisão política de manter o equilíbrio e paz no seu governo através de seus vínculos com as linhagens aliadas, cujos acordos e apoios foram estabelecidos com os casamentos.

Esse comprometimento de D. Verônica com seus aliados e com os costumes de suas terras pode ter sido visto, pelo missionário que convivia com essa rainha Jinga, como emblemático da força dos costumes “jagas” naquelas terras. Ou pelo menos foi assim que Gradisca o interpretou. Nas palavras desse narrador capuchinho, a dificuldade do trabalho missionário no reino de Jinga também vinha do fato de que os “Giaghi” (os imbangalas ou “jagas” para os portugueses) não queriam “abandonar o bárbaro costume de comer carne humana”, recusavam “terminantemente o Sacramento do Matrimônio” e não aceitavam com facilidade que seus filhos fossem batizados.³⁹

É incontestável que esse caráter de ferocidade e barbaridade imposto aos imbangalas era uma tônica do discurso dos catequizadores e das autoridades administrativas portuguesas desde o século XVI.⁴⁰ Além disso, os missionários costumavam retratar os africanos como selvagens, regidos pelos sentidos, que se entregavam às paixões, desejos, fúrias e inconstâncias.⁴¹ Talvez tenha sido por esse olhar que Gradisca julgou a negativa de D. Verônica ao casamento monogâmico como fruto do seu “excesso de liberdade”. No entanto, não é impossível que houvesse uma certa resistência ou dificuldade da população jinga em aceitar a religião e o modo de vida cristão naquelas terras. E isso mesmo após a conversão da poderosa Njinga Mbandi e da longa convivência dessa população com os padres católicos. Um exemplo disso, mencionado por Gradisca, é que, por vezes, as crianças que eram batizadas na infância, retornavam aos ritos sagrados daquela sociedade – que os padres católicos consideravam pagãos – na adolescência. Ou seja, possivelmente, as práticas cristãs aprendidas pelas crianças de Jinga não sobreviviam aos rituais de iniciação pelos quais os jovens eram submetidos. Diante desse cenário, a conduta de D. Verônica era considerada um mau-exemplo pelos missionários. A rainha e seu povo não pareciam abraçar o cristianismo com profundidade.

³⁸ GAETA apud ALENCASTRO, *O trato dos viventes*, op. cit., p. 279.

³⁹ ZUCHELLI DA GRADISCA, Antonio. *Relazioni del viaggi*, op. cit, p. 307.

⁴⁰ Cf. ALMEIDA, “Habitantes desta negra Etiópia”, op. cit., p. 416, *passim*.

⁴¹ Ver ALMEIDA, Carlos. *A maravilhosa conversão da rainha Njinga e o discurso etnográfico na literatura missionária dos capuchinhos*. In: PANTOJA, Selma; BERGAMO, Edvaldo A; SILVA, Ana Claudia (org.). *Angola e as Angolanas: Memória, sociedade e cultura*. São Paulo: Intermeios. Brasília: PPGDSCI; FAPDF, 2016.

Mas, afinal, quem era esse povo de D. Verônica? Tratava-se de “giaghi”, “jagas”? Quem eram esses jingas? Para responder essas questões, é preciso fazer um recuo, voltando ao tempo e às lutas de Njinga Mbandi. Pois data da época dessa famosa soberana do Ndongo e da Matamba a associação entre imbangalas e Rainha Jinga. Muito tempo antes, portanto, de D. Verônica e seu povo serem criticados pelos missionários capuchinhos.

A aliança entre a elite ambunda do Ndongo e os jagas remontam à época em que Njinga Mbandi guerreou contra os lusos para se manter soberana nos seus territórios. A partir de 1624, quando Njinga subiu ao trono do Ndongo, após a morte do irmão Ngola Mbandi, ela precisou enfrentar os adversários de dentro e fora do seu reino. Internamente, uma linhagem dissidente, os senhores do Are (primeiramente, Are a Kiluanje e, depois, Ngola Are) buscavam tomar o poder do Ndongo. Do lado de fora, os portugueses descumpriam acordos feitos na época de Ngola Mbandi, como a retirada de tropas de Ambaca, e passaram a apoiar o ramo dos Are na disputa pelo trono.

Os Are (ou Hari ou Ari) estavam estabelecidos nas terras de Mpungo Ndongo (ou Maupungo), ao sul da província do Ndongo, e já tinham se avassalado aos lusos.⁴² Apesar de serem descendentes do Ngola a Kiluanje, esse ramo não tinha legitimidade para assumir o trono do Ndongo, mas rivalizavam com a linhagem de Njinga, cujo avô Kasenda, havia ganhado a disputa em 1575 e se tornado *ngola*. Dentro da mentalidade das titulações ambundas, os senhores do Are eram subordinados aos do *Ngola* e, talvez por isso, a própria Njinga Mbandi teria dito a Fernão de Sousa, para o caso de ele não ter ciência de como as coisas funcionavam em sua terra, que Are era *seu* escravo.⁴³

Por ser um reino formado pelas alianças de diversas chefias (sobas e macotas), a ascensão de um *ngola* dependia das tradições de sucessão e também do apoio e voto dos principais potentados. Por isso, a ascensão de Njinga não foi a primeira e nem a última naquele reino a ser conturbada e alvo de disputas de diferentes atores.⁴⁴ No entanto, para se legitimar, Njinga encontrou amplo apoio em meio a uma diversidade de povos. Entre eles, os imbangalas, os chamados “jagas” da documentação portuguesa. A gênese do povo jinga está nessa união e colaboração. Mas não só.

⁴² Segundo Beatrix Heintze, os “ngola” costumavam conceder a administração das províncias do Ndongo, entre elas o Are, a seus “filhos segundos”. Nesse sentido, explica a autora, os senhores do Are só ganharam relevância por causa do acordo e da ascensão ao poder em aliança com os lusos. HEINTZE, **Angola nos séculos XVI e XVII**, op. cit., p. 191-192.

⁴³ Grifo meu. FONSECA, **Nzinga**, op. cit., p. 145.

⁴⁴ SOUZA, Marina de Mello e. A rainha Jinga de Matamba e o Catolicismo (África Central, século XVII). In: MILLÁN, José Martínez; LOURENÇO, María Paula Marçal (coords.). **Las relaciones discretas entre las Monarquías Hispana y Portuguesa: Las Casas de las Reinas (Siglos XV-XIX)**. Actas del Congreso Internacional, Madrid, 2007. Madrid: Polifemo, 2008, volume 3, p. 2089.

Pela postura guerreira e soberana de Njinga, suas terras passaram a ser vistas como refúgio para diferentes grupos. Em pouco tempo de trono, Njinga angariou o apoio de 109 sobas, antes aliados aos portugueses, que se recusariam a pagar os tributos aos lusos. Em 1626, por exemplo, Fernão de Souza, o governador da Angola portuguesa, afirmava que não tinha conseguido coletar os tributos por causa da “guerra e revolta de dona Ana e porque muitos dos sobas de Sua Majestade passaram para o lado dela”.⁴⁵ Para as autoridades da Angola portuguesa, a liderança de Njinga pode ter representado uma ameaça à presença lusa na região e à ordem escravocrata nas suas jurisdições. Sobre isso, Linda Heywood diz:

Jinga criou assim um clima político e militar entre os ambundos que pela primeira vez ameaçava as bases da força econômica e política portuguesa em Angola. Fernão de Sousa resumiu a situação sucintamente numa carta de agosto de 1625 ao rei, observando que estava particularmente preocupado com os “escravos armados” que aderiam às fileiras de Jinga. Os escravos organizados, temia ele, iriam fortalecê-la e enfraquecer este reino”, e inspirar os “sobas que são inimigos conquistados pela força” a também aderirem a ela. A revolta, advertiu, arruinaria Luanda porque “aldeias inteiras estavam fugindo”; com efeito, um português já havia perdido “cento e cinquenta escravos” que fugiram juntos. (HEYWOOD, 2020, p. 74-75)

O trecho mostra que às terras de Njinga recorriam tantos sobas ambundos quanto escravizados que saíram das propriedades portuguesas com destino ao leste.⁴⁶ Foi para enfraquecer essa influência da rainha que Fernão de Sousa passou a apoiar a ascensão de Are a Kiluanje, meio-irmão de Ngola e Njinga Mbandi, ao trono do Ndongo, ao mesmo tempo em que defendia a ilegitimidade da presença de uma mulher na chefia daquele reino.⁴⁷ Como resposta, Njinga mobilizou seu exército, proibiu o pagamento de tributos pelos sobas avassalados aos lusos, assaltou as caravanas lusas de comércio de mercadorias e escravizados e atacou Mpungo Ndongo, a cidade de residência dos senhores do Are.⁴⁸

⁴⁵ De acordo com HEYWOOD, **Jinga de Angola**, *op. cit.*, p. 74.

⁴⁶ Foi por esse forte cenário de conflitos e também de fugas que Beatrix Heintze denominou o século XVII como o “século dos fugitivos”. HEINTZE, Angola, *op. cit.*, p. 533.

⁴⁷ Sobre João Ngola Are a Kiluanje, que se tornou D. João I, e seu parentesco com Njinga ver CAMPOS, Fernando. **Conflitos na dinastia Guterres através de sua cronologia**. África: Revista do Centro de Estudos Africanos. USP, S. Paulo, 27-28: 23-43, 2006/2007, p. 27. Contrário a Njinga, Fernão de Sousa criou sua própria teoria acerca dos costumes ambundos e sobre quem tinha legitimidade para governá-los. Os escolhidos, Are a Kiluanje e, depois, seu irmão Ngola Are eram membros da linhagem Are (ou Hari ou Ari), senhores que dominavam as terras de Mpungo Ndongo (ou Maupungo), ao sul da província do Ndongo, e que já tinham se avassalado aos lusos. Apesar de serem descendentes do Ngola a Kiluanje, esse ramo não tinha legitimidade para assumir o trono do Ndongo, mas rivalizavam com o ramo de Njinga, cujo avô Kasenda, havia ganhado a disputa em 1575 e se tornado Ngola. FONSECA, *op. cit.*, p. 145.

⁴⁸ Sobre o golpe de estado de Are Kiluanje e a resposta de Njinga as tentativas de destitui-la de seu poder ver FONSECA, Mariana Bracks. **Jinga, várias rainhas e uma etnogênese: construção das identidades em Angola**. In: NASCIMENTO; Washington Santos et al. Áfricas: política, sociedade e cultura. Rio de Janeiro: Edições África, 2016, p. 68-70. Sobre o medo de Ngola Are ver ALEC, Ito Ichiro. Uma imagem multifacetada de “Angola” na

Por essa época, com a nobreza do Ndongo dividida entre Njinga e Are a Kiluanje, a rainha conseguiu novos aliados em alguns grupos imbangalas, bandos nômades e guerreiros diversos a quem os portugueses chamavam genericamente de “jagas” e que haviam recém-migrado do leste. A primeira aliança “jaga” de Njinga foi com o grupo chefiado pelo líder Kasa Cangola. Para consolidar essa união, Njinga e Kasa se casaram titularmente e a rainha se tornou *tembanza* do *kilombo*. Como *tembanza*, Njinga passou a exercer a relevante função de preparo do unguento *maji a samba* que era espalhado nos guerreiros antes da batalha para torná-los invencíveis.

Em um segundo momento, Njinga aliou-se a outro grupo imbangala, o do chefe *kulaxingo*, que, depois, passaria a ser referenciado nas fontes portuguesas como “Jaga” de Cassanje, devido à região da Baixa de Cassanje, onde ele passou a habitar com o seu povo. Com essas alianças, Njinga conquistou Matamba em 1630, aumentando, assim, sua área de influência. Além disso, ao adotar rituais sagrados e costumes imbangalas, a rainha passou a se destacar como importante líder do seu *kilombo*, sendo respeitada por diferentes grupos guerreiros e vista como “rainha dos ‘temíveis’ jagas”.⁴⁹

Como as identidades não são estanques, o povo imbangala/jaga que se uniu e influenciou Njinga também foi por ela e seu povo influenciado.⁵⁰ Estabelecidos na terra de Jinga, esse povo abandonou a vida errante, fixando-se, à maneira dos ambundos, em terras férteis para a agricultura, próximas aos rios Lucala e Kwango. Essa união entre Njinga e imbangalas fez com que Matamba se tornasse um Estado poderoso, onde foram acolhidos guerreiros “jagas” e ambundos (como kilambas ou kimbares, pessoas livres e escravizados).⁵¹

década de 1620. Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História, 2015, p. 9. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548945030_24df72ab2efa9139cac57ab0d6111f8d.pdf. Acesso em: 02 mai. 2023.

⁴⁹ Sobre Njinga como “rainha dos ‘temíveis jagas canibais’” ver MELLO, José Antônio Gonçalves. **João Fernandes Vieira: Mestre-de-campo do terço de infantaria de Pernambuco**. Lisboa: Comissão Nacional para as comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000, p. 334. Mesmo após sua morte, as terras de Njinga passaram a ser registradas nas fontes portuguesas como *Kilombo* da rainha. Ver CADORNEGA, Antonio de Oliveira. **História Geral das Guerras Angolanas**. Tomo II. Agência Geral das Colônias, 1940, p. 403.

⁵⁰ Mariana Fonseca diz que ao lutar com Njinga, os imbangalas adquiriram ganhando “consciência política”. FONSECA, Mariana B. **Nzinga Mbandi contra os portugueses em Angola**. Século XVII. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011, p. 14. Joseph Miller, por sua vez, aponta esse processo como a “mbundização” dos jagas. De acordo com o mesmo autor, dentre os reinos jagas “mbundizados” estavam Jinga, Cassanje, Holo, Mbondo, Kalandula, Bié, Wambu e outros. MILLER, **Poder político e parentesco**, op. cit., p. 259. Miller denomina esses reinos como imbangalas, pois em sua crítica ao significado de “jaga” acabou substituindo um termo pelo outro. Porém, o termo “jaga”, mesmo sendo genérico, imputado pela má-interpretação dos lusos acerca dos vários grupos guerreiros, acabou sendo adotado por esses povos (como foi o caso do “Jaga” de Cassanje), assim como pode ter acontecido com “jinga”. É e por isso que insistiremos no seu uso apesar de todo debate historiográfico legítimo em torno dele.

⁵¹ HEINTZE, Angola, op. cit., p. 530. *Kimbares* eram os soldados negros treinados militarmente para defender as fortalezas portuguesas. Ver FONSECA, Nzinga Mbandi, op. cit., p. 66.

Portanto, o povo jinga surge dessa junção entre ambundos (escravizados e livres) do Ndongo e da Matamba, imbangalas (os “jagas” na documentação lusa) e uma massa de escravizados vinda das áreas portuguesas. Essa movimentação populacional em direção à Matamba no século XVII – que também se confundia com movimentos habituais e migrações – influenciou, de acordo com Beatrix Heintze, significativamente “a história da região”, pois provocaram mudanças econômicas, políticas e socioculturais naqueles povos e contribuíram na formação de novas etnias como os hungos e os jingas.⁵² Nesse sentido, a figura guerreira de Njinga Mbandi parece ter sido o motor de parte dessas migrações e da reunião de uma população tão diversa que se uniu em torno de sua luta por soberania, na defesa de seus territórios e suas populações.

Não sabemos, no entanto, quando essa população em torno de Njinga passou a se denominar ou se reconhecer enquanto um novo povo, os jingas. As fontes são limitantes no sentido de revelar se a denominação “jinga” veio da construção da própria população ou se foi adotada a partir da comunicação e de uma identificação dada pelos portugueses.⁵³ De todo modo, esse fato não nos parece relevante na medida em que as identidades são construídas também no contato com o “outro” e que, por vezes, os grupos aceitam a classificação imputada por esse “outro” devido aos benefícios que essa classificação traz para sua comunidade.⁵⁴ Do mesmo modo, a identidade dos grupos sociais também pode ser moldada, transformada e gerada em momentos de violências e crises⁵⁵, como no caso da invasão e expansão portuguesa nas terras ambundas. Nesse sentido, identidades e nações não são estáticas e permanentes e naquele contexto centro-africano foi comum o surgimento de novos povos e novas identidades. No final,

⁵² De modo resumido, a autora diz que a fuga dos escravizados acarretou grande mudança econômica pelo deslocamento da principal moeda e força produtiva. Já em relação à política, como o poder das chefias era baseado mais na posse de pessoas do que nas terras e outros bens, a saída dos indivíduos desses territórios enfraquecia essas autoridades. Em relação às mudanças socioculturais, a autora afirma que não possui documentos para comprová-la, mas acredita que toda essa movimentação acarretou significativas transformações nessas populações. HEINTZE, Beatrix. **Angola nos séculos XVI e XVII: estudos sobre fontes, métodos e história**. Editorial Kilombelombe, 2007, p. 534-535.

⁵³ Segundo Joseph Miller (1985 e 1988), os povos da parte ocidental do vale do Kwango passaram a ser chamados de jingas pelos portugueses a partir do século XVIII, porque os invasores tinham o costume de chamar os povos pelos títulos de seus soberanos o que, nesse caso, era uma referência a Njinga Mbandi. De acordo com ele, os titulares jingas eram líderes de linhagens ambundas exercendo a chefia em um “reino jaga ‘mbundizado’”. Linda Heywood concordou que o termo jinga foi uma denominação dada pelos portugueses e que é usada até a contemporaneidade, já que em 2011 ela mesma teria entrevistado um rei Jinga. MILLER, **Poder político e parentesco**, *op. cit.*, p. 259. HEYWOOD, Jinga, *op. cit.*

⁵⁴ Barth (1969) nos explica que a identidade de um grupo étnico se forma na medida em que os atores categorizam a si mesmos a partir de fatores socialmente relevantes e em dicotomia com os outros. BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: FENART-STREIFF, Jocelyne. POUTIGNAT, Philippe. **Teorias da Etnicidade**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998, *passim*.

⁵⁵ Sobre esse debate ver ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Da invisibilidade étnica à etnogênese: histórias e identidades de índios e negros em abordagem articulada e comparativa**. História (São Paulo), v.40, e2021006, 2021. ISSN 1980-4369 DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-4369e2021006>.

é possível que o povo jinga, assim como tantos ambundos, representasse a união de diferentes comunidades com o desejo de partilhar um território que fosse próximo ao local de enterramento de seus ancestrais.⁵⁶ Nesse sentido, talvez a grande ancestral que unia os jingas era justamente a mais afamada estadista e guerreira daquelas terras, a rainha Njinga Mbandi.

Assim, o povo jinga formou-se no contexto de instabilidade causada pelas lutas por soberania da rainha do Ndongo e da Matamba e pelo embate e diálogo com presença portuguesa nos sertões de Angola. Essas identidades, portanto, foram forjadas no contexto da convivência, sobrevivência, violências e, em certos momentos, negociações comerciais e políticas com o poder português estabelecido em Luanda e ramificado através dos presídios (enclaves lusos) do interior. Essa população foi o resultado tanto daqueles que se asilaram nas terras de Njinga em busca de proteção e de luta quanto daqueles que foram conquistados nas campanhas expansionistas da rainha.⁵⁷

Após a morte de Njinga Mbandi, esse povo continuaria agregado nos territórios e nos projetos políticos de outras rainhas e reis com o título de “jinga”. Como súditos, eles seriam os instrumentos de ação desses soberanos para controle do território e do comércio, mas também suas vítimas, quando raptados nos conflitos militares e afetados pelo tráfico transatlântico de pessoas.

Portanto, diferentemente do que viam e escreviam os missionários, o povo das Rainhas Jingas, eram “jagas”, mas não apenas “jagas”. Tratava-se de uma nova configuração étnica que reproduzia as práticas guerreiras dos imbangalas, mas, como os andongos, também se dedicavam à agricultura, ao comércio e cultuavam um soberano com o título de *ngola* (rei ou rainha) do Ndongo e “jinga”. Nesse sentido, é possível que o aspecto combativo fosse parte fundamental do modo de vida dessas populações, tanto devido ao elemento “jaga” que as constituiu quanto pela política da elite jinga que buscava o controle comercial e defendia seus interesses frente à tentativas de expansão da presença portuguesa naqueles territórios. Talvez tenha sido a constância da ação guerreira o que possibilitou com que o reino jinga do Ndongo e Matamba continuasse a ser um território de forte relevância política e comercial. E nesse último aspecto, os jingas podem ter se somado aos grupos imbangalas que se tornaram grandes

⁵⁶ Batsíkama pensou grupo étnico não a partir de um ancestral comum, mas sim a partir do desejo de diferentes linhagens, que formavam um conjunto de aldeias, de viverem no mesmo espaço. De acordo com ele, todas as etnias em Angola representam um “povo constituído”. BATSÍKAMA, Patrício. **O poder político entre os mbundu**. Sankofa (São Paulo), 9(16), 2016, p. 102.

⁵⁷ Batsíkama destaca que, dentro do grupo etnolinguístico ambundo, tem uma população que deve sua origem à Njinga. Sem denominar a etnia, ele diz que a população que estava entre a “curva do Kwanza até o Atlântico, do Kwanza Norte; do sul do Uíge e grande parte do Bengo até a Kisama”. BATSÍKAMA, **O poder no feminino**, *op. cit.*, p. 58.

comerciantes de escravos na região entre o rio Dande e Cuvo a partir do século XVII.⁵⁸ Dessa forma, o modo de comerciar e guerrear imbangala parece ter predominado nas transações mercantis nos dois principais reinos daqueles sertões do Kwango e rivais entre si: Matamba e Cassanje.

O caráter guerreiro dos jingas, de origem imbangala ou “jaga”, parece ter sido evidente aos seus contemporâneos. Além da referência do missionário Zuchelli da Gradisca acerca dos costumes “giaghi” no reino de D. Veronica, uma carta do Conselho Ultramarino de 1678 também é reveladora dessa característica do reino de Jinga. Nela, o conselheiro Salvador Correia de Sá, que foi governador de Angola entre 1648 e 1651, afirmava que o soberano de Jinga era “*um levantado que vive de saltar e os de sua nação todos são jagas*”.⁵⁹ Para ele, portanto, os jingas eram “jagas”.

Nesse sentido, apesar de sua composição diversa, não é impossível que o elemento imbangala do *kilombo* da rainha Njinga tenha se sobressaído e se mantido nos costumes e ações daquela população. As práticas “jagas” parecem ter sido tão potentes que resistiram no reino do Ndongo e da Matamba mesmo com a vitória da facção da nobreza que havia se cristianizado e queria a manutenção dessa religião, como no caso de João Guterres e seus sucessores mais afamados, Francisco Kanini e Veronica Kanini, a D. Verônica mencionada no início deste capítulo. Por outro lado, talvez a classificação daquela população enquanto “jagas” tenha sido apressadamente imposta pelas autoridades administrativas portuguesas na ânsia de comparar ou enquadrar em alguma categoria conhecida aquelas pessoas com quem eles precisavam se aliar, comercializar e, talvez, guerrear. Ao mesmo tempo, imputar a esse povo o caráter antropofágico, largamente relacionado aos “jagas”, era uma forma de declarar uma “guerra justa” contra aqueles que para os colonizadores europeus eram tidos por bárbaros e pecadores.⁶⁰ Ao longo deste trabalho, veremos como as soberanas e soberanos desse povo jinga, que tinham costumes “jagas”, atuaram com o gingado político semelhante ao de Njinga Mbandi, lutando, comercializando e, em grande medida, ditando o ritmo e o cumprimento dos acordos assinados com os lusos nos séculos XVIII e XIX.

⁵⁸ PARREIRA, Adriano. **Economia e sociedade em Angola na época da rainha jinga, século XVII**. Lisboa: Editorial Estampa, 1990, p. 130

⁵⁹ Grifo nosso. AHU, CONSULTAS DE ANGOLA, livro 1, cód 554: Fl. 16v. Consulta de 12 de fevereiro de 1678. Disponível em: <https://digitarq.ahu.arquivos.pt/viewer?id=1146438>. Acesso em: 28 mai. 2023.

⁶⁰ Sobre a categorização desses povos mediante a ânsia portuguesa por controle ver CÂNDIDO, Mariana P. Jagas e Sobas no “Reino de Benguela”: vassalagem e criação de novas categorias políticas e sociais no contexto da expansão portuguesa na África durante os séculos XVI e XVII. In: RIBEIRO, Alexandre Vieira; GEBERA, Alexander; BERTHET, Marina (org.). **África: histórias conectadas**. Niterói: PPGHISTÓRIA-UFF, 2015, p. 41.

Na documentação lusa, os soberanos do Ndongo e da Matamba aparecem regulando a passagem de pumbeiros e negociantes em suas terras, buscando controlar o fluxo mercantil e atuando contra as ameaças de soberania ao seu território e seu comércio. As transações comerciais parecem ter recebido atenção constante desses governos porque, assim como Njinga Mbandi, essas chefias participaram e lucraram com o tráfico humano em troca da aquisição de mercadorias importadas. Inclusive, essas chefias jingas mantiveram o fluxo de gente escravizada na rota de comércio que passava pelos Dembos e desembocava nos portos ao norte de Luanda, o mesmo caminho estabelecido por Njinga Mbandi para mercadejar com os holandeses no século XVII.

Considerando que as posições titulares⁶¹ eram perenes entre os ambundos, ou seja, um título permanecia mesmo quando seu titular falecia, não é impossível que, devido a potência de sua figura, Njinga tenha se tornado um título que foi encarnado e vivido pelos diferentes soberanos do Ndongo e da Matamba. E, nesse sentido, talvez fosse um dos principais papéis dessas Jingas a manutenção da política de soberania encabeçada pela famosa rainha do século XVII. Indicador desse fato é que, no século XX, era sabido que “os feitos guerreiros” da época de Njinga ainda eram passados de geração para geração através da oralidade e eram tidos como um “patrimônio histórico” dos jingas.⁶²

Nos séculos XVIII e XIX, recorte temporal deste trabalho, a palavra jinga aparece nas fontes lusas tanto em referência às soberanas e soberanos quanto em relação ao povo do Ndongo e de Matamba que era, em grande parte do recorte documental, retratado como agente desorganizador das rotas comerciais luso-africanas e da normalidade dos enclaves portugueses no interior. Dentre um período de conflito e outro, porém, havia alguns momentos pacíficos e diplomáticos, em que os jingas eram considerados “amigos” e “aliados” dos lusos. No entanto, mesmo quando havia paz, fluidez comercial e permissão para os missionários católicos trabalharem em suas terras, era a vontade dos soberanos jingas que ditava o ritmo dessas

⁶¹ Sobre a perenidade das posições titulares ver MILLER (1995), p. 45. HEINTZE (2007) reforça esse argumento explicando que o “parentesco perpétuo” e a sucessão posicional eram características tanto dos ambundos quanto de outros povos da África centro-ocidental. Por sua vez, ALFAGALI (2021), inclusive, notou a perenidade das “posições titulares” analisando o caso do sobado Mbangi kya Tambwa, na região da Ilamba.

⁶² A etnia Jinga também foi mencionada nos documentos coloniais do século XX. Em setembro de 1970, um documento confidencial do Relatório Especial de Informações, nº 18, descreveu os aspectos históricos, o *habitat*, a organização social e política e a religião dos jingas. Nele, os jingas foram classificados como membros do grupo etno-linguístico ambundo e como “a etnia mais representativa do distrito de Malanje”. Avaliando o potencial subversivo dessa população, o desconhecido autor do relatório concluiu que a postura aguerrida e a origem relacionada com a rainha Njinga Mbandi faziam desse povo um grande perigo naqueles sertões. ANÔNIMO, **Elementos sobre a etnia Jinga da Baixa de Cassanje**. Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Angola, liv. 190, 1970, p. 31. Disponível em: <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=4676013>. Acesso em: 28 mai. 2023.

relações, como no mencionado diálogo entre D. Veronica e o missionário capuchinho, citados por Gradisca.

Nesse sentido, o fazer político dos soberanos jingas intercalava enfrentamento, a partir dos saques, assassinatos e guerras, e diplomacia, com a assinatura de tratados e acordos de colaboração comercial com os lusos. Após a morte da rainha Njinga, o povo diverso que lutou em suas fileiras se manteria congregado pelos séculos seguintes em torno desses chefias, em sua maioria mulheres, que governaram os territórios de Matamba e Ndongo, que adotaram jinga como título de poder e que reproduziram, conscientemente ou não, táticas de combate e diplomacia que rememoravam aquelas praticadas pela famosa rainha.

É provável que para o povo jinga, suas soberanas e soberanos fossem a maior representação de poder e mesmo deidades importantes para a fertilidade da terra, a comunicação com os ancestrais e o equilíbrio e bem-estar das comunidades.⁶³ De fato, dentro da lógica social do Ndongo, os súditos eram filhos do *ngola* e o *ngola* era seu principal exemplo, tanto nas práticas de fé quanto nas de luta. E essa adoração era sabida e lamentada até pelos missionários católicos. Mas não só por eles. Afinal, quase sempre as rainhas Jingas agiram de acordo com seus próprios interesses, como veremos ao longo deste trabalho.

1.1 FRANCISCO NGOLA KANINI: UM “IMITADOR DA RAINHA JINGA”

Em abril de 1677, o governador geral da Angola portuguesa, Aires de Saldanha de Meneses, escreveu uma carta ao Conselho Ultramarino contando que Manicondo, um soba dos sertões, mandou seus representantes a Luanda para declarar que ele queria ser vassalo do rei de Portugal. Ao que parece, Manicondo desejava passar pelo rito de avassalamento que consagrava a fidelidade de governantes africanos ao rei de Portugal. O ritual era uma prática comum e relevante para a sobrevivência do estabelecimento português na África Centro-Occidental, pois os lusos necessitavam do apoio dos potentados da região para a garantia da ordem nos seus enclaves do interior e no fluxo do comércio luso-africano. No entanto, naquele ano de 1677, o governador de Angola não tinha certeza se deveria avassalar o soba Manicondo, uma vez que o soba já era uma chefia vassala do “rei Jinga”, um potentado influente nos sertões próximos às povoações lusas, nomeadamente, ao presídio de Pedras de Pungo Ndongo e ao de Ambaca.

A questão apresentada pelo governador Aires de Saldanha acabou sendo levada em consulta ao rei de Portugal em 18 de março de 1678. Aparentemente, Manicondo queria se

⁶³ Sobre os ngolas como deidades ver HEINTZE, **Angola nos séculos XVI e XVII**: estudos sobre fontes, métodos e história. Luanda: Kilombelombe, 2007, p. 211-212.

avassalar ao rei luso para, nas palavras do Conselho Ultramarino, “se livrar das opressões” que o rei Jinga poderia lhe fazer. No entanto, a maior autoridade da Angola portuguesa não tinha certeza se deveria aceitar ou não esse avassalamento porque no capítulo 10 do Regimento dos capitães-mores lhe era recomendado manter a paz com o “rei de Angola” que era, segundo ele, “o mesmo Jinga”⁶⁴ de quem Manicondo já era súdito.

A fim de ajudá-lo a tomar uma decisão, o governador convocou uma Junta, que foi reunida em Luanda. Nela, ficou decidido “não ser conveniente” o aceite da vassalagem nem para a reputação do governo e nem para a conservação do reino que dependia da “paz e união com os potentados”.⁶⁵ A Junta também acreditou que havia um problema logístico para a defesa do soba. Pois, como as terras de Manicondo ficavam no interior do reino do Jinga, à uma distância considerável da jurisdição lusa, alegou-se que as tropas não chegariam a tempo de socorrê-lo caso o embate com o dito rei ocorresse. Por outro lado, se as tropas armadas fossem enviadas antecipadamente, para garantir a segurança do vassalo, isso significaria uma óbvia invasão militar nas terras de “um rei, nosso amigo”. E esse ato, segundo os membros da Junta, poderia trazer “consequências danosas” à “aquietação e comércio” do reino. Por fim, ficou determinado que se não aceitasse a vassalagem do soba de Manicondo e nem de nenhum outro “com semelhante circunstância de serem súditos de algum rei com que tenhamos paz e amizade”.⁶⁶

Essa consulta sobre o avassalamento de Manicondo, apesar de comum dentro do cenário administrativo do Império Ultramarino português, é intrigante e guarda uma particularidade: pode ter sido o primeiro documento luso a mencionar um “rei jinga”, denominação ou título que seria recorrente nas fontes lusas, nos séculos seguintes, e que seria utilizada para se referir aos soberanos do Ndongo e da Matamba que sucederam a famosa Njinga Mbandi.⁶⁷ O rei Jinga mencionado, a quem Manicondo temia, era Francisco Guterres Ngola Kanini.

À época, Ngola Kanini chefiava uma série de invasões e conflitos a fim de expandir o território do seu reino e garantir novas áreas sob sua área influência. Até o grande reino de Cassanje precisou se defender de um iminente ataque do rei Jinga. Nesse sentido, é possível que o clima de insegurança produzido pelo *kilombo* jinga, que ameaçava até a Cassanje, tenha levado o soba Manicondo a enviar seus representantes a Luanda, buscando a vassalagem e o

⁶⁴ AHU, CONSULTAS DE ANGOLA, livro 1, códice 554: Fl. 16v, consulta de 12 de fevereiro de 1678. Disponível em: <https://digitarq.ahu.arquivos.pt/viewer?id=1146438>. Acesso em: 28 mai. 2023.

⁶⁵ Idem.

⁶⁶ Idem.

⁶⁷ Idem.

apoio luso contra o seu soberano. E reis existem e se fortalecem a partir da fidelidade de seu povo. Assim era com o rei de Portugal. Assim era com o rei Jinga.

Então, Francisco Guterres Ngola Kanini é o primeiro rei Jinga identificado na documentação portuguesa, sendo antecessor da rainha D. Veronica, mencionada no início deste capítulo.⁶⁸ Ambos eram irmãos e membros de uma família eminente que ganhou ainda mais relevância durante as disputas sucessórias após a morte de Njinga Mbandi.

A família de Francisco e D. Verônica era parte da nobreza que havia se cristianizado e que movimentou o reino contra o governo e as decisões de Jinga a Mona após a morte de D. Bárbara, irmã de Njinga. Para além dos embates religiosos, os dissidentes católicos queriam no poder D. João Guterres Ngola Kanini, que descendia do ramo de Ngola Kanini, um dos filhos do lendário *Ngola a kiluanje*. Na época em que Njinga Mbandi governava, João Ngola Kanini viveu em Ambaca, onde adotou os costumes portugueses e foi batizado com o sobrenome de seu padrinho, o capitão-mor João Guterres de Morais.⁶⁹ Após a batalha de *Ngolome a Kaíta*, em 1644, com a derrota dos portugueses para as forças de Njinga, Ngola Kanini e os seus foram capturados e tiveram que se justificar para a rainha. Em sua defesa, disseram que foram forçados a integrar as forças portuguesas. Njinga acabou por aceitar e confiar nos parentes, concedendo até o importante cargo de Muene-Lumbu (ministro principal) a João Ngola Kanini.

Exercendo um cargo influente em Matamba, Ngola Kanini parece ter angariado prestígio e muitos apoiadores. Talvez por isso, ele tenha sido o escolhido para comandar a ofensiva contra Jinga a Mona. Vencedor, D. João Ngola Kanini ascendeu ao poder do reino do Ndongo e da Matamba. Ele governou apenas de 1669 a 1670, mas os seus descendentes – D. Francisco, D. Veronica e seus sucessores⁷⁰ – governaram até o século XIX. São eles que aparecem nas fontes lusas dos séculos subsequentes como reis e rainhas jingas.

Após o falecimento de D. João Ngola Kanini, entretanto, os conflitos se renovaram. Seu filho e herdeiro, Luís Ngola, precisou disputar o poder, mais uma vez, com Jinga a Mona, que venceu a disputa e governou brevemente de 1670 a 1671. No entanto, o governo de Jinga a

⁶⁸ Ao sistematizar a cronologia dos reis do Ndongo e da Matamba, o historiador angolano Fernando Campos considerou Francisco Ngola Kanini como o primeiro soberano da dinastia que ele denominou de “dinastia Guterres”. Segundo o autor, essa dinastia contempla o período de governantes do Ndongo e Matamba que começa com D. Francisco Guterres e termina com o golpe contra D. Ana III, em 1767. Ver CAMPOS, Fernando. **Conflitos da dinastia Guterres através da sua cronologia**. África: Revista do Centro de Estudos Africanos (USP). São Paulo, 2006/2007. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/africa/article/view/90877>. Acesso em: 4 ago. 2023.

⁶⁹ Cadornega diz que D. João tinha um sobado na jurisdição de Ambaca com o nome de Ngola Kanini. Segundo ele, os descendentes de D. João continuaram de posse dessas terras. CADORNEGA, Antonio de Oliveira. **História Geral das Guerras Angolanas**. Tomo II. Agência Geral das Colônias, 1940, p. 168.

⁷⁰ Fernando Campos diz que essa sucessão de rainhas e reis que sucederam João Ngola Kanini fizeram parte do que ele denominou de “Dinastia Guterres”. CAMPOS, **Conflitos**, *Op. cit.*, *passim*.

Mona foi novamente interrompido por seus opositores. Dessa vez, os oponentes foram liderados por Francisco Guterres Ngola Kanini, outro filho de D. João.

Sobre esse soberano, Fernando Campos nos conta que, quando bebê, Francisco teria atraído a atenção da própria Njinga Mbandi que teria profetizado que a bela criança um dia seria rei. Já o militar Silva Correia, em sua “História de Angola”, o chama de “moço negro, de condição intrépida, foga e ânimo guerreiro”.⁷¹

Em sua disputa com Jinga a Mona, D. Francisco contou com o auxílio do *kilombo* do jaga Cabuco, aliado dos portugueses e habitantes da jurisdição de Ambaca. Conta Cadornega, que Jinga a Mona foi morto por D. Francisco que, na ocasião, imitou a rainha Jinga, “sua parenta”, virando o rosto para não ver “a quem tirava a vida”. Sem Jinga a Mona, D. Francisco pôde governar sem qualquer oposição e “obedecido de todos os seus vassallos do reino de Matamba e quilombo [sic]”.⁷²

No poder, Francisco Ngola Kanini entrou em um novo conflito. Dessa vez, com o jaga de Cassanje. Segundo Ralph Delgado, o soberano teria seguido para o *kilombo* do jaga para destruí-lo mas foi convencido a não fazê-lo pelos embaixadores de Cassanje que o lembraram das boas relações entre ambos os reinos, estabelecidas nos acordos feitos na época de Njinga Mbandi.⁷³ Aparentemente, os compromissos assumidos pela primeira Jinga não atenuaram seu ânimo para guerrear contra Cassanje. Mas o embate aconteceu em outro momento.

Com a morte e sucessão de D. Paschoal, soberano de Cassanje, veio um período de instabilidade e discórdia entre os macotas do falecido. E quando o novo “Jaga” ascendeu, com a intervenção portuguesa, ele resolveu se vingar dos dissidentes, dirigindo uma atenção especial a Quingoanga, soba do Mbondo, que teria reclamado o domínio do *kilombo*. Quingoanga acabou sendo escravizado e enviado a Luanda. A fim de protestar contra o Jaga, Luís Ndala, filho de Quingoanga e novo soba do Mbondo passou a prejudicar o comércio na região. O alvo dos ataques de Ndala foram os pumbeiros que faziam o comércio entre Cassanje e os enclaves portugueses.⁷⁴

Em sua contenda, Luís Ndala ganhou um aliado poderoso: o rei jinga. A disputa pode ter parecido providencial para os planos de domínio do rei do Ndongo e da Matamba. Nas

⁷¹ Idem, ibidem, p. 30; CORREIA, Elias Alexandre da Silva. História de Angola. In: PEREIRA, Magnus Roberto de Mello; e CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho da. **Elias Alexandre da Silva Correia: um militar brasileiro em Angola**. Curitiba: Editora UFPR, Coleção Ciência e Império, volume 3, 2014, p. 492.

⁷² Todas as informações deste parágrafo estão em CADORNEGA, **História Geral das Guerras Angolanas**, Tomo II, *op. cit.*, p. 356-358.

⁷³ DELGADO, *op.cit.*, p. 43

⁷⁴ Ralph Delgado diz que Luis Ndala se fiava no fato de que o acesso difícil a sua senzala lhe garantia proteção. DELGADO, *op. cit.*, p. 43.

palavras de Ralph Delgado, Francisco Kanini aproveitou a oportunidade para “enegrecer o panorama político de cores tão sombrias que a paz sertaneja ficou seriamente comprometida”.⁷⁵ Apesar da dramatização do autor, se considerarmos a consulta de 1677, o clima naqueles sertões parece ter sido de tanta insegurança que fez Manicondo procurar o avassalamento e o auxílio das tropas portuguesas. E nela podemos perceber que o status do rei jinga variava, sendo tanto um aliado e amigo que se devia temer, como indicou o governador em Luanda Aires de Saldanha, quanto “um levantado que vive de saltar”, como enfatizou Salvador Correia de Sá, o procurador da Coroa.⁷⁶

De fato, a inimizade entre o rei jinga e os portugueses só aumentou com o conflito envolvendo o Mbondo e o Jaga de Cassanje. Segundo Cadornega, após contar com o auxílio português para derrotar Jinga a Mona, D. Francisco esqueceu a amizade dos portugueses e tornou-se soberbo “mostrando seu mau ânimo e natural, imitador da rainha Jinga, sua parenta”.⁷⁷ Assim, em setembro de 1680, o rei jinga Francisco Ngola Kanini declarou guerra a Cassanje, destruiu todo o *kilombo*, matou Paschoal II e entronou Luís Ndala como “jaga”.⁷⁸ Ao mesmo tempo, o rei também autorizou um saque generalizado aos pumbeiros, libertou as pessoas aprisionadas para o tráfico atlântico e proibiu “todo o gênero de comunicação com os brancos”.⁷⁹ Além disso, os jingas atearam fogo em um acampamento do exército luso e da “guerra preta”, contando até com o auxílio dos sobas do Are que, até então, estavam do lado português.⁸⁰ Pareceu um sinal claro de rompimento de uma pretensa aliança entre os portugueses e os jingas.

Mesmo assim, o rei Jinga enviou um macota como embaixador a Luanda que, obviamente, foi mal-recebido pelo governador João da Silva Sousa, estando ele convencido que o propósito da embaixada não era se responsabilizar pelos conflitos, mas sim irritá-lo com razões “frívolas”. Justificando que o Jinga atacava o poder português e não pretendia indenizar os pumbeiros atacados, o governador decidiu pela guerra.⁸¹ Em agosto de 1681, sob suas ordens,

⁷⁵ Idem, p. 43-44.

⁷⁶ AHU, CONSULTAS DE ANGOLA, livro 1, cód 554: Fl. 16v. Consulta de 12 de fevereiro de 1678. Disponível em: <https://digitalq.ahu.arquivos.pt/viewer?id=1146438>. Acesso em: 28 mai. 2023.

⁷⁷ CADORNEGA, *op. cit.*, vol. 2, p. 402.

⁷⁸ Luís Ndala não ficou muito tempo em posse do *kilombo* de Cassanje. Assim que as tropas do rei Jinga se retiraram, ele se sentiu ameaçado e voltou ao Mbondo. Em consequência ascendeu um novo jaga da “dinastia dos Paschoais”, Kinguri kya Kasanje. DELGADO, *op. cit.*, 58.

⁷⁹ CORREIA, Elias, História de Angola, p. 492-493; CAMPOS, 2007, p. 30; DELGADO, *Op. cit.*, p. 58.

⁸⁰ TORRES, João Carlos Feo Cardoso de Castelo Branco e. **Memórias contendo a biografia do vice-almirante Luiz da Motta Feo e Torres**, a história dos governadores e capitães-generais de Angola, desde 1575 a 1825 e a Descrição Geográfica e Política dos reinos de Angola e Benguela. Paris, 1825. Versão digitalizada pelo Google Books.

⁸¹ DELGADO, *op. cit.*, p. 59.

as tropas portuguesas deixaram Ambaca para combater os jingas e retomar a normalidade do comércio.⁸² Foram 527 soldados, 50 cavaleiros e mais de 40 mil homens com arcos.⁸³ E por solicitação do governador, foram enviados ainda recrutas e cavalos do Brasil para combater o poder de Matamba.⁸⁴

Os jingas contaram com o apoio de sobas que “traíram” o lado português e derrotaram os lusos em algumas frentes.⁸⁵ O auge da guerra foi um ataque surpresa dos jingas no dia 4 de setembro de 1681. Logo no início da manhã, os jingas circundaram o acampamento luso e queimaram todo o arraial.⁸⁶ As tropas lusas ficaram atônitas. Na ocasião, conseguiram até matar o capitão da guerra preta, Luís Lopes de Sequeira, que era considerado, segundo Ralph Delgado, “um herói” militar por ter ajudado a “esfrangalhar” os reinos do Congo e Ndongo e “comprometer” o da Matamba.⁸⁷ Mas apesar desses sucessos, os jingas também perderam o rei Francisco Ngola Kanini, seu irmão, alguns macotas e muitos soldados na guerra.⁸⁸

Diante do conflito, o Conselho Ultramarino considerou que o governador João da Silva de Sousa ultrapassou os limites ao começar a guerra sem a devida autorização vinda de Lisboa. Por isso, acharam justo investigar se as suas razões foram pessoais ou pelo bem público.⁸⁹ O que parece é que João de Sousa escolheu a guerra por considerar o rei Jinga um perigo para a “conquista” e, possivelmente, para o bom andamento do comércio. Aos seus superiores, ele descreveu D. Francisco da seguinte maneira:

Por que como aquele rei Jinga fosse inimigo declarado de todos os portugueses, e todos os seus predecessores por se chamarem senhores de toda esta conquista [...] sempre cavilosamente inquietarão os negros mais poderosos destes sertões, para que desobedecessem a este governo, e se lhes pusessem como muitas vezes se tem visto, e cada instante se conhece, de mais de nos haver dado muitas ocasiões de quebra, e que no tempo passado obrigou aos governadores que foram destes reino a justamente fazer lhe guerra; com aquele rei pelas cousas referidas se mostrasse sempre capital inimigo desta Coroa [sic].⁹⁰

⁸² AHU, CONSULTAS DE ANGOLA, livro 1, cód 554: Fl. 29v. Consulta de 23 de agosto de 1682. Disponível em: <https://digitalq.ahu.arquivos.pt/viewer?id=1146438>. Acesso em: 28 mai. 2023.

⁸³ DELGADO, *op. cit.*, p. 59.

⁸⁴ FERREIRA, Roquinaldo. O Brasil e a arte da guerra em Angola (sécs. XVII e XVIII). **Revista Estudos Históricos** (Brasil-África): v.1, nº 39, 2007, p. 8.

⁸⁵ SILVA, A Manilha e o Libambo, *op. cit.*, p. 836.

⁸⁶ DELGADO, *op. cit.*, p. 60.

⁸⁷ Todas as palavras entre aspas são de DELGADO, *op. cit.*, volume 4, p. 69.

⁸⁸ O capitão Sequeira era famoso por ter matado o rei do Congo na Batalha de Ambuíla, em 1665, e por ter derrotado as tropas do reino do Ndongo na Batalha de Pungoandongo, em 1671. As informações do parágrafo encontram-se em CAMPOS, Conflitos da dinastia Guterres através da sua cronologia, *Op. Cit.*, p. 30-31.

⁸⁹ AHU, CONSULTAS DE ANGOLA, livro 1, cód 554: Fl. 33v: Consulta de 15 de março de 1689. Disponível em: < <https://digitalq.ahu.arquivos.pt/viewer?id=1146438> > Acesso em: 28 mai. 2023.

⁹⁰ CONSULTAS DE ANGOLA, livro 1, cód 554: Fl. 29v. Consulta de 23 de agosto de 1682. Fonseca também citou esse trecho em FONSECA, *Op. Cit.*, 2016, p.77.

O governador João de Sousa, portanto, tinha uma visão parecida com a de Salvador Correia de Sá: o rei jinga era um “levantado”. Ou seja, tinha poder para angariar apoio e agitar os sertões contra os lusos. Além disso, como mostra o trecho acima, Ngola Kanini também se via como senhor daquelas terras e nisso era reconhecido pelos governadores de Angola, tanto João de Sousa quanto Aires de Saldanha.

Todavia, para as autoridades em Lisboa, esse reconhecimento acerca da relevância de Ngola Kanini devia causar alguma preocupação. Em 1678, ao responder à consulta de Aires de Saldanha, Salvador Correia de Sá, ex-governador e procurador da Coroa, foi categórico ao afirmar que já não havia “rei de Angola” porque o era o das Pedras [de Pungoandongo], que havia sido derrotado em 1671. E completou que, “naquela conquista”, só tinha título o rei do Congo “e os mais o adquirem por Jagas.”⁹¹

Correia de Sá, portanto, quis lembrar ao governador em Luanda, que os portugueses tinham formalmente acabado com o poder do *ngola* (rei de Angola) e extirpado o Ndongo na batalha de Pungoandongo (Pungo-a-Ndongo ou Pedras de Maupungo), em 1671, quando os senhores do Are foram derrotados e retirados do poder.⁹² No entanto, as diferenças evidentes entre a fala do procurador em Lisboa e dos dois governadores em Angola pode nos ajudar a traçar o papel assumido pelo rei Jinga a partir do século XVII.

Por um lado, fica claro que apesar da batalha de Pungo Andongo, ocorrida cerca de sete anos antes da consulta sobre Manicondo, e que foi tida como um marco na destruição formal do Ndongo, os administradores e negociantes na Angola portuguesa ainda reconheciam a vitalidade do poder do *ngola*. Talvez o dito discurso de vitória sobre o “rei de Angola” só fizesse sentido para as autoridades que estavam em Lisboa e não tinham de presenciar a continuidade e influência daqueles jingas que ainda portavam a insígnia *ngola*. Mesmo assim, se o rei Jinga era considerado um “levantado”, isso mostra que ele não era irrelevante e que também conseguia incomodar aos que estavam no continente europeu. Por fim, esses apontamentos das autoridades lusas, tanto na Europa quanto na África, acabam por indicar a potência dos soberanos jingas e a permanência do poder do *ngola*, quisessem ou não os portugueses.

⁹¹ Grifo nosso. AHU, CONSULTAS DE ANGOLA, livro 1, cód 554: Fl. 16v. Consulta de 12 de fevereiro de 1678. Disponível em: <https://digitalq.ahu.arquivos.pt/viewer?id=1146438>. Acesso em: 28 mai. 2023.

⁹² Sobre essa batalha e o desterro da população de Pungo Andongo ver LARA, Silvia H. **Depois da batalha de Pungo Andongo (1671): o destino atlântico dos príncipes do Ndongo**. São Paulo: Revista de História, n. 175, p. 205-225, jul.dez., 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rh/a/WwigYpXN3FZY6HLYkgrRsyL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29 dez. 2023.

Talvez tenha sido para afrontar a percepção dos súditos em Luanda e reafirmar o seu poder, que o rei de Portugal respondeu essa questão, em correspondência de 23 de março de 1678, recomendando que Aires de Saldanha aceitasse a vassalagem de *todos* os candidatos à religião católica.⁹³ No entanto, não sabemos quando e se houve a efetivação desse acordo de vassalagem com Manicondo.

De todo modo, veremos nas páginas seguintes que os diversos soberanos da Matamba e do Ndongo continuaram a ser *ngolas* e tidos, maiormente, como inimigos, pela Coroa portuguesa. Nos séculos seguintes, esses personagens serão referenciados como reis ou rainhas jingas e não como “jagas”, como queria o procurador Correia de Sá. A seguir e por todo este trabalho, veremos a continuidade da força dos reis e rainhas de Angola nos séculos XVIII e XIX, apesar do discurso de vitória e extermínio ligado à batalha de Pungoandongo.

Nos séculos seguintes, nos sertões do vale do Kwango, os jingas assinalaram sua soberania sobre suas terras, dependentes e sobre suas transações comerciais. Nesse sentido, defendemos ainda que a influência e altivez dos soberanos de Jinga na região derivava de sua ancestralidade e posição titular enquanto *ngolas* e herdeiros políticos de Njinga Mbandi. Por esses fatores, e como sinalizou o governador João de Souza, os jingas se reconheciam como donos daquelas terras, as quais os portugueses se supunham conquistadores.

É possível ainda que com o título de *ngola* e jinga, herdeiros do Ndongo e de Njinga Mbandi, os soberanos fossem tidos como divindades pelos povos da região. Talvez por isso, eles continuaram a receber a deferência e o pagamento de tributos dos mesmos titulares, cujos sobados reverenciavam os *ngolas* nos séculos XV e XVI, a exemplo dos sobas da Kisama.⁹⁴

Mas ali no século XVII, as tropas portuguesas conseguiram silenciar aquele rei jinga Francisco Ngola Kanini no campo de batalha. No entanto, como veremos ao longo deste trabalho, a morte ou deposição de um *ngola* não significava o fim da mobilização e da luta jinga. Após a morte de D. Francisco, em setembro de 1681, os territórios de Jinga passariam a ser comandados por uma nova soberana, sua irmã D. Verônica Guterres Ngola Kanini. Foi D. Veronica a próxima a portar o título de Jinga e chefiar aqueles sertões belicosos e a primeira, desde Njinga, a ser chamada de “rainha jinga”. Mas antes de passarmos para o seu reinado, é importante analisarmos o papel político desempenhado por algumas mulheres naqueles territórios.

⁹³ Grifo nosso. DELGADO, Ralph. **História de Angola**, vol. 4. Edição do Banco de Angola, 1971, p. 44 e nota 1.

⁹⁴ Segundo Joseph Miller, em 1798, “sucessores dos governantes da Kisama ainda enviavam tributos aos herdeiros dos antigos ngola a kiluanji que, nessa data, se tinham deslocado para o rio Wamba e usavam os títulos portugueses de ‘reis jingas’”. MILLER, Poder político e parentesco, *op. cit.*, p. 77. Trataremos da deferência dos kisamas em relação aos jingas no capítulo 4.

1.2 TERRA DE RAINHAS

Começemos com um mito. Conta a tradição oral dos imbangalas que quando seu primeiro chefe – o *kinguri* – deixou as terras do leste da Luba ou Lunda em direção ao oeste, foi dito a ele que havia homens brancos com boas armas em Kazanga (Luanda), nas terras da rainha Njinga. Como esse chefe foi assassinado antes de chegar ao litoral, coube ao seu sobrinho, “Cassanje ka Imba ou Cassanje a Kulaxingo”, guiar os imbangalas com direção ao Atlântico. Cassanje, porém, não era forte o suficiente para enfrentar a dita soberana Njinga que, então, teria proibido a comunicação e qualquer negócio dos imbangalas com os brancos estabelecidos na ilha de Luanda.⁹⁵

Continuando na narrativa, é dito que como alguns sobas e macotas de Njinga estavam insatisfeitos com sua chefia, eles se aliaram a Cassanje. Com a ajuda deles, o chefe imbangala teria expulsado Njinga de Luanda e convidado o “chefe” dos portugueses a saírem da ilha para se instalarem no continente. E como os portugueses temiam Njinga, Cassanje prometeu ajudá-los a enviá-la para longe do litoral. Foi em colaboração, então, que eles tomaram as terras daquela rainha.

Esse relato sobre a migração imbangala da Lunda para o litoral, seu contato com os portugueses e seu ataque ao Ndongo foi colhido na metade do século XIX e utilizado por Jan Vansina (1963) para contar a história da fundação do reino de Cassanje. Chama a atenção no relato como as terras de *ngola*, onde os lusos desembarcaram no século XVI, são tidas, na verdade, como terras de Njinga, rainha do século XVII. Portanto, para aqueles imbangalas do século XIX, a memória mais forte não eram dos diversos *ngolas* homens do Ndongo, mas sim de uma governante mulher, uma Rainha Jinga.

Porém, esclarece Vansina, essa tradição imbangala não menciona “rainha”, mas sempre “rei Nzinga” (sic). E isso mesmo quando se tratava da rainha Njinga Mbandi do século XVII.⁹⁶ Nesse ponto, podemos nos questionar: Njinga era referenciada como “rei” por ser *ngola*? Qual teria sido a palavra utilizada e traduzida como “rei”? O autor não dá mais detalhes nesse sentido, mas causa estranhamento que a uma personagem tão significativa para aquelas populações até a contemporaneidade seja imputado um título, aparentemente, masculino. Talvez tenha sido a

⁹⁵ Todo esse relato está em VANSINA, Jan. **The Foundation of the Kingdom of Kasanje**. The Journal of African History.V. 4, n. 3, Cambridge: 1963, p. 360. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/180028>>. Acesso em: 05 jul. 2023.

⁹⁶ VANSINA, Jan. The Foundation..., *op. cit.*, p. 360, nota 21.

partir dessas mesmas narrativas que Joseph Miller afirma que *ngola* era um título masculino.⁹⁷ No entanto, o fato de *ngola* ser tido como um título masculino pelos imbangalas da contemporaneidade pode ser uma consequência do modo de vida e dos valores já bem influenciados pela tradição do Ocidente cristão, onde a mulher assume um caráter de submissão frente ao masculino e bem divergente do ativo papel das mulheres nas sociedades abundas e imbangalas do passado.⁹⁸

As sociedades abundas são matrilineares. Ou seja, todo indivíduo pertence ao clã materno e toda a descendência e transmissão de bens e poder é estabelecida a partir da linhagem da mãe e da sua comunidade. Obviamente, o sistema matrilinear não significa a adoção de uma organização social baseada na centralidade do poder feminino, ou seja, um sistema matriarcal.⁹⁹ No entanto, ele poderia proporcionar relevância e influência às mulheres, visto vir delas a pertença social e territorial das linhagens.¹⁰⁰

Além disso, mulheres tinham um papel produtivo fundamental em grande parte das sociedades africanas pelos diversos trabalhos assumidos por elas no cultivo da terra, na manufatura, na mineração e no comércio e também pelas óbvias funções reprodutivas.¹⁰¹ Em todos os estratos sociais, as mulheres cumpriram diversas funções essenciais para a manutenção de suas sociedades antes e após a chegada dos portugueses na África centro-ocidental. Nem todas elas estiveram em posições de poder e chefia, mas algumas cumpriram funções relevantes em suas sociedades de origem e na Luanda criada pelos lusos mas movimentada pela influência, pelo mercadejar e pelo trabalho delas.¹⁰²

⁹⁷ Miller apenas diz que “Ngola a Kiluanje” era um título masculino e tinha vários títulos masculinos a ele subordinado mas não se aprofunda na questão. Ver MILLER, Poder político e parentesco, *op. cit.*, p. 17.

⁹⁸ O próprio Miller reforça que os historiadores imbangalas contam as histórias do grupo pelo prisma político e social de seu próprio tempo. MILLER, **Poder político e parentesco**, *op. cit.*, p. 13.

⁹⁹ Selma Pantoja aponta que, apesar da matrilinearidade, a maior forma de autoridade entre os mbundu ficava com os homens. Possivelmente, os “tios” das linhagens. Ver PANTOJA, Selma. **Nzinga Mbandi: Mulher, Guerra e Escravidão**. Brasília: Thesaurus, 2000.

¹⁰⁰ Ver BATSÍKAMA, **Poder no feminino**, *op. cit.*, *passim*.

¹⁰¹ Como disse Selma Pantoja, nessas sociedades agrícolas baseadas nas relações de parentesco, na gerontocracia, na linhagem e no trabalho feminino “havia uma relação íntima entre produção e reprodução”. PANTOJA, Selma. **Nzinga Mbandi: Mulher, Guerra e Escravidão**. Brasília: Thesaurus, 2000. Consultar ainda CÂNDIDO, Mariana. **Women in Angola**. Oxford Research Encyclopedia of African History. Oxford: Oxford University Press, 2018, *passim*.

¹⁰² Os trabalhos de Suely Almeida, Vanessa Oliveira, Mariana Cândido e Selma Pantoja mostram a agência das mulheres comerciantes e proprietárias em Luanda e Benguela dos séculos XVIII e XIX, destacando a importância delas para as trocas de mercadorias importadas em produtos africanos e para a integração do homem e imigrante europeu nas redes locais de comércio. As comerciantes foram fundamentais para o desenvolvimento e abastecimento da comunidade mercantil luandense. Cf. ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro de. O feminino ao leste do Atlântico. Vendedeiras, regateiras, peixeiras e quitandeiras: mulheres e trabalho nas ruas de Lisboa e Luanda (séculos XVI-XVIII). In: GUEDES, Roberto (org.). **África: brasileiros e portugueses (séculos XVI-XIX)**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2013. OLIVEIRA, Vanessa dos Santos. **Slave Trade and Abolition: Gender, Commerce, and Economic Transition in Luanda**. Madison: University of Wisconsin Press, 2021. CÂNDIDO, Mariana. **Women in Angola**. Oxford Research Encyclopedia of African History. Oxford: Oxford University Press,

Desse modo, se foram várias as mulheres que cultivaram o solo, negociaram mercadorias em caravanas, foram escravizadas, carregaram seus filhos, foram poucas as que chefiaram territórios. No caso do Ndongo, uma sociedade essencialmente e fortemente hierarquizada, devemos ter cuidado ao estender para todas as mulheres daquele território a liberdade, a influência social e o poder que as mulheres da elite possuíam. A existência das rainhas Jingas não pode ser tida como prova de uma sociedade igualitária para homens e mulheres e, tampouco, de indicação da prevalência do poder feminino.

Por outro lado, estamos nos referindo a um território em que, nos seus mitos de fundação, o feminino ocupa lugar de centralidade. Em uma das versões, o Ngola Inene, o fundador do reino, teve uma filha chamada Samba a Ngola. Para Miller, essa mulher é a representação do povo samba que teria levado a insígnia *ngola*, representada como um instrumento de ferro, para os ambundos do Ndongo.¹⁰³ O povo samba habitava uma região próxima ao rio Lukala e foram os fundadores do reino de Matamba que, em kimbundu, se chamava Masamba.¹⁰⁴ Essa versão mostra as profundas ligações entre os reinos de Matamba e Ndongo. Relações que se fortaleceriam ainda mais sob o reinado de Njinga Mbandi.

O primeiro título de um soberano com poder baseado no *ngola* teria sido o Kiluanje kya Samba e surgido justamente próximo a Matamba, à leste do Ndongo. Em outra versão da lenda, contada por Cavazzi, Ngola Musuri, outro nome para o rei-fundador do Ndongo, teria sido morto em um golpe liderado por um criado e, a partir de então, foi substituído por uma filha de nome Zunda dya Ngola, a principal ancestral dos chamados ndongos (ou andongos), subgrupo dos ambundos. Porém, a irmã da nova rainha, chamada Tumba dya Ngola, entrou em guerra contra a nova soberana e matou seu filho.¹⁰⁵ De acordo com Patrício Batsíkama, foi em parceria

2018. CÂNDIDO, Mariana. Women's material world in Nineteenth Century Benguela. CÂNDIDO, Mariana P; JONES, Adam. **African Women in the Atlantic World: Property, Vulnerability & Mobility, 1660-1880**. Suffolk: Boydell Brewer, 2019. CÂNDIDO, Mariana; RODRIGUES, Eugênia. African Women's Access and Rights to property in the Portuguese Empire. **African Economic History**, University of Wisconsin Press, v. 43, 2015, pp. 1-18. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/44329624>. Acesso em: 2 ago. 2024. PANTOJA, Selma. Gênero e comércio: as traficantes de escravos na região de Angola. **Travessias**. Revista de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa, Lisboa n.4/5, 2004.

¹⁰³ Essa narrativa pode indicar que além dos instrumentos de ferro, os samba podem ter ensinado aos ambundos as técnicas de fundição do metal. Os *jingola* (plural de *ngola*), por sua vez, eram instrumentos de ferro, que poderiam ser um machado, uma faca ou uma enxada, e que tinham utilidade nas sociedades ambundas, tanto nas questões práticas quanto na comunicação com o sobrenatural. Com tais ferramentas de ferro, as linhagens poderiam garantir o cultivo das terras, o sedentarismo, a reprodução da população e o deslocamento das aldeias quando fosse necessário. Ver MILLER, **Poder político e parentesco**, *op. cit.*, p. 63-64.

¹⁰⁴ MILLER, *ibidem*, p. 54, p. 65 (nota 21), p. 74.

¹⁰⁵ MILLER, *ibidem*, p. 75. Heywood diz que os nomes das filhas do primeiro *ngola* eram Hohoria Ngola e Zundu a Ngola, sendo Hororia a responsável pelo golpe contra a irmã. A autora acredita que Njinga escutava as histórias dessas ancestrais quando criança e destaca que as mulheres da elite do Ndongo participavam das reuniões e círculos onde eram tomadas as decisões. HEYWOOD, *Jinga de Angola*, *op. cit.*, p. 21.

com Ngola a Kiluanje, que essa mulher estabeleceu as bases do reino do Ndongo, assentando a tradição da conquista do poder a partir do infanticídio e fratricídio.¹⁰⁶

Portanto, foi a partir do conflito entre as irmãs que surgiu o *Ngola a Kiluanje Kya Samba*, que estabeleceu o reino do Ndongo na bacia do rio Kwanza. De acordo com Miller, *kiluanje* significa “conquistador”, o que poderia indicar que os ambundos viam esse título como importante no avanço das suas instituições de poder.¹⁰⁷ Sendo o reino de Jinga a continuação e transformação dos estados do *ngola*, o título “kiluanje kya samba” continuará aparecendo nos documentos lusos até o século XIX em referência aos reis jingas e outras chefias centro-africanas, como veremos ao longo deste trabalho.

Partindo desse ponto, é improvável que o título *ngola* seja um título masculino, como defendeu Miller.¹⁰⁸ Obviamente, na documentação consultada, nenhuma das Rainhas Jingas são mencionadas como *ngola*, já que a língua portuguesa tem palavras exatas para cada gênero. Dessa forma, rainha é o termo utilizado pelos lusos para intitulá-las e é também o termo adotado por elas para se corresponder com essas autoridades. Mas, tomando por base a relevância da figura feminina para a formação daquele reino, acreditamos que *ngola* era um termo que independia de seu ocupante. E, como *ngolas*¹⁰⁹, as rainhas Jingas tinham todos a elas subordinados. Seus súditos eram seus filhos, sua posse.

Todavia, mulheres em posição de poder não era uma exclusividade do Ndongo. Entre os imbangalas, por exemplo, se creditava à fundação da instituição *kilombo* (acampamento guerreiro) à figura mítica de uma mulher, Temba Andumba. Teria sido ela, a responsável pela criação das principais normas guerreiras (as *kijilas*) e o estabelecimento do rito do *maji a samba*, o unguento sagrado feito para ser espalhado no corpo dos combatentes antes da batalha). A partir de então, seria função de outras mulheres, a *tembanza*, a principal esposa do chefe do *kilombo*, o preparo do *maji a samba* antes das batalhas.¹¹⁰

¹⁰⁶ Patrício Batsíkama também afirma que o nome das filhas do fundador do Ndongo era Holo ria Ngola e Nzundu a Ngola. BATSÍKAMA, Patrício. **O poder no feminino**. Luanda: Solwidi, 2022, p. 51. Versão kindle.

¹⁰⁷ Miller pontuou que a posição *ngola* só ganhou mérito quando foi associada, ou se tornou “filha” da posição “kiluanje kya samba”, a qual estava subordinada. MILLER, *op. cit.*, p. 74-75. Patrício Batsíkama, por sua vez, defende que toda posição, entre as diversas linhagens ambundas, era conquistada por meio de alianças e interesses e não necessariamente pela via hereditária. BATSÍKAMA, **O poder político entre os mbundu**, *op. cit.*, p. 130.

¹⁰⁸ Possivelmente, o título independia do gênero que o ocupava como aconteceu em outras partes da África. Ver o caso do título “obá” em OYEWÜMÍ, Oyèrónké. **A invenção das mulheres**: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. 1ª ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021, p. 65.

¹⁰⁹ As Jingas também podem ter sido referenciadas como *mwene* (ou muene). Patrício Batsíkama chama a soberana de “*Mwêne Njing’a Mbândi*”. BATSÍKAMA, **O poder político entre os mbundu**, *op. cit.*, p. 109. Tampouco “mwene” (ou muene) era uma palavra exclusiva para mulheres, visto que os próprios ambundos chamavam o rei de Portugal de “mwene puto”, como é largamente sabido.

¹¹⁰ SOUZA, Marina de Mello e. *Kilombo em Angola: Jagas, ambundos, portugueses e as circulações atlânticas*. In: SANTOS, Vanicléa Silva; PAIVA, Eduardo França (org.). **África e Brasil no Mundo Moderno**. São Paulo: Annablume, 2013, p. 144.

No Congo, por sua vez, nobres como D. Leonor Nzinga a Nlaza (esposa de D. João I), D. Catarina (esposa de D. Afonso I), D. Ana Afonso de Leão (esposa de Afonso II), dentre outras, tiveram funções relevantes na Casa Real, na religião católica e influenciaram decisões políticas.¹¹¹ Também no contexto congues, teria sido uma mulher, Nsîmba Vita (Kimpa Vita ou D. Beatriz), a responsável por organizar um movimento religioso e político na elite conguesa que possibilitou a reunificação do Congo e a tomada da ordem após a desintegração do reino na batalha de Ambuíla, vencida pelos lusos, em 1665.¹¹² Há ainda a presença de governantes mulheres nas províncias da periferia do Congo. Nas terras de Ovando, por exemplo, uma rainha teria mandado seus embaixadores saudarem o capitão-mor do presídio de Encoge quando esse foi estabelecido em 1758.¹¹³

Mulheres também estiveram em posição de poder em outros territórios centro-africanos. No reino que se transformaria no Império Lunda, tido como lugar de origem dos imbangalas, Lueji A'Nkonde (ou à Conte) foi a senhora e herdeira daquelas terras, a *suana murunda* (soberana), e mãe do primeiro Muatiânvua.¹¹⁴ Outras personagens femininas aparecem também chefiando sobados tanto em territórios próximos a Luanda quanto em Benguela.¹¹⁵

¹¹¹ De acordo com Thornton, o Congo nunca aceitou uma mulher como sua governante oficial. Mas o autor também aponta vários casos de mulheres que governaram províncias daquele reino e de D. Ana Afonso que chegou ao ápice de governar o Congo por um curto período de tempo. THORNTON, John. *Elite Women in the Kingdom of Kongo: Historical Perspectives on Women's Political Power*. **The Journal of African History**, Cambridge University Press, New York, v. 47, n. 3, 2006, pp. 437-460. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/4501072>. Acesso em: 20 jul. 2024, p. 438 e p. 456.

¹¹² Sobre Nsîmba Vita e a rainha do Congo D. Ana Afonso ver BATSIKAMA, **O poder no feminino**, *op. cit.*, p. 184. Sobre Nsîmba ver também THORNTON, John. **The Kongoese Saint Anthony: Dona Beatriz Kimpa Vita and the Antonian Movement, 1684-1706**. Cambridge, United Kingdom; New York, NY Cambridge University Press, 1998. E ainda VAINFAS, Ronaldo; SOUZA, Marina de Mello e. *Catolização e poder no tempo do tráfico: o reino do Congo da conversão coroada ao movimento antoniano, séculos XV-XVIII*. **Tempo**. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, v.3, n.6, dez/1998, pp. 95-118. E sobre D. Leonor ver THORNTON, *Elite Women in the Kingdom of Kongo*, *op. cit.* Idem. **Afonso I Mvemba a Nzinga King of Kongo: His life & Correspondence**. Indianapolis: Hackett Publishing Company, 2023.

¹¹³ ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO. Ministério do Reino, maço 605. Correspondência recebida de Angola (1760-1805), docs sem paginação. Carta do governo Antonio de Vasconcelos a Tomé Joaquim da Costa Corte Real. Ministério do Reino, mç. 605, nº 1, 06 de maio de 1760. O mesmo documento consta no AHU-CU-Angola, Cx. 43, doc. 21. A referência de que Ovando era uma província tributária do Congo está em COLLO, Paolo. **Sogno: Bamba, Pemba, Ovando E Altre Contrade Dei Regni Di Congo, Angola E Adiacenti**. Ricci, 1986.

¹¹⁴ Aparentemente, após a sua morte, “Suana Murunda” tornou-se uma posição de destaque dentro da nobreza lunda, simbolizando Lueji, como a figura criadora do poder (o lucano) legado aos Muatiânvua. Ver CARVALHO, Henrique Augusto Dias de. *Etnografia e história tradicional dos povos da Lunda*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1890, *passim*. Versão do Google Book. Disponível em: https://www.google.com.br/books/edition/Ethnographia_e_historia_tradicional_dos/XrkwbIdo2YIC?hl=pt-BR&gbpv=0. Acesso em: 09 ago. 2024. Ainda é importante indicar a leitura do emblemático romance de PEPETELA. Lueji – O Nascimento de um Império. São Paulo: LeYa, 2015.

¹¹⁵ Mariana Cândido cita duas governantes em Cambabe: D. Joana Quioza no século XVII e D. Ana Soba em 1790. A autora também menciona a presença feminina em sobados em Benguela. CÂNDIDO, Mariana. **Women in Angola**. *Op. cit.*, p. 3. Roquinaldo Ferreira menciona o caso da soba Axila Bangi no século XVIII. FERREIRA, **Cross-cultural**, *op. cit.*, p. 78. Em sua memória, Antonio Gil também menciona casos de mulheres que eram sobetas. GIL, Antonio. **Considerações sobre alguns pontos mais importantes da moral religiosa e sistema de**

De fato, mulheres ocuparam posições de poder em diversas partes da África. Como soberanas, rainhas-mães e sacerdotisas, mulheres comandaram, ordenaram e influenciaram as esferas de sociedades de diferentes regiões africanas.¹¹⁶ Em um cenário em que o poder feminino não era incomum, a ascensão de Njinga Mbandi e o domínio de suas sucessoras não foi uma exclusividade em terras centro africanas.

Enfim, é devido a esse contexto e a própria relação da fundação do Ndongo com as figuras femininas das irmãs Zunda e Tumba que Mariana Bracks defende a legitimidade de Njinga para assumir trono do Ndongo em 1624, após a morte de seu irmão Ngola Mbandi. Para a autora, a questão da ilegitimidade de Njinga, simplesmente pelo fato de ser uma mulher, foi uma criação do governador Fernão de Sousa como medida para intensificar a posse das terras do Ndongo e apoiar a ascensão de um rei aliado dos lusos, Are (ou Hari) a Kiluanje. Além disso, como visto anteriormente, o fato de Njinga angariar o apoio de sobas avassalados ao rei de Portugal e asilar escravizados fugidos representava um perigo para o “reino e conquista” portuguesa em Angola. Era preciso deslegitimá-la. Foi na tentativa de sustar o movimento de diferentes povos em torno de Njinga¹¹⁷, que Fernão de Souza passou a questionar a sua legitimidade, defendendo que, por ser mulher, ela não tinha direito a governar. Nesse sentido, ele também passaria a disseminar uma imagem de Njinga como uma usurpadora, bárbara e assassina de seu irmão.¹¹⁸

jurisprudência dos pretos do continente da África Ocidental portuguesa além do Equador, tendentes a dar alguma ideia do caráter peculiar das suas instituições primitivas numa série de memórias. Lisboa: Tipografia da Academia, 1854, p. 22.

¹¹⁶ Há uma discussão acerca da imagem das rainhas-mãe como figuras estruturantes e essenciais ao poder real em algumas sociedades africanas. Essas rainhas-mãe, portanto, não eram apenas figuras honoríficas e de importância apenas por serem genitoras de soberanos, como vemos nas monarquias europeias. Em alguns casos elas não eram nem mesmo a mãe biológica do rei mas sim uma posição assumida por uma mulher. Dentro do contexto diverso do continente africano, as formas de poder eram múltiplas e uma posição, como a de “rainha-mãe”, podia divergir significativamente de um povo para outro. COHEN, Ronald. *Oedipus rex and regina: the queen mother in Africa*. Cambridge University Press. **Africa: Journal of the International African Institute**, v. 47, n. 1, 1977. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1159191>. Acesso em: 29 ago. 2024. STOELTJE, Beverly J. *Asante Queen Mothers: A Study in Female Authority*. In: Kaplan, Flora E.S. (ed.). **Queens, Queen Mothers, Priestesses, and Power: Case Studies in African Gender**. New York, New York: New York Academy of Sciences, 1997. FARRAR, Tarikhu. *The Queenmother, Matriarchy, and the Question of Female Political Authority in Precolonial West African Monarchy*. **Journal of Black Studies**, Vol. 27, n. 5, 1997. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2784870>. Acesso em: 9 jul. 2024.

¹¹⁷ Heintze pontua que logo após a recusa de Njinga em devolver os escravizados fugidos, Fernão de Sousa começou a questionar a sua legitimidade. HEINTZE, Angola nos séculos XVI e XVII, *op. cit.*, p. 337.

¹¹⁸ Para o debate acerca da legitimidade de Njinga ver THORNTON, Legitimacy and Political power: Queen Njinga, 1624-1663, *op. cit.* FONSECA, *op. cit.*, p. 134-135. É interessante reparar que em uma entrevista dada em agosto de 2016, o Ngola Kiluanje Buba Nvula Dala Mana, 44º rei do Ndongo, foi entrevistado em Marimba e disse que Njinga era sobrinha de Ngola Kiluanje e que os portugueses não quiseram aceitar que o reino fosse governado por uma mulher. Ele disse: “no entanto, os portugueses não se conformavam com uma mulher entornada à rainha, temendo a sua determinação materna em defesa da terra.” O vídeo está em: <https://www.youtube.com/watch?v=Z765DHatPOA&t=408s>. Acesso em: 10 mar. 2023.

A partir de então, as fontes lusas divulgaram – e parte da historiografia acatou – a narrativa acerca da impossibilidade de uma mulher ocupar a posição *ngola* para justificar a interferência e apoio luso ao ramo dos senhores do Are.

Desse modo, como senhora do Ndongo e da Matamba, Njinga esteve em guerra, entre 1624 e 1657, dominando territórios, impondo sua soberania sobre pessoas e dificultando o comércio e a ocupação dos lusos. Com o título de *ngola* ou não, Njinga foi além de outros soberanos pela sua força e habilidade de conquistar e reunir, em seus domínios, múltiplas identidades e povos. De acordo com sua irmã, Kambu (depois D. Bárbara), a afamada invencibilidade de Njinga vinha do fato de que ela era “*ngola* que ninguém ousa pegar”.¹¹⁹ Ou seja, ela era uma deidade respeitada e reconhecida pelas populações vizinhas.

Suas sucessoras, as Rainhas Jingas, mantiveram essa postura combativa e soberana – e, como tal, foram amplamente criticadas nas fontes lusas. Afinal, essas mulheres imperaram no trono do reino Jinga do Ndongo e da Matamba, entre os séculos XVII e XIX, e impuseram uma série de dificuldades às pretensões políticas e comerciais dos lusos nos sertões de Angola.¹²⁰ Fernando Campos destaca o papel dessas soberanas da seguinte forma:

Essas rainhas, melhor que os reis que detiveram o poder geralmente em períodos governativos curtos, tinham o condão de manter a unidade dos seus povos assente em sólidas bases histórico-sociais, mas atravessando um período de coesão discutível. A rainha de maior reputação foi sem dúvida Nzinga (ou Jinga) a Mbandi a Ngola, que se batizou cristãmente com o nome D. Ana de Sousa, e de época anterior à de D. Verônica I. A fama de uma rainha Jinga sempre constituía uma bandeira à volta da qual muitos povos circunvizinhos lutavam denotadamente pela integridade dos seus territórios contra os comuns invasores [sic].¹²¹

Herdeiras do título, das conquistas, da fama e do espírito guerreiro da primeira Jinga, as diversas governantes, a partir do século XVII, reuniram em torno de si súditos e chefes aliados contra as imposições estrangeiras em seus territórios e comércio. Entre os séculos XVII e XIX, período de governo e influência delas, a posição *ngola* foi ocupada por essas mulheres. E mesmo não tendo sido referenciadas com esse título nas fontes lusas, elas parecem até – a contar pelas mesmas fontes – ter cumprido esse papel de soberania de maneira mais efetiva do que seus congêneres masculinos. Nesta pesquisa, registramos sete Rainhas Jingas:

¹¹⁹ HEINTZE, *op. cit.*, p. 213.

¹²⁰ As várias rainhas também foram trabalhadas por FONSECA, Mariana Bracks. **Ginga de Angola: Memórias e representações da rainha guerreira na diáspora**. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2018, p. 46-56.

¹²¹ Ver CAMPOS, Fernando. A data da morte da Rainha Jinga D. Verônica I (parte I). **África**, nº 4, 79-103, 1981, p. 82.

TABELA 1: AS RAINHAS JINGAS

	JINGA	PERÍODO DE GOVERNO
1	Verônica Ngola Kanini	1681 – c.1721
2	Juliana	1741-1742
3	Ana II	1742 – 1756
4	Verônica II	c. 1756 – c. 1758
5	Ana III	c. 1758 - 1765
6	Ana Morile Acabango	c. 1790 - ?
7	Ngana Quissanga	1837-1830

A sistematização dessas soberanas e seu período de governo foi feita a partir do diálogo entre as informações encontradas nas fontes primárias e a cronologia da “Dinastia Guterres” pensada por Fernando Campos.¹²² Duas dessas rainhas, no entanto, eram desconhecidas e se revelaram ao longo da nossa pesquisa: D. Ana Morile e Dona Ngana Quissanga.

Ao longo dos séculos XVIII e XIX, essas mulheres ditaram o ritmo da vida, da diplomacia e das trocas mercantis no Ndongo e na Matamba e nos territórios que lhes eram vizinhos. É a política de estado dessas rainhas, suas guerras, suas relevantes influências sobre territórios e pessoas, e suas especialidades como exímias comerciantes que analisaremos a seguir. Nascidas do mito, sucedendo a mais afamada estadista da época, não é exagero dizer que essas mulheres mudaram e marcaram a história da África centro-ocidental.

1.3 D. VERÔNICA: A PRIMEIRA JINGA DEPOIS DE NJINGA

A primeira rainha jinga após Njinga Mbandi foi D. Verônica Guterres Ngola Kanini, a soberana que mencionamos no início deste capítulo, cuja resistência em abandonar seus diversos maridos irritou os missionários capuchinhos no final do século XVII. D. Verônica sucedeu seu irmão, o rei Francisco Ngola Kanini, morto em batalha contra os portugueses em setembro de 1681.

Há uma confusão em torno do nome dessa soberana nas fontes. Em algumas, ela aparece como D. Victoria, em outras, como D. Verônica. Fernando Campos (1982), porém,

¹²² Há uma versão mais completa desta tabela com a inclusão também dos reis jingas no Anexo 1 desta tese.

consultando documentos da Universidade de Coimbra, revela que a própria rainha teria declarado que o seu nome era Veronica. É com esse nome que nos referiremos a ela, considerando tanto o estudo de Campos, quanto a existência de outra governante jinga homônima, D. Verônica II, na década de 1750.

No início de seu reinado, a primeira D. Verônica enviou uma embaixada a Luanda e assinou um tratado de vassalagem em 1683. Nele, a “senhora rainha Jinga” aceitou: admitir os clérigos católicos em sua terra; a abrir, os caminhos do comércio para os pumbeiros que passassem por suas terras ou fossem comerciar com os potentados de Sonso, Quiacar, Puriamujinga, Sundi, Casem e Damba; obrigar que todos os seus vassalos pagassem os débitos que possuíam com os pumbeiros dos moradores de Luanda; suspender o pagamento do crime de *upanda* pelos pumbeiros¹²³; proibir o comércio com fazendas estrangeiras, vindas do Loango e levadas pelos “mubins” (mubires); e a pagar as despesas que o governo de Luanda teve com a guerra contra seu irmão. A rainha também teve que aceitar que o jaga de Cassanje era vassalo “somente” do rei de Portugal e “independente” e que, por isso, deveria ser firmada a paz e amizade entre ambos os reinos.¹²⁴

Apesar de aceitar os clérigos católicos em suas terras, como estabelecido no acordo de 1683, a paz entre o Estado Jinga e Portugal seria novamente abalado em diversas ocasiões. Em 1689, o governador João de Lencastre comunicava sua intenção de fazer uma guerra contra D. Veronica. Foi dito que a rainha Jinga havia ofendido, aprisionado e esbulhado um soba fiel à Coroa portuguesa e que, por isso, deveria ser castigada. O Conselho respondeu, porém, que não era momento para a guerra visto que Angola se encontrava sem recursos para despesas com uma expedição. O governador foi, então, instruído a “dissimular com Jinga”, deixando para outra ocasião o castigo e a ajuda ao “amigo”. Aos conselheiros era importante conservar a conquista “mais no respeito que nas forças”, visto que as forças dos negros eram “muito maiores”.¹²⁵

Aparentemente, um novo tratado de paz foi assinado nesse ano de 1689 a fim de sustar as animosidades. E essa medida teve alguns anos de sucesso. Mas no início do século XVIII, foram registradas novas queixas contra D. Veronica. Em 1709, o governador Antonio de

¹²³ Os lusos dão a entender que os macotas jingas e suas esposas praticavam o estratagema de alegar que algum pumbeiro havia cometido o crime de *upanda* ou *opanda* (adultério) com elas para penalizá-lo com a perda de suas fazendas. No tratado, foi exigido que nenhum pumbeiro perdesse suas mercadorias por causa desse crime, mas sim, tivesse a orelha cortada caso realmente fosse comprovado o ato. E a mulher do macota ofendido também deveria ser penalizada. Sobre esse artigo do acordo de vassalagem ver DELGADO, op. cit., p. 68. Sobre a *upanda* ver FIGUEIREDO, João. Política, escravatura e feitiçaria em Angola (séculos XVIII e XIX). Tese de Doutorado. Universidade de Coimbra, 2015, *passim*.

¹²⁴ Todas as informações deste parágrafo acerca do tratado de 1693 estão em DELGADO, op. cit., p. 66-68.

¹²⁵ AHU, CONSULTAS DE ANGOLA, livro 1, código 554, Fl. 63: Consulta de 18 de novembro de 1689.

Saldanha mostrou sua preocupação acerca das consequências de um ataque que um aliado luso, mencionado como o “nosso Jaga”, havia feito contra “Menequiseque”, um soba da rainha jinga. O fato narrado pelo governador mostra um sertão de tensões. Tudo teria se desenrolado após o *ngolambole* da rainha ter ido atacar o soba Cahenda, mas não ter conseguido encontrá-lo porque ele havia fugido para Ambaca. Na volta para Jinga, no entanto, a tropa do *ngolambole* encontrou-se com quatro homens ligados ao dito Jaga e os levou como prisioneiros. O Jaga, então, retribuiu a afronta atacando “Menequiseque”, aliado de Jinga, queimando sua *mbanza*, matando e levando aprisionadas várias pessoas ligadas ao soba.

Em carta tanto ao capitão-mor de Pedras quanto ao Conselho Ultramarino, o governador disse temer “qualquer dano que a dita rainha nos possa fazer” e ressaltou a importância de “examinar os movimentos da dita Jinga” para prevenir as fortalezas da jurisdição lusa.¹²⁶ Por isso, ele reuniu um destacamento de infantaria de Luanda e Massangano e os enviou tanto para Ambaca quanto para o presídio de Pedras. Ambos “presídio fronteiros” ficaram com “cem homens além de sua lotação”.¹²⁷

Ao narrar esse episódio de conflito entre Jinga e o soba Cahenda, em sua “História de Angola”, o militar Silva Correia faz uma descrição da força da rainha Jinga naqueles sertões. De acordo com ele,

A Rainha Jinga, vaidosa por herança e tribulenta por costume sofrendo a inviolabilidade da paz que pela fidelidade da palavra exercitava com seus vizinhos as irrupções do seu gênio, e ainda que os sobas vassallos da nossa Coroa devessem ser incluídos na observância da mesma paz; não sofria a sua altivez que gozasse deste indulto os que haviam nascido para serem súditos seus. Este orgulhoso pensamento lhe fulminava pronta guerra, sem que as causas se pudessem discutir (...), a mais leve desconfiança era um fantasma horrível que assombrava o rompimento de infatigáveis hostilidades. O soba Cahenda, vindo a ser uma destas vítimas inocentes, sentiu nos seus Estados os açoitamentos daquela Potência [sic].¹²⁸

O trecho mostra a potência de D. Verônica e como os seus vizinhos estavam sujeitos aos seus desígnios ou, na verdade, a sua política expansionista, como veremos logo adiante. Correia também mostra as limitações portuguesas ao mencionar que a vassalagem de Cahenda à Coroa não podia “isentar a inopinada fúria de uma soberana soberba, astuta e poderosa”.¹²⁹

¹²⁶ AHU, Cx. 20, d. 2053, 13 dezembro 1709: Carta do governador de Angola (Antonio de Saldanha de Albuquerque Castro e Ribafria) para o capitão-mor do presídio de Pedras.

¹²⁷ AHU, Cx.20, d. 2058, 26 setembro 1710: Carta do governador de Angola (Antonio de Saldanha de Albuquerque Castro e Ribafria) ao rei falando mais sobre os conflitos entre o Jaga e o *ngolambole* de Jinga.

¹²⁸ CORREIA, História de Angola, *Op. cit.*, p. 520.

¹²⁹ Idem.

Apesar dessas declarações, Correia também buscou desenhar a reação lusa ao ataque a seu vassalo de modo mais heroico do que a mencionada carta do governador expõe. Nesse sentido, ele disse que Antonio de Saldanha intimou a rainha Jinga a devolver as “presas” feitas nas terras de Cahenda caso não quisesse que os portugueses os fossem defender de “tão escandaloso procedimento”. Nas palavras do militar, foi essa “resoluta e ameaçante proposição” que “desarmou as iras de Jinga” e a fez devolver as pessoas aprisionadas a Cahenda, dentre elas, um importante macota que a rainha acusou de ter sido o motivo do seu ataque ao soba.¹³⁰

John Thornton, por sua vez, afirma que o avanço de D. Veronica às terras de Cahenda só foi interrompido pelos bandos imbangalas chefiados por Kalandula, um dos “jagas” aliado dos lusos e residente próximo ao presídio de Ambaca. Nesse sentido, talvez fosse Kalandula o “nosso jaga” mencionado por Antonio de Saldanha e atacado pelos jingas. Apesar do temor do governador, o parecer do Conselho Ultramarino destacou a importância da “conservação daquele reino”, recomendando que o governador não o arriscasse com um conflito bélico, pois

das guerras se podem seguir algumas consequências mui prejudiciais e principalmente quando as nossas forças são tão poucas que não podemos tomar toda a satisfação aos negros nossos inimigos e só se devem fazer quando se não possam evitar, mas podendo recorrer-se a prudência e manha que este será o caminho mais seguro.¹³¹

O ataque das forças da rainha contra Cahenda fez parte de uma série de invasões que a rainha Jinga estava promovendo entre 1709 e 1710. Nessa época, o insucesso na tomada do território do soba vassalo da Coroa portuguesa, fez a Jinga se voltar e conquistar partes do território Hungu localizado entre o território de Matamba e Nsonso (ver mapa abaixo). Para Thornton, foi com D. Veronica que o reino de Jinga conseguiu se reconstruir como um grande poder regional.¹³²

¹³⁰ CORREIA, *História de Angola*, *Op. cit.*, p. 520-521.

¹³¹ AHU, Cx.20, d. 2058, 26 setembro 1710: Carta do governador de Angola (Antonio de Saldanha de Albuquerque Castro e Ribafria) ao rei falando mais sobre os conflitos entre o Jaga e o *ngolambole* de Jinga.

¹³² Todas as informações do parágrafo estão em THORNTON, John K. *A history of West Central Africa to 1850*. Cambridge, United Kingdom; New York, NY: Cambridge University Press, 2020, p. 237-238.

informações adicionais sobre a governante. A exceção encontrada é uma correspondência do governador de Luanda com D. Ana Morile Acabango, soberana de Jinga em 1796, que não é mencionada nem por Fernando Campos (2006/2007) e nem por John Thornton (2020), e cujas ações trataremos no quarto capítulo.

Ao que parece, essas rainhas jingas eram as comandantes de uma guerra constante para demarcar seu poder no vale do Kwango e contra a expansão contínua dos lusos nas terras e no comércio da região. Na década de 1740, outra guerra explodiu entre jingas e lusos e uma nova rainha jinga estava no poder. É esse conflito e o comércio como palco da guerra que analisaremos a seguir.

CAPÍTULO 2: O COMÉRCIO DAS RAINHAS JINGAS: O CASO DA GUERRA DE 1744

No dia 04 de fevereiro de 1744, a feira de Kambamba (ou Cambamba) acontecia como de costume com a comercialização de fazendas e pessoas. Muita gente estava ali à venda nesse conhecido mercado de escravos dentro dos sertões de Jinga, quando o comércio foi interrompido por alguns guerreiros que chegaram roubando, matando e aprisionando os presentes.¹³⁶ Possivelmente, os agentes do assalto obedeciam às ordens de sua principal chefia: a rainha Jinga. Na ocasião, eles teriam angariado em fazendas e pessoas o alto valor correspondente a 500 escravizados. Surpreendidos pela brutalidade com que a feira foi encerrada naquele dia, e sem chances de defesa, restou aos representantes do poder luso em Luanda amargarem o prejuízo com os feridos e alimentarem a sede de vingança.

A análise das causas e consequências desse ataque jinga na feira de Kambamba será a principal temática deste capítulo. Mas antes de observarmos esse contexto de conflito, é preciso abrimos um parênteses para definirmos o espaço territorial onde ele ocorreu, o que denominaremos como os “sertões de Jinga”.

No dicionário português de Bluteau, mas revisado por Antonio de Moraes Silva, de 1798, o termo sertão é definido como “interior”, o “coração das terras” e “mato longe da costa”. Já a historiografia que trata dos sertões de Angola, o define como um espaço de disputas, de fronteiras flexíveis e de domínio irregular (MARQUES, 2019; MIGUEL, 2021). Os sertões do Reino e Conquista de Angola português estavam limitados aos territórios do interior imediato à Luanda, onde se concentravam os presídios de Muxima, Cambambe, Ambaca e Pedras e as feiras estabelecidas nessas jurisdições. A essas pequenas ilhas de poder luso, como bem pontuou Carolina Corrêa (2019), contrapunha-se um mar bravio de potentados que se rebelavam com frequência. Nesse sentido, pensamos os “sertões de Jinga” como aquelas terras à leste de Ambaca e à oeste de Cassanje, que sofriam influência direta dos soberanos de Jinga e que estavam em frequente disputa com os espaços de domínio português, notadamente o presídio de Ambaca.¹³⁷

Além disso, por ter sua capital localizada no vale do Kwango, em Matamba, as terras de Jinga tinham papel de destaque no fornecimento de escravizados para, ao menos, duas rotas

¹³⁶ Sobre a feira de Kambamba ver MILLER, Joseph. **Way of death**: merchant capitalism and the angolan slave trade 1730-1830. Wisconsin: The University of Wisconsin Press, 1988, p. 213.

¹³⁷ Sobre os sertões de Angola como espaço de rebeldia ver também ALFAGALI, Crislayne. **Ferreiros e Fundidores da Ilamba**: uma história social da fabricação de ferro e da Real Fábrica de Nova Oeiras (Angola, segunda metade do séc. XVIII). Luanda: Fundação Dr. Antonio Agostinho Neto, 2018, p. 56-57.

Furtado em 1790 ; Gravada em Pariz por ordem do Major João Carlos Feo Cardozo de Castello Branco e Torres em 1825. - Escala [ca 1:9800], "30 legoas" = [0,60 cm]. - Paris : [s.n.], 1825. - 1 mapa : p&b ; 52,60x36,70 cm, em folha de 56,10x40,50 cm. Versão da Biblioteca Nacional de Portugal. Disponível em < <https://purl.pt/33036>>. Acesso em: 26 jul. 2023. [adaptado]

Nesse mapa, contudo, não consta nenhuma localidade com o nome de Kambamba nas terras de Jinga. Na documentação, a “grande feira de Kambamba” é referenciada como o local do ataque dos jingas.¹³⁹ É fato que, talvez, o autor do mapa não tivesse informações suficientes ou mesmo interesse em detalhar as terras do Ndongo, Jinga, Cassanje e Holo. Estudando o ataque da “rainha de Matamba” aos portugueses em 1744, Roquinaldo Ferreira (2012, p. 22) considerou que ele deve ter acontecido dentro da jurisdição do presídio de Cambambe. Por outro lado, de acordo com Joseph Miller (1988, p. 144), havia uma conhecida feira de escravizados chamada Kambamba (que ele escreve assim com “k”) nos sertões de Jinga. As autoridades lusas, porém, apontaram que a dita feira ficava dentro de sua jurisdição.¹⁴⁰

Considerando o modo como o ataque se deu, sem chances de defesa para os portugueses, é possível que ele tenha acontecido dentro do território das rainhas jingas e não em local tão próximo às armas lusas que, por outro lado, nem sempre estavam preparados e com tropas suficientes para reagir. De todo modo, sendo em Cambambe ou Cambamba¹⁴¹, o fato é que os jingas surpreenderam as autoridades luso-africanas e dificultaram o comércio naquele dia de fevereiro de 1744.¹⁴²

2.1 D. VERÔNICA OU D. ANA: QUAL FOI A JINGA QUE CHEFIOU O ATAQUE A KAMBAMBA?

Além da rapidez do ataque, a surpresa do governo de Luanda também se deu pelo fato de que a Coroa portuguesa e o reino jinga estavam em paz, formalmente, desde 1683. Naquela ocasião, como visto no capítulo anterior, as partes haviam assinado um acordo em que a rainha

¹³⁹ AHU-Angola, Cx. 37, d. 3520, “Termo do que se determinou na Junta que se fez sobre se castigar a rainha Ginga”, 13 de abril de 1744.

¹⁴⁰ Idem.

¹⁴¹ Optaremos, no entanto, por mencionar que o ataque aconteceu em Cambamba, com “a” no final, para seguir a documentação. Buscando o significado dessa palavra, de acordo com o dicionário de Cordeiro da Matta, Kambâmba era um substantivo diminutivo de “mbamba” e significava “chicote” ou “bengalinha”. CORDEIRO DA MATTa, *op. cit.*, p. 12.

¹⁴² Henrique de Carvalho diz que a guerra foi motivada porque a rainha Jinga matou um homem branco e roubou alguns pumbeiros. CARVALHO, Henrique A.D. de. **O Jagado de Cassange na província de Angola**. Lisboa: Typographia de Christovão Augusto Rodrigues, 1898, p. 67.

D. Veronica concordou, dentre outras coisas, em franquear os caminhos para os pumbeiros luso-africanos, castigar qualquer súdito seu que impedisse o comércio, aceitar missionários em suas terras e a pagar com duzentos escravizados, em um prazo de quatro anos, os custos da guerra feita contra seu irmão, o rei D. Francisco Guterres, em 1681.¹⁴³

A surpresa das autoridades, comerciantes e moradores dos enclaves luso-africanos, bem como as informações sobre o tratado de paz com D. Veronica estão no “termo do que se determinou na Junta que se fez sobre castigar a Rainha Jinga”, de 13 de abril de 1744.¹⁴⁴ Esse documento nos dá vários detalhes acerca daquele acontecimento em Kambamba. Porém, o termo assinado pelo governador João Jacques e demais membros da junta, não menciona o nome da rainha Jinga a ser castigada, mas nos leva a crer que se tratava de D. Veronica, aquela mesma que ascendeu em 1681. Uma prova disso é a reclamação de que ela não pagou a dita dívida contraída na guerra contra “*seu irmão*”.

As maiores queixas arroladas pela Junta vinham das dificuldades impostas pela rainha ao comércio. Segundo eles, há tempos os jingas prejudicavam o negócio nos sertões e os enganavam com capitulação de pazes, tendo até assinado um segundo acordo no ano de 1689.¹⁴⁵ Talvez esse segundo termo tenha sido acordado no contexto daquela guerra que quis fazer o governador João Lencastre no ano de 1689 e sobre a qual o Conselho Ultramarino o proibiu, mandando-o fingir não ver os ataques de D. Veronica aos vassalos da Coroa portuguesa.

Agora na década de 1740, uma Jinga novamente fechava os caminhos, matando, assaltando ou impedindo a passagem dos pumbeiros, o que prejudicava o fluxo de escravizados levados ao litoral luandense. Entretanto, ao mesmo tempo que impedia o fluxo de gente para o trato luso, a Jinga deve ter mantido a normalidade do seu comércio de gente e mercadoria que partia em direção a portos como Ambriz e Loango. Para o governador, o fato mostrava que estava “esquecida totalmente a Jinga do respeito que em toda parte maiormente neste reino lograram sempre as armas de Portugal”.¹⁴⁶

Nesse sentido, é preciso abrir um parêntese para destacar que o ataque aos pumbeiros, os comerciantes itinerantes que ligavam diferentes mercados e localidades, era prática corriqueira naqueles sertões. De acordo com Adriano Parreira, os pumbeiros sempre enfrentaram diferentes desafios de natureza comercial, política e até ecológica, por

¹⁴³ Ou seja, D. Veronica ficou responsável por custear aquela guerra, mencionada no capítulo anterior, que envolveu D. Francisco, Cassanje e o soba do Mbondo.

¹⁴⁴ AHU, Cx. 37, d. 3520, “Termo do que se determinou na Junta que se fez sobre se castigar a rainha Jinga”, 13 de abril de 1744.

¹⁴⁵ Eles mesmos declaram que a rainha jinga utilizava as capitulações de paz para os enganar. AHU, Cx. 37, d. 3520, “Termo do que se determinou ...”, *op. cit.*

¹⁴⁶ AHU, Angola, Cx. 37, d. 3520, 21 de julho de 1745.

atravessarem a savana. Dentre os desafios de ordem política estavam os ataques, roubos e assassinatos promovidos por diferentes chefias.¹⁴⁷ Afinal, nem sempre esses agentes comerciais levavam paz aos sertões. Em 1660, por exemplo, a rainha Njinga Mbandi reclamou que os pumbeiros que iam negociar em Matamba eram “atrevidos e desonestos”, pois soltavam seus escravizados para depois alegarem fuga e, possivelmente, roubo para descreditar o comércio no seu reino.¹⁴⁸ Apesar disso, como notou Parreira, o ataque aos pumbeiros foi, muitas vezes, tido como pretexto para uma “guerra justa” pelos lusos.¹⁴⁹

Por isso, é importante lembrar que no mencionado tratado de paz entre os lusos e D. Veronica I, assinado em 1683, foi regulamentada a circulação dos pumbeiros nas terras de Matamba/Jinga e a proteção da integridade física e das mercadorias levadas por eles.¹⁵⁰ Mas não é improvável que esse acordo tenha sido descumprido em diferentes momentos, visto que só a permanência dos pumbeiros nas feiras era, por vezes, causadora de conflitos.¹⁵¹ No caso Jinga, é provável que essas tensões mercantis tenham culminado, 60 anos depois, no dito episódio em Kambamba.

No entanto, quando os jingas fizeram esse ataque em 1744, D. Veronica I já devia ser uma octogenária. De acordo com Silva Correia, durante o governo de João Jacques de Magalhães, a rainha Jinga vivia há sessenta anos “em fiel trato e comunicação com os portugueses” quando “tornou a provocar em seu dano” as armas portuguesas.¹⁵² O autor não fala de Kambamba, mas menciona que a paz foi interrompida pelo assassinato de um comerciante branco e pelo roubo das fazendas do morto e de vários pumbeiros que estavam no local. Sua informação nos leva a entender que aquele ataque foi ordenado por uma rainha guerreira, idosa e disposta a romper antigos acordos comerciais e políticos com os lusos.

Por seu turno, Fernando Campos nos dá outra cronologia em relação à vida da rainha. De acordo com ele, D. Verônica governou por cerca de quarenta anos e morreu nos idos de 1721. Porém, já na velhice, ela teria deixado de combater os estrangeiros e permitido que os

¹⁴⁷ O autor cita os casos de diferentes chefias que promoveram ataques aos pumbeiros: o ndembu Ambuíla em 1649, os sobas do Libolo em 1650 e o soba Ngolomen-a-Kaita entre 1657 e 1658. PARREIRA, Adriano. **Economia e sociedade em Angola na época da rainha jinga, século XVII**. Lisboa: Editorial Estampa, 1990, p. 128-129.

¹⁴⁸ PARREIRA, *Op. cit.*, p. 129.

¹⁴⁹ Idem.

¹⁵⁰ PARREIRA, *Op. cit.*, p. 129.

¹⁵¹ Parreira menciona, inclusive, que às vezes os sobas estimulava conflitos a fim de roubar as mercadorias dos pumbeiros. Ver PARREIRA, *op. cit.*, p. 129.

¹⁵² CORREIA, *op. cit.*, p. 543.

missionários comessem a cristianizar seu reino.¹⁵³ Já Thornton mostra que naquele mesmo ano de 1721, a rainha estava aliada com o dembo Ambuíla e, ambos, ameaçavam Luanda.¹⁵⁴

Em sua cronologia da “dinastia Guterres”, Campos explica que D. Afonso I, filho e sucessor de D. Verônica, teria mantido a política religiosa de cristianização, encarando “com simpatia a presença de missionários no seio do seu povo.”¹⁵⁵ E, nesse sentido, diferentemente de sua mãe, os vinte anos de governo de D. Afonso teriam sido amistosos com os valores e interesses portugueses.¹⁵⁶ Porém, as fontes mostram outra versão acerca desse governante.

Em carta de 1727, o governador de Angola, Paulo Loureiro de Albuquerque, diz que teve a notícia de que os embaixadores do rei Jinga estavam a caminho de Luanda para acordar a vassalagem do soberano. O fato estava causando alvoroço na cidade, visto tratar-se de um “antigo e poderoso inimigo” da Coroa portuguesa e que causava grande perturbação com “suas guerras”.¹⁵⁷ Outro documento que complementa as informações do primeiro é um requerimento de Manuel Matoso de Andrade, do ano de 1748. Andrade contou que quando era capitão-mor do presídio de Pedras, no tempo do governador Rodrigo César de Meneses (que governou de 1721 a 1728), ele precisou defender a fortaleza “por se achar na vizinhança do rei Jinga, de cujo poder e astúcia se fazia preciso todo o cuidado”.¹⁵⁸

Ainda de acordo com a cronologia sistematizada por Campos, D. Afonso teria sido sucedido por sua filha, D. Juliana¹⁵⁹ que, por sua vez, foi sucedida pela irmã D. Ana. Era essa D. Ana II que estaria reinando em 1744 durante o ataque em Kambamba. Mesmo citando o documento produzido pela Junta em Luanda, em 1744, Campos não analisa a referência direta ao tratado de 1681 assinado com D. Veronica e nem o mencionado parentesco de “irmãos” entre Francisco Guterres e a Jinga reinante. Nesse sentido, e sem citar suas fontes, John Thornton segue a mesma cronologia afirmando que durante a guerra de 1744 – resultante do ataque em Kambamba – quem estava no poder de Matamba era D. Ana II.¹⁶⁰

¹⁵³ CAMPOS, Fernando. A data da morte da Rainha Jinga D. Veronica I (parte II). *África*, nº 5, 72-104, 1982, p. 104.

¹⁵⁴ THORNTON, *op. cit.*, p. 238. Sobre essa confederação ver capítulo 1.

¹⁵⁵ CAMPOS, Fernando. A data da morte da Rainha Jinga D. Veronica I (parte II). *África*, nº 5, 72-104, 1982, p. 88.

¹⁵⁶ CAMPOS, **Conflitos da dinastia Guterres**, *Op. Cit.*, p. 32-33.

¹⁵⁷ AHU, cx. 26, D. 2569, Carta do governador de Angola Paulo Loureiro de Albuquerque ao rei de Portugal: 26 de setembro de 1727.

¹⁵⁸ AHU, Angola, cx. 39, doc. 3681: 16 de agosto de 1748 (o requerimento é do ano de 1748, mas Manuel Matoso de Andrade conta os seus feitos na época do governo de Rodrigo de Meneses).

¹⁵⁹ Fernando Campos acredita que D. Juliana tenha tido um reinado curto entre 1741 e 1742. Sobre ela, ele escreveu um trabalho chamado “D. Juliana Guterres, rainha de Angola” (1966), que não conseguimos encontrar. CAMPOS, **Conflitos da dinastia Guterres**, *op. cit.*, p. 33.

¹⁶⁰ APPIAH, Kwame A; GATES JR, Henry L. Encyclopedia of Africa. Volume 1. Oxford University Press, 2010, Versão do Google Books, p. 147, verbete “Matamba”. Disponível

Enfim, nós não possuímos instrumentos para encerrar a questão e afirmar se a Jinga que reinava em 1744 era D. Veronica I ou D. Ana II. Mas é provável que se tratasse da última, visto ter havido, de fato, um rei Jinga que governou a partir de 1721, considerando o requerimento do ex-capitão Manuel Matoso de Andrade. Entretanto, escolhemos por referenciar a chefe das ações de 1744 simplesmente como rainha Jinga. Não para apenas copiar o modelo da documentação portuguesa, mas para enfatizar o seu papel enquanto possuidora de um título significativo que mobilizava aquelas populações. Ao longo do documento da Junta, a Jinga que chefiou o ataque é retratada como uma rainha que utilizava ataques aos pumbeiros e aos missionários e falsos tratados de paz para continuar a agir contra os portugueses até aquele ano de 1744.

2.2 O MONOPÓLIO COMERCIAL DO REINO DE JINGA: O HOLO E AS RAZÕES DA GUERRA

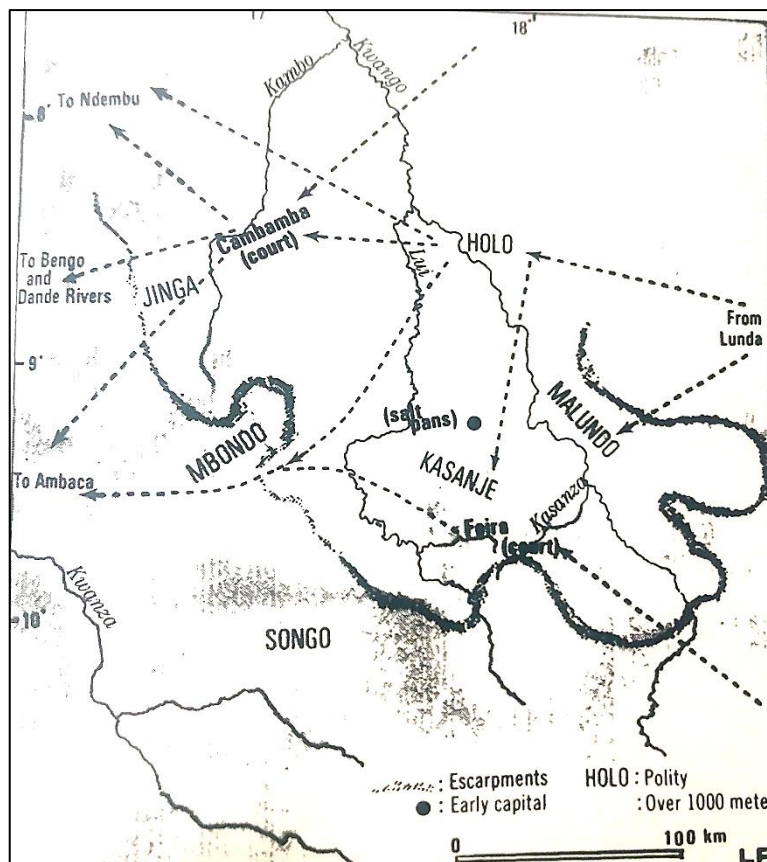
Obviamente, não consta no termo da Junta as razões da rainha Jinga para o ataque. Mas a partir de outros documentos, bem como do diálogo com a historiografia é possível perceber que o reino de Portugal e o de Jinga não estavam em paz desde 1683, como alegado pela junta e pelo militar Alexandre da Silva Correia em sua “História de Angola”. Na verdade, havia uma aparente e permanente desconfiança de ambos os lados. E os conflitos só aumentaram quando os agentes do poder luso resolveram buscar a comunicação direta com Holo, mexendo com as bases do monopólio do reino jinga no comércio negreiro.

Das terras de Holo¹⁶¹, à leste de Matamba/Jinga e Cassanje, no vale do Kwango (ou Cuango ou Coango) vinham parte substancial das pessoas comercializadas por esses reinos e com destino tanto para as rotas portuguesas quanto para aquelas do norte, que passavam pelos Dembos e desembocando nos portos da baía de Ambriz, Cabinda, Molembo e Loango. Holo era um território posicionado na fronteira com o Império Lunda e que recebia dele e de seus conflitos militares grande número das pessoas que eram comercializadas por Jinga e Cassanje. No mapa abaixo, é possível observar a configuração desses territórios no interior angolano.

em: https://books.google.com.br/books/about/Encyclopedia_of_Africa.html?id=A0XNvklcqbWC&redir_esc=y. Acesso em: 26 mai. 2023.

¹⁶¹ Para Miller, Holo está entre os reinos jagas “mbundizados”. MILLER, Poder e parentesco, *op. cit.*, p. 259.

Mapa 3: O fluxo de comércio no vale do Kwango



Fonte: MILLER, *Way of Death*, 1988, p. 211.

De acordo com os estudos de Joseph Miller, os escravizados originados na Lunda seguiam para Holo e, depois, eram negociados na feira de Kambamba, no reino de Jinga, a mesma feira do ataque em 1744. Já aqueles que deixavam Lunda e Holo em direção a Cassanje seguiam para a Feira, principal ponto de comércio na terra do “Jaga”. Ao controlar Holo, portanto, Jinga e Cassanje exerciam forte domínio sobre o fornecimento de cativos para os locais de comércio do vale do Kwango. Por isso, ambos não permitiam o acesso dos lusos a esse mercado.¹⁶² Afinal, esses reinos não desejavam o contato próximo da comunidade e dos comerciantes das jurisdições lusas com as terras lundas.

Unidos aos planos políticos e ao monopólio comercial de Jinga e Cassanje estava uma série de chefias da região. Sobre isso, na década de 1750, um emissário luso enviado ao vale do Kwango relatou que os potentados ao sul do rio, como Jinga, Cassanje, Marimba a Cogi, Cassanje Camocunza, Calunga Guêé, Cogi a Cassonde, Muetto Agumbo, Gombe a Ollo,

¹⁶² Cf. FERREIRA, Roquinaldo. *Cross-Cultural Exchange in the Atlantic World: Angola and Brazil during the Era of the Slave Trade*. Cambridge University Press – African Studies, 2012, p.22

Xingiri, Matamba¹⁶³ e Caxinga proibiam que se fizesse comércio com os portugueses. Sobre os motivos dessa proibição, ele diz:

E a razão de sua teima e ordem é, além de outras particularidades, para que se não ponham os portugueses da outra banda do Rio, e lhe tiremos o comércio dos escravos de que vivem e os deixemos avassalados e sujeitos a presídios e não nos façamos senhores dessas muitas gentes que habitam tão dilatadas terras [sic].¹⁶⁴

Esse relato produzido em 1751 mostra que os povos daquela região, entre eles, os jingas, – cuja chefe se intitulava senhora e rainha daqueles reinos¹⁶⁵ – evitavam o contato comercial com os portugueses a fim de se manterem em posse de seus territórios e negócios. Esse fato mostra ainda que, possivelmente, aqueles povos já reconheciam que sua influência e poder na região dependia do controle do comércio de gente e mercadorias e do acesso aos produtos estrangeiros. Nesse sentido, talvez o rápido ataque dos jingas em Kambamba seja uma prova violenta da confirmação dessa proibição contra os representantes lusos e dessa política de monopólio.

No entanto, os estados das Jingas tiveram que lidar com a presença estrangeira no comércio dentro de suas fronteiras e em comunicação com um grande parceiro comercial. No ano de 1739, alguns homens chegaram à Luanda dizendo-se enviados pelo potentado de Holo, então interessado em comercializar diretamente com os lusos. Antes disso, o governante Holo já havia tentado contato comercial direto com Luanda por três vezes.¹⁶⁶ Segundo o relatado na nova ocasião, Holo mandou aqueles homens, seus “escravos”, para presentear o governador João Jacques, declarar que queria ser vassalo do rei de Portugal e permitir que “os brancos” e seus pumbeiros fossem comercializar em sua terra. O potentado dizia que estava em guerra com Jinga e Cassanje, pois ambos o proibiam de negociar com os lusos, ao mesmo tempo em que adquiriam escravizados por preços muito baixos em sua terra. Esse último ponto sugere que até o valor de compra das pessoas era ditado pelos dois grande reinos.

O conflito, no entanto, intrigou as autoridades em Luanda. Afinal, se Jinga e Cassanje tinham poder sob Holo e todos estavam em guerra, como a comitiva do potentado chegou ao

¹⁶³ Sebestyén e Vansina falam que essa Matamba mencionada por Leitão se referia a um domínio que ficava na confluência dos rios Lui e Cuango e que não deve ser confundido com o reino de Matamba/ Jinga. Teria aquele potentado alguma relação com os herdeiros da Muhongo-Matamba, antiga rainha de Matamba, que Njinga deixou governando uma província do seu reino após tirá-la do poder? SEBESTYÉN, Evá; VANSINA, Jan. *Angola's Eastern Hinterland in the 1750s: a text edition and translation of Manoel Correia Leitão's "Voyage" (1755-1756). History in Africa*, Volume 26, January 1999, p. 355.

¹⁶⁴ *Idem*, p. 314.

¹⁶⁵ *Idem*, p. 314.

¹⁶⁶ FERREIRA, *Cross-cultural...*, *op. cit.*, p. 22

litoral? E por que só naquela ocasião? A resposta estava com quem os acompanhava: Francisco Roque Souto, homem experimentado nos sertões e nas rotas escravistas.

Trabalhando com a sua biografia, Roquinaldo Ferreira (2012) destacou que Roque Souto era um homem branco, que iniciou sua carreira como capitão de navio negreiro, fazendo a travessia atlântica entre Salvador e Angola. Posteriormente, ao se estabelecer nos sertões angolanos, ele exerceu múltiplas funções de prestígio. Dentre elas, e a que mais nos interessa, por ora, é a de embaixador enviado para negociação com Holo.¹⁶⁷

Na ocasião da chegada daquela comitiva a Luanda, o negociante contou suas estratégias para chegar até aquela chefia. Segundo ele, após adquirir um escravo nas terras do Holo, ele enviou o mesmo cativo, acompanhado por outro ladino de nome Caetano, para saber se o Holo gostaria de ser vassalo do rei de Portugal. O potentado teria afirmado seu desejo e que “estimaria muito” se o negociante fosse ao seu território. Contudo, ao tentar executar essas tratativas, Francisco Roque acabou sendo aprisionado nas terras de Jinga. Só quando conseguiu fugir, ele chegou até Holo e acompanhou seus representantes até Luanda “por caminhos desviados e ocultos”.¹⁶⁸ Possivelmente, evitando os jingas.

Em encontro privado com o governador, Francisco Roque deu mais detalhes sobre suas experiências na terra do Holo. Apesar de dois diferentes relatos, a dita experiência do negociante revela as minúcias da comercialização de pessoas nos sertões de Angola, de onde saiu grande parte dos escravizados que chegaram ao Brasil. Roque disse ao governador que tinha ido ao Holo duas vezes. Na primeira, o negociante teria sido acompanhado por “seis negros armados e doze de cargas” e passado pelas terras de Jinga sem impedimento. Em uma salina localizada no trajeto, ele ainda teria se encontrado com muitos empacaceiros (negros armados) que lhe perguntaram se precisava de seu trabalho, ao que ele negou. E talvez sua intenção em mencionar esse detalhe fosse para enfatizar o caráter pacífico da sua expedição. Por fim, quando chegou ao destino, as negociações se fizeram da seguinte maneira:

comprara seis moleques por pouco mais de nada, a respeito do que custam nas mais partes do sertão por serem **baratíssimos** os escravos nas terras e que fora bem aceito e tratado e deram mui fartas de mantimentos e que antes de ele ir a elas iam alguns pumbeiros e continuavam depois de sua retirada pelo que fazia certo não haver embaraço para o dito comércio e que para avassalar o dito Hollo bastava ir qualquer pessoa branca aquelas terras por mandado de V.Exa.¹⁶⁹

¹⁶⁷ FERREIRA, *op. cit.*, p. 20-21.

¹⁶⁸ AHU, Cx. 34, d. 3225: 16 de agosto de 1739.

¹⁶⁹ Idem. Grifo nosso.

Com a narrativa de um mercado de gente tão agitado e com preços tão baixos, Francisco Roque deve ter atraído a ambição do governador de Luanda para o Holo. Apesar de dizer que qualquer pessoa branca poderia se encarregar do avassalamento do potentado, ele se colocou à disposição de tal tarefa defendendo que “nenhum melhor do que ele o podia fazer, como prático delas, e merecê-lo por ter trazido em sua companhia os ditos negros do Holo”. Com a sua atuação, explicou, seria possível o avassalamento de tão importante chefia sem precisar recorrer a guerras. O negociante, portanto, prometia aumentar as receitas da Coroa e dos negociantes de Luanda sem precisar gastar com um conflito bélico. A oportunidade deve ter soado promissora para o governador.

Em um segundo encontro com João Jacques de Magalhães, entretanto, a narrativa de Francisco Couto foi completamente diferente. Foi dito que:

para ir as terras do dito Holo lhe custara muito trabalho padecendo em companhia de um só negro que levava muitas em clemência do tempo, fome e sedes, chegando a beber lama, e que para se conseguir a vassalagem deste potentado Holo, não havia dúvida ser preciso mandar-se ajuntar todo o poder dos negros do presídio de Ambaca, como mais vizinho às terras de Jinga e Cassanje para a execução da dita vassalagem de Holo, bastando só isto para não haver repugnância nos ditos dois potentados, para o que se lhes ordenasse.

Agora, Francisco Roque admitia que não conseguiria sozinho combater Jinga e Cassanje e que, para ter acesso ao mercado de Holo, deveriam preparar toda a força disponível em Ambaca, o presídio vizinho aos dois grandes reinos. Ciente de tão contraditórios relatos, o governador deixou a resolução da questão para o Conselho Ultramarino.

O fato é que a ideia de Roque e suas incursões a Holo devem ter irritado a rainha Jinga e até mesmo Cassanje. Antes do ataque a Kambamba, em 1744, a rainha já havia mostrado a sua fúria com esse fato em outros episódios. Há algum tempo havia uma “queixa geral”, de sertanistas ao capitão-mor de Ambaca e ao jaga de Calandula, das dificuldades impostas pelos jingas nas “estradas e pumbos para o comércio”, bem como de roubo dos comerciantes. Sobre isso, a Junta reunida em 1744 relatava que além dos prejuízos provocados ao fluxo normal do comércio, o fechamento das estradas deixava os pumbeiros sem chances de receberem algum socorro, caso precisassem. Obviamente, e a Junta não poderia deixar de mencionar, as ações dos jingas já estava causando uma diminuição na oferta de escravizados para o embarque em Luanda.¹⁷⁰

¹⁷⁰ AHU, Cx. 37, d. 3520, “Termo do que se determinou na Junta...”, 13 de abril de 1744.

É possível que pela sua localização e capacidade de mobilização, qualquer ação contrária de uma rainha Jinga provocasse grandes transtornos ao comércio e à política lusa. Como se vê no mapa acima, o reino Jinga estava localizado próximo tanto às rotas que levavam ao Holo, grandes intermediadores no fornecimento de cativos vindos da Lunda, quanto ao presídio de Ambaca e Pungo Andongo. Nesse sentido, os jingas acabavam sendo uma ameaça constante ao mais importante presídio do domínio português, Ambaca, que nem sempre contava com tropas bem armadas para combater a rainha, seus aliados e guerreiros motivados para o combate e assalto aos estrangeiros.

E os atos dos jingas não se restringiram ao comércio. No ano de 1742, sem “piedade e justiça”, segundo os membros da Junta, a rainha havia mandado degolar mais de 130 quimbares “que se retiraram dos Estados do poderoso Hollo com o seu negócio de escravaturas” [sic].¹⁷¹ Os quimbares (kimbari ou imbari) eram os dependentes dos sobas avassalados que eram obrigados a prestarem serviços aos portugueses nos presídios, nas feiras ou na guerra.¹⁷² Nesse sentido, podemos pensar que o ataque da rainha Jinga a esses agentes pode ter sido uma clara e agressiva mensagem de reprovação à aliança de Holo com os lusos.

E talvez os lusos tenham entendido o recado. Pois, segundo justificou o governador no termo da junta da guerra, os “insultos” de Jinga estavam aumentando o seu poder nos sertões e “acendendo os ânimos do gentilismo que avassala com os estímulos da cobiça ou furor as hostilidades com que ameaça estes domínios”. Aliado a isso, advertiram, a Jinga já se preparava para o combate, adquirindo pólvora e armas dos navios estrangeiros em Loango. Por fim, a rainha também teria insultado a cristandade ao maltratar alguns missionários capuchinhos que atuavam em suas terras e chegando até a matar um deles.¹⁷³

É claro que o texto redigido para justificar a guerra contra a rainha apresentaria diversos motivos para o conflito. E, nesse sentido, valia desenhá-la como uma figura bárbara, desumana e desonesta – não muito diferente de como retrataram Njinga no século XVII – e que não cumpriu o acordado em 1693. O que não foi apontado, contudo, foi a possível relação dessas ações da rainha com o acordo entre os lusos e o potentado de Holo.

E sobre isso, não deve ter sido por acaso que as violências ocorridas na feira de Kambamba tenham acontecido quando exatamente Francisco Roque acompanhava alguns

¹⁷¹ AHU, Cx. 37, d. 3520, “Termo do que se determinou na Junta que se fez sobre se castigar a rainha Ginga”, 13/04/1744 (anexo).

¹⁷² Sobre o termo “quimbares” e a definição acima ver HEINTZE, Fontes para a História de Angola, *op. cit.*, p. 126.

¹⁷³ AHU, Cx. 37, d. 3520, “Termo do que se determinou na Junta que se fez sobre se castigar a rainha Ginga”, 13/04/1744 (anexo).

pumbeiros. A rainha devia ter conhecimento do papel assumido por Francisco Roque que, como vimos anteriormente, talvez já tivesse sido preso a mando da própria soberana. Assim, quase cinco anos após a chegada dos escravos do Holo em Luanda, os jingas tomaram e aprisionaram grande número de fazendas e pessoas em Kambamba, talvez por considerarem que estavam se apossando do que era seu, os lucros que Roque os tirou a partir do contato direto com Holo.¹⁷⁴ Foram essas tensões que culminaram na guerra que foi declarada pela junta em abril de 1744.

2.3 DA FEIRA PARA O CAMPO DE BATALHA

Além de Jinga, a Junta julgou “conveniente” e necessário também declarar guerra a Kisama (ou Quissama) pelos prejuízos de longa data que causavam aos moradores de Luanda por acoitarem escravizados fugidos e por irem “repetidas vezes” à cidade e seus subúrbios “roubar não só o que podem mas ainda os mesmos escravos” que levavam para sua província.¹⁷⁵ No entanto, essa não foi a primeira e nem seria a última campanha lusa contra a Kisama. Apenas para o período de 1749 a 1797, Ariane Carvalho sistematizou quatro campanhas militares das forças portuguesas contra os sobas dessa região.¹⁷⁶ A Kisama era uma região que incomodava os lusos desde a época de Paulo Dias de Novais, em 1581, e mesmo após a derrota de vários de seus sobas e da instalação da fortaleza de Muxima (1595) nesse território, os seus povos e líderes continuaram a resistir a qualquer forma de dominação.¹⁷⁷ Ao mesmo tempo, esses sobas da Kisama eram tributários dos *ngolas* e, por isso, ali no século XVIII, também prestavam lealdade aos reis e rainhas jingas.¹⁷⁸ Talvez não fosse por acaso, portanto, que ambos os povos estivessem atacando o comércio luso ao mesmo tempo e acabassem sendo combatidos na mesma guerra.

O exército luso-africano reuniu homens dos cinco presídios e da “guerra preta” (guerreiros africanos que compunham as tropas portuguesas). Do lado da Coroa portuguesa,

¹⁷⁴ Essa é também a interpretação de FERREIRA, *op. cit.*, p.22.

¹⁷⁵ AHU, Cx. 37, d. 3520, “Termo do que se determinou na Junta que se fez sobre se castigar a rainha Ginga”, 13/04/1744 (anexo).

¹⁷⁶ A autora até menciona que esses conflitos contra a Kisama eram endêmicos. CARVALHO, Ariane. **Guerra nos sertões de Angola: sobas, guerra preta e escravização (1749-1797)** Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de História, Programa de Pós Graduação em História Social, 2020, Quadro 1, p. 112-113.

¹⁷⁷ CARVALHO, Ariane. **Guerra nos sertões de Angola**, *op. cit.*, p. 133-134. HEINTZE, Beatrix. Historical Notes on the Kisama of Angola. **The Journal of African History**, Vol. 13, No. 3, Cambridge: 1972.

¹⁷⁸ Aprofundaremos no capítulo 4 essas relações entre os jingas e os kisamas no século XVIII. Ver também MILLER, Poder e parentesco, p. 77.

foram recrutados 300 soldados em Luanda, 350 dos presídios e 20 mil combatentes da guerra preta. Constituindo, talvez, a maior expedição nos sertões angolanos no século XVIII.¹⁷⁹ Sob o comando de Bartolomeu Duarte Siqueira, esses homens foram armados e marcharam para o presídio de Ambaca, onde seria a base do acampamento do exército. De lá, os soldados, a cavalaria, e a guerra preta partiriam com munições para as terras de Jinga.

A guerra contra a rainha foi considerada “justa” pela “transgressão do tratado de paz, o injusto impedimento do comércio, e as hostilidades cometidas contra a fé”.¹⁸⁰ No regimento de Bartolomeu Duarte, dentre outras coisas, constava que onde Jinga estivesse com o seu quilombo, fosse em Matamba ou em outro lugar, o comandante deveria agir com a “melhor força militar”. A ordem era “caçar” a soberana, perseguindo-a caso conseguisse fugir das batalhas em sua terra e cercando-a caso soubesse onde ela estava se abrigando. Não haveria nem cordialidade com seus embaixadores que, se fossem enviados por ela, deveriam ser presos e remetidos ao presídio de Ambaca.¹⁸¹ E mais, “qualquer soldado ou preto” do exército que a entregasse viva ou morta ao governador seria premiado por isso.¹⁸²

O capitão-mor ainda tinha mais duas tarefas. A primeira que se a guerra acabasse com vitória para os portugueses, Bartolomeu Siqueira deveria avassalar todos os sobas das terras de Jinga, garantindo suas contribuições para o comércio e para o bom andamento das ordens do rei de Portugal nos sertões de Angola. Além disso, a vitória deveria ser certa e rápida a fim de evitar o período das chuvas que começava em setembro e seguia até abril. E, por fim, como o “quilombo da Jinga” abrigava muitos escravos fugidos dos negociantes da cidade, o governador pedia a responsabilidade do capitão para devolvê-los aos seus donos.¹⁸³

Francisco Roque também ganhou um cargo na guerra. À época ele era capitão-mor de Caconda mas foi nomeado cabo de um batalhão que se juntaria às forças de Ambaca. No seu

¹⁷⁹ FERREIRA, 2012, p. 22.

¹⁸⁰ AHU, Angola, Cx. 37, d. 3520, 21 de julho de 1745.

¹⁸¹ O Conselho Ultramarino discordou dessa ordem, considerando-a uma violação e declarou que ainda que a guerra fosse feita contra “infiéis e bárbaros” fazia-se necessário “observar o direito das gentes na imunidade dos embaixadores”. AHU, Angola, Cx. 37, d. 3520, 21 de julho de 1745.

¹⁸² “Cap 3º: (...) e posto o exército nas terras de Matamba ou outro qualquer lugar em que a dita Ginga [sic] o espere com o seu quilombo para receber batalha, o capitão-mor respeitando o terreno lhe faça na melhor força militar...”. AHU, Angola, Cx. 37, d. 3520, 21 de julho de 1745, anexo.

¹⁸³ Neste ponto, não sabemos se o termo “quilombo” se referia ao acampamento guerreiro de origem jinga nas terras de Jinga ou ao ajuntamento de escravizados fugidos, visto que o termo passou a ser utilizado com esse segundo sentido justamente nessa época. Porém, é possível também que o termo tenha adquirido o significado de exército. Um indício, nesse sentido, é a carta de João Jacques de Magalhães ao Conselho declarando o seu desejo de que a guerra fosse organizada com brevidade por causa do fim do cacimbo (a estação seca que vai de maio a agosto) e em oposição às guerras passadas em que se levava muito tempo para a formação das tropas e que, por fim, redundavam em “mui diminutos quilombos ou exércitos”. Teria sido o quilombo dos jingas a fusão de todos esses sentidos? Sobre a carta ver AHU, Angola, Cx. 37, d. 3520, Carta de João Jacques de Magalhães ao rei, de 15 de julho de 1744. Há uma cópia da mesma também em AHU, Angola, Cx. 38, d. 3580.

regimento, constava que ele deveria zelar pelos valores cristãos entre os soldados (a fim de afeiçoar “os gentios dos sertões” com o exemplo), pedir auxílio a qualquer soba que fosse aliado, principalmente, os dois Holos¹⁸⁴, e autorização para destruir os sobas obedientes a Jinga que viviam em Omba, o lugar de residência da rainha.¹⁸⁵ Toda essa importante função dada a Roque no destacamento de socorro ao Holo foi justificada “por ter este bastante trato com o dito Holo e grande conhecimento dos sertões”.¹⁸⁶

O exército saiu do presídio de Ambaca em 15 de agosto de 1744. Iniciadas as hostilidades, os lusos teriam conseguido emboscar a rainha em quatro ocasiões, levando-a fugir para “matos cerrados”.¹⁸⁷ As pessoas enviadas pelos portugueses para espionar as forças da soberana acabaram fugidas, aprisionadas ou mortas. Apesar da aparente eficiência das tropas jingas, as forças portuguesas conseguiram um feito nunca antes alcançado: invadir a *mbanza* de Jinga, a corte da rainha, nas terras de Omba. Ao chegarem, os lusos encontraram o lugar totalmente despovoado e sem nenhuma comida disponível. Disseram não ter podido ir ao encalço da soberana e seus súditos por causa das chuvas, que já haviam principiado, e que dificultava o deslocamento das tropas por conta do terreno enlameado.¹⁸⁸

Após queimarem a povoação em Omba, os lusos seguiram para Coanzambondo onde, aparentemente, venceram o exército jinga matando seu comandante e se apossando do estandarte do reino de Jinga, que Francisco Roque Souto teria enviado a Luanda.¹⁸⁹ Após a vitória, o troço de Roque Souto passou à província de Muene Muanga, vassalo da mesma rainha, onde dez pessoas foram aprisionadas e remetidas ao litoral.

Enquanto isso, um sobrinho da rainha foi morto, a sua *mbanza* passou 17 dias ocupada pelos lusos e 1.500 pessoas foram escravizadas.¹⁹⁰ Com o que parece ter sido uma deserção em massa de seus apoiadores, a rainha acabou por capitular.¹⁹¹ Segundo Alexandre da Silva

¹⁸⁴ Aparentemente, havia “dois Holos”. Não temos mais informações em relação a isso, mas os Holos tornam a aparecer na documentação em carta do governador Sousa Coutinho em 1767, como veremos no capítulo 4.

¹⁸⁵ Essa informação sobre Omba ser o local de residência da rainha é dito pelo próprio Francisco Roque em seu requerimento anos mais tarde após o final da guerra. AHU, Angola, Cx. 40, doc. 3805: 1 de julho de 1751.

¹⁸⁶ AHU, Angola, Cx. 37, d. 3520, 21 de julho de 1745.

¹⁸⁷ Todas as informações da guerra presentes nesse parágrafo estão em AHU, Angola, Cx. 38, d. 3580, carta de João Jacques de Magalhães ao rei de Portugal, 31 de agosto de 1745.

¹⁸⁸ Idem.

¹⁸⁹ Como veremos em seu requerimento analisado mais adiante.

¹⁹⁰ FERREIRA, *op. cit.*, p. 22. John Thornton diz que as tropas portuguesas só não passaram mais tempo na capital da rainha porque não tiveram como sustentar os 26 mil soldados que então estavam acampados em Matamba. THORNTON, *A history of West Central Africa*, *op. cit.*, p. 240.

¹⁹¹ CAMPOS, A data da morte da Rainha Jinga D. Veronica I (parte I), *Op. Cit.*, p. 87; CAMPOS, Fernando. Conflitos na dinastia Guterres através da sua cronologia. **África: Revista do Centro de Estudos Africanos**. USP, São Paulo, 27-28: 23-43, 2006/2007, p. 33-35. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/africa/article/view/96061/95298>. Acesso em: 05 ago. 2021.

Correia, a rainha não teria conseguido o apoio das forças de nenhum vizinho pois, em suas palavras, “a sua soberba audaciosa estimulando a uns, havia hostilizado a outros”.¹⁹² Sem saída, restou à rainha pedir clemência, assim como já haviam feito os seus antepassados.¹⁹³ Seis meses após o início do conflito, embaixadores de Jinga e as autoridades portuguesas assinaram um acordo de paz no Arraial de Nossa Senhora e de Santo Antônio, ou seja, na corte da rainha tomada pelos invasores.

Abrigada em algum refúgio na floresta e acompanhada de seus makota, a rainha buscava negociar um acordo de paz que lhe fosse favorável. Em sua defesa, ela dizia não ser cúmplice de seu povo “nos motivos por que se lhe fazia aquela guerra”. Segundo Henrique de Carvalho, a soberana alegou que tudo era culpa de seus vassallos que tinham agido “sem ordem nem consentimento dela”.¹⁹⁴ Mais uma vez, e semelhantemente ao que fazia Njinga Mbandi, parecia que a chefe do reino de Jinga recuou para a diplomacia ao se sentir encurralada pelas armas. No entanto, também não é impossível que o povo jinga estivesse agindo de acordo com seus próprios interesses ou de sobas sem o aval da soberana.

O “termo de recebimento da embaixada que mandou a Rainha Jinga sobre a sua vassalagem” foi elaborada no dia 25 de outubro de 1744 e conta com cinco artigos especificando as obrigações da soberana com os lusos. Em resumo, a rainha foi obrigada a: admitir missionários e sacerdotes em suas terras; dar passagem a todos os negociantes e pumbeiros que fossem comerciar, inclusive na feira de Kambamba; enviar seus embaixadores para receber o avassalamento em Luanda; aceitar o socorro dos portugueses quando seus inimigos a atacassem; e que seus macotas fossem undados.¹⁹⁵

Segundo Henrique Carvalho, a rainha também foi obrigada a pagar as despesas da guerra, através de uma pensão anual, e restituir os valores correspondentes aos prejuízos causados no comércio pelo seu povo.¹⁹⁶ Além disso, Jinga também teve que ceder as ilhas do Kwanza aos lusos no ano de 1745. O memorialista Joaquim Lopes reafirma que, a partir de então, essas ínsulas seguiram pertencendo apenas aos lusos.¹⁹⁷ Oficialmente, uma grande perda para os

¹⁹² CORREIA, p. 545.

¹⁹³ E esse fato também foi pontuado por CORREIA, p. 546.

¹⁹⁴ CARVALHO, Henrique A.D. de. **O Jagado de Cassange na província de Angola**. Lisboa: Typographia de Christovão Augusto Rodrigues, 1898, *op. cit.*, p. 85.

¹⁹⁵ O termo de avassalamento de Jinga está em AHU, Angola, Cx. 38, d: 3580.

¹⁹⁶ CARVALHO, O Jagado de Cassange, *op. cit.*, p. 85.

¹⁹⁷ LIMA, José Joaquim Lopes de. **Ensaio sobre a estatística das possessões portuguesas na África Ocidental e Oriental; na Ásia Ocidental; na China e na Oceania: escritos de ordem do governo de Sua Majestade Fidelíssima a Senhora D. Maria II**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1844. Versão do Google Books. Disponível em: https://www.google.com.br/books/edition/Ensaio_sobre_a_estatistica_das_posse%C3%B5es/portuguezas+na+%C3%81frica+?hl=ptBR&gbpv=1&dq=Ensaio+sobre+a+estatistica+das+posse%C3%B5es+portuguezas+na+%C3%81frica+

jingas, visto que essas ilhas tinham um significativo valor simbólico como local de resistência na história dos jingas. Na prática, os jingas voltariam a utilizá-las, anos mais tarde, para se protegerem de novas ameaças.¹⁹⁸

Só após esse acordo, as tropas deixaram as terras de Jinga e seguiram para castigar o soba Quizua da Kisama. Quizua também perdeu a batalha e precisou entregar uma lagoa que rendeu muitos contos de réis com seus pescados a Fazenda Real portuguesa.¹⁹⁹ O avassalamento desse e outros os sobas da Kisama, por sua vez, só ocorreu em julho de 1745.²⁰⁰

Para além da vassalagem dessas chefias “rebeldes”, o saldo da guerra foi positivo para as tropas luso-africanas. O exército foi desmontado a 28 de janeiro de 1745, contabilizando a perda por morte de apenas cinco soldados. As tropas conseguiram amealhar mais de 300 escravizados²⁰¹, marfim e cera, as três principais riquezas da região, que foram vendidas em praça pública, resultando em dois contos, novecentos e quarenta e nove mil, oitocentos e quarenta para a Fazenda Real. Apesar de esse valor não cobrir todas as despesas tidas com a guerra, a vitória sob Jinga e os sobas da Kisama, explicou as autoridades, trouxe temor das armas do rei de Portugal. Com o desvanecimento “da soberba dos inimigos” e o comércio acontecendo sem empecilhos houve o aumento do fluxo de escravizados para o litoral, ocasionando a diminuição do valor da “peça” e o rápido embarque de gente nos navios negreiros destinados ao Brasil.²⁰²

2.4 A GUERRA SEM FIM

Apesar das vantagens obtidas, o governador decidiu fazer uma devassa da guerra. No dia 18 de março de 1745, os principais comandantes do conflito, Bartolomeu Siqueira e Francisco Roque Souto, tiveram de responder a alguns questionamentos elaborados por João Jacques de Magalhães. As questões postas nos deixam cientes de que, pelo menos na teoria, as tropas lusas deveriam seguir os valores cristãos e agir com justiça com os povos dos sertões. De modo resumido, os comandantes tiveram de responder: se favoreceram a rainha avisando-a

[Occidental+e+Oriental,+na+%C3%81sia+Occidental,+na+China,+e+na+Oce%C3%A2nia&printsec=frontcover](#). Acesso em: 03 jul. 2023, p. 15 e p. 117.

¹⁹⁸ É possível que a posse portuguesa sobre as ilhas não tenha se consolidado pois, como veremos no Capítulo 4, a jinga D. Kamana faria de uma das ilhas a sua base de resistência na década de 1760.

¹⁹⁹ CARVALHO, O **Jagado de Cassange**, *op. cit.*, p. 85.

²⁰⁰ O termo de avassalamento de Jinga está em AHU, Angola, Cx. 38, d. 3580.

²⁰¹ Enquanto a correspondência do governador dizia que o exército voltou com 350 escravizados, o do escrivão da Fazenda Real relatou que a quantidade foi de 239 escravos adultos e 66 crias de pé e peito. Ver o conjunto documental presente em AHU, Angola, Cx. 38, d. 3580.

²⁰² AHU, Angola, Cx. 38, d. 3580, carta de João Jacques de Magalhães ao rei de Portugal, 31 de agosto de 1745.

com antecedência acerca da invasão a sua *mbanza*; se utilizaram de justa causa para não a seguir; se roubaram escravizados e produtos destinados a Fazenda Real; e se castigaram arbitrariamente sobas, kilambas e kimbares que eram vassalos do rei de Portugal.

O próprio Conselho Ultramarino julgou incompleto o termo de avassalamento de Jinga por não a ter penalizado a restituir os danos causados por si e seus vassalos e a pagar os valores gastos pela Fazenda Real com a guerra. Ao que parece, para essas autoridades, a guerra poderia ter sido ainda mais lucrativa.

Apesar dessas investigações, entre 1749 e 1752, alguns dos integrantes das forças portuguesas pediram mercês, justificando a importância de suas participações no embate e na derrota da rainha Jinga. No Arquivo Histórico Ultramarino constam sete consultas e requerimentos relativos aos participantes dessa guerra contra a rainha Jinga. Entre esses, destacam-se três documentos do ex-comandante Bartolomeu Duarte de Siqueira e dois de Francisco Roque de Souto.

Na documentação relativa a Bartolomeu Duarte, ficamos sabendo que ele trabalhou para o rei de Portugal por 48 anos, tendo servido “sem soldo” como sargento-mor de ordenança de Benguela, cabo de companhia do presídio de Caconda, tenente coronel de Massangano, tenente general de artilharia, capitão-mor de Golungo e capitão-mor de Caconda. E teria sido pelo “merecimento e experiências”, que ele foi nomeado capitão-mor de campo no sertão contra a rainha Jinga e seus aliados. Em seu requerimento, datado de 14 de outubro de 1750, ele diz que venceu e destruiu “tão poderoso inimigo”, arvorou a bandeira do rei de Portugal na corte da rainha, lhe tomou oito ilhas e cativou muitos escravos para a Fazenda Real.

Segundo Bartolomeu Duarte Siqueira, apesar de “tão feliz sucesso” que “nunca se conseguiu em tantas ocasiões que se intentou”, ele foi vítima de “muitos invejosos” da sua sorte, acusado na devassa da campanha e enviado preso à Portugal.²⁰³ Porém, seus feitos enquanto capitão-mor, seriam elogiados em documento de 1752. Naquele ano, já tendo sido julgado inocente frente às alegações da devassa, Bartolomeu foi tido como “o maior homem que Vossa Majestade tem em Angola”, “que melhor sabe domar os bárbaros reis daquelas conquistas” e aquele que fez a “poderosa rainha Jinga” saudar o rei de Portugal.²⁰⁴ Em 15 de fevereiro desse

²⁰³ Após a guerra, Bartolomeu Duarte Siqueira foi nomeado capitão-mor do presídio de Pedras. AHU-Angola, cota antiga cx. 37, doc. 58, cota nova cx. 40, doc. 3780.

²⁰⁴ AHU-Angola, cota antiga cx. 37, doc. 108, cota nova cx. 41, doc. 3817.

mesmo ano, Siqueira recebeu carta-patente do rei nomeando-o capitão do campo das guerras dos sertões.²⁰⁵

Apesar da absolvição, Bartolomeu Duarte não era tão inocente quanto alegava. Em 1753, quando ele solicitou a sua restituição ao cargo de capitão de campo dos sertões de Angola, o procurador da Fazenda avaliou como justa sua volta ao cargo, em atenção aos seus serviços, afirmando que ele havia cometido “alguns consideráveis descuidos pelos quais foi culpado sem injustiça” mas que “na sua defesa se desculpou suficientemente”.²⁰⁶ Não sabemos do que se tratavam esses “descuidos”, mas podemos inferir que o dito comandante não deve ter agido com total justiça, amor cristão e retidão nos sertões.

Francisco Roque Souto, por sua vez, também havia acumulado diferentes cargos a serviço da Coroa. Com o sucesso de sua expedição às terras do Holo, a fim de estabelecer relações comerciais diretas entre Luanda e esse reino, Souto atendeu a uma demanda há algum tempo requerida pelos comerciantes luandenses ao governador.²⁰⁷ Dez anos depois da expedição, nos requerimentos produzidos após a guerra de 1744, Francisco Roque enumerava seus diversos feitos.

No primeiro requerimento, datado de 1749, ele pedia para ser enviado à Corte a fim de se defender na devassa feita contra cabos e oficiais pelo governador João Jacques de Magalhães, então falecido. Em sua defesa, ele alegava ter feito um “serviço distinto, reduzindo vários potentados à obediência de sua majestade e aumentando a Fazenda Real”. Já no segundo requerimento, no ano de 1751, ele pedia dispensa da residência em Angola²⁰⁸, enfatizando seus muitos serviços já prestados: sua ajuda no que ele considerava que foi a subjugação da província de Matamba; a atuação como embaixador nas terras do potentado Holo; os serviços como capitão-mor do presídio de Caconda e como comandante de quatro companhias de infantaria e guerra preta na expedição contra a rainha Jinga, em que aprisionou três sobas e muitos escravos; e seu auxílio na defesa das províncias de Malanca, Cacoco, Musseque, Fendi quando estas foram atacadas pelos ambuelas.²⁰⁹ Apesar desses vários serviços e das duas solicitações, não sabemos se, assim como Bartolomeu Siqueira, Francisco Roque conseguiu ser atendido.

²⁰⁵ AHU-Angola, cx. 41, doc. 3846. Não sabemos por qual motivo Bartolomeu continuou a solicitar sua restituição ao cargo de comandante de campo e seus soldos no ano de 1753, visto que sua carta-patente já tinha sido passada pelo rei D. José em 1752.

²⁰⁶ AHU-Angola, cota antiga cx. 38, doc. 10 e doc. 85, cota nova cx. 41, doc. 3846.

²⁰⁷ FERREIRA, 2012, p. 20-21.

²⁰⁸ Roquinaldo Ferreira conta que Francisco Souto tentou ser promovido a um cargo em Bissau em 1752. FERREIRA, 2012, p. 21. Aparentemente, o negociante realmente estava disposto a deixar Angola. Fica a interrogação: por qual motivo, ele tentava deixar o serviço em uma localidade onde ele foi tão bem-sucedido?

²⁰⁹ AHU-Angola, Cx. 40, doc. 3734; AHU-Angola, Cx. 40, doc. 3805.

Sabemos, porém, que ele continuaria em Angola e em choque com a rainha Jinga. Sobre esse fato, discorreremos no próximo capítulo.

Em relação a rainha, ocorreu um breve silenciamento sobre ela nas fontes do pós-guerra. Por um lado, parece que a paz das armas lusas havia reinado nos sertões e que o comércio de escravizados se fazia a contento no período. Por outro, talvez, apenas, a rainha não estivesse cometendo nenhum ataque expressivo que pudesse desencadear reclamações nas cartas dos agentes dos enclaves de Portugal. O fato é que, em um dos seus relatos sobre a guerra, no ano de 1753, o ex-capitão Bartolomeu Siqueira retrata a derrota da soberana de um modo que, aparentemente, ela não teria como se reerguer. É dito:

(...) e penetrando o íntimo dos sertões alcançou o que nunca se pode conseguir contra o vastíssimo poder de dita Jinga, pondo-a em tanto aperto, destruindo-a em forma, que vencidas várias terras suas, alvorou vitorioso na própria corte de dita Jinga o real estandarte de VM, já pondo fogo a toda corte, já destruindo a quantos se lhe opunham, se viu obrigada a dita Jinga abraçar a fé[?], principal motivo daquela guerra, render a Vossa Majestade a vassalagem, pagando-lhe todos os anos tributo, e ressarcir os danos experimentados pela sua rebelião, provindo daqui grande lucro a Real Fazenda de Vossa Majestade (...).²¹⁰

O relato realmente nos leva a crer que a rainha tinha sido totalmente vencida e que não teria forças para continuar a se impor nos sertões. Porém, diferentemente do que foi posto, a rainha Jinga não parece ter sido abatida a ponto do reino Jinga do Ndongo e da Matamba ter sido incorporado aos domínios lusos e totalmente subjugado. Sobre isso, basta dizer que o silêncio e a obediência da rainha não durou por muito tempo.

Entre 1755 e 1756, nas correspondências entre as autoridades da Angola portuguesa, voltou-se a gritar reclamações de que a governante provocava novas “desordens nos sertões”. A queixa não era novidade: o roubo e o assassinato de pumbeiros dos negociantes de Luanda.²¹¹ Do mesmo modo, a rainha também havia voltado a atacar o potentado Holo (ou “Golo”) por sua colaboração com os comerciantes luso-africanos.²¹²

Por isso, e em busca de auxílio, um embaixador de Holo foi enviado à Luanda. Na volta, acabou sendo atacado e roubado nas estradas. O episódio revoltou o governador Antonio Alvares da Cunha, que relatou a ação do salteador Daniel Rangel de Sande, responsável por roubar o embaixador, tomando à força o presente que o governador mandava ao senhor de Holo.

²¹⁰ AHU-Angola, Cx. 40, doc. 3734; AHU-Angola, Cx. 40, doc. 3805.

²¹¹ AHU-Angola, Cx. 43, doc. 4015 [antigo 72-73].

²¹² Segundo o governador Antonio Alvares da Cunha, a rainha “Zinga” estava atacando o potentado “Gollo” “por este ter comércio com os nossos pumbeiros”. AHU-Angola, cota antiga cx. 40, doc. 32, cota nova cx. 43, doc. 3988.

O episódio, contudo, deixou evidente que a rainha Jinga não era o único perigo que os lusos e seus aliados enfrentavam nas estradas.²¹³

A fim de cessar os males que os vassallos das terras de Jinga provocavam, novamente, nos sertões, o governador solicitou, em 1756, que o capitão-mor de Ambaca enviasse 300 empacaceiros com capitães e armas de fogo para “desenfestar aqueles caminhos” e castigar “os vassallos de Jinga” que fossem lá encontrados. Porém, quando as tropas chegaram, nenhum jinga foi encontrado nas estradas. Provavelmente, eles bateram em retirada ao tomar conhecimento da ação lusa. Estacionados em Cassanje e sem “rebeldes” para castigar, os soldados presenciaram a volta da normalidade do comércio na região, “sem embargo nem a perturbação de que se queixavam os mercantes”.²¹⁴

Mas em seguida, no ano de 1757, começou a se espalhar um boato de que a rainha Jinga tomaria o presídio de Ambaca, a principal fortaleza portuguesa nos sertões. Desde a sua fundação, Ambaca foi um problema nas relações entre o poder português e os *ngolas* por ter sido construído muito próximo à capital do Ndongo. Será que, então, uma rainha herdeira do antigo Ndongo pretendia retomar aquelas terras no século XVIII? É sobre isso que discutiremos no capítulo a seguir. O que parece, afinal, é que a Jinga perdeu uma batalha, mas não a guerra.

²¹³ AHU-Angola, cota antiga cx. 40, doc. 25, cota nova cx. 43, doc. 3982.

²¹⁴ AHU-Angola, cota antiga cx. 40, doc. 72 e 73, cota nova cx. 43, doc. 4015.

CAPÍTULO 3: ENTRE O PRESÍDIO DE AMBACA E O REINO DE JINGA: COMÉRCIO E CONFLITOS NO INTERIOR DE ANGOLA

No ano de 1757 começaram a circular boatos de que a rainha Jinga tomaria o presídio de Ambaca. Um acontecimento tenebroso aos olhos das autoridades luso-africanas. Afinal, tratava-se da principal povoação e ponto primordial do tráfico de escravizados nos sertões da Angola portuguesa. Mesmo contando com um destacamento militar para protegê-lo dos potentados autóctones, a suposta iminência de um ataque ao presídio por parte de Jinga significava uma ameaça, sem nenhum exagero, à interiorização do domínio português naquelas terras.

O contexto de conflitos incessantes da época fazia parecer possível esse ataque. Há mais de dez anos, em 1744, grandes tropas foram mobilizadas nos sertões para combater uma soberana jinga. Na ocasião, invadiram e queimaram sua *mbanza* e conseguiram a assinatura de um tratado de paz e comércio com a rainha. Parecia uma derrota. Contudo, esse acordo, assim como tantos outros, não garantiu a obediência dos jingas. Na década de 1750, os mesmos ataques aos pumbeiros e comerciantes luso-africanos voltaram a acontecer nas estradas. O cenário de embates intensificou-se na medida em que começaram a circular notícias de que o próprio capitão-mor de Ambaca, Domingos Ferreira de Assunção, pretendia entregar o presídio à soberana. O indício disso, acreditavam, era o parentesco e afeição entre Assunção e a Jinga reinante.

Para tratarmos da dimensão desse boato nos sertões e do medo que ele causou ao poder português, é preciso voltarmos no tempo para a fundação do presídio de Ambaca e a função desse enclave dentro da conquista de Angola. Nesse sentido, nas próximas páginas, nos dedicaremos a tratar do contexto de fundação dessa fortaleza e da eminência da jurisdição de Ambaca para a Angola portuguesa.

A história da fundação da fortaleza de Ambaca começa com as guerras capitaneadas pelo governador Bento Banha Cardoso. Nesse tempo, na década de 1610, o governador se ocupou de guerrear com os sobas da província do Lumbo que impediam o comércio de escravizados.²¹⁵ Um deles talvez tenha sido o soba Quilonga²¹⁶, aliado do *ngola* e conhecido por sua coragem e bravura nas batalhas, a quem Cardoso mandou enforcar junto a três de seus

²¹⁵ CADORNEGA, **História Geral das Guerras Angolanas**, Agência Geral das Colônias, Tomo I, 1940, p. 77.

²¹⁶ “O sova Chilonga (...) o mais intrépido e resolutivo negro que neste reino nasceu, distinguindo-se na peleja com admiração dos nossos e dando exemplo aos seus (...)” CORREIA, Elias Alexandre da Silva. *História de Angola*. Lisboa, 1782. In: PEREIRA, Magnus Roberto; CRUZ, Ana Lúcia. **Elias Alexandre da Silva Correia: um militar brasileiro em Angola**. Curitiba: Editora UFPR, 2014. Volume 3, p. 428.

macotas. O assassinato desses personagens tão respeitados acabou por mobilizar a luta de catorze potentados e cinco mil homens para vingá-los. Os principais sobas do Ndongo e de Matamba fizeram um cerco ao presídio de Cambambe.²¹⁷ Foi preciso mais de um ano para que os lusos vencessem essas chefias, enfraquecendo a autoridade do *ngola* e demarcando territórios nos sertões com enclaves portugueses.

Após vencer os sobas, e para proteger o comércio na região da antiga província do Lumbo, Bento Banha Cardoso fundou uma fortaleza nas terras do soba Hango (ou Ango) Aquicaio.²¹⁸ Essa fortaleza de Hango, a quarta estabelecida no interior, recebeu a invocação de São Bento.²¹⁹

As primeiras fortificações lusas datam de final do século XVI e foram estrategicamente estabelecidas ao longo dos trechos navegáveis do rio Kwanza, que se tornaria a principal via fluvial do comércio entre o litoral e o interior. Foi o caso de Massangano fundado em 1583, Muxima, em 1599 e Cambambe, em 1604.²²⁰ Além da pretensão de controle territorial e de cristianização dos nativos, a fundação desses três fortes aconteceu em meio a procura dos portugueses por metais preciosos.²²¹

Essa interiorização da conquista e a aliança com as autoridades locais era mesmo necessária para a sobrevivência do projeto português naquelas paragens. Segundo o militar Silva Correia, no século XVIII, se a conquista portuguesa ficasse restrita ao litoral, ela se perderia. Não só pela força das demais nações europeias, mas também pela dos potentados autóctones unidos e “uma vez deliberados de comum acordo pela sublevação”. De acordo com ele, o insucesso dos holandeses em Angola se deu justamente pela falta de amizade nos sertões.²²² Do mesmo modo, Thornton explica que o reconhecimento de suas “limitações e incapacidades” em conjunto com a “hábil utilização dos aliados” e a uma “perícia comercial”,

²¹⁷ CARVALHO, Flávia Maria de. **Os homens do rei em Angola: sobas, governadores e capitães mores**, sécs. XVII e XVIII. 2013. 285 f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense Niterói, 2013, p. 100.

²¹⁸ Essas informações sobre a fundação de Ambaca se encontram em TORRES, João Carlos Feo Cardoso de Castelo Branco e. **Memórias contendo a biografia do vice-almirante Luiz da Motta Feo e Torres, a história dos governadores e capitães-generais de Angola, desde 1575 a 1825 e a Descrição Geográfica e Política dos reinos de Angola e Benguela**. Paris, 1825, p. 151-152. Versão digitalizada pelo Google Books; e em CORREIA, Op. Cit, p. 428-429.

²¹⁹ CADORNEGA, **História Geral das Guerras Angolanas**, Tomo I, p. 77.

²²⁰ CORRÊA, Carolina Perpétuo. **População e Sociedade no presídio de Cambambe, Angola, durante as últimas décadas de licitude do comércio atlântico de escravos (1797-1829)**. São Cristóvão: Ponta de Lança - Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura, v.12, n. 23, p. 118-165, jul. - dez. 2018, p. 128.

²²¹ Essa informação está em BRÁSIO, **Monumenta Missionária Africana, Monumenta Missionária Africana: África Ocidental** (1611-1621). Lisboa: Agência Geral do Ultramar, vol. 6, p. 64.

²²² CORREIA, **História de Angola**, op. cit., p. 293

levou os portugueses a permanecerem na África por mais tempo do que qualquer outra nação europeia.²²³

No ano de 1617, a fortificação de Bento Banha Cardoso foi transferida para o sertão adentro, para as terras de Embaca ou Ambaca (ou Mbaka), na margem esquerda do rio Lucala e mais próxima ao estabelecimento de seu aliado Kulaxingo (Kulashingo, Kulashimbo ou Culaxingo).²²⁴ A mudança foi feita em meio a campanha do novo governador, Luiz Mendes de Vasconcelos, que chegou disposto a definitivamente conquistar o Ndongo.²²⁵ Desde o início do seu governo, Mendes de Vasconcelos manteve a política de violência e guerra contra as populações centro-africanas, convencido de que só o enfraquecimento do Ndongo possibilitaria o domínio português sobre o tráfico de escravos. Ao final, a interiorização da Angola portuguesa aconteceu com nas alianças e tomada dos tributários do *ngola* e da terras com importância política e religiosa para os andongos.²²⁶

Na época, percebeu-se que a fortaleza de Hango estava muito próxima a de Massangano (distanto oito léguas) e Cambambe e que a mudança para as terras de Ambaca era necessária “para a conquista de Angola” (CADORNEGA, p. 88-89). Ou seja, para domínio das terras do *ngola*. Era preciso expandir a área de influência portuguesa interior adentro e proteger o comércio das forças do rei do Ndongo. Por isso, em uma “demonstração inconfundível do poder português” (HEYWOOD, 2020, p. 50), a fortaleza de Ambaca foi construída perto de Kabasa, distanto um dia da capital ambunda, onde os portugueses acreditavam haver minas de prata.²²⁷ Edificou-se, assim, em importantes terras para o Ndongo, o que viria a ser a principal povoação luso-africana e mais importante base militar e comercial portuguesa no interior angolano.

O reino português de Angola, na verdade, restringia-se a cidade de Luanda e Benguela (fundada em 1617), ambas no litoral, e aos presídios no interior. Na *hinterland* de Angola, sete presídios demarcaram a influência portuguesa no território. Como bem pontuou Corrêa (2018),

²²³ THORNTON, John K. Os portugueses em África. In: BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo (orgs.). **A Expansão Marítima Portuguesa, 1400-1800**. Cambridge University Press, 2007, p. 166.

²²⁴ LIMA, José Joaquim Lopes. Ensaio sobre a estatística de Angola e Benguela e suas dependências na costa ocidental da África ao sul do Equador. Livro III-Parte I. In: Ensaio sobre a estatística das possessões portuguesas na África Ocidental e Oriental, na Ásia Ocidental; na China e na Oceania escritos de ordem do governo de Sua Majestade Fidelíssima a senhora Dona Maria II. Lisboa: Imprensa Nacional, 1844, p. 24.

²²⁵ O militar Correia narrou que a mudança do presídio se deu porque aquele construído por Cardozo não estava em boas condições e, por isso, Mendes de Vasconcelos o mandou demolir. CORREIA, Elias. *Op. Cit.*, p. 432.

²²⁶ Cf. PANTOJA, Selma. Njinga a Mbande: Power and War in 17th-Century Angola. **Oxford Research Encyclopedia of African History**. Oxford University Press USA, 2020, *passim*.

²²⁷ No governo de Francisco Correia da Silva, o sucessor de Bento Banha Cardoso, o rei de Portugal passaria a recomendar que se tratando do “rei de Angola” se fizesse “todo o possível por ter paz e amizade e ver se o podeis trazer a minha obediência”. Na época, o rei destacou que, apesar de ter mandado cessar as buscas por minas de prata em Angola, havia uma desconfiança de que essas minas existessem em Kabasa, Cambillo, Angola Cabanga e Andalla Moquila. BRÁSIO, Antonio. **Monumenta Missionária Africana: África Ocidental (1611-1621)**. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, vol. 6, 1955, p. 26-27; p. 258.

a fundação de um presídio não acontecia de modo pacífico, mas sim com “vitórias militares obtidas a custo”.²²⁸ Um presídio, em si, era a representação da violência, da escravização, do assassinato em massa e da invasão e roubo do território dos povos originários.

Diferente do significado atual de lugar de encarceramento de pessoas condenadas judicialmente, presídio era a denominação dada a fortificações militares e registrada nos dicionários do século XVIII e XIX.²²⁹ Nos sertões da Luanda portuguesa, os enclaves lusos eram representados por distritos espalhados pelo interior que, em sua maioria, tinham um presídio como sede. Essas fortalezas eram a principal estrutura administrativa luso-africana no interior e, por isso, eram erigidas em lugares estratégicos do ponto de vista militar e comercial.²³⁰

Cada presídio ou distrito era governado por um chefe militar, o capitão-mor, submetido ao governador general de Angola. Para a proteção do comércio e moradores desses enclaves, algumas fortalezas possuíam uma companhia de tropa regular chefiada pelo próprio capitão-mor.²³¹ Por sua força militar, o presídio de Ambaca também se manteve como ponto de apoio para as tropas portuguesas no embate contra os chefes africanos. Em 1671, quando Ngola Are II foi derrotado na batalha de Pungoandongo (Pungo-Ndongo ou Pungo- Andongo), foi de Ambaca que saíram as tropas luso-brasílicas e seus aliados africanos para combater as forças abundas.

A queda do senhor do Are, descendente dos potentados que foram intitulados *ngola* em aliança com os lusos, levaria à fundação de um enclave, agora na antiga capital desse reino: o presídio de Pedras de Pungo Andongo (Mpungo Ndongo), na localidade que antes se chamado Maupungo. Apesar da ocupação lusa na antiga capital dos Are, o Ndongo sobreviveu, sendo incorporado a Matamba, onde os soberanos passaram a sustentar ambos os títulos “ngola kiluanje kya samba” e jinga. Desse modo, o novo presídio e o discurso de vitória lusa não significaram o extermínio daquele reino.

O fato é que por ser um marco na expansão portuguesa pelo interior no século XVII e representar um ponto de apoio importante das tropas lusas desde sua fundação, o presídio de Ambaca também foi cenário contínuo de movimentos de enfrentamento dos povos da região na busca ou manutenção de sua autonomia comercial e política. Dentro de Ambaca, e dos demais distritos, havia diversos territórios governados por sobas que, formalmente, eram vassalos da

²²⁸ CORRÊA, Carolina, **População e Sociedade**, *op. cit.*, p. 87.

²²⁹ Carolina Côrrea encontrou esse significado em Bluteau, em seu dicionário do século XVIII, e nas obras de Pinto e Silva, ambos do século XIX. CORRÊA, Carolina. *op. cit.*, p. 127.

²³⁰ CORRÊA, Carolina, **População e Sociedade**, *op. cit.*, p. 127).

²³¹ CORREIA, **História de Angola**, *op. cit.*, p. 294-295.

Coroa portuguesa e, por isso, deviam obediência e serviços, mas que na prática mantinham a soberania sobre seus territórios e as pessoas que neles viviam.

Os chefes dessas terras autônomas eram os sobas, em sua maioria, e os kilambas (ou quilambas). Sendo que estes últimos podem ter adquirido um menor prestígio no decorrer dos séculos por sua vinculação com os portugueses. De acordo com Vansina, os kilambas eram senhores da guerra que se aliaram aos portugueses no século XVII e se estabeleceram em terras tomadas à força daqueles que resistiram aos estrangeiros.²³²

Os sobados variavam no tamanho e no número de dependentes. Enquanto os sobados menores tinham de 10 a 1300 pessoas, os maiores poderiam chegar a 8 mil.²³³ Considerando que todos os distritos do reino de Angola contavam com vários sobados, percebe-se que os presídios eram, como destacou Carolina Corrêa, “pequenas ilhas luso-africanas” em meio a um mar (ou rodeadas) de terras de autoridades africanas.²³⁴ Essa realidade, fazia com que a manutenção de boas relações entre os capitães-mores e os potentados do distrito e seus arredores fossem primordiais para o bom andamento do comércio e a paz dos moradores. Fora dos restritos pontos de domínio luso, o interior angolano era amplamente governado pelos potentados, sobas e macotas autóctones. Comércio e política no interior só tinham êxito se as autoridades portuguesas mantivessem a boa diplomacia com os sobas.²³⁵

Para além do papel na defesa dos súditos e avassalados da coroa portuguesa contra potentados rebelados, o presídio de Ambaca também foi fundamental para os lusos no contexto do comércio de mercadorias e pessoas. Por Ambaca seguiam aqueles que iam com suas fazendas mercadejar no interior de Jinga e Cassanje e os que voltavam com a caravana de pessoas escravizadas das feiras. Localizado em uma encruzilhada de importantes rotas do comércio de gente e mercadorias nos sertões, o presídio de Ambaca tornou-se o maior, mais populoso e mais rico dentre os enclaves lusos.²³⁶

²³² VANSINA, *Ambaca Society and the Slave Trade*, *Op. Cit.*, p. 7. Sobre os diversos significados do termo “kilamba” cf. ALFAGALI, Crislayne. Conflito de terras nos sertões de Angola: estudo de caso da disputa pelas terras de Ilamba, século XVIII. São Paulo: **Revista de História**, n. 178, 2019, p. 18. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/144124/156696>. Acesso em: 06 ago. 2023.

²³³ Idem, p. 6.

²³⁴ CORRÊA, População e Sociedade, *Op. Cit.*, p. 127.

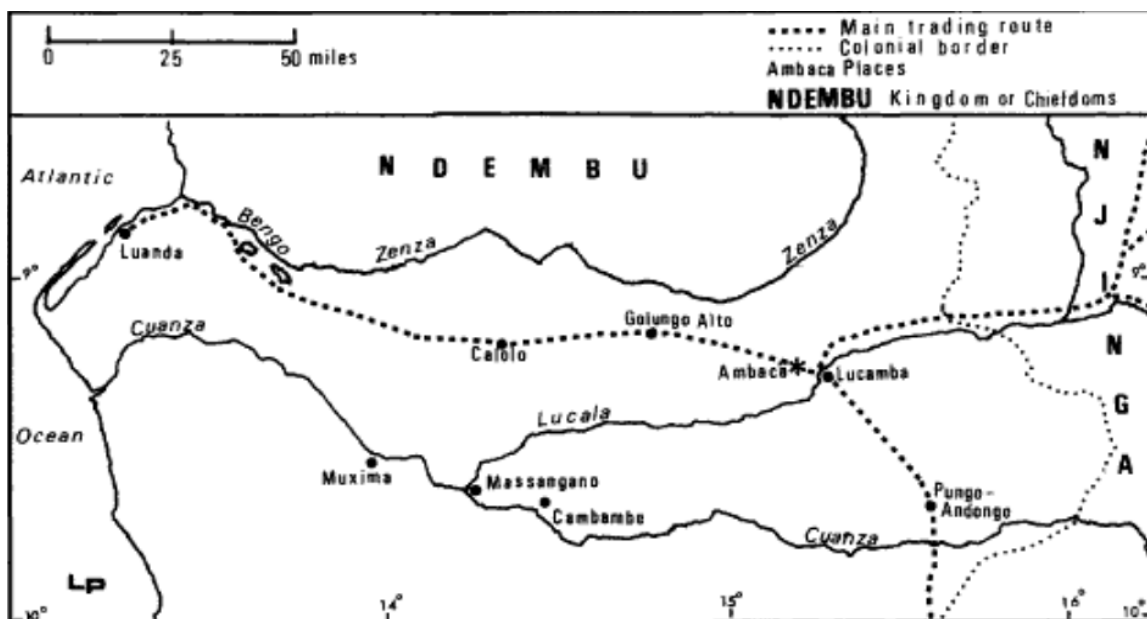
²³⁵ Segundo Carvalho é possível conhecer a geografia da interiorização dos portugueses na região a partir da observação dos autos de vassalagens dos sobas. CARVALHO, Flávia Maria de. **Os homens do rei em Angola: sobas, governadores e capitães-mores, séculos XVII e XVIII**. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense - UFF, 2013.

²³⁶ TORRES, João Carlos Feo Cardoso de Castelo Branco e. **Memórias contendo a biografia do vice-almirante Luiz da Motta Feo e Torres, a história dos governadores e capitães-generais de Angola, desde 1575 a 1825 e a Descrição Geográfica e Política dos reinos de Angola e Benguela**. Paris, 1825. Versão digitalizada pelo Google Books, p. 356.

3.1 O COMÉRCIO EM AMBACA

Ambaca tinha posição estratégica para o comércio luso. Em sua jurisdição ou nas proximidades estavam as feiras de comércio. Nesses locais, eram negociadas mercadorias e pessoas que seguiam pelas rotas comerciais com destino a Luanda.

Mapa 4: O presídio de Ambaca e suas fronteiras



Fonte: VANSINA, 2005, p. 3.

O mapa acima, reproduzido em texto clássico de Vansina sobre Ambaca mostra alguns aspectos geográficos do reino de Angola no século XIX. Nele, percebe-se que os presídios de Muxima, Massangano e Cambambe estavam localizados ao longo do rio Kwanza, enquanto Ambaca, mais ao norte, era cortado por um afluente do Kwanza, o rio Lukala. Próximo às fronteiras da colônia estava o reino de Jinga (ou Njinga) por onde passava a rota de comércio que levava até Luanda. Atentando-se a configuração dessa rota é possível perceber que Ambaca estava em uma importante encruzilhada dos caminhos de comércio. De lá, os feirantes que seguissem a leste e a norte podiam comercializar nas feiras de Mucari, Jinga, Holo, Dondo, Cassanje. Por outro lado, se seguissem ao sul, atravessando o Kwanza, chegariam nos sertões do Libolo e Benguela onde havia as feiras de Bailundo, Bié e Huila e Quilengues.²³⁷

²³⁷ TORRES, *Memórias contendo a biografia do vice-almirante Luiz da Motta Feo e Torres*, *op. cit.*, p. 356.

Geralmente, as feiras eram estabelecidas em locais tradicionais utilizados para trocas comerciais antes mesmo da chegada dos lusos. Apesar das tentativas de domínio feitas pela Coroa portuguesa, os centros de comércio de escravizados eram gerenciados pelas chefias africanas, os donos da terra onde as feiras se localizavam. Um novo esforço de regulamentação, controle e institucionalização das feiras por parte das autoridades em Luanda aconteceu no século XVIII, durante o período pombalino, como discutiremos mais adiante.

É por causa dessa configuração que, do final do século XVII em diante, grande parte dos escravizados vindos do interior e que marcharam até Luanda tiveram que passar por Ambaca. Do mesmo modo, as mercadorias vindas do litoral também seguiam primeiro para esse presídio e só depois eram levadas pelos carregadores para as feiras do interior adentro.²³⁸

Segundo Vansina, o impacto do tráfico de escravizados e da escravidão em Ambaca, onde mais da metade dos seus habitantes não vivia em liberdade, pode ser dimensionado pela “diáspora ambunda”.²³⁹ Ou seja, a saída de homens jovens que, fugindo do desterro ou do domínio dos homens mais velhos da comunidade, eram apadrinhados por um comerciante e deixavam Ambaca para se estabelecer e negociar nos sertões de Mbondo, Cassanje e Jinga. Chamados de ambaquistas ou “kimbares” esses negociantes tornaram-se fundamentais para as trocas comerciais no interior e para a difusão da língua e de uma cultura luso-ambunda no interior angolano.²⁴⁰

O estabelecimento de Ambaca é um marco na interiorização do poder português e, ao mesmo tempo, nas relações entre a Coroa portuguesa e o Ndongo, pois esse estabelecimento foi uma afronta ao *Ngola*. Tanto que, como já apontado no capítulo 1, uma das principais condições do acordo de paz feito entre o governador português e a embaixadora Njinga em Luanda era a saída dos portugueses das terras de Ambaca. Algo que nunca aconteceu. Inclusive, quando ascendeu ao trono em 1624, Njinga acoitava escravizados fugidos dos lusos e justificava que não os ia entregar enquanto os portugueses não cumprissem os termos do dito acordo.²⁴¹

Os lusos cogitaram cumprir o combinado. O governador Fernão de Sousa era favorável à saída lusa de Ambaca, visto que a localidade ainda não era um entreposto comercial de relevância aos portugueses. Segundo Mariana Bracks (2015, p. 128), chegou-se até em pensar

²³⁸ VANSINA, *op. cit.*, p. 1

²³⁹ Idem, p. 14. SEBESTYÉN; VANSINA, *op. cit.*, p. 317.

²⁴⁰ Sobre os ambaquistas. Joseph Miller diz que o dialeto ambaquista, com influências de português, espalhou-se como língua comercial através de grande parte da área oriental Mbundu durante o século XIX. MILLER, Poder político e parentesco, *op. cit.*, p. 39.

²⁴¹ Para os detalhes do acordo ver FONSECA, **Nzinga Mbandi**, p. 122.

na alternativa de mudar o presídio das terras de Ambaca para a Luinha mas com as mudanças de governo, os planos não foram concretizados.

Apesar de ter sido fundada para demarcar o poder português no interior, o presídio acabou sendo também palco de resistências e demonstrações de força da população nativa. Como herdeiros do Ndongo, os jingas podem ter nutrido certa insatisfação com o presídio. As ações das rainhas, reis jingas e outros potentados estremeceram, em diversos momentos, os interesses políticos e comerciais dos lusos na jurisdição de Ambaca. Não foi por acaso que, em 1757, começou a se espalhar um boato de que a mesma rainha Jinga poderia se apossar do enclave. Talvez até não fosse a primeira vez que o Ndongo contra-atacava o presídio.

3.2 DOMINGOS FERREIRA DE ASSUNÇÃO: UM PARENTE DA RAINHA JINGA NO POSTO DE CAPITÃO-MOR DE AMBACA

Os boatos acerca da tomada de Ambaca pelos jingas tinham razão de ser. Desde, pelo menos 1754, a rainha Jinga havia voltado a atacar os caminhos do comércio e a insultar os lusos. Era provável que se tratasse da mesma soberana que havia perdido a guerra de 1744, D. Ana II.²⁴² Em 23 de março de 1755, o governador Antônio Álvares da Cunha mostrou sua preocupação acerca da venda de pólvoras e armamentos nos sertões por causa das ações da rainha Jinga e do Jaga de Calandula, ambos potentados então rebelados e estabelecidos próximos a Ambaca.²⁴³

Todo esse contexto talvez tenha criado um estado de alerta nos portugueses que culminou, em 1757, com o boato de que o próprio capitão-mor de Ambaca, Domingos Ferreira de Assunção, pretendia entregar o dito presídio à soberana. Ao mesmo tempo, e talvez não por acaso, esses rumores surgiram em meio a um cenário de desentendimentos entre a chefia em Ambaca e o governador em Luanda, Antonio Álvares da Cunha.

Tudo começou quando o governador em meio à construção de quarteis para os militares em Angola começou a exigir o envio de trabalhadores para as obras. As províncias de Golungo e Icolo empenharam-se no fornecimento da mão-de-obra exigida. Durante três anos, ambos distritos tiveram que arcar com o envio constante de gente para as obras. Depois desse período,

²⁴² Como já dito, é Campos (2007) e Thornton (2020) que afirmam que a rainha jinga da guerra de 1744 era D. Ana II.

²⁴³ AHU-Angola, cota antiga cx. 40, doc 32, cota nova cx. 43, doc 3988: 23 de março de 1755. O jaga Calandula era avassalado, mas estava enfrentando as autoridades lusas nessa época. Desconhecemos as causas e as ações de protesto de Calandula. No entanto, o fato de ele estar sendo tido como rebelde confirma que tratado de vassalagem não era atestado de fidelidade e nem de apatia para as autoridades centro-africanas.

como forma de “aliviar” os habitantes de Golungo e Icolo, o governador solicitou que Calumbo, Muxima e Massangano passasse também a enviar trabalhadores. Posteriormente, entretanto, convencendo-se de que esses povoados pequenos não podiam dar grande número de gente, ele ordenou o envio de 300 trabalhadores de Ambaca. Segundo Cunha, Ambaca era tão populosa que poderia fornecer 3 mil pessoas ou mais para as obras “sem incômodo” nenhum.²⁴⁴

Mas nos planos de Antônio Álvares da Cunha apareceu um empecilho: Domingos Ferreira de Assunção, o capitão-mor de Ambaca. Indo de encontro ao desejo do governador, o chefe da povoação resolveu desobedecê-lo. Apesar das diversas ordens solicitando o envio de trabalhadores, o capitão Domingos não chegou a enviar ninguém a Luanda.

Em Ambaca, Domingos era a maior autoridade. Ao capitão-mor cabia não só administrar a fortaleza e seus soldados, mas também todo o distrito composto por vários domínios chefiados por sobas escolhidos de acordo com os costumes locais, eleitos pelos macotas, mas controlados pelo mesmo capitão-mor. A Domingos caberia não só governar essas pessoas, mas também fazer a justiça punindo crimes e até regular o comércio ao lado do escrivão da feira de Lucamba, localizada a um dia de caminhada do presídio.²⁴⁵ Assim, tratando-se da maior povoação da Angola portuguesa, podemos dimensionar que Domingos Ferreira de Assunção tinha muito poder naqueles sertões.

Acima de Domingos de Assunção, porém, estava o governador em Luanda, representante máximo do rei de Portugal naquelas terras. A ele, Domingos justificava que não podia mandar gente a Luanda porque “os negros lhe não queriam obedecer”, o que o governador julgou ser “frívolas escusas”.²⁴⁶ Em janeiro de 1757, o governador Antônio Álvares já irritado com a desobediência e o desrespeito à hierarquia por parte de Domingos de Assunção enviou uma esquadra de cavalaria e dois oficiais como encarregados de cumprir sua ordem, independentemente da vontade do capitão-mor. Os oficiais enviados eram experientes nos sertões e pessoas de confiança do governador. Eram eles, Manoel Correia Leitão, de quem falaremos adiante, e Antonio Anselmo de Siqueira. No entanto, a chegada deles a Ambaca não saiu como esperado. Em sua carta, o governador assim detalhou o encontro:

Chegaram como fica dito os oficiais a Ambaca, recebeu-os o capitão-mor secamente, mostraram-lhes as minhas ordens, respondeu a estas de palavra que me não devia obedecer neste importante caso, porque não consentiria que eu arruinasse aquela província com obras inúteis que eu mandava fazer as quais não tinham fim, disse mais que ele era tão governador de Ambaca, como eu do reino, e disse mais outros muitos

²⁴⁴ AHU-Angola, cota antiga cx. 41, doc. 39,3,4 e 41, cota nova cx. 44, doc. 4109.

²⁴⁵ Cf. VANSINA, Jan. Ambaca Society and the Slave Trade, c.1760-1845. **The journal of African History**, volume 46, nº 1, 2005, p. 2. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/4100827?seq=1>. Acesso em: 13 jul. 2023.

²⁴⁶ AHU-Angola, cota antiga cx. 41, doc. 39,3,4 e 41, cota nova cx. 44, doc. 4109.

despropósitos que se lhe podem perdoar, por serem pornunciados por um negro, nascido e criado na gentelidade [sic].²⁴⁷

Essa passagem é representativa das tensões entre os agentes do poder real português naquelas terras.²⁴⁸ Além do desacordo entre as autoridades e da postura combativa de Domingos Ferreira de Assunção, o trecho nos deixa perceber a intolerância de Antonio Alvares em relação à origem do capitão-mor, atribuindo a ela a desobediência do capitão.

Domingos Ferreira era negro, nascido em Pedras de Mpungo Ndongo e, nas palavras do governador, “sem demonstração alguma de ter sangue dos brancos, parente da Rainha Jinga e muito favorecido dela”.²⁴⁹ Thornton (2020) conta que Domingos era um membro eminente da elite de Matamba/Jinga. Ele era filho de D. Susana, irmã da rainha D. Ana II, que tinha fugido para Ambaca porque queria se cristianizar.²⁵⁰ Assim, Domingos nasceu nos sertões portugueses e não no de Jinga. Dentro das fronteiras lusas, Domingos deve ter garantido saberes e influências que lhes levaram ao alto cargo de capitão-mor. Pois nessa função, ele não era iniciante.

Antes de Ambaca, Domingos já tinha exercido o cargo de capitão-mor no presídio de Pedras por três anos.²⁵¹ Não sabemos quando Domingos saiu de Pungo Andongo para Ambaca, mas é possível que ele tenha substituído o capitão-mor João Pereira da Cunha no início dos anos 1750. João da Cunha era português e estava na administração do presídio há seis anos, quando acabou denunciado para a inquisição por desavenças pessoais e por causa de seu envolvimento e enriquecimento com os rituais e consultas feitas pela ex-escravizada Catarina Juliana, uma *nganga* (curandeira) afamada na localidade.²⁵²

Apesar de sua experiência no comando de um presídio, para o governador Antonio da Cunha, Domingos não merecia a honra de ter sido agraciado com um posto tão importante, como Ambaca, e ele deixa isso muito claro em sua carta. Apesar da opinião do governador, era

²⁴⁷ AHU-Angola, cota antiga cx. 41, doc. 39,3,4 e 41, cota nova cx. 44, doc. 4109.

²⁴⁸ Sobre a normalidade dessas tensões ver ALFAGALI, **Conflito de terras nos sertões de Angola**, *op. cit.*, p. 8.

²⁴⁹ Idem. Vansina chegou a mencionar o caso desse capitão-mor de Ambaca, achando incrível um parente da rainha Jinga nesse posto, mas não se aprofundou. VANSINA, Ambaca, *op. cit.*, p. 8.

²⁵⁰ A fonte consultada pelo autor, porém, não cita o nome de Domingos. Diz apenas que o candidato que disputou o trono com D. Veronica II viveu em Ambaca e possuiu o posto de capitão-mor. Diz ainda: “*insolent son of a black woman and a mulato raised in the bush and practically a heathen, who has been invited to be king as the nephew of Queen Ginga.*” THORNTON, A History of West Central Africa, *op. cit.*, p. 287.

²⁵¹ SEBESTYÉN, Evá. VANSINA, Jan. Angola’s Eastern Hinterland in the 1750s: a text edition and translation of Manoel Correia Leitão’s “Voyage” (1755-1756). History in Africa, Volume 26, January 1999, p. 353.

²⁵² Sobre o caso de Catarina Juliana ver SCHLEUMER, Fabiana. **Mulheres e Inquisição em Angola: a história de Catarina Juliana**. Centro de Humanidades: Anais de História de Além-Mar. Lisboa, 2020. PRECIOSO, Daniel. Catarina Juliana: uma sacerdotisa africana e sua sociedade de culto no interior de Angola – século XVIII. Jundiaí – SP: Paco Editorial, 2021.

comum que esses capitães-mores, que exerciam tanto funções militares quanto administrativas na jurisdição de determinado presídio, fossem de origem africana ou luso-africana.²⁵³ Como destacou Couto, “a máquina administrativa transplantada para os trópicos não podia obedecer a esquemas rígidos, inflexíveis” e teve que se adaptar as realidades locais.²⁵⁴ Dentro desse cenário, é possível que o incômodo do governador viesse de sua insatisfação com a desobediência do capitão e da ligação de Domingos com o inimigo reino de Jinga.

Por sua vez, o capitão-mor de Ambaca não parecia aflito com as opiniões de seu chefe. Aparentemente, Domingos não só recebeu a comitiva “secamente” como também dificultou a vida dos oficiais e da cavalaria enquanto eles estavam em Ambaca. Segundo a versão contada por eles, o capitão-mor lhes ofereceu um péssimo cômodo fora do presídio, não quis prover mantimentos à cavalaria, proibiu a venda de qualquer mercadoria ao sargento-mor e sua comitiva, proibiu a comunicação dos moradores e soldados de Ambaca com eles e se recusou a fornecer carregadores para transportar os mantimentos da tropa na viagem de volta à Luanda. Disseram até que após a saída da comitiva, o capitão-mor mandou atear fogo na casa de palha em que ficaram hospedados, queimando todos os pertences deixados. O resultado dessa ida a Ambaca é que todo mundo teria chegado a Luanda em estado deplorável e três cavalos morreram em seguida.²⁵⁵

A morte desses animais era um fato relevante e que pode ter intensificado aquele contexto de conflito. Os cavalos eram utilizados na guerra contra os povos de Angola desde a chegada dos portugueses no século XVI. Ao longo da ocupação lusa naquelas terras, várias medidas foram adotadas para garantir a presença dos cavalos nas tropas, como o transporte desses animais nos navios negreiros que saíam do Brasil. Os equinos, portanto, eram importantes naquele cenário onde a cavalaria lusa costumava marchar e oferecer proteção aos soldados da “guerra preta” durante as disputas com a força militar autóctone.²⁵⁶ A morte desses animais, portanto, causada pelo suposto desrespeito do capitão-mor Domingos acabaria por enfurecer a governança em Luanda.

Ao tomar conhecimento do que se tinha passado, o governador mandou uma carta à Ambaca ordenando a imediata ida do capitão-mor à capital. Em resposta, Domingos disse que não poderia ir por estar com moléstias. Quatro meses então se passaram e o capitão-mor não

²⁵³ CORRÊA, 2018, p. 128; FERREIRA, 2012, p. 29-33; VANSINA, Ambaca, *op. cit.*, p. 2.

²⁵⁴ COUTO, Carlos. **Os capitães-mores em Angola no século XVIII**: subsídio para o estudo da sua actuação. Instituto de Investigação Científica de Angola, 1972, p. 25.

²⁵⁵ AHU-Angola, cota antiga cx. 41, doc. 39,3,4 e 41, cota nova cx. 44, doc 4109: carta de 09 de junho de 1757.

²⁵⁶ Para mais informações sobre o uso do cavalo no exército luso ao longo dos vários conflitos com o povo nativo ver FERREIRA, Roquinaldo. O Brasil e a arte da guerra em Angola (sécs. XVII e XVIII). **Revista Estudos Históricos** (Brasil-África): v.1, nº 39, 2007, p. 10-11.

foi a Luanda, algo que governador classificou como uma “rebeldia continuada”. E foi em meio a esse contexto de tensões que começaram a surgir boatos de que o capitão-mor pretendia entregar o mais importante enclave português a sua parente ilustre e tão temida pelos lusos, a rainha Jinga. As murmurações do povo afirmavam até que não só a fortaleza seria entregue mas todo o distrito de Ambaca.

A rainha Jinga, porém, estava morta. D. Ana II, a soberana da guerra de 1744, que tinha voltado a promover ataques aos lusos em 1755, morreu no ano de 1756. Após a morte dessa sua tia, Domingos teria sido convidado por alguns membros da elite a assumir o trono do reino de Matamba/Jinga.²⁵⁷ Fato que mostra que apesar de ter nascido no lado português, Domingos tinha alguma influência na sua terra ancestral. Porém, a sucessora mais evidente de D. Ana II era sua sobrinha, D. Veronica. Assim, enquanto governava o principal presídio português, Domingos passou a disputar as terras de Jinga com essa sua prima D. Veronica. Podemos dizer, portanto, que a influência do capitão-mor estava transcendendo fronteiras naqueles sertões.

Os boatos em torno da tomada de Ambaca levaram o governador a mandar para lá uma esquadra de 20 cavalos para prender o capitão-mor, comandada pelo tenente José de Souza que deveria ficar no comando do presídio. A esquadra saiu de Luanda em 6 de junho 1757 e em pouco tempo seria reforçada com 10 cavalos a fim de intimidar os moradores da jurisdição. Segundo o governador, o reforço era importante para que “aqueles gentios seus habitantes” não esquecessem quem era o “seu primeiro senhor” e não quisessem se unir ao capitão-mor, em caso de rebelião, pelo parentesco que tinham com ele. Para a autoridade, essa esquadra era fundamental pois a guarnição do presídio não serviria para inibir os rebeldes, visto que era composta por “negros e tão gentios quanto os mais”. De todo modo, caso fossem necessários esforços, o governador já tinha preparado 60 infantes e mais 20 cavalos e afirmou que ele mesmo também marcharia para garantir a “segurança da província”.²⁵⁸

Contudo, ao chegarem a Ambaca, os soldados não encontraram o capitão-mor. Na verdade, descobriu-se que Domingos havia ido até Luanda, mas secretamente para não ter que falar com o governador-general, e depois retornado ao sertão. Talvez quisesse observar o tamanho das forças mobilizadas contra ele? Não sabemos o seu motivo. Mas sabemos que essa viagem secreta enfureceu o governador. E em 19 de junho, uma esquadra comandada pelo alferes Antonio Anselmo Siqueira foi enviada para prendê-lo em seu caminho de volta.

²⁵⁷ A fonte consultada pelo autor, porém, não cita o nome de Domingos. Diz apenas que o candidato que disputou o trono com D. Veronica II viveu em Ambaca e possuiu o posto de capitão-mor. Diz ainda: “*insolent son of a black woman and a mulato raised in the bush and practically a heathen, who has been invited to be king as the nephew of Queen Ginga.*” THORNTON, *A History of West Central Africa*, op. cit., p. 287.

²⁵⁸ AHU-Angola, cota antiga cx. 41, doc. 39,3,4 e 41, cota nova cx. 44, doc 4109: 9 de junho de 1757.

No trajeto, contudo, Antonio Anselmo recebeu uma carta do tenente José de Souza avisando que o presídio e o distrito de Ambaca estavam pacificados, que o capitão-mor não foi lá encontrado, e que, por isso, o alferes deveria contramarchar à Luanda. Anselmo, porém, não desistiu. Mandou que seus soldados procurassem Domingos Assunção pelas estradas pouco movimentadas. Sabiamente, o capitão-mor havia procurado os caminhos menos trilhados, por onde a cavalaria não deveria passar, para fugir da prisão. Mas, apesar dessa estratégia, Domingos acabou encontrando a esquadra, “preso em ferros” e conduzido à Luanda. Posto em um calabouço no dia 10 de julho de 1757, Domingos ficou lá por 32 dias. E, depois, foi autorizado a ficar em sua casa na cidade, por ordem do governador, e em atenção a sua patente.²⁵⁹

Em sua carta, de 23 de janeiro de 1758, o governador expressou seu alívio com a prisão de Domingos e com a volta da normalidade no reino. O tenente José de Souza, o novo administrador de Ambaca, que tinha tomado o poder “sem contradição de pessoa alguma”, logo se prontificou a enviar os trabalhadores para as obras reais. Obediente, José de Souza acabou por garantir o envio de 300 trabalhadores para Luanda todos os meses. E finalmente o governador viu sua ordem ser cumprida por um chefe de Ambaca.

Mas a história não acabou por aí. Disposto a disciplinar o capitão Domingos, inacreditavelmente, o governador se propôs a devolver-lhe o cargo (apesar de ter justificado diversas vezes a sua falta de honra para o posto) se ele obedecesse as suas ordens. Ao governador, Domingos teria prometido, obviamente, “servir a seu senhor obedecendo-lhe ao que eu lhe ordenasse em seu serviço, que o mandasse para o seu governo” e seguiu para Ambaca em 28 de novembro de 1758.²⁶⁰

Porém, assim que chegou ao presídio, o capitão-mor expulsou José de Souza, confiscou dezessete dos escravos do tenente e ainda mentiu que essas eram ordens do governador. Além disso, simplesmente, parou de responder as cartas de Antonio Alvares.²⁶¹ A promessa de obediência feita por Domingos, portanto, pareceu se tratar apenas de subterfúgio para sair do status de prisioneiro e retomar o seu lugar de poder. Não muito diferente do que faziam os jingas ao assinar acordos de paz com os lusos.

Em aparente tom descontrolado com essa situação, o governador fez um alerta ao próprio rei de Portugal. Disse ele:

²⁵⁹ AHU-Angola, cota antiga cx. 41, doc. 69, cota nova cx. 45, doc 4132: Carta do governador D. Antonio Alvares da Cunha ao rei acerca dos boatos de que o capitão-mor era parente da Rainha Jinga, Domingos Ferreira de Assunção, 23 de janeiro de 1758.

²⁶⁰ Idem.

²⁶¹ Todos esses acontecimentos foram narrados em carta do governador de 23 de janeiro de 1758. Idem.

Senhor, este negro que Vossa Majestade por mal informado foi servido fazer capitão-mor da mais importante e vasta província deste reino é um louco, cheio de presunções néscias e se capacita de tudo o que lhe querem dizer aquelas pessoas com quem trata, e tem correspondências que todas são mal intencionadas, e estimam achar um simples como este para o fazerem inquietar o governador [sic].²⁶²

A fim de se explicar pela volta de Domingos ao cargo de capitão-mor de Ambaca, apesar de tê-lo como um “louco” e inapto ao posto, o governador se justifica dizendo que contra o capitão negro não se comprovaram as alegações de que ele pretendia entregar o presídio a rainha Jinga e nem de que ele teria queimado a casa em que se hospedou a comitiva do sargento Manoel Leitão. Mesmo insatisfeito com os atos e a figura do capitão, devido a sua cor e cultura, o governador Antonio Alvares se convenceu da inocência do capitão-mor, ao menos, nessa questão. Talvez mais um julgamento apressado, visto que a autoridade também acreditou que Domingos seria obediente a ele.

Apesar de toda essa trama, o governador decidiu esperar até a época em que o capitão Domingos deveria enviar os serventuários para avaliar seu o comportamento. Porém, para ele, o temperamento e ações do capitão-mor eram determinados pela sua origem. Em sua missiva de 1758, por exemplo, Antonio Alvares termina destacando que o destino do reino seria a ruína se se continuasse a prover em postos “gente preta, nascida e criada entre gentilidade sem religião, sem honra e sem vergonha”. E que, “os homens brancos” não tinham que ser submetidos a gente que tinha “cor e costume tão diferentes dos da cristandade”.²⁶³ Parecia, portanto, que a autoridade acreditava que a desordem no reino só seria resolvida quando apenas sua gente assumisse a administração dos enclaves portugueses.

No entanto, é importante pontuar que no contexto do interior angolano, o ser “branco” não estava relacionado a “cor”, raça ou etnia, mas sim à condição social. Os estudos de Ferreira (2012) e Curto e Gervais (2022) mostram que os chamados “pretos calçados” eram considerados brancos no reino de Angola.²⁶⁴ Do mesmo modo, a diminuta população descrita como branca nos mapas estatísticos dos presídios costumava ser constituída por brasileiros e africanos de pele escura que haviam ascendido socialmente.²⁶⁵

²⁶² Idem.

²⁶³ AHU-Angola, cota antiga cx. 41, doc. 69, cota nova cx. 45, doc. 4132: 23 de janeiro de 1758.

²⁶⁴ FERREIRA, Cross-cultural..., *op. cit.* GERVAIS, Raymond R. CURTO, José C. A dinâmica demográfica de Luanda no contexto do tráfico de escravos do Atlântico Sul, 1781-1844. Rio de Janeiro: **Topoi**, 3(4), 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/k43JqJDzMMQ5rTm4D7kycYS/>. Acesso em: 06 ago. 2023.

²⁶⁵ CORRÊA, 2018, *op. cit.*, p. 139.

Examinando os registros demográficos do presídio de Cambambe, Carolina Corrêa destacou que o reduzido número de brancos e mulatos nesses povoados era indicativo da fragilidade do poder português nesses sertões. Já que, dessa forma, a administração lusa acabava por depender de luso-africanos pretos para desempenhar funções militares, civis e comerciais. E não só luso-africanos, mas mesmo naturais “sem nenhum sangue branco” como o capitão Domingos. A autora ainda pontua que essa população majoritariamente preta tinha uma lealdade ambígua, ora correspondendo-se com a Coroa portuguesa e ora com os sobas e potentados locais²⁶⁶, como também foi o caso do rebelado capitão de Ambaca.

Mas se era comum o desempenho de funções administrativas por pessoas de pele escura e nascidas nos sertões, por que o governador Antonio Álvares da Cunha se contrapunha a Domingos como se ele fosse uma exceção? Era um desafeto pessoal motivado pela postura de rebeldia constante? Ou era o temor causado pelo parentesco do capitão-mor com a rainha Jinga? As possibilidades são múltiplas, mas talvez Cunha acreditasse que apenas brancos, de origem portuguesa e cristãos como ele desempenhariam uma boa função pela lealdade e consonância com os interesses da Coroa. Afinal, em todas as suas críticas a Domingos, o governador deixa clara uma certa superioridade cultural sua em relação ao capitão que, para ele, era um bárbaro.

A opinião de Antonio Álvares sobre a necessidade de brancos nos sertões era contrária a crença e a experiência de diversos governantes de Angola.²⁶⁷ Inclusive, Antonio de Vasconcelos, seu sucessor imediato no governo de Angola, alertou sobre os malefícios que a interferência dos homens brancos causava nos sertões ao norte de Luanda. O novo governante foi contrário ao livre-comércio no interior de Angola, autorizado pelo alvará de 11 de janeiro de 1758, justamente por considerar como prejuízo a entrada dos comerciantes brancos no interior. Segundo ele, a abertura dos sertões poderia levar para lá “gente do Limoeiro”, “ciganos” e “cristãos-novos”, ao seu ver, toda uma gama de transgressores. Para ele, aquela liberdade poderia significar desordem.²⁶⁸

²⁶⁶ CORRÊA, População e Sociedade no presídio de Cambambe, p. 140. No processo contra Catarina Juliana em 1761, o inquisidor reclamou que em Ambaca a maior parte da população era composta por “pretos, fuscões ou semipretos”. Cf. PRECIOSO, *op. cit.*, p. 35.

²⁶⁷ De fato, a entrada de negociantes nos sertões sempre foi visto como problemática pela desordem que causavam com os potentados. Segundo Henrique de Carvalho, em 1617, o governador Luiz Mendes de Vasconcelos precisou reconhecer que a maior parte das rebeliões dos sobas eram “devidas aos vexames que sofriam dos negociantes portugueses que os procuravam”. Os “roubos, tiranias e violências” provocados por esses negociantes, levou Mendes de Vasconcelos a proibir e penalizar suas entradas no interior da Conquista, determinando que o comércio ficasse restrito aos “pretos descalços aviados”, ou seja, aos “pumbeiros” dos comerciantes de Luanda. CARVALHO, p. 60.

²⁶⁸ Todas essas informações acerca do governo de Antônio de Vasconcelos está em MIGUEL, Gabriel de Souza. **Que se abram os sertões:** um projeto político de centralização e livre comércio para o tráfico de cativos e a escravização em Angola, (1753-1772). Dissertação (mestrado). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História, 2021, p. 82.

Em seguida, em novembro de 1759, o governador reclamou que os altos preços dos escravizados se devia a “imprudente ambição dos homens brancos” que não consideravam o bem comum e usavam trapanças nas suas negociações. A fim de controlar o “resgate” de escravizados, o governador lançou um bando, em 10 de novembro de 1759, ordenando que todos os brancos e pretos que estivessem nas terras dos dembos de Ambuela e Ambuíla seguissem para uma “feira geral de todo o comércio daquelas partes” que seria estabelecida ao lado do presídio de Encoge, onde o capitão-mor deveria fiscalizar as trocas comerciais. Ficou proibido o comércio em qualquer outro lugar daqueles sertões.²⁶⁹

Mas voltando ao capitão-mor Domingos, infelizmente, não temos sua versão sobre aqueles fatos. Sem o seu relato, podemos apenas conjecturar as suas motivações para o enfrentamento constante às determinações vindas de Luanda. As ações de Domingos mostram seu descompromisso com as ordens do rei de Portugal e com os interesses do governador do reino de Angola, sediado em Luanda. Domingos, inclusive, não se via como inferior ao governador, nem na origem e nem na hierarquia, o que fica claro na sua provável fala de que ele era tão governador de Ambaca quanto o capitão-general o era de Luanda. E mesmo que o governador não o aceitasse, naquele contexto, Domingos não era “um simples”²⁷⁰ como Antonio Alvares da Cunha esbravejou. Além disso, a distância do enclave e a consequente demora na execução das ordens que vinham de Portugal, permitia a Domingos ter certa autonomia em relação a Luanda.

Por outro lado, sua proximidade com a elite jinga talvez se refletisse na sua “rebeldia continuada”²⁷¹ contra os lusos. Inclusive, pode ter sido essa sua persistente e inacreditável desobediência à hierarquia administrativa do reino português que deve ter chocado os contemporâneos e os levado a acreditar que a única razão por trás desse comportamento seria seu comprometimento com a rainha Jinga, sua parente.²⁷² Mas Domingos era um homem influente tanto nas fronteiras portuguesas quanto nos sertões de Jinga. E, na verdade, é possível que ele estivesse agindo de acordo com seus próprios interesses. Em meio ao vácuo de poder causado pela morte de D. Ana II e à disputa pelo trono de Jinga, se Domingos conseguisse tomar Ambaca, ele seria visto como um herói, um novo personagem lendário, um grande chefe para os jingas. Afinal, Ambaca era um problema para os súditos do ngola desde sua fundação.

²⁶⁹ AHU-Angola, cota antiga cx. 42, doc. 89, cota nova cx. 45, doc. 4209: Carta do governador Antônio de Vasconcelos sobre vários assuntos ao secretário de Estado João José de Lima – 10 de novembro de 1759.

²⁷⁰ AHU-Angola, cota antiga cx. 41, doc. 69, cota nova cx. 45, doc 4132.

²⁷¹ AHU-Angola, cota antiga cx. 41, doc. 39,3,4 e 41, cota nova cx. 44, doc 4109.

²⁷² Sobre o caso de Domingos, Henrique de Carvalho diz que por ser parente de Jinga, o capitão-mor “tentou submeter-se a esta, e revoltar-se contra a nossa soberania, chegando a desprestigiá-la.” CARVALHO, **O Jagado de Cassange**, *op. cit.*, p. 95.

No cenário daqueles sertões, os ambundos consideravam Domingos um “kamundele”, um “pequeno homem branco”. Pois ali no interior, homens pretos calçados, vestidos à moda europeia e aliados dos lusos eram assim denominados pela população.²⁷³ Assim, apesar de ser um descendente da elite, Domingos precisava se provar valoroso para os jingas. Não é impossível, portanto, que o fracasso de Domingos em uma tentativa de tomada de Ambaca e mesmo sua prisão tenha diminuído sua influência e retirado sua força na disputa pelo poder de Jinga. Afinal, em 1758, sua prima tornou-se a nova rainha Jinga, sendo referenciada como D. Veronica II.²⁷⁴

De fato, aqueles anos foram frutíferos para conspirações, conflitos e perdas tanto nos sertões de Jinga quanto no de Luanda. O sucessor de Antonio Alvares e novo governador, Antonio de Vasconcelos, chegou a afirmar aos seus chefes que dezoito sobas tinham abandonado a jurisdição de Ambaca e seus confins nos últimos anos.²⁷⁵ Era necessário cautela e firmeza com a situação. Nesse cenário, Domingos Assunção acabou sendo preso. Enquanto isso, seu desafeto, o ex-governador Antônio Alvares da Cunha, deixou Angola, tornou-se conde da Cunha e, depois, o primeiro vice-rei do Brasil estabelecido no Rio de Janeiro. Acumulando influência e riqueza, Antônio Álvares da Cunha abandonou o imbróglia com o capitão preto que muito lhe tirou o sossego e a autoridade.²⁷⁶

Mesmo com a prisão, Domingos continuaria sendo assunto na correspondência do novo governador. Em carta de 28 de março de 1759, Antônio de Vasconcelos falou ao secretário de estado do Reino, Sebastião José de Carvalho e Melo, sobre a culpa dos capitães-mores na ruína de Angola. Para ele, o Estado estava sendo arruinado pelas “extorsões dos capitães-mores”.²⁷⁷

Queixando-se sobre Domingos, Antonio de Vasconcelos se limitou a comentar que se tratava de “um negro” que havia sido capitão de Ambaca e que “andava com conduções de fazendas para as partes da Ginga [sic] de que é muito parente”.²⁷⁸ Aparentemente, portanto, a tomada de Ambaca pelos jingas não se manteve verossímil para o próximo governante. Para

²⁷³ VANSINA, Ambaca, *op. cit.*, p. 8.

²⁷⁴ THORNTON, *op. cit.*, 2020, p. 287. Fernando Campos diz que D. Veronica era filha biológica de D. Juliana, irmã da rainha D. Ana II. Dentro do código social mbundu, Veronica poderia ser considerada “filha social” (termo usado pelo autor) de D. Ana II. CAMPOS, Fernando. Conflitos na dinastia Guterres através da sua cronologia. *África: Revista do Centro de Estudos Africanos*. USP, S. Paulo, 27-28: 23-43, 2006/2007, p. 35. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/africa/article/view/96061/95298>. Acesso em: 14 jul. 2023.

²⁷⁵ MIGUEL, Gabriel. *op. cit.*, p. 82.

²⁷⁶ Sobre o conde da Cunha cf. GONÇALVES, Izabela Gomes. **A sombra e a penumbra: o vice-reinado do Conde da Cunha e as relações entre centro e periferia no Império português (1763-1767)**. Dissertação de mestrado. Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, 2010.

²⁷⁷ AHU-Angola, cota antiga cx. 42, doc. 56, cota nova cx. 45, doc 4209: Carta do governador D. Antonio de Vasconcelos em 28 de março de 1759.

²⁷⁸ Idem.

ele, mais importante era destacar que o antigo capitão-mor de talvez estivesse comercializado produtos vindos em navios portugueses com a soberana que tanto dificultava a movimentação de pumbeiros, escravizados e mercadorias nas rotas lusas. Mais uma vez, é possível que Domingos de Assunção facilitasse a ida das mercadorias lusas para os sertões de Jinga, a fim de angariar apoio da elite local para sua ascensão ao trono. Com um aliado administrando o principal presídio português, os jingas poderiam continuar prejudicando o comércio luso-africano e ainda ter acesso às fazendas desembarcadas em Luanda.

São várias as possibilidades que a documentação não nos deixa aprofundar, pois o capitão some das fontes naquela carta de 28 de março de 1759. Domingos Ferreira de Assunção foi preso a vinte léguas de Ambaca mas, já passados quatro meses, ele ainda não tinha remetido a Luanda, como se queixou o novo governador. Talvez tivesse conseguido fugir ou apenas conseguido guarida – e não execução das ordens vindas de Luanda – nos apoios que amealhou naqueles sertões. Mas após seu caso, o governo em Luanda faria vários esforços – sem sucesso – para que apenas os lusos administrassem os enclaves no interior.²⁷⁹ E alguns anos depois, em 1765, com a aprovação de um Regimento dos Capitães-Mores tentou-se disciplinar os administradores dos sertões, estipulando suas funções, sua obediência ao governador e sua proibição de comercializar.²⁸⁰

Aquela suposta ameaça de tomada de Ambaca pelos jingas parece ter se encerrado ainda na década de 1750. Sem o parente administrando o enclave e sem as fazendas portuguesas, os jingas voltariam a contar com as mercadorias vindas de sua rota de comércio mais comum, aquela alimentada pelos navios ingleses e franceses. Enquanto isso, D. Verónica II, a nova rainha Jinga, continuaria promovendo ataques aos pumbeiros portugueses que transitavam pelo vale do Kwango em direção a Holo e em busca de gente para comprar e escravizar. A Jinga se manteria atrapalhando o tráfico, ao mesmo tempo que fazia o *seu* tráfico.

3.3 O COMÉRCIO DE GENTE NOS SERTÕES DE JINGA

O sertão de Jinga localizava-se no vale do Kwango, a principal região fornecedora de escravizados no interior. Daqueles sertões, principalmente da província de Matamba, a *mbanza* real, vinham tanto movimentos de resistência e desestabilização do poder português no interior

²⁷⁹ FERREIRA, Roquinaldo. Biografia, mobilidade e cultura atlântica: a micro-escala do tráfico de escravos em Benguela, séculos XVIII-XIX, Dossiê: África, **Revista Tempo**, v. 10, n. 20, Jan 2006, p. 30

²⁸⁰ CARVALHO, Ariane. **Guerra nos sertões de Angola: sobas, guerra preta e escravização (1749-1797)** Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de História, Programa de Pós Graduação em História Social, 2020, p. 48-49.

quanto de pessoas comercializadas e encaminhadas para a terrível viagem atlântica. Beatrix Heintze (2007, p. 532) aponta essa aparente contradição do reino de Jinga ao destacar que enquanto ele era visto como ponto seguro contra o desterro para escravizados vindos das áreas do Ndongo dos senhores do Are e da Ambaca portuguesa no século XVII, ele também era “era um dos mais importantes e maiores entrepostos do tráfico de escravos com a região além-Kwango, onde os portugueses se abasteciam da maior parte da sua mercadoria”.

Sem contradição para a época, as elites de Jinga, com sua autonomia e poder, participaram ativamente da venda de gente escravizada conduzida em longas caravanas para o litoral até o embarque nos navios das nações europeias. Na verdade, essas localidades e suas chefias já estavam integradas de modo “irreversível” ao tráfico atlântico de escravos desde o fim do século XVI.²⁸¹

Nesse sentido, o envolvimento do reino de Jinga no tráfico transatlântico era antigo e datava da época da rainha Njinga Mbandi no século XVII. Em meio a sua guerra com os portugueses, Njinga recebeu notícias da invasão de Luanda pelos holandeses e, em pouco tempo, estabeleceu uma aliança comercial com os novos invasores. Foi por isso que ela mudou seu *kilombo* para as margens do rio Dande (ou Ndande), e criou uma nova rota de comunicação entre Matamba e o litoral sem a interferência lusitana.²⁸²

Essa rota de escravidão se iniciava em Matamba, atravessava a região dos Dembos (ou Ndembu), territórios autônomos governados por um potentado com o título homônimo à terra, e chegava a costa ao norte de Luanda, onde atracavam os navios da Companhia das Índias Ocidentais. Njinga a alimentava fornecendo muitos de seus inimigos e prisioneiros de guerra. Segundo Joseph Miller, “a maioria dos escravos que saíram de Angola durante a ocupação holandesa desceram por esta rota” ao norte de Luanda e, por isso, portugueses, holandeses e lideranças autóctones brigaram pelo seu controle.²⁸³

Porém, quando houve a retomada de Luanda pelas tropas luso-brasílicas, em 1648, e Njinga recorreu à diplomacia para negociar com seus velhos inimigos, ela também voltou a permitir o envio de pessoas aprisionadas para o “corredor do Kwanza”, a rota negreira que seguia o percurso do rio até o litoral. Reconvertida ao cristianismo e em paz com os lusos, Njinga garantiu uma multidão de escravizados para os navios negreiros em Luanda em seus últimos anos de vida. Todavia, após sua morte e as intensas disputas dinásticas mencionadas no capítulo 1, seus sucessores voltaram a privilegiar as rotas negreiras que passavam pelas terras

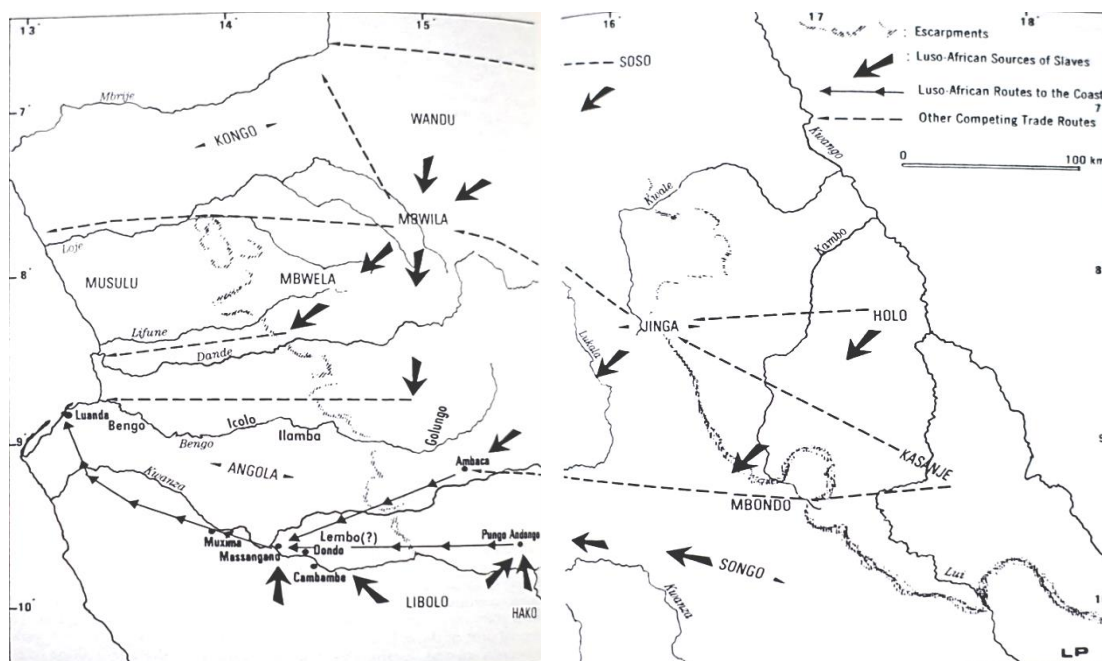
²⁸¹ HEINTZE (2007), *op. cit.*, p. 508.

²⁸² FONSECA, Mariana Bracks. **Jinga, várias rainhas e uma etnogênese**, *op. cit.*, p. 69.

²⁸³ MILLER. **Poder político e parentesco**, *op. cit.*, p. 204.

dos chefes dembos e desembocavam nos portos de Ambriz e, possivelmente, também alimentavam os portos de Cabinda, Molembo e Loango. A medida instaurou novos conflitos nas relações entre jingas e lusos. Por fim, as pessoas escravizadas e negociadas em Jinga continuaram a seguir massivamente pelas terras das chefias autóctones da periferia do reino do Congo para serem embarcados nesses portos ao norte de Luanda.

Mapa 5: Rotas do comércio negroiro no interior de Angola



Fonte: MILLER, 1988, p. 258-259.

Como é possível observar no mapa acima, os escravizados fornecidos pelo reino de Jinga continuaram a cruzar a rota que passava pelos dembos (ou ndembu). Os Dembos mantinham uma relação de cordialidade tanto com o reino do Congo, com quem tinham uma relação de dependência de longa data, quanto com Jinga. Os dembos mais poderosos e mais relevantes no contexto comercial foram o de Ambuíla (Mbwila) e o de Ambuela (Mbwela), ambos identificados no mapa. Segundo o militar Elias Silva Correia, ambos eram vassalos do rei do Congo, “mas tão poderosos guerreiros e valentes que se faziam temíveis ao seu mesmo soberano”.²⁸⁴ Eram esses senhores, portanto, que lidavam com a maior parte do comércio que

²⁸⁴ SILVA, p. 557. No século XVII, esses estados dos Ndembu haviam adotado a escrita e o domínio da língua portuguesa como recurso de comunicação e poder tanto para lidar com os estrangeiros estabelecidos em Luanda quanto para registrar rotinas e selar questões autóctones. Cf. SANTOS, Catarina Madeira. Escrever o poder: os autos de vassalagem e a vulgarização da escrita entre as elites africanas Ndembu. São Paulo: **Revista de História** 155 (2º - 2006), Dossiê África e América, p. 81-95. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/19035>. Acesso em: 12 set. 2021.

vinha de Jinga, seguia para o oeste, descendo para as terras do maniquitungo (ou marquês de Mossul ou Mussulo) no rio Ambriz ou subindo através dos comerciantes mubires (ou vilis) para desembocar nas embarcações inglesas e francesas estacionadas em Ambriz ou na costa de Loango.²⁸⁵

No século XVIII, a fim de diminuir a atuação de outras nações europeias como França e Grã-Bretanha ao norte de Luanda, os portugueses estabeleceram acordos com Ambuíla e Ambuela para a construção de um presídio nas suas terras. Uma feira geral foi estabelecida no presídio de Encoge, fundado como tentativa de evitar as transações comerciais que as autoridades lusas consideravam contrabando. Segundo o militar Elias Correia, o objetivo do poder português com essa fortaleza também era espalhar os gêneros lusos e sustar a passagem dos estrangeiros por aqueles territórios.²⁸⁶

O mapa de Miller esquematiza a sua análise acerca do fluxo do comércio de gente vinda da Lunda. No entanto, os escravizados negociados em Jinga não vinham apenas da Lunda, intermediados por Holo. As pessoas vendidas pelos jingas também eram frutos das dinâmicas internas do próprio reino. E isso tanto em relação às suas guerras contra os potentados vizinhos, quanto dos mecanismos de punição e controle social. Ou seja, uma parte dos indivíduos que se tornavam escravizados ainda em Jinga eram aqueles que haviam sido aprisionados em algum conflito (*abika*) ou cometido algum crime.²⁸⁷

Sobre isso, o próprio rei Jinga Ndala Kamana comentaria, em 1830, acerca da sua disposição em permitir que os portugueses fossem às suas terras vender seus gêneros e que, em troca, ele daria seus “filhos” (súditos) que haviam cometido crimes e mereciam pena de morte ou aqueles que haviam sido apanhados em guerras.²⁸⁸ Mas nem só os criminosos capitais eram escravizados. Havia ainda os escravizados por dívidas. Sobre isso, em carta de 1791, o ministro José Siabra avisava ao governador de Angola, Manoel de Vasconcelos que se atentasse para extirpar, dos domínios da Coroa, as leis dos “negros jingas” e “negros jagas”. Dentre elas, a escravização de alguém por uma dívida não paga.²⁸⁹ Possivelmente, as tais leis mencionadas

²⁸⁵ MILLER, 1988, p. 213.

²⁸⁶ CORREIA, *op. cit.*, p. 559.

²⁸⁷ Enquanto os *kijiku* (plural de *ijiku*), os “escravos do *ngola*” tinham um estatuto social parecido com os servos da gleba da Europa (camponeses com trabalho compulsório ligados a uma determinada terra) e só poderiam ser vendidos se cometessem crimes. Já os *mubika* (plural de *abika*) adquiridos em guerra, comprados ou escravizados por dívida acabariam sendo as maiores vítimas do comércio atlântico de africanos. Ver FREUDENTHAL, 2014; THORNTON, 1991; HEYWOOD, 2020.

²⁸⁸ AHU – ANGOLA, cota antiga Cx. 167, doc. 57, cota nova Cx. 172, doc. 12.807, 14/12/1830, cópia nº 3.

²⁸⁹ AHNA, Códice 253-C-10-5, Ofícios do Exterior: carta de José de Siabra da Silva a Manoel de Almeida Vasconcelos, 21 de novembro de 1791, fl. 32-37.

eram as chamadas “leis de Quituxe”.²⁹⁰ De acordo com Alexandre Correia, a lei “bárbara” de Quituxe fez com que muitas pessoas perdessem a liberdade por motivos que ele considerou banais como, por exemplo, pisar na calda da roupa de uma chefia, quebrar algo ou esbarrar em alguém, dentre outras situações.²⁹¹ No entanto, o que talvez fosse algo irrelevante na visão do militar Correia não o era dentro dos códigos de conduta dos povos centro-africanos.

O fato é que os soberanos de Jinga, assim como outros potentados da região, obtinham vantagens políticas na troca de escravizados e estimavam as mercadorias exóticas obtidas nas trocas litorâneas. Principalmente, nas negociações com franceses, ingleses e holandeses. Já naquelas terras da Jinga, os comerciantes podiam negociar pessoas escravizadas, marfim e outras fazendas. Contudo, para levá-los até o litoral, era necessário um grande número de carregadores devido a significativa distância entre aqueles sertões e o Atlântico.²⁹²

As chefias de Jinga lutavam pelo monopólio das trocas comerciais porque isso evidenciava seu poder e sua soberania. Foi por isso que, ao mesmo tempo em que se vendia pessoas que seriam embarcadas e aprisionadas em navios com destino às Américas, os soberanos de Jinga também dificultavam as negociações nas rotas luso-africanas quando esses ousavam quebrar ou prejudicar o seu controle. Era com o fechamento de caminhos e os ataques aos pumbeiros que as chefias de Jinga demonstravam sua soberania.

Em 1755, por exemplo, a rainha D. Ana II havia voltado a promover atos de violência nos sertões. A soberana, então, chefiava novos ataques ao Holo por este ter se mantido em comércio com os lusos.²⁹³ A razão de seu protesto era, mais uma vez, a intromissão lusa no comércio da sua vizinhança. Em janeiro de 1756, o governador Antonio Álvares da Cunha classificou a frequente interferência jinga da seguinte maneira:

Se em Benguela e Caconda se temia poder da nação Cabunda muito maior consternação causava nesta cidade a notícia que ao mesmo tempo corria notoriamente de que a Rainha Ginga fazia guerra aos nossos comerciantes que passavam a Cassanje e ao Holo confiscando-lhe as suas fazendas e matando alguns dos nossos pumbeiros, o que nos embaraçava o principal negócio dos escravos porque destes distritos os tiramos com mais cômodo e abundância [sic].²⁹⁴

²⁹⁰ Quituxe significava “crime” ou “resultado de uma sentença”. Ver CARVALHO, **Os homens do rei**, *op. cit.*, p. 172.

²⁹¹ CORREIA, **História de Angola**, *op. cit.*, p. 559.

²⁹² Elias Correia destaca que a distância desses estados em relação a Luanda exigia grande número de carregadores, o que aumentava os custos do transporte das mercadorias. CORREIA, *op. cit.*, p. 295-296.

²⁹³ AHU-Angola, cota antiga cx. 40, doc. 32, cota nova cx. 43, doc. 3988: 23 de março de 1755.

²⁹⁴ AHU-Angola, cota antiga cx. 40, doc. 72 e 73, cota nova cx. 43, doc. 4015: 22 de janeiro de 1756.

Neste trecho, Antonio da Cunha comparou as duas grandes chefias que traziam problemas para os lusos. Enquanto o potentado Cabundá atacava os pumbeiros que seguiam para Caconda, em Benguela, a Jinga fazia o mesmo com os que seguiam à Cassanje e Holo. Para defender o comércio, e talvez por pressão dos comerciantes em Luanda, o governador resolveu parar a ação dos jingas pela força das armas. Foi a ocasião, mencionada no capítulo anterior, em que, quando os soldados chegaram, não havia nenhum jinga nas estradas e o comércio seguia normalmente sem qualquer embargo, nem a perturbação.²⁹⁵ É provável até que os jingas tenham sido avisados sobre a movimentação das tropas pelo então capitão-mor de Ambaca Domingos de Assunção.

Porém, os novos ataques tinham velhas motivações, ainda relacionadas à guerra de 1744. Quando se queixou dos capitães-mores de Angola em carta de 28 de março de 1759, o governador Antonio de Vasconcelos alegou que tinha sido Francisco Roque que tinha causado “essa ridícula guerra da Ginga[sic]”²⁹⁶. Essa informação mostra que Francisco Roque, além de não ter não conseguido sua dispensa de Angola, solicitada em 1751, ainda se mantinha envolvido em conflitos nos sertões com a rainha Jinga. Ou seja, mais de dez anos depois, a soberana de Jinga, já D. Veronica II, ainda protestava e desafiava tanto Holo quanto os representantes do poder luso pelo fim de seu monopólio no comércio de escravizados causado pela campanha de Francisco Roque. A referência do governador, ao mesmo tempo, nos leva a acreditar que talvez Francisco Roque estivesse ainda promovendo tratativas comerciais que desrespeitavam os limites impostos por Jinga e atentava contra seu comércio e poder na região. Coube a D. Veronica II manter o *modus operandi* de sua irmã D. Ana II e de suas antecessoras: demonstrar poder interrompendo o comércio dos lusos em suas terras.

A correspondência revela ainda que o capitão general de Angola não enxergava mais vantagem no comércio aberto por Roque Souto, que talvez tenha se tornado *persona non grata* para autoridades e comerciantes. Em poucos anos, portanto, o negociante foi de figura bem articulada nos sertões, que promoveu o acesso dos lusos ao mercado de Holo, para um grande causador de problemas na conquista. Extraordinariamente, parece que o custo-benefício do comércio de pessoas naquele território não compensava o embate frequente com as Jingas e todas as dificuldades que elas impunham ao comércio. Para Francisco Roque, porém, o envolvimento em um novo conflito com Jinga, caso tivesse sucesso, poderia lhe restaurar a

²⁹⁵ AHU-Angola, cota antiga cx. 40, doc. 72 e 73, cota nova cx. 43, doc. 4015: 22 de janeiro de 1756.

²⁹⁶ AHU-Angola, cx. 42, doc. 56, cota nova cx. 45, doc. 4209.

reputação e redundar na concessão de mercês vindas de Lisboa e à despeito da opinião do governador local.

Obviamente, os ataques dos jingas não se restringiram à intromissão e ao período de atuação de Francisco Roque nos sertões. As rainhas jingas continuariam a realizar ataques aos pumbeiros e as feiras pelas décadas seguintes. Infelizmente, porém, não temos como dimensionar, a partir das fontes, o impacto direto que o movimento dos jingas causou no embarque de gente escravizada no litoral. As autoridades sempre se remetiam aos problemas causados nos sertões, às reclamações feitas pelos traficantes no litoral, mas nada falam sobre as consequências desses atos para os navios negreiros atracados em Luanda. A única queixa que temos sobre o atraso na saída das embarcações é quando o governador lamenta, em 26 de janeiro de 1756, que os navios negreiros não estavam deixando o porto porque ele estava doente e não os podia despachar. Aparentemente, mesmo com perdas e com todos os movimentos de Jinga, os lusos conseguiram garantir um bom número de gente que seria escravizada, desterrada e carregada nos navios rumo ao Brasil.

Apesar de assaltar e matar os pumbeiros enviados pelos comerciantes de Luanda a fim de demarcar os territórios e as trocas comerciais sob seu poder, nunca é demais lembrar que as elites jingas também forneciam escravizados para a rota lusa que saía do presídio de Ambaca e seguia o fluxo do rio Kwanza e dos diversos presídios até chegar a Luanda. Segundo Joseph Miller (1988, p. 33), nesse fornecimento de cativos para o mercado atlântico nos séculos XVIII e XIX, o reino de Jinga era o grande competidor de Cassanje.

3.4 O COMÉRCIO DE GENTE NOS SERTÕES DE CASSANJE

Em 1755, o famigerado governador Antônio Álvares da Cunha financiou uma viagem do sargento-mor do Dande e experiente negociante, Manoel Correia Leitão, aos sertões de Cassanje. O objetivo oficial da viagem era conseguir informações sobre as terras entre Angola e Moçambique a fim de realizar o antigo desejo português de ligar as duas costas. Na prática, porém, a intenção era obter informações sobre o comércio de gente nas terras do Jaga. Manoel Leitão teria que investigar as características do Rio Kwango e como atravessá-lo; os povos que lá habitavam, seus costumes e línguas; se esses povos eram guerreiros e a estrutura de seus exércitos; com quem eles comerciavam, se com brancos ou pretos; se seus campos eram cultiváveis e qual era a qualidade das fazendas que negociavam”²⁹⁷. Antes de partir, o

²⁹⁷ LEITÃO, Manoel Correia. Viagem que eu sargento-mor dos moradores do Distrito do Dande fiz as remotas partes de Cassange e Ollos no ano de 1755 até o seguinte de 1756. In: SEBESTYÉN, Evá; VANSINA, Jan.

negociante foi instruído por Domingos Ferreira de Assunção, o capitão-mor de Ambaca que, então, parecia ainda não estar envolvido em nenhuma polêmica por ser parente de Jinga. Domingos instruiu Leitão nos costumes e povos dos sertões de Cassanje e ensinou que o rio Kwango que banhava aquele território nascia nas terras do potentado Molungo a Calunga, próximo onde nascia o rio Kwanza.²⁹⁸

Segundo Flávia Carvalho (2017,p.229), a principal intenção do governador com a viagem de Manoel Leitão era estabelecer um acordo comercial com o jaga a fim de garantir a abertura e a segurança dos pumbeiros naqueles territórios. Possivelmente, a excursão de Leitão também traria vantagens comerciais e lucros para o próprio investidor que, pela sua função, estava proibido de negociar.²⁹⁹ O fato não deve ter passado despercebido à Coroa portuguesa, visto que a ordem vinda de Lisboa foi a de sustar a excursão declarando-a muito “delicada”.³⁰⁰

Assim como Jinga, o reino imbangala (mbangala ou pangala) de Cassanje surgiu da guerra. Conta Henrique de Carvalho que esse povo tinha sua origem na Lunda, de onde migraram para oeste para se fixar, primeiramente, no Libolo, na margem esquerda do Kwanza, depois em Lucamba na jurisdição de Ambaca e, por último, nas margens do Kwango.³⁰¹ A história dos imbangalas está profundamente interligada com os chamados “jagas”.

Os portugueses chamaram de jagas a uma diversidade de tribos nômades e guerreiras que migraram para as terras próximas ao litoral no século XVI vindos do Congo, do sul do Kwanza e da região da Lunda (VANSINA, 1963). A historiografia já refletiu sobre os vários significados do termo jaga na África Central. Alguns apontam que “jaga” pode ter sido um modo de vida, e não um grupo étnico (THORNTON, 1978), enquanto outros indicam que o termo podia vir de “aka”, uma denominação para estrangeiro ou forasteiro (BONTICK, 1980; HILTON, 1981). Os imbangalas eram apenas um desses povos. Além disso, em algum momento das interações com portugueses e outros povos do oeste africano, o povo que criou o Estado de Cassanje, e que depois seriam chamados de imbangalas, aceitaram “jaga” como um título semelhante a “rei” (MILLER, 1995). Mesmo sendo um título criado pelos portugueses, o chefe

Angola's Eastern Hinterland in the 1750s: a text edition and translation of Manoel Correia Leitão's "Voyage" (1755-1756). *History in Africa*, Volume 26, January 1999, pp. 299 – 364.

Idem, *op. cit.*, p. 299., p. 311. LEITÃO apud MIGUEL, *op.cit.*, p. 92.

²⁹⁸ LEITÃO, Manoel Correia. Viagem que eu sargento-mor dos moradores do Distrito do Dande fiz as remotas partes de Cassange e Ollos no ano de 1755 até o seguinte de 1756. In: SEBESTYEN; VANSINA, *op.cit.*, p. 322.

²⁹⁹ Idem, *ibidem*, p. 299 – 364.

³⁰⁰ Idem, *ibidem*, p. 299.

³⁰¹ CARVALHO, 1898, p. 27. Vansina diz que os portugueses autorizaram o estabelecimento imbangala entre Ambaca e Golungo. Porém, como esse povo não teve sucesso com o plantio na localidade, acabaram por nomeá-la de Lucamba, que significa “terra estéril” e partiram para o vale do Kwango, onde fundariam o Estado de Cassanje. VANSINA, Jan. **The Foundation of the Kingdom of Kasanje**. Cambridge: The Journal of African History, Vol. 4, n. 3, 1963, p. 356-357. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/180028>. Acesso em: 05 mai. 2023.

de Cassanje utilizou-o nos séculos seguintes e, por isso, também o utilizaremos com esse significado neste trabalho.

Inicialmente, os imbangalas se tornaram fortes aliados na invasão lusa às terras do Ndongo. Uma aliança funesta para o poder do *ngola*, mas que não durou muito tempo. A partir de 1617, durante o governo de Mendes de Vasconcelos, o chefe imbangala Kulaxingo, também chamado de Cassanje, rompeu sua aliança com os lusos, deixou a vizinhança de Ambaca e adentrou os sertões para se estabelecer na região atualmente conhecida por Baixa de Cassanje. Lá, ele estabeleceu o seu *kilombo* e o seu comércio. Em 1624, o povo de Cassanje também aproveitou a guerra contra o Ndongo para se fortalecer, roubando e matando os pumbeiros portugueses que passavam pelo seu território. Esse conflito terminou com a vitória dos lusos, vários imbangalas escravizados e, provavelmente, vendidos ao tráfico atlântico. Após a vitória e a aparente calma que ela trouxe aos seus domínios, os portugueses estabeleceram as feiras de Dondo, Beja e Lucamba.³⁰²

Apesar dos esforços dos lusos de interiorização da “Conquista” e de um ato de vassalagem feito com os imbangalas no século XVII³⁰³, Cassanje manteve-se autônomo e no controle das trocas mercantis ocorridas em suas terras. Assim como Jinga, o reino de Cassanje lutou pela soberania e pelo domínio no fornecimento de gente escravizada para as rotas comerciais, principalmente aquela que seguia para Luanda. Estabelecidos no vale do Kwango, ambos os reinos eram inimigos e competidores entre si. E isso desde suas origens no século XVII.

Conta a tradição oral imbangala, arrolada por Henrique de Carvalho, que o Jaga de Cassanje teria instalado os mbondos na serra de Talla-Mugongo para que eles vigiassem a movimentação dos jingas. O povo mbondo, chefiado pelo Ndala Quissua (ou Andala Quizua), devia espionar e se reportar ao Jaga a fim de evitar as incursões dos jingas às terras de Cassanje. E caso se sentissem ameaçados pelos jingas, os mbondos poderiam ainda procurar refúgio embaixo das armas dos cassanjes.³⁰⁴ Por outro lado, Vansina e Sebestyén (1999) acreditam que os mbondos foram vassalos dos jingas até 1740 e só a partir desse período teriam se tornado vassalos de Cassanje. O fato, porém, não impede que os mbondos cumprissem um duplo papel para se preservar diante das disputas entre esses dois fortes reinos.

No entanto, na década de 1750, Jinga não era a única ameaça de Cassanje. Portugal queria avançar a sua conquista até às terras do Jaga. Com a missão de Manoel Leitão, o

³⁰² CARVALHO, 1898, p. 64 e 67.

³⁰³ Cf. VANSINA, *The Foundation of the Kingdom of Kasanje*, *op. cit.*, p. 370-371.

³⁰⁴ CARVALHO, Henrique A.D. de. *O Jagado de Cassange*, *op. cit.*, 1898, p. 66.

governador Antonio da Cunha pretendia estabelecer alianças a fim de agregar Cassanje à jurisdição de Ambaca.³⁰⁵ Mas contra os seus planos, estava a vontade do jaga de Cassanje que não tinha interesse em ver seu comércio controlado pelos lusos. Nesse sentido, para ser recebido pelo Jaga, Manoel Leitão precisou criar maneiras de aguçar a curiosidade do Cassanje sobre os motivos de sua visita e sobre os presentes que trazia como um enviado do governador general de Angola. Subterfúgios que deram certo.

Em 28 de fevereiro de 1756, Leitão conseguiu se encontrar com os representantes do Jaga em um lugar chamado Magile.³⁰⁶ Segundo contou em sua memória, na ocasião, Leitão teria reclamado do asilo de escravizados por Cassanje e dos vários roubos feitos aos pumbeiros e ao escrivão da feira enviado pelo poder em Luanda. Também aproveitou para criticar a proibição da venda de comida e água para os portugueses e as ameaças que o Jaga fazia aos vassallos portugueses. Segundo ele, a mais recorrente era a de que o potentado prometia comê-los “cozinhados” e fazia “trazer diante deles, panelas, lenhas e água para mais depressa os intimidar a lhe darem bebidas e fazendas”.³⁰⁷

No bojo de suas reclamações, Leitão fez questão de lembrar ao Jaga todos os benefícios que os portugueses haviam dado às terras de Cassanje. Ele teria dito, a fim de intimidar:

Do estado de bárbaro, vestido de couro, se achava hoje reduzido a tanta limpeza com as nossas fazendas e que com as nossas armas se fizera senhor de tão poderosos potentados e terras o que tudo vinha a ser de S. M. Fidelíssima porque de Ambaca haviam saídos seus antepassados com licença de portugueses àquelas conquistas...[sic].³⁰⁸

Portanto, naquele ano de 1756, Manoel Leitão quis cobrar ao Jaga os favores trocados entre portugueses e imbangalas no século XVII. Favores em que ambos tiveram vantagens, vale ressaltar. Mas a aparente postura combativa de Leitão surtiu o efeito esperado por ele, visto que Cassanje aceitou um novo acordo com Luanda. Porém, tudo isso é discutível. Primeiramente, a postura do enviado do governador. Teria mesmo Leitão tido coragem de enfrentar e reclamar do Jaga em sua própria terra? Acreditamos que é muito possível que sua ação valente tenha sido

³⁰⁵ CORREIA apud CARVALHO, Flávia Maria de. Uma saga no sertão africano: o jaga de Cassange e a diplomacia comercial portuguesa no final do século XVIII. In: DEMETRIO, Denise; SANTIROCCHI, Ítalo; GUEDES, Roberto (orgs.). **Doze capítulos sobre escravizar gente e governar escravos: Brasil e Angola, séculos XVII-XIX**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017, p. 229.

³⁰⁶ Segundo Leitão, o Jaga não lhe encontrou “porquanto estes cassanjes não falam eles próprios com brancos por seus regimentos e agouros”. O viajante não entendia, porém, que para os imbangalas, assim como para os mbundu, talvez suas lideranças fossem entidades sagradas. SEBESTYÉN; VANSINA; *op. cit.*, p. 315.

³⁰⁷ Idem, *op. cit.*, p. 315.

³⁰⁸ Idem, *op. cit.*, p. 316.

redimensionada durante a escrita da narrativa. Leitão sabia que um conflito com Cassanje não seria fácil, já que o jaga contava com mais de 235 mil homens que poderiam lutar em seu favor.³⁰⁹ Além disso, também é provável que o aceite do acordo por Cassanje tenha se dado não pelos argumentos de Manoel Leitão, mas pela vontade do jaga de angariar o apoio português em um momento em que o povo Malundo o ameaçava.³¹⁰ Talvez até Leitão tivesse exagerado sua narrativa, a fim de se enaltecer, visto que, socialmente, ele era “reconhecido e reputado” como ébrio.³¹¹ No final, a expedição de Manoel Leitão não foi tão bem sucedida como ele fez parecer e como veremos a seguir.

3.5 “SENDO MOTORA DESSAS DESORDENS A RAINHA JINGA”

Quase dois anos após esse encontro do chefe dos imbangalas com Manoel Leitão, uma nova determinação veio de Lisboa. Em 11 de janeiro de 1758, o rei D. José I de Portugal determinou que ficasse livre o comércio em Angola, Congo, Loango, Benguela, portos e sertões adjacentes a todos os seus vassallos dos reinos e domínios. A partir de então, “os pretos descalços” não deveriam ser os únicos a comandar o trânsito comercial entre o interior e o litoral. Com o “comércio livre e franco”, a Coroa portuguesa pretendia quebrar qualquer monopólio e, o que eles consideravam, desordens praticadas por sobas, negociantes, jesuítas e capitães-mores sobre o tráfico de escravizados nos sertões. O objetivo era centralizar e normatizar o negócio a fim de que o governador em Luanda, representante máximo do rei naquelas terras, pudesse controlá-lo.³¹²

No entanto, para que a vontade do rei fosse feita nos sertões era preciso que as diversas autoridades do interior as executasse e que as feiras fossem normatizadas. De modo geral, as feiras aconteciam em lugares específicos ao alcance da proteção dos presídios. Em uma mesma jurisdição era possível a ocorrência de várias feiras. Próximas a Ambaca, no século XVIII, estavam as feiras de Dalla Ginga[sic], Lucamba e a feira de Cassanje. Nas fontes escritas, são recorrentes as discussões em torno não só do funcionamento dos centros comerciais, mas dos

³⁰⁹ Número mencionado pelo próprio Manuel Leitão em sua memória. Ver SEBESTYÉN; VANSINA; *op. cit.*, p. 315.

³¹⁰ Idem, p. 354.

³¹¹ Manoel Correia Leitão era um homem pardo, com experiência nos sertões, mas com má fama na sociedade por ser “um homem enfermo de tanto tomar vinho e aguardente”. SCHLEUMER, Fabiana. **Mulheres e Inquisição em Angola: a história de Catarina Juliana**. Centro de Humanidades: Anais de História de Além-Mar. Lisboa, 2020, p. 207 e 210.

³¹² MIGUEL, Gabriel de Souza. **Que se abram os sertões**: um projeto político de centralização e livre comércio para o tráfico de cativos e a escravização em Angola (1753-1772). Dissertação (mestrado). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História, 2021.

feirantes, aviados e pumbeiros que mercadejavam fora desses locais e acabavam dificultando os lucros dos negociantes em Luanda ou sendo até mesmo roubados e assassinados pelos vendedores.³¹³

Em resposta, D. José I de Portugal, estabeleceu uma série de medidas sobre como se devia “fazer o comércio no sertão”. Assim, ficou decidido que o preço dos banzos de fazendas (que serviam como moeda nos sertões) deveria ser regulado por uma Junta de Comércio formada pelo governador Antonio de Vasconcelos e outras autoridades e que cada mercador que partisse para os sertões tivesse bons antecedentes e recebesse uma guia fornecida pela Junta com os banzos que carregava, o preço pelo qual elas seriam vendidas, declarasse a feira a qual se dirigia e o compromisso de “nada venderem” fora dela. Ainda para evitar o abuso dos capitães-mores, que cobravam preços exorbitantes para fornecer carregadores aos comerciantes que seguiam às feiras, foi ordenado que o serviço continuaria sendo prestado pelo preço corrente e que os capitães-mores desobedientes seriam submetidos à punição e até à perda do cargo.³¹⁴

A Junta de Comércio também deveria garantir que apenas “pessoas de bem” fossem comerciar gente no interior.³¹⁵ O comerciante autorizado pela Junta deveria se dirigir a lugares pré-determinados, onde não houvesse as fraudes que, de acordo com a autoridade, costumava haver fora das feiras. Na volta à Luanda, eles deveriam apresentar uma guia feita pelo escrivão da feira certificando que eles chegaram à dita com o mesmo número de banzos (fazendas) com que tinham saído da cidade, “sob pena de confiscação dos pretos e de ficarem inibidos para mais não entrarem nos sertões, como a pessoas de vida reprovada”. Nesse contexto, os escrivães tornaram-se a principal autoridade das feiras, enquanto os capitães-mores dos presídios mais próximos deveriam manter a ordem, garantir que não houvesse “transgressores” vendendo fora

³¹³ CORRÊA, História de Angola. *op. cit.*, p. 302; A manutenção do fluxo de comércio nas feiras foi, obviamente, uma preocupação dos portugueses desde o início da colonização. Na década de 1620, quando o “rei fantoche” Angola Aire foi entronado no Ndongo, por exemplo, os portugueses colocaram um representante em Pungo-Andongo para não só aconselhar o rei, mas também fiscalizar a normalidade do comércio e a cobrança dos tributos nas feiras da localidade. HEINTZE apud ITO, Alec Ichiro. **Uma imagem multifacetada de “Angola” na década de 1620**. Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História, Florianópolis: 27 a 31 de julho de 2015, p. 8. Disponível em: http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1439076717_ARQUIVO_ANPUH_2015_completo_Alec_Ito_v4.pdf. Acesso em: 18 fev. 2022.

³¹⁴ IHGB, PADAB (Projeto Acervo Digital Angola-Brasil), Acervo Histórico de Angola, Cartas régias 1759-1801: Códice nº 3259, cota 10/A-2-12. Carta Régia de 14 de janeiro de 1761 que regula como se deve fazer o comércio no sertão, fl. 17-23.

³¹⁵ Cf. MIGUEL, *op. cit.*, p. 83

dos locais estabelecidos e castigar aqueles que não tivessem autorização e guia passada pela Junta.³¹⁶

A implementação desses instrumentos de controle continuaria na década de 1760. Nos registros publicados para regular as feiras e banzos, datados de julho de 1762, o governador Antonio de Vasconcelos ordenou o estabelecimento de feiras próximas aos presídios de Ambaca e Pungo Andongo, além das quatro já existentes em São José de Encoge, Ambuíla, Dondo e Lembo.³¹⁷ Mais tarde, algumas medidas de Vasconcelos seriam desfeitas pelo governador que o sucedeu. O sucessor, Francisco Inocêncio de Souza Coutinho, atendendo a pedidos de comerciantes da praça de Luanda, aboliu a taxa fixada para a compra e venda de escravos “por ser contrária à liberdade de comércio”³¹⁸, e transferiu a feira de Ambaca para Lucamba, então localizada em Dalla Ginga[sic]. Segundo a autoridade, a causa da mudança era o fato de Lucamba “ser mais próprio e abundante de lenha, água e víveres”.³¹⁹ Mas a verdade é que as autoridades pretendiam tirar a primazia de um de seus principais inimigos no ordenamento do comércio nos sertões: o reino de Cassanje.

Lucamba, todavia, já havia sido indicada como lugar próprio para o comércio por Antônio de Vasconcelos em julho de 1762.³²⁰ Na época, o governador acreditava que o estabelecimento de novas feiras em Ambaca e Pungo Andongo levariam ao fechamento daquela que ficava em Cassanje. Sem essa feira, se evitaria as influências do jaga, que, segundo Vasconcelos, insultava e roubava pumbeiros e não admitia, há mais de dois anos, nem escrivão

³¹⁶ IHGB, PADAB, Acervo Histórico de Angola, Cartas régias 1759-1801: Códice nº 3259, cota 10/A-2-12, Carta de Antonio de Vasconcelos para Sua Majestade sobre “as feiras e regulação dos bandos” (9 de julho de 1762), p. 49-52.

³¹⁷ IHGB, PADAB, Acervo Histórico de Angola, Cartas régias 1759-1801: Códice nº 3259, cota 10/A-2-12, “Bando sobre a formalidade com que se deve negociar nos sertões de Angola” (7 de julho de 1762), p. 43-47. A feira de Ambuíla só é mencionada pelo governador em outro documento, escrito dois dias após a publicação do bando. Ver IHGB, PADAB, Acervo Histórico de Angola, Cartas régias 1759-1801: Códice nº 3259, cota 10/A-2-12, Carta de Antonio de Vasconcelos para Sua Majestade sobre “as feiras e regulação dos bandos” (9 de julho de 1762), p. 49.

³¹⁸ Além da liberdade de comércio, o governador menciona o fato de “o gênio dos negros [comerciantes] se não acomodava a essa sujeição” da taxa fixa. IHGB, PADAB, Acervo Histórico de Angola, Cartas régias 1759-1801: Códice nº 3259, cota 10/A-2-12. Termo da 1ª Conferência feita a 10 de julho de 1764, p. 56-58.

³¹⁹ Infelizmente, não conseguimos encontrar mais informação e mesmo a localização de Dalla Ginga. Sobre a mudança da feira ver IHGB, PADAB, Acervo Histórico de Angola, Cartas régias 1759-1801: Códice nº 3259, cota 10/A-2-12, “Carta circular para os capitães de Encoge, Ambaca, Cambambe, Pedras e Massangano à respeito de feiras, boa arrecadação das fazendas dos negociantes falecidos e outros objetos da polícia e bem do comércio” (12 de julho de 1764), p. 58-62.

³²⁰ Na época do bando de 7 de julho de 1762, Antonio de Vasconcelos estabeleceu a feira em Lucamba, “junto ao presídio de Ambaca em um sítio que mais vizinho” [sic]. É possível que, posteriormente, as pessoas tenham voltado a comercializar em Dalla Ginga e que, por isso, os comerciantes de Luanda solicitaram a ida da feira para Lucamba no governo de Francisco Inocêncio, em 1764, como posto acima. IHGB, PADAB, Acervo Histórico de Angola, Códice nº 3259, “Bando sobre a formalidade com que se deve negociar nos sertões de Angola”, *Op. Cit.*, p. 44.

na sua feira e nem qualquer branco.³²¹ Ou seja, o acordo estabelecido por Manoel Correia Leitão de nada tinha valido. Mesmo com todas as estratégias pensadas por Antonio da Cunha e, depois, por Antônio de Vasconcelos, as divergências entre o governo em Luanda e o jaga de Cassanje não se resolveram e continuaram como um problema para as administrações posteriores.

Mesmo com as tentativas dos diversos governos, nada mudou. Em 26 de julho de 1789, coube ao governador e barão de Moçâmedes tentar resolver essas desavenças com o Cassanje enviando uma embaixada e uma carta ao Jaga. Em seu texto, o governador fez um resgate do início da aliança entre portugueses e imbangalas, destacando que antes dela, esse povo tinha uma “vida errante”, eram “expostos a perder o fruto das suas pilhagens, e cercados de contínuo pelos inumeráveis vizinhos a quem tinham agravado”. A narrativa do barão, portanto, fazia referência ao modo de vida da população nômade e guerreira, que vivia de pilhagem e ataques às populações da costa ocidental de Angola desde o século XVI, a quem eles denominaram por jagas. O barão de Moçâmedes, assim como seus antecessores, superestimava a aliança entre lusos e imbangalas creditando a seus conterrâneos e antepassados a sedentarização do povo de Cassanje e não aos interesses próprios dessa população movida pelos ganhos obtidos com a participação no tráfico atlântico. Desde o século XVII, o grupo imbangala de Kulaxingo e outras tribos jagas participavam das guerras empreendidas pelos lusos contra os ambundos com o objetivo de capturar gente jovem para seu kilombo e agricultores para os vender para os navios negreiros estacionados no porto de Luanda e nos do norte.³²²

A missiva de seis páginas do barão de Moçâmedes detalha as grandes contribuições que a autoridade acreditava que os portugueses haviam dado a esse povo. Disse ele:

Os vossos próximos antecessores, conhecendo a força e o justo respeito que tinham neste continente, como em todo mundo, conseguido as armas de Sua Majestade Fidelíssima não duvidaram, mais avisados que vós, em procurar o seguro abrigo de Suas Reais Bandeiras. A sombra dos quais, não só respiraram livremente à vista dos seus poderosos inimigos, mas conseguiram rechaçados com glória, e introduzir entre eles o respeito, e o temor do nome Cassanje. Nem este foi o único interesse, que começastes então e agora continuais a perceber da respeitada proteção deste governo. Quem introduziu entre vós os preciosos gêneros com que sabeis hoje reparar a violência do sol e dos rigores do frio de que mal vos defendiam as toscas peles que apenas vos cobriam? Quem vos mostrou o uso do fogo para invadir os inimigos ou para os afugentar? Os quais conhecendo apesar seu, a vantagem do fuzil sobre a mal segura de uma flecha, não podem sofrer sem emulação que só vós estejais de posse desta vantagem que vos resulta do nosso comércio, da nossa amizade, e da nossa proteção, a que eles têm tanto direito como vós.³²³

³²¹ IHGB, PADAB, Acervo Histórico de Angola, Cartas régias 1759-1801: Códice nº 3259, cota 10/A-2-12, Carta de Antonio de Vasconcelos para Sua Majestade sobre “as feiras e regulação dos bandos” (9 de julho de 1762).

³²² Sobre os jagas no tráfico atlântico ver MILLER, Poder e parentesco, *op. cit.*, p. 189.

³²³ IHGB, PADAB, Acervo Histórico de Angola, Cartas régias 1759-1801: Códice nº 3259, cota 10/A-2-12, Carta para o jaga de Cassange escrita a 26 de julho de 1789, fl. 119.

Para o governador, como é possível ver acima, os portugueses haviam beneficiado Cassanje em vários aspectos. O jaga, ao seu ver, retribuía esses benefícios com ingratidão. Em tom de ameaça, ele também não deixou de ressaltar que o fim dessa união traria consequências comerciais para as terras do Jaga. Além disso, acreditando em sua superioridade cultural, o barão mencionou, mais à frente na carta, sobre o “paternal amor” com que a Coroa portuguesa tratava Cassanje, e enfatizou que só por causa dos lusos esse povo conheceu o “supremo Deus que tudo faz e o fez pelos homens” e “o único acertado caminho” por onde o Jaga e seu povo deveriam “caminhar para a eternidade”.³²⁴

Porém, se os “cassanjes”³²⁵ foram tão beneficiados quanto o governador alegava, o Jaga parecia não se importar com os ditos ganhos e nem pretendia perder sua autonomia sobre o comércio em suas terras para manter relações pacíficas com os vassalos da Coroa portuguesa. Cientes dessa postura, as autoridades em Luanda acreditavam que os pumbeiros eram roubados e assassinados nos sertões de Cassanje com a anuência do Jaga.

Aquela embaixada de 1789, capitaneada por Marcos Pereira Bravo, foi enviada justamente para ouvir as escusas do Jaga acerca desses acontecimentos. Queria se ouvir as explicações do chefe de Cassanje a fim de se evitar uma guerra. Mas não só isso. O embaixador teve que apresentar um documento com seis artigos, seis condições impostas pelo governador para que o Jaga evitasse o enfrentamento com os lusos. Eram elas: renovação do ato de obediência e vassalagem à Coroa portuguesa; prender e remeter à Luanda ou à Ambaca todos os criminosos, desertores e escravos fugidos que lá estivessem; pronta resposta às ordens vindas de Luanda e dos presídios; observar as ordens e regimentos necessários para o funcionamento da Feira de Cassanje, aceitando o escrivão a ser enviado pelo governo e estipulando em acordo com o embaixador o valor de cada cabeça de escravo; se algum feirante ou vassalo português cometesse algum ato contra a paz, os filhos e as leis do Jaga, ele deveria ser remetido à Luanda ou Ambaca, ao invés de passar pelos castigos impostos pelo soberano; e, por fim, conservar desimpedidas as estradas do sertão adjacentes, com um corpo de defesa que promovesse a segurança dos feirantes, e caçasse os ladrões salteadores.

³²⁴ IHGB, PADAB, Acervo Histórico de Angola, Cartas régias 1759-1801: Códice nº 3259, cota 10/A-2-12, Carta para o jaga de Cassanje escrita a 26 de julho de 1789, fl. 119.

³²⁵ Diferentemente dos jingas, cassanje parece não ter se tornado uma denominação étnica adotada pela população que vivia no reino de Cassanje. Enquanto Manuel Leitão, no ano de 1756, menciona a palavra “cassangis” para se referir as pessoas que estavam sob a chefia do jaga, Henrique de Carvalho aponta, no final do século XIX, que aqueles conhecidos por “cassanjes” também eram chamados de “bângalas”. Provavelmente uma corruptela de imbangalas. Ver LEITÃO apud SEBESTYÉN e VANSINA, *op. cit.*, p. 315. E CARVALHO, O Jagado, *op. cit.*, p. 14.

Nas palavras do governador, o aceite dessas condições traria “um comodíssimo e feliz preço da conservação” do Estado e vassalos do Jaga e a garantia da opulência que a proteção da Coroa portuguesa traria à Cassanje em relação aos demais povos. Do contrário, e seguindo o tom de ameaça presente na carta inteira, é dito:

(...) em lugar de vos dardes[?] por convencido do bárbaro e obstinado procedimento em que tendes até agora insistido é bem natural (e podeis ter por infalível) que em lugar de tanto bem, tanta paz, e tão benéfica proteção, sejais privado da vantagem da feira, que se fará plantar nas terras de qualquer dos vossos vizinhos, fazendo por ela porta aberta para as vossas, sem defesa, e então só tendes que lamentar sem remédio o infalível castigo a tanta rebeldia, em dura guerra, em perpétua discórdia com os vizinhos e final exterminação dos vossos filhos, da vossa raça e do vosso, desde então, indigno nome.³²⁶

O trecho mostra que o governador pretendia ir além, deixando clara a sua intenção de extermínio de todo o povo daquelas terras, caso não houvesse uma mudança na política do Jaga que redundasse em absoluta obediência aos lusos. Aparentemente, essas ameaças surtiram o efeito desejado, pois o Jaga aceitou os termos impostos e assinou um novo acordo de fidelidade e vassalagem.

Em 19 de dezembro de 1789, na presença do embaixador Marcos Bravo e de seus macotas, o Jaga Dom Paschoal Rodrigues Machado Quitamba Quiaxiba prometeu obedecer aos seis artigos do documento enviado pelo governador Barão de Moçâmedes. Além de jurar ratificar a sua obediência ao rei de Portugal anualmente, Dom Paschoal prontificou-se a remeter escravos fugidos, desertores e criminosos que estivessem em sua terra, e contribuir para a segurança de pumbeiros e feirantes, aceitando também o preço imposto pelo governador em Luanda “por cabeça” de cada cativo.³²⁷ Mas o Jaga também fez uma exigência: requereu, “para a utilidade comum do comércio na sua feira”, que se reprimisse o comércio de pólvora e armas para o sertão do Longo, vassalos de Cassanje, que estavam utilizando as armas de fogo para se rebelar contra o mesmo soberano.³²⁸ Talvez fosse esse, inclusive, o principal motivo que levou

³²⁶ IHGB, PADAB, Acervo Histórico de Angola, Cartas régias 1759-1801: Códice nº 3259, cota 10/A-2-12, Carta para o jaga de Cassange escrita a 26 de julho de 1789, fl. 124.

³²⁷ Sobre o preço acordado é dito o seguinte: “Ao quinto disse que da mesma forma se sujeitava à pacteação[?] dos preços das cabeças, como com efeito o fez perante o embaixador, presentes os seus macotas e mais povos, condescendendo com o mesmo, e os feirantes de se comprarem as peças d’índia à 28 beirames e a gente inferior por menos, sem exceder o dito preço, sendo pela medida, que o mesmo embaixador estipulou com aprovação dos feirantes, protestando o mesmo Jaga, que em tempo nenhum iria contra esta nova resolução (...)”. IHGB, PADAB, Acervo Histórico de Angola, Cartas régias 1759-1801: Códice nº 3259, cota 10/A-2-12, “Termo de fidelidade e vassalagem que jurou o jaga de Cassanje na presença do embaixador Marcos Pereira Bravo, 19 de dezembro de 1789”, fl. 139-144. Flávia Carvalho também analisou esse “termo de fidelidade” em CARVALHO, **Os homens do rei em Angola**, p. 239.

³²⁸ Idem.

o Jaga a aceitar as condições impostas pelo luso, mesmo que temporariamente: Cassanje precisava de apoio militar.

Todavia, os embates entre Cassanje e o reino português de Angola continuaram pela década de 1790 com D. Paschoal ainda impedindo que os lusos ditassem as regras do comércio nas suas terras. Analisando o dito termo de fidelidade e vassalagem e uma série de cartas entre o governador de Angola (Manuel de Almeida Vasconcelos), funcionários da Coroa da feira de Cassanje e o jaga nos anos de 1790, Flávia Carvalho (2017) nos mostra que apesar de ter assinado o termo de avassalamento e de ter se cristianizado, D. Paschoal manteve sua autonomia mesmo com as diversas ameaças feitas pelo governador Manuel de Almeida Vasconcelos. A documentação produzida nesse governo mostra uma série de impasses motivadas pela disputa entre lusos e o jaga pelo controle comercial da Feira de Cassanje e seus arredores. Segundo a autora, o avassalamento do jaga assim como dos sobas era circunstancial, não permanente. Potentados não eram vassalos, mas sim estavam na condição de vassalos por determinado tempo, enquanto lhes conviesse (CARVALHO, 2017, p. 251). Mesmo com os compromissos assumidos e os documentos assinados, o “Jaga” continuou ditando as regras na feira até, pelo menos, o final do século XVIII, apesar das ameaças constantes vindas de Luanda.³²⁹

O caso de Cassanje e Jinga nos mostra que apesar das tentativas de controle português no interior de Angola, os sertões eram dominados pelos interesses e vontades dos chefes locais. Fora dos domínios dos presídios lusos, era Cassanje e Jinga que exerciam o controle do comércio nas suas terras. Por isso, ambos os reinos atuavam impedindo a expansão da presença portuguesa nos sertões e o acesso aos fornecedores de escravizados mais a leste (FERREIRA, 2012, p. 24). Fortes e autônomos, esses estados foram um entrave aos interesses políticos e econômicos da Coroa portuguesa na região.

E em seus ofícios, é comum ver os governadores de Angola do século XVIII queixando-se de ambos os potentados. Porém, o Jaga de Cassanje, naquele termo de fidelidade e vassalagem de 1789, defendeu-se das acusações de desordens nos sertões culpando, principalmente, a rainha Jinga da época. Ele apontou que:

a transição [sic] das fazendas desde as terras do seu sobado do Bondo para a sua feira distava onze dias de viagem e não consta tivessem perigo, e pronto a coibir qualquer malévolo que intentar o contrário, e que toda a hostilidade contra os feirantes era ao pé dos contornos de Ambaca, como consta da iníqua morte do feirante José Faustino de Barros Ganchineiro feita no rio Camuanze [?], bem perto do rio Lucala,

³²⁹ CARVALHO, Uma saga no sertão africano, *op. cit.*, p. 227-251.

que parte da jurisdição de Ambaca e Ginga, sendo motora desta desordem a Rainha Ginga, como é notório, e povos de Holoriamira (...) [sic].³³⁰

Percebe-se, portanto, que D. Paschoal atiçava a disposição portuguesa para a guerra e a destruição contra sua grande rival no comércio e na geopolítica dos sertões, a rainha Jinga. Para Cassanje era vantajoso jogar a autoria dos assaltos e mortes nos jingas e no povo de Holoriamira. Não sabemos se o termo Holoriamira foi um erro do escrivão, do intérprete ou se foi apenas uma maneira singular de se referir a determinado povo. É provável, porém, que se tratasse de uma referência ao Holo, potentado que então atrapalhava os planos comerciais de Cassanje.

Como visto no capítulo anterior, os contatos entre o Holo e as autoridades lusas haviam se intensificado após as mencionadas ações de Francisco Roque na década de 1740, desencadeando o ataque de Jinga a Kambamba e a guerra de 1744. A comunicação direta dos lusos com esse território localizado na bacia do Kwango era uma afronta ao monopólio exercido por Jinga e Cassanje, que lá adquiriam escravizados a preços baixos e os revendiam às diversas rotas. Mas a menção de Cassanje às desordens em Holoriamira, na carta de 1789, mostra que o trânsito dos portugueses por aquelas terras não ficou livre de empecilhos mesmo após o tratado.

E a queixa de Cassanje contra Holo não se encerrou naquela correspondência. Em 1790, o Jaga escreveu para o governador reclamando de que alguns feirantes estavam negociando em lugares desviados, alterando os preços taxados pela convenção dos artigos propostos pelo embaixador Marcos Pereira Bravo. Em resposta, o governador Manoel de Almeida escreveu ao seu “estimado Jaga Cassanje” se prontificando a mudar o escrivão e diretor da feira de Cassanje a fim de atender suas solicitações. Mas além de delatar os comerciantes que não estavam obedecendo as ordens do rei de Portugal, ratificando sua fidelidade, o potentado aproveitou para demarcar seus próprios interesses. Naquela oportunidade, Cassanje reclamou que o comércio direto entre o Holo e os portugueses o prejudicava. Ao que o governador respondeu o seguinte:

Quanto ao que me proponho da Feira do Holo, como os meus antecessores aprovaram e conservaram esta feira me parece da razão seguir o mesmo por ser Pumbo que utiliza o comércio e contribuir favorável a brevidade da extração das fazendas, que a de Cassanje não pode por si confirmar[?] todas as que desta cidade faço expedir para Ambaca, constando-me que são poucos os brancos, e pumbeiros que se destinam aquele Pumbo que em nada prejudica ao dobrado, que passa para essa Feira de Cassanje, e que estou conformado[?] não ter abatimento algum o negócio por menos abundante de gêneros, espera do jaga de Cassanje contribua com a sua diligência para

³³⁰ IHGB, PADAB, Acervo Histórico de Angola, “Termo de fidelidade e vassalagem que jurou o jaga de Cassanje na presença do embaixador Marcos Pereira Bravo, 19 de dezembro de 1789”, fl. 139-144.

que o mesmo negociava aumento, chegou o embaixador portador destes e fez entrega _____ de cinco cabeças com sinal da sua conhecida lembrança e amizade que antecedente fez pelo embaixador [sic].³³¹

O trecho deixa claro que os portugueses haviam estabelecido uma feira em Holo, que recebia as fazendas vindas de Ambaca. Possivelmente, a feira tinha sido estabelecida no bojo das negociações da vassalagem de Holo, em 1765, quando esse potentado foi reconhecido por sua boa-fé. Apesar de o governador afirmar que aquele comércio não prejudicava o de Cassanje, o jaga não devia ter a mesma opinião. De fato, aquele comércio prejudicava o monopólio que ele exercia naqueles territórios. Não sabemos, por fim, até quando Cassanje resolveu protestar apenas pelas cartas sem recorrer às armas.

Sabemos, afinal, que atribuir os conflitos nos sertões apenas a Jinga e Holo talvez tenha sido a estratégia de Cassanje para, mesmo que brevemente, deslocar a atenção dos lusos de suas terras e seu comércio. Um subterfúgio baseado na realidade, mas com a pretensão de manter e mesmo fortalecer sua soberania. O enfraquecimento de Holo e Jinga poderia significar o fortalecimento de Cassanje como grande fornecedor de gente para as rotas negreiras.

E mais, culpar a rainha Jinga reinante era uma maneira rápida de enfraquecer sua concorrente, enquanto reforçava sua defesa e seu comércio. Possivelmente, a dita rainha acusada pelo Jaga Cassanje era D. Ana Morile Acabango, soberana que agitou os sertões em meio ao contexto de aumento de pessoas escravizadas e embarcadas nos navios com direção às Américas. É sobre as circunstâncias que levaram à ascensão de D. Ana Morile e a conjuntura do seu reinado que falaremos no capítulo seguinte.

³³¹ IHGB, PADAB, Acervo Histórico de Angola. Códice nº 3259, cota 10/A-2-12. Carta escrita pelo Exmo. Sr. Manoel de Almeida Vasconcelos ao jaga de Cassanje em 17 de novembro de 1790.

CAPÍTULO 4: DE ANA GUTERRES A ANA MORILE ACABANGO: O REINO DE JINGA NO FINAL DO SÉCULO XVIII

Na década de 1760, o reino de Jinga passou por uma grave crise política. Em 1758, os estados dos jingas tinham uma nova rainha, D. Verônica II, que venceu os dissidentes liderados pelo ex-capitão de Ambaca Domingos de Assunção e assumiu o poder. O reinado de D. Verônica, porém, foi muito curto. E em algum momento entre 1759 e 1765, ela morreu e foi sucedida por sua irmã Ana Guterres, D. Ana III.³³²

O governo dessa D. Ana seria marcado por uma forte crise política motivada por sediciosos dentro e fora das suas fronteiras. Em 1765, a rainha escreveu para o governador D. Francisco de Sousa Coutinho e pediu apoio militar para enfrentar os movimentos de oposição e tomada de poder liderados pelo seu sobrinho Kalwete (ou Caluete) ka Mbandi e seus signatários, os habitantes do distrito de Lukala lua Kiyanga e de Holo.³³³ Infelizmente, não encontramos sua carta, mas apenas a resposta do governador português em Luanda.

A “Carta escrita a muito ilustre D. Anna Guterres, rainha do Dongo e Matamba” já em seu título nos mostra que as autoridades em Luanda consideravam que as chefias de Jinga o eram também do Ndongo. O reconhecimento desse título mostra que os próprios lusos aceitavam o fato de que o Ndongo não havia sido totalmente conquistado por eles na batalha de Pungo Ndongo, em 1671, quando os senhores do Are foram retirados do trono e foi fundado o presídio de Pedras para demarcar e auxiliar na interiorização portuguesa. Era sabido, então, que o Ndongo não tinha sido destruído, mas transferido e resistido em Matamba, onde seus jingas se mantinham incomodando a Conquista Portuguesa e seu comércio no interior há quase um século.

Por isso, aquela carta da rainha Jinga também foi vista como uma oportunidade pelo governador que a recebeu. Em sua resposta, Sousa Coutinho aproveitou a correspondência para reclamar dos ataques que os jingas continuavam promovendo contra os pumbeiros luso-africanos, bloqueando o comércio de gente. Como visto nos capítulos anteriores, a interrupção da rota de comércio que seguia para o vale do Kwango e passava por suas terras parece ter sido uma ferramenta das titulares jingas para afirmarem seu poder nos sertões e tomar as fazendas

³³² Todas as informações do parágrafo estão em CAMPOS, **Cronologia**, *op. cit.*, p. 36-38.

³³³ THORNTON, A History of West Central Africa to 1850, p. 288. Thornton diz que a carta da rainha é de 1764, mas é provável que ela seja do ano de 1765, visto que o governador diz que recebeu a carta da rainha em 12 de janeiro de 1766. Ver ANTT, Condes de Linhares liv. 50, 1º v., “Carta escrita a muito ilustre D. Anna Guterres, rainha do Dongo e Matamba” (26 de maio de 1765), fl. 132v.

dos pumbeiros, adquirindo mercadorias sem custos. É possível mesmo que essa fosse uma política de estado executada pelas Jingas. Desse modo, elas demarcavam sua soberania sobre suas terras e pessoas, controlavam suas vias e agentes de comércio, e resistiam ao avanço português, ao mesmo tempo que mantinham as tradições de luta, que harmonizava a população e seus ancestrais.

Essas ações não eram exclusivas dos jingas, sendo replicadas por diversos potentados nos sertões imediatos ao presídio de Ambaca. Nesse contexto, os portugueses tiveram de guerrear mas, na maioria das vezes, precisaram conciliar. Afinal, o reino português de Angola só conseguiu se manter a partir da aliança e coexistência com as soberanias africanas.³³⁴

Mesmo assim, talvez movido pela ciência dos infindáveis danos que os jingas provocavam a política e comércio luso, Sousa Coutinho respondeu à correspondência de D. Ana com o tom de revanche. Nela, ele afirmou que a rainha estava colhendo “desgraças” por não ter tratado com “mais amor e fidelidade” ao Estado português. Segundo ele, se a soberana tivesse agido como aliada, bastaria a “ideia” de que ela era protegida por Portugal para que os seus inimigos tivessem mais respeito por sua figura. Por isso, garantia que estava nas mãos dela reparar o passado.³³⁵

E ainda aproveitando a oportunidade de dar ordens a uma rainha Jinga – chefias que, tradicionalmente, costumavam dificultar os planos do poder luso naqueles sertões –, o governador condicionou o auxílio das armas lusas a assinatura de um tratado em que a soberana acordasse em patrocinar os comerciantes que passassem por suas terras no caminho para Holo, Cassanje ou “qualquer outro povo” fornecendo carregadores para esses negociantes. A rainha deveria também aceitar as ordens do capitão-mor de Ambaca, que seria o responsável por socorrê-la “todas as vezes”, se ela cumprisse o prometido. Ao final da correspondência, Sousa Coutinho declarou que em atenção à “desgraça” – palavra que foi repetida duas vezes na carta – da rainha, ele iria permitir que sua *ganda* fosse reduzida. Para isso, mais uma ordem, ela deveria pagá-la impreterivelmente e rapidamente todos os anos.³³⁶

Um parêntese importante. Não encontramos o significado da palavra “ganda” nos dicionários de kimbundu consultados. E na historiografia, a única informação vista está em

³³⁴ ALFAGALI, **Ferreiros e fundidores**, *op. cit.*, p. 46.

³³⁵ Ver ANTT, Condes de Linhares liv. 50, 1º v., “Carta escrita a muito ilustre D. Anna Guterres, rainha do Dongo e Matamba”, fl. 132v.

³³⁶ Ver ANTT, Condes de Linhares liv. 50, 1º v., “Carta escrita a muito ilustre D. Anna Guterres, rainha do Dongo e Matamba”, fl. 132v.

Thornton que menciona Ganda como um território no planalto de Benguela.³³⁷ Porém, pelo contexto da carta de Sousa Coutinho à dona Ana, acreditamos se tratar de uma espécie de tributo pago por povos aliados ao governo luso. Um reforço a essa hipótese é uma passagem de uma carta de 1795 de Manoel de Vasconcelos ao jaga Calandula em que o governador diz: “aceito as doze cabeças de escravos que mandais, não para mim, que nada quero nem consinto, nem nada me é devido, mas sim como *ganda* a S.M.”.³³⁸ Desse modo, podemos nos questionar: seria *ganda* um tributo pago com “peças”, pessoas escravizadas? Teria *ganda* se tornado uma palavra para escravizado? Ficam os questionamentos e a nossa hipótese para fechar este parênteses.

O fato é que Sousa Coutinho desdenhou das agruras da rainha D. Ana e criticou a forma como ela descumpriu os acordos assinados por suas antecessoras com os lusos. Porém, ele não conseguiu ou não pôde dispensar os escravizados enviados por ela. Além disso, ele viu uma oportunidade em todo aquele cenário. Logo em seguida à correspondência escrita a D. Ana, o governador enviou uma carta para José de Souza, o regente de Ambaca, revelando os seus planos em relação ao novo acordo com os jingas. Ele disse que a “ocasião da debilidade de forças da rainha Jinga” era uma excelente oportunidade para abrir um “caminho franco para os missionários semear a palavra de Deus” e “facilitar o comércio”. Por isso, enviava-lhe a cópia do tratado assinado pelos embaixadores da rainha, que deveria ser ratificado por ela e seus macotas e devolvido em um prazo de cinco meses, e recomendava que o regente registrasse esse documento no presídio. Assim que Jinga confirmasse a vassalagem, o administrador deveria observar a boa-fé da soberana e analisar se o motivo das guerras que sofria não era por impedir que o Holo comercializasse com os lusos.³³⁹ Possivelmente, essa preocupação de Sousa Coutinho estava relacionada ao movimento encabeçado por Kalwete, sobrinho da rainha, que tinha aliança com “os potentados do Holo”.³⁴⁰ Inclusive, e talvez não por acaso, na mesma época em que recebeu a embaixada de Jinga, o governador também recebeu a de Holo.³⁴¹

³³⁷ THORNTON, *A History of West Central Africa to 1850*, *op. cit.*, p. 260-261. Alexandre Correia também fala em Gandas se referindo a algo que os governadores adquiriam. No entanto, ele não se aprofunda no significado da palavra. CORREIA, *op. cit.*, p. 553.

³³⁸ Grifo nosso. AHU – Angola, **Código 1631 (1791-92)**: Carta do governador Manoel de Vasconcelos ao Jaga Calandula, 2 de novembro de 1795, fl. 202 v.

³³⁹ Ver ANTT, Condes de Linhares liv. 50, 1º v, “Carta ao capitão de granadeiros José de Souza, regente de Ambaca”, fl. 133.

³⁴⁰ ANTT, Condes de Linhares liv. 50, 1º v, “Tratado de sujeição, obediência e fidelidade ao muito alto e poderoso rei fidelíssimo de Portugal e dos Algarves, D. José o 1º, nosso senhor e seus reais sucessores que novamente faz a rainha do Dongo e Matamba D. Anna Guterres, nas mãos do Ilmo. e Exmo. Governador e capitão-general de Angola D. Francisco Inocêncio de Souza Coutinho por seus embaixadores Portazio Cahue Canamboa, Tulo Nabingue e Ngola Cabuy.”, fl. 134.

³⁴¹ ANTT, Condes de Linhares liv. 50, 1º v, “Carta ao capitão de granadeiros José de Souza, regente de Ambaca”, fl. 133.

No “Tratado de sujeição, obediência e fidelidade” ao qual D. Ana foi submetida, foi mencionado que seu sobrinho Kalwete ka Mbandi (ou Kambande), aliado dos Holos, pretendia destruir “a posse em que esteve sempre o dito Reino do Dongo e Matamba *de ser governado por fêmeas*”.³⁴² Aparentemente, portanto, assim como aconteceu entre Domingos de Assunção e sua tia D. Verônica, Kalwete tentava agora tomar o trono da tia D. Anna. Algo comum em uma sociedade matrilinear em que o poder passado pela via materna fazia com que sobrinhos fossem os principais herdeiros de suas tias e tios. Ao mesmo tempo, sabemos que o poder das chefias abundas sempre esteve vulnerável a intrigas, golpes e assassinatos. Afinal, a posição *ngola kiluanje* podia ser conquistada.³⁴³ Por outro lado, a influência cristã também pode ter estimulado uma certa narrativa contra a dominação feminina, como será analisado no próximo capítulo.

Não é impossível que em meio a esse cenário de guerra civil, deslegitimação do seu poder e tentativa de golpe de estado, a rainha tivesse reagido impedindo o comércio entre Holo e Portugal e reafirmando sua soberania territorial e comercial. Assim, a tentativa de golpe contra D. Ana, originalmente estimulada ou não pelos lusos, pode ter se configurado como uma oportunidade para o poder em Luanda. Usurpando o poder e empossando Kalwete, talvez os adversários da rainha Jinga conseguissem abrir os caminhos de comércio até o mercado de Holo.

Assim, no tratado assinado com os embaixadores da rainha, o governador prometia a proteção das armas portuguesas “em todas as ocasiões”, caso ela aceitasse as obrigações de vassalagem³⁴⁴ já firmadas em tratados anteriores, como o do ano de 1683 e o de 1744. Ou seja, D. Anna III tinha que se comprometer a ser fiel aos acordos assinados e não cumpridos no tempo de D. Verônica I e D. Ana II, suas antecessoras. Nesse documento de 1765, porém, o governador diz que o reino de Ndongo e Matamba já pertencia aos portugueses desde o acordo firmado em 1683, quando da derrota e morte de D. Francisco Kanini e ascensão de D. Verônica. Porém, como visto ao longo deste trabalho, a posse declarada existia apenas nos documentos e na vontade portuguesa. Na prática, as rainhas Jingas provavam, frequentemente, que eram elas as reais soberanas de seus territórios. E as recorrentes reclamações e as limitações lusas em relação às ações dos jingas provam que os próprios lusos reconheciam que seu rei não era o senhor daqueles domínios.

³⁴² Grifo nosso. ANTT, Condes de Linhares liv. 50, 1º v, “Tratado de sujeição, obediência e fidelidade...”, fl. 134.

³⁴³ Ver capítulo 1.

³⁴⁴ “Obrigação de vassalagem” é o termo que aparece na documentação. ANTT, Condes de Linhares liv. 50, 1º v, “Tratado de sujeição, obediência e fidelidade...”, fl. 134.

Não deve ter sido coincidência que pouco tempo depois da assinatura desse tratado de vassalagem da Rainha Jinga, um acordo também foi assinado com o Holo em julho de 1765.³⁴⁵ No termo assinado pelos seus embaixadores o potentado Holo Marimba Goge se comprometia a: ser fiel ao rei de Portugal; admitir missionários em suas terras; nomear um escrivão para a feira que seria estabelecida em sua terra e não aceitar mobires (ou mubires) comercializando no seu território. Assim como nos tratados com Jinga, portanto, as autoridades da Angola lusa tentavam proibir as negociações entre esse potentado e os comerciantes itinerantes da Baía de Loango que saíam do interior do vale do Kwango com as pessoas escravizadas que eram embarcadas nos navios ingleses, franceses e neerlandeses.

Além disso, o governador Francisco Coutinho, que assinou o tratado com os embaixadores do Holo, não deixou de notar que aquela boa-fé do potentado, que auxiliava no estabelecimento da feira e na livre segurança dos caminhos, era “imprópria dos negros” naqueles sertões. Para ele, o tratado de vassalagem possibilitava com que “a paz, o comércio e cristianismo” fossem introduzidos naquelas terras.³⁴⁶ E sobre essa paz, ou sobre um contexto de tranquilidade para o comércio, o artigo 3º do tratado assinado por Holo estipulava que:

Que enquanto a rainha Jinga cumprir de boa-fé a livre e segura passagem pelas suas terras de todos os negociantes e pumbeiros não poderá ele dito potentado fazer-lhe guerra nem ainda debaixo do pretexto do sobrinho da dita rainha que se acha na terra dele potentado, porém que se ela embaraçar o comércio ou vedar os caminhos e negar os carregadores, poderão eles livremente fazer-lhe a guerra até conseguir que o caminho esteja franco e seguro para a devida execução das ordens d’este governo na forma que ambos tem ajustado.

No trecho, percebe-se a clara instrução para que Holo não entre em confronto com a Jinga. No entanto, talvez os representantes lusos não entendessem com profundidade que aquele caminho aberto até Holo prejudicava o controle exercido pelo reino de Jinga. E talvez isso tenha sido um fator decisivo para um novo conflito. Pois, mesmo que seus embaixadores Portazio Cahue Canamboa, Tulo Nabingue e Ngola Cabuy tenham assinado o acordo de maio de 1765, D. Ana parece não o ter cumprido, assim como o fez as demais rainhas jingas. O dito tratado era um claro “estatuto de subalternidade”, como destacou Campos (2007, p. 37). Talvez, quando ela percebeu que aquele acordo a subalternizava e a enfraquecia perante seus vizinhos,

³⁴⁵ Anais do Conselho Ultramarino – Parte Não-oficial- Série I (fevereiro de 1854 a dezembro de 1858). Lisboa: Imprensa Nacional, 1867. Versão do Google books: https://www.google.com.br/books/edition/_/8Ixz0TFSz68C?hl=pt-BR&gbpv=1. Acesso em: 25 jul. 2024. p. 523-524

³⁴⁶ AHU – Angola, Cx. 50, d. 29: 18 de julho de 1766.

principalmente, Holo, a rainha voltou às suas ações costumeiras de soberania e monopólio: impedimento e roubos dos pumbeiros portugueses que passavam por suas terras.

Porém, ela não conseguiu governar por muito tempo. Seus inimigos parecem ter sido mais fortes do que seus apoiadores. De um lado, os lusos. Do outro, dissidentes internos alojados em terras inimigas e preparando um cerco. Assim, em 1767, o sobrinho Kalwete (ou Caluete) ka Mbandi – o mesmo que estava hospedado nas terras do Holo, como dito no trecho acima – chegou em Jinga com seus aliados, atacou e degolou a própria tia, D. Ana.³⁴⁷ O ataque de Kalwete e seus partidários resultou no massacre da rainha e de quase toda sua família. As únicas sobreviventes do massacre foram suas filhas (ou sobrinhas), as princesas Morile (ou Murili) e Kamana.³⁴⁸

Quando as notícias do evento chegaram à Luanda, o mesmo Sousa Coutinho julgou se tratar da “mais estranha e violenta revolução que há mais de um século sucedeu” naquelas terras.³⁴⁹ Para a autoridade o cenário era caótico, pois junto com a queda da rainha jinga, também havia conflitos entre o povo quizua, que veio do leste e atacou Cassanje e Holo. Com a formação de uma aliança entre Quizua e Mogueto, um potentado próximo à Ambaca, contra Holo e Cassanje deram-se grandes batalhas próximas aos sertões do reino português.

Em um primeiro momento, o governador não quis ajudar seus aliados, como a rainha D. Ana e o “jaga” Cassanje, porque lhe pareceu “justo” “amansá-los pelas suas próprias mãos”. Além de que, o próprio Conselho Ultramarino alertou – e teve esperanças – de que aquelas guerras servissem para a “destruição dos potentados vizinhos” e redundassem em um maior número de prisioneiros de guerra, ou seja, escravizados. Além disso, o enfraquecimento tanto de Jinga quanto de Casanje poderia redundar em maior domínio português do comércio de escravos no Vale do Kwango. Por isso, o rei D. José I sinalizou que o governador aproveitasse aquela ocasião para “pôr em respeito aquele reino e engrossar o comércio dos vassalos”.³⁵⁰ Para os lusos, a guerra era providencial e poderia servir, ao mesmo tempo, para exterminar os povos que lhes causavam problemas e aumentar os lucros dos negociantes e da Fazenda Real portuguesa. No final, pela proximidade desses conflitos com o presídio de Ambaca e Pedras,

³⁴⁷ Diz Fernando Campos que Kalwete era filho de D. Rosa e um fidalgo de nome Mbandi. Kalwete tinha um irmão com o impressionante nome de Njinga a Mbandi, como a rainha do século XVII. CAMPOS, 2007, p. 38.

³⁴⁸ Não temos certeza se ambas eram filhas de D. Ana. Campos fala que Morile e Kamana eram filhas dela, enquanto Thornton diz tratar-se de sobrinhas (que também poderiam ser consideradas filhas dentro do costume mbundu). No entanto, na documentação, tomando como base a dita carta de Francisco de Sousa Coutinho, D. Ana tinha uma única filha que ele não se interessou em registrar o nome. Cf Ver ANTT, Condes de Linhares liv. 50, 1º v., “Carta escrita a muito ilustre D. Anna Guterres, rainha do Dongo e Matamba”, fl. 132v.

³⁴⁹ AHU, Cx. 52, doc. 4808: Ofício do governador D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho ao secretário de Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, 16/12/1767.

³⁵⁰ Idem.

Souza Coutinho mandou marchar as tropas a fim de livrar as fronteiras, em suas palavras, “das irregularidades de semelhantes bárbaros”.³⁵¹

Nos sertões de Jinga, por seu turno, o poder acabou nas mãos do sobrinho que assassinou a tia e rainha. Kalwete tornou-se “D. Francisco Caluete Cambande” e, segundo Campos, D. Francisco II. O rei, sua esposa Maria Jinga, sua mãe D. Rosa e parte de sua corte aceitaram o batismo cristão e a aliança com os lusos.³⁵²

Dentre as descendentes da rainha D. Ana III, apenas as princesas Morile e Kamana sobreviveram ao assassinato chefiado por Kalwete. A menina Morile, inclusive, foi protegida, batizada com o nome de D. Ana Morile e aninhada na corte de Kalwete. É possível que ela tenha sido poupada da morte por ser muito nova e, por isso, não ser considerada uma ameaça ao novo rei.³⁵³ No entanto, alguns anos mais tarde, Ana Morile reapareceria como uma nova rainha jinga. Teria a menina dita indefesa tomado o poder do ramo de Kalwete?

Assim, este capítulo trata do cenário dos sertões de Jinga após o golpe sofrido por D. Ana III. Observando os desdobramentos da tomada de poder, será possível analisar personagens e contexto político e comercial do reino, bem como o movimento de resistência de D. Kamana contra Kalwete e seus apoiadores. Ao mesmo tempo, a análise desses eventos desenrolados entre 1765 e 1796 nos permitem observar a dinâmica de conflitos daquela região no período de expansão do tráfico transatlântico de africanos.

4.1 D. KAMANA NAS ILHAS KINDONGA: A RESISTÊNCIA DA PRINCESA DE JINGA

Enquanto a pequena Ana ficou em relativa segurança na corte de Kalwete, a outra filha da rainha D. Ana, precisou fugir da sanha assassina do novo rei. Imediatamente após o golpe de estado, D. Kamana tentou pedir asilo no presídio de Pedras, o que foi negado prontamente pelo capitão-mor Manuel Monteiro e uma junta local, em outubro de 1767. Essa decisão tomada em conjunto, no entanto, foi rapidamente reprovada pelo governador-geral. Em ofício de novembro daquele mesmo ano, Sousa Coutinho enfatizou que se tratava de uma filha da rainha jinga e que ela tinha direito ao asilo político, segundo as leis portuguesas.³⁵⁴

³⁵¹ Idem. Sobre esse episódio, Henrique de Carvalho diz que a guerra do “gentio” nas fronteiras de Matamba motivou Francisco de Sousa Coutinho a tomar todas as providências necessárias para que esse conflito não chegasse a perturbar os domínios portugueses no que, segundo o autor, o governador teve sucesso. CARVALHO, O Jagado de Cassange, *op. cit.*, p. 99.

³⁵² CAMPOS, 2007, p. 38.

³⁵³ De acordo com CAMPOS, 2007, p. 36.

³⁵⁴ A referência a esse episódio, bem como as cartas entre o governador e as autoridades citadas, está em CAMPOS, Fernando. Conflitos na dinastia Guterres através da sua cronologia, *Op. Cit.*, p. 36-37.

Nas palavras de Sousa Coutinho, apesar de D. Ana Guterres ter sido uma rainha “infidel ao Tratado de 26 de maio de 1765”, a princesa D. Kamana deveria receber asilo caso sua comitiva estivesse sem armas e se não procurasse auxílio das tropas do presídio para combater o seu rival, que parecia ter o apoio das autoridades em Luanda. Mesmo assim, para se precaver de qualquer hostilidade por parte da jovem jinga, o governador escreveu ao coronel Anselmo Duarte de Siqueira, intendente geral das Reais Fábricas de Nova Oeiras, pedindo-o para reforçar as forças de Pedras Pungoandongo.³⁵⁵

Em carta ao Ministério do Reino no ano seguinte, em março de 1768, Souza Coutinho revela mais acerca de sua visão sobre esse episódio. Ele diz:

Depois do officio de 16 de dezembro do ano passado em que participei a V. Exa. as grandes revoluções que tinham occorrido nestes sertões e da morte da rainha Ginga[sic], permiti que a sua única filha, só e desarmada, pudesse livrar-se da morte, **asilando em qualquer parte deste reino** porque me pareceu injusto que se lhe não dirigisse a esta súplica, reclamando ela a proteção de Sua Majestade de quem era vassala.³⁵⁶

Portanto, diferentemente da postura do capitão-mor do presídio de Pedras, Sousa Coutinho foi favorável ao asilo de D. Kamana, pela sua posição real, contanto que isso não servisse para fortalecê-la. Aparentemente, portanto, os lusos tinham um lado, o de Kalwete. Mas o abrigo fornecido pode ter servido para que D. Kamana sobrevivesse, conseguisse angariar apoio e se fortalecesse.

A partir dali, D. Kamana passaria para as ilhas do rio Kwanza, que haviam passado para o domínio luso com a assinatura do tratado de paz decorrente do fim da guerra e derrota jinga em 1745.³⁵⁷ Talvez a princesa tivesse escolhido lá como lugar de asilo, já que Sousa Coutinho a autorizou a ficar “em qualquer parte desse reino”, como visto no trecho acima. Todavia, com permissão lusa ou não, D. Kamana se fixou e estabeleceu lá seu domínio e resistência.

Segundo Fernando Campos, após o golpe de Kalwete contra D. Ana III, em 1765, o reino de Jinga foi dividido em dois estados inimigos, um maior e com capital em Matamba, sob a chefia de Kalwete, e outro sediado nas ilhas do Kwanza (Coanza ou Cuanza) e terras

³⁵⁵ CAMPOS, *Op. Cit.*, p. 36-37.

³⁵⁶ Grifo nosso. Sousa Coutinho diz que Kamana era a única filha de D. Ana III. Seria Morile uma sobrinha? ANTT. Ministério do Reino, maço 605. Correspondência recebida de Angola (1760-1805), documento sem paginação, localização m0285-m0287. Carta de Sousa Coutinho a Francisco Xavier Mendonça Furtado, 7 de março de 1768. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4247036>. Acesso em: 6 mai. 2024.

³⁵⁷ Ver capítulo 2.

adjacentes, sob a chefia de D. Kamana.³⁵⁸ As ilhas que se tornaram a morada da princesa jinga tinham um significado especial para as chefias do Ndongo e da Matamba.

De acordo com Heywood, essas ilhas do Kwanza tinham significativas áreas de pesca e territórios suficientes para o sustento do plantio e de uma aldeia. Além disso, sua posição estratégica facilitava a proteção e a fuga.³⁵⁹ O local era propriedade dos reis do Ndongo desde a fundação desse Estado³⁶⁰ e já havia servido como lugar de estabelecimento da corte e refúgio para soberanos como Ngola Mbandi, Njinga e Jinga a Mona. Kindonga era, portanto, um espaço seguro, cheio de simbolismos e poder ancestral para resistir a um golpe político.³⁶¹

Assim, D. Kamana juntou-se a alguns fiéis súditos da soberana morta e congregou em torno de si a principal resistência contra o primo-usurpador. Dez anos após o golpe contra sua mãe, ela continuava em Kindonga, desassossegando seu primo e os lusos. Em carta de fevereiro de 1779, o governador de Angola, João de Lencastre reclamou da desobediência de D. Kamana, que estava promovendo ataque nas estradas e asilando os escravizados fugidos das áreas lusas.³⁶² Assim, repetindo as mesmas estratégias políticas de suas ancestrais, Kamana reinou em Kindonga. É possível, nesse sentido, que ela não tenha “devolvido” os escravizados fugidos, como queria o governador em Luanda, que devem ter integrado seu exército de aliados. Infelizmente, pouco sabemos sobre os rumos da luta de D. Kamana, se ela continuou vivendo nas ilhas até sua morte ou se conseguiu retomar o seu reino. Mas, é provável, que enquanto ela esteve resistindo em Kindonga, o seu primo Kalwete não conseguiu governar em paz em Matamba.

4.2. ALIANÇAS E CONFLITOS: O CASO DE KALWETE KA MBANDI

No mesma carta em que mencionou o asilo a D. Kamana, em 1768, Sousa Coutinho também sinalizou que o novo rei Jinga tinha enviado a Luanda os seus embaixadores. Assim, imediatamente à missiva do governador está a “Cópia do ato de sujeição, obediência e vassalagem” a que se submeteu D. Kalwete Cambande, Rei Ginga [sic] do Dongo e

³⁵⁸ O autor diz que o reino só foi reunificado em 1810 com a ascensão de Ndala Kamana, um filho de D. Kamana. No entanto, como veremos adiante, Campos desconsiderou o reinado de D. Ana Acabango em sua “cronologia Guterres”. Todas as informações do trecho estão em CAMPOS, A data da morte da Rainha Jinga D. Veronica I (parte I), *Op. Cit.*, p. 36.

³⁵⁹ HEYWOOD, p. 15.

³⁶⁰ HEYWOOD, *op. cit.*, p. 55.

³⁶¹ Thornton conta que Kamana buscou fazer guerra e expandir seu poder a partir das ilhas Kindonga. Algo que os portugueses tentaram impedir. THORNTON, A History of West Central Africa, p. 288-289.

³⁶² AHNA, códice. 81, Pag. 127-128v.

Matamba”.³⁶³ Mais uma vez, comprova-se tanto o apoio luso a Kalwete quanto o reconhecimento da continuidade do Ndongo nas terras de Matamba, agora chefiada por um *ngola* que ascendeu ao poder assassinando a legítima rainha.

O documento, datado de 25 de fevereiro de 1768, apresenta seis artigos, sendo o primeiro deles esclarecendo que D. Kalwete ka Mbandi era herdeiro de sua tia, a rainha D. Ana Guterres, e tinha sido eleito pelos macotas do reino de modo unânime. Nada foi mencionado, porém, sobre o golpe e assassinato da rainha e seus familiares pelo próprio sobrinho e agora rei.

No ato de vassalagem, D. Kalwete reconhecia como “legítimo soberano verdadeiro” o rei de Portugal, D. José I, prestando obediência, prometendo cumprir todas as ordens que lhe fossem expedidas e admitindo em seu Estado a religião cristã. Para provar sua fidelidade e obediência, D. Kalwete deveria nomear um escrivão que facilitasse a execução das ordens do rei português e despachos dos negociantes e pumbeiros. Além disso, o novo rei ratificava os vários tratados assinados pelas rainhas jingas, especialmente, o de 25 de maio de 1765. D. Kalwete prometia ainda auxiliar o comércio dos negociantes e pumbeiros em suas terras, sem sobrecarregá-los de impostos e ainda ajudá-los no estabelecimento de feiras ou na passagem para outros Pumbos.

No ato, D. Francisco Coutinho declarou que só cumprindo todas as condições, Kalwete seria reconhecido pelo Governo Português como sucessor de sua tia no “Reino Jinga de Dongo e Matamba”. E que caso deixasse de cumprir algum dos acordos estabelecidos, seria considerado rebelde e castigado severamente. Para que os termos fossem bem compreendidos, o documento foi lido aos embaixadores na “língua da terra”, pelo capitão tendala Nicolau de Nazareth. Finalmente, o documento de vassalagem foi devidamente assinado pelos embaixadores Quimbamba quiagonga e Matumbiaquilunga, que prometeram cumprir tudo o que se declarava, em nome de seu senhor, e se comprometeram a entregar uma cópia do termo ao capitão-mor de Ambaca no prazo de 5 meses.³⁶⁴ A partir desse ato, mesmo estando em disputa com a princesa Kamana, Kalwete tornou-se o “único rei Jinga” reconhecido pelos portugueses.³⁶⁵

³⁶³ ANTT. Ministério do Reino, maço 605. Correspondência recebida de Angola (1760-1805), documento sem paginação, localização m0289-m0291. Carta de Sousa Coutinho a Francisco Xavier Mendonça Furtado, 7 de março de 1768. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4247036>. Acesso em: 6 mai. 2024.

³⁶⁴ Sobre o ato de vassalagem de D. Kalwete ver ANTT. Ministério do Reino, maço 605, *idem*.

³⁶⁵ Sobre o golpe ver CAMPOS, A data da morte da Rainha Jinga D. Veronica I (parte I), *Op. Cit.*, p. 87-89; Campos diz que Mudili talvez tenha sido perdoada por sua pouca idade. Talvez, por ser muito jovem, não fosse vista como ameaça por Kalwete. CAMPOS, Fernando. Conflitos na dinastia Guterres através da sua cronologia, *Op. Cit.*, p. 36.

E, aparentemente, Kalwete cumpriu parte do acordo. Em setembro de 1767, Sousa Coutinho escreveu para o escrivão “das terras de Jinga e Holo”, Pedro de Matos Coutinho, a fim de cobrar celeridade no batismo cristão daqueles povos. Segundo o governador, sem o cristianismo o comércio não funcionaria a contento. Assim, ele cobrava que o escrivão fizesse “efetuar” e desse “todo o auxílio” e “todas as possíveis comodidades” aos missionários. Pois, em suas palavras, “enquanto esses bárbaros não despirem os vícios do gentilismo não há de vosmecê ter paz nem boa fé no comércio, sendo a religião a verdadeira porta por onde entram os bons costumes” (sic).³⁶⁶

O trecho mostra que apesar de Kalwete ter cumprido o acordado com os lusos, a rotina de comércio de pumbeiros que representavam os interesses e negociantes ligados a Luanda não havia sido facilitada nos sertões de Jinga. Na mesma correspondência, por exemplo, Sousa Coutinho revolta-se ao saber que “um dos Holos se fez ladrão de estrada roubando descaradamente e atrevidamente aos negociantes”. Um fato que o governador tentou aplacar ordenando que tropas de Ambaca fossem defender as estradas.³⁶⁷ Todavia, como tem sido mostrado ao longo deste trabalho, o dito roubo nas estradas já era prática recorrente pelos caminhos dos sertanejos antes e continuaria a ser após aquela carta.

Nesse sentido, o que era tido por roubo pelos lusos, talvez não o fosse para os diversos sobas e potentados do vale do Kwango. Talvez a instabilidade causada pela presença de agentes da Coroa portuguesa naquelas terras, bem como o desrespeito às regras locais por parte de autoridades e negociantes lusos e luso-africanos nas feiras tivessem servido de motor para a prática de violência por parte daquelas populações. Ao mesmo tempo, também não é impossível que a tomada de fazendas de mercadores que transitavam pelos seus territórios fosse uma forma das autoridades autóctone demarcarem sua soberania, acessarem mercadorias importadas sem qualquer contrapartida e impedissem o comércio daqueles agentes lusos que se supunham mais poderosos do que os donos das terras e pessoas naqueles sertões. Atrapalhar as rotas e a dinâmica de comércio luso-africana não impedia que jingas, holos e cassanjes, por exemplo, continuassem a comercializar gente e acessar aos bens de consumo que tanto lhes agradava através das demais rotas mercantis.

Assim, mesmo que Kalwete ka Mbandi tivesse honestamente decidido assinar um acordo com o governo português, nada lhe impedia de só cumprir uma parte ou mesmo

³⁶⁶ AHNA, Códice 79-A-17-2: Carta de Sousa Coutinho a Pedro de Matos Coutinho, escrivão das terras de Jinga e Holo, 9 de setembro de 1767, fl. 38v.

³⁶⁷ Idem.

descumprir integralmente quando lhe desse vontade e como era recorrente entre as diversas autoridades africanas.

No entanto, apesar do apoio de Holo e dos lusos, é possível que Kalwete não tenha governado por muito tempo. Não sabemos se foi a falta de legitimidade, a intromissão externa ou se foram as forças de D. Kamana que o derrotaram. Sabemos, porém, que a garota Morile, tida como indefesa, parece ter reclamado o domínio de Jinga e conseguido aliados para isso. Nesse sentido, entre os anos de 1780 e 1790, emerge uma nova rainha jinga na documentação das autoridades portuguesas: D. Ana Morile.

4.3 NOS TEMPOS DA RAINHA ANA MORILE ACABANGO

Em algum momento, entre 1770 e 1780, a mesma Ana Morile que foi poupada por ser uma criança, e não representar uma ameaça aos interesses do primo que assassinou sua mãe, cresceu e conseguiu apoio da elite e do povo jinga para ascender o trono.³⁶⁸ Mas não sabemos ao certo se ela sucedeu o primo Kalwete ou a irmã Kamana. Nas nossas pesquisas, não encontramos qualquer menção ao reinado de D. Ana Morile na historiografia.

O historiador Fernando Campos (2007), por exemplo, sistematizou a “cronologia da dinastia Guterres”, a sucessão de rainhas e reis jingas do século XVII ao XIX, mas não menciona D. Ana Morile. Na verdade, o autor considera que os territórios do reino de Jinga ficaram fragmentados entre 1767 e 1810, sendo unificado apenas sob a chefia de Ndala Kamana, um filho de D. Kamana. Assim, na cronologia sistematizada por ele, há um salto do golpe de estado contra D. Ana III, em 1765, para o reinado de Ndala Kamana, em 1810 sem qualquer menção ao governo de D. Ana Acabango, que consta nos documentos portugueses da década de 1790.³⁶⁹ É a partir dessa documentação que inferimos que no intervalo entre as lutas de Kalwete e Kamana no final da década de 1760 e a ascensão de uma dinastia Kamana no início do século XIX, o reino Jinga de Ndongo e Matamba este sob a chefia de Ana Morile.

E a primeira provável menção a ela é, obviamente, uma reclamação da década de 1780. Em 1785, os negociantes de Luanda começaram a se mobilizar exigindo algum manifesto das autoridades coloniais contra a rainha Jinga. O objetivo era “evitar os latrocínios dos seus vassalos”.³⁷⁰

³⁶⁸ A rainha Ana Acabango não consta na cronologia arrolada pelo historiador Fernando Campos. O autor dá um salto temporal do golpe de D. Ana, em 1767, para o governo de Ndala Kamana no século XIX.

³⁶⁹ CAMPOS, A data da morte da Rainha Jinga D. Veronica I (parte I), *Op. Cit.*, p. 36.

³⁷⁰ CORREIA, **História de Angola**, *op. cit.*, p. 664.

Naquela época, pode ter parecido às autoridades da Coroa portuguesa que os sertões angolanos passavam por um motim generalizado. Segundo os governadores de Angola, em março de 1784, o reino se viu próximo a uma “rebelião geral” no interior e “o comércio interrompido” porque “os negros vassalos obedeciam mal as ordens do governo e os confinantes ainda menos o respeitavam”.³⁷¹ Nesse contexto, os caminhos de Cassanje, Ganguela³⁷², Mbondo e Dondo estavam tomados por gente que roubava escravos e fazendas nas rotas e assaltava e matava feirantes e seus carregadores. Os autores das violências eram, como de costume, os povos das maiores chefias da região: Jinga e Cassanje.³⁷³

A fim de sustar essas ações, os governadores ordenaram que alguns empacaceiros fossem escoltar as caravanas nos caminhos de Ambaca até Mbondo e auxiliar nas “remessas de escravatura”. No entanto, o chefe dos empacaceiros não quis cumprir as ordens e voltou para Luanda. Seria ele um luso-africano pertencente ou descendente dos jingas ou cassanjes que não quis ir de encontro aos seus povos? Ou teria sido medo? Não há essa resposta na documentação. Sabemos apenas que ele terminou preso e deposto.³⁷⁴

Em 1787, atendendo aos seus apelos, o governador em Luanda, o barão de Moçâmedes, quis declarar guerra contra a rainha mas foi obrigado a adiar o seu plano por não ter recebido permissão e apoio das autoridades ultramarinas.³⁷⁵ O fato ilustra, mais uma vez, que nem sempre os dramas, disputas e urgências dos poderes locais dos territórios de ultramar eram plenamente considerados pelas autoridades em Lisboa. Mais valia buscar a paz ou mesmo seguir dissimulando os roubos e mortes nas estradas por não ter um bom número de tropas para o combate. O importante era que as cargas de mercadorias e escravizados chegassem ao litoral.

Sem guerra, tudo continuou como sempre esteve, com os jingas no controle de seus territórios. E em 1789, até o jaga de Cassanje acusava a rainha Jinga e Holo pelas desordens nos sertões.³⁷⁶ Todas essas fontes, porém, não dão nome a soberana que, assim como as mulheres que a antecederam, causava tantos problemas ao comércio feito nas rotas luso-africanas.

Um nome é revelado apenas em uma carta do governador Manoel de Almeida Vasconcelos: “rainha Jinga D. Anna Morile Acabango”. A correspondência de 21 de julho de

³⁷¹ AHU, Angola, Caixa 68, doc. 57.

³⁷² “Ngangela” é uma palavra em kimbundu que significa “região estrangeira”. Seria Ganguela a mesma coisa que ngangela? Cf. THORNTON, *A History of Central Africa*, p. 190.

³⁷³ Idem.

³⁷⁴ Idem.

³⁷⁵ AHNA, cód. 82, Carta do governador de Angola, 14 de novembro de 1787, fl. 80.

³⁷⁶ Ver capítulo 3.

1796 é uma resposta à soberana de Jinga que havia mandado uma embaixada à Luanda. Os embaixadores chegaram ao litoral com um prisioneiro que a rainha enviou para ser enforcado pelo governador português. O prisioneiro representava sua vontade de negociar.

A correspondência nos mostra que ambos os reinos parecem não ter tido uma trégua ao longo do reinado de Morile. De acordo com Manoel de Vasconcelos, o governador em Luanda, ele já estava há seis anos na administração da “Conquista” e só naquela ocasião recebia uma carta de Jinga. Em 1795, por exemplo, quase um ano antes da carta de Ana Morile, ele explicou ao capitão-mor de Ambaca a importância da aliança lusa com o jaga de Calandula. Segundo ele, Calandula³⁷⁷ poderia servir como “uma fiel barreira a Jinga, ao Holo e aos mais de iguais qualidades, evitando as suas ladroeiras e o grande incômodo que causam o nosso comércio”.³⁷⁸ Assim, apesar da falta de evidência nas fontes, não é impossível que a chefia dos ataques jingas da época fosse justamente D. Ana Acabango.

Não encontramos a carta enviada pela rainha, juntamente com a embaixada e o prisioneiro. Desse modo, não conhecemos a sua versão dos fatos. Porém, a contar pela resposta dada pelo governador, era o comércio o assunto principal. Aparentemente, a rainha afirmou sua vontade em receber os comerciantes lusos ou seus representantes em suas terras. O governador, todavia, não acreditava nisso. Inclusive, sua carta inteira aparenta um tom de irritação.

Logo no início, ele já aponta as diversas “insolências” da rainha que, como era comum, matava alguns pumbeiros e roubava “a todos” que passavam por suas terras. Para ele, a soberana agiu de “falsidade e rebelião” e desobedeceu os “antigos ajustes”, não tendo “boa-fé e amizade” com os portugueses. Manoel de Vasconcelos diz:

(...) e que fará resolver também aos feirantes a irem a essas terras, pois que pela experiência que tem tido estão muito desconfiados, não querem arriscar mais, não basta o que diz sua carta, e os portadores, para se satisfazerem os grandes males que com eles se tem obrado nessas terras há tantos anos (...)³⁷⁹

Pelo longo histórico de violência, nem o governador acreditava na boa-fé da rainha e nem os comerciantes. A autoridade em Luanda até sugeriu que a carta de Jinga chegou naquele momento por ela saber que as forças portuguesas estavam organizadas devido às recentes guerras contra os potentados do norte. De acordo com ele:

³⁷⁷ Os lusos tiveram aliança com um titular Calandula no século XVII quando, junto com seu grupo, esse “Jaga” auxiliou as tropas portuguesas contra os holandeses. Ver SOUZA, Marina de Mello. *Kilombo em Angola*, *op. cit.*, p. 145.

³⁷⁸ AHU – Angola, código 1631: 15 de março de 1795, fl. 58.

³⁷⁹ AHU-Angola, código 1632: carta do governador Manoel de Almeida Vasconcelos “para a rainha Ginga D. Anna Morile Acabango”, 21 de julho de 1796, fl. 88.

(...) e agora que tenho as forças juntas é que se me escreve e dão satisfações, não as creio e ninguém as acredita, enquanto se não vierem as provas de correr muita e muita gente com o negócio a esta cidade, se pagarem os prejuízos que se tem feito nos muito roubos que tem feito os jingas e seus coligados que se não foram mandados fazer, neles se consentiu e tirou utilidade, pois nas próprias terras ninguém faz o que o senhor delas não quer e muito menos os vassalos verdadeiros obram coisa contra a vontade de sua rainha e se lhe desobedecem, logo desde o princípio os teria castigado (...) ³⁸⁰

O trecho também mostra que o governador sabia que as ações dos jingas era coordenada por sua chefe. Para ele, não condizia com a realidade a soberana sugerir que não sabia dos roubos e assaltos que aconteciam desde sempre nas terras das rainhas jingas.

Por outro lado, D. Ana Acabango parecia interessada em uma aliança ou acordo (talvez e, mais uma vez, temporários) com os portugueses. Como prova disso, ela enviou aquele prisioneiro, um súdito responsável por roubar e matar pumbeiros, para que o governador o enforcasse. Manuel de Almeida, entretanto, desconsiderou o ato, julgando-o uma encenação. Em resposta a isso, ele escreveu a D. Ana perguntando: “se ele é um daqueles [que roubava e matava pumbeiros] porque o não fez lá [enforcar em Jinga] à vista dos outros para seu maior desengano”? Para Manuel de Almeida se a rainha castigasse o aparente transgressor em Jinga e à vista de todos, aquele caso poderia servir de exemplo para que outros não ousassem continuar a atrapalhar os caminhos do comércio. Por isso, o governador devolveu o homem à rainha para que ela o castigasse, “conforme suas leis”, no lugar onde ele cometeu “os delitos”. ³⁸¹

Manuel de Almeida Vasconcelos, portanto, queria outras demonstrações de fidelidade e amizade. Além do óbvio livre-trânsito dos pumbeiros e feirantes em Jinga, o governador queria que fosse restituído e apresentado na capital todos os “desertores, escravos fugidos e ladrões” que estavam abrigados nas terras de Morile. Essa menção na correspondência nos deixa cientes de que as terras dos jingas se mantiveram como local seguro para todos que fugiam dos desmandos, violências e obrigações da área de influência portuguesa. Ali, no final do século XVIII, a rainha Ana Morile continuava chefiando as ações dos jingas, dificultando o comércio luso e comandando um *kilombo* diverso. Atuações repetidas desde Njinga Mbandi no século XVII. Para Manoel de Almeida, sem entregar os asilados em suas terras, “provas mais certas de fidelidade e de boa amizade”, as palavras da rainha de nada valiam. ³⁸²

³⁸⁰ AHU-Angola, códice 1632: carta do governador Manoel de Almeida Vasconcelos “para a rainha Ginga D. Anna Morile Acabango”, 21 de julho de 1796, fl. 88.

³⁸¹ Idem.

³⁸² Idem, fl. 89.

Essa correspondência nos mostra que apesar de ter crescido sob a influência do primo Kalwete, aliado dos lusos, Ana Morile não seguiu sua pretensa política. A soberana manteve as tradições que conciliava um longo embate com o comércio e a política lusa nos sertões com breves intervalos e alianças com eles nos seus momentos de fragilidade política. Acordos que costumavam ser quebrados quando o acordado não parecia mais interessar aos jingas. Ana Morile reproduzia, assim, o que se devia esperar de uma rainha Jinga: soberania. Na terra dessas jingas, a Coroa portuguesa não mandava.

Por isso, mesmo irritado com as perdas constantes dos negociantes, o governador sabia que era importante tentar uma aliança com aquela soberana. Assim, apesar do tom seco, o governador fez questão de pontuar na carta que os embaixadores da rainha foram bem tratados em Luanda, que ele aceitou os presentes enviados por ela e que também estava enviando alguns regalos em troca. De Ana Morile, o governador recebeu quatro “cabeças de ganda”, as quais foram para a Fazenda Real, e um macaco.³⁸³

Posteriormente, em carta ao capitão-mor de Ambaca, Joaquim José da Silva, o governador repetiu tudo o que já havia dito na correspondência a D. Ana Morile, alegando que só depois que a rainha tivesse castigado a todos que dificultavam o comércio é que feirantes e fazendas voltariam às suas terras. Sobre essas fazendas, o governador comentou que a soberana havia se queixado da falta delas em seu reino. E talvez estivesse nessa carestia a disposição da rainha para negociar com os lusos.

Para entender a demanda jinga por fazendas, faz-se necessário analisar o cenário comercial centro-africano nos anos de 1780 e 1790. Nessa época, os portugueses tentaram monopolizar o comércio da baía de Loango e do porto de Ambriz, enfrentando a autonomia dos diversos potentados daqueles ancoradouros. Eram as mercadorias que desembarcavam em Cabinda, Loango, Molembo e Ambriz, que seguiam pelos dembos e atingiam os sertões de Jinga.

4.4 ENTRE O LITORAL E OS SERTÕES: AS DISPUTAS NOS CAMINHOS DO COMÉRCIO

Naquela carta do ano de 1796 para D. Ana Morile, o governador de Luanda afirmou que o contato da soberana foi motivado pelo fato das tropas portuguesas estarem mobilizadas

³⁸³ Novamente a palavra “ganda” aparece. Ver os questionamentos presentes na nota nº tal. AHU-Angola, códice 1632: carta do governador Manoel de Almeida Vasconcelos “para a rainha Jinga D. Ana Morile Acabango”, 21 de julho de 1796, fl. 88.

naquela ocasião. Para ele, a Jinga sabia da recente vitória lusa nos conflitos entre portugueses e potentados do norte e, por isso, buscava uma aliança, ainda que tardia.

De fato, a rainha procurou os lusos em decorrência desses conflitos. Entretanto, possivelmente, o objetivo da embaixada enviada não era aplacar algum temor das tropas lusas – que os jingas já haviam combatido em diferentes conflitos no passado –, mas sim amenizar danos no comércio. Talvez a Jinga estivesse preocupada com recentes mudanças e tensões nas rotas e trocas mercantis. Para entender esse contexto, voltemos um pouco no tempo.

Alguns anos antes daquela carta de 1796, em janeiro de 1791, o governador comemorou o castigo que o capitão-mor de Ambaca havia dado à “gente da rainha Jinga”, nomeados de “cabunges e quimbungos”, que estavam roubando e maltratando os pumbeiros nas estradas.³⁸⁴ Pouco tempo antes, o próprio Manoel de Vasconcelos já havia reclamado ao mesmo capitão-mor acerca do “mau-estado” do sertão e da “decadência do comércio”. De acordo com ele, o momento comercial difícil vinha da “rebeldia e levantamento dos negros inspirados talvez por alguma comunicação com o estrangeiros” e pela má-fé dos comerciantes que trapaceavam e não pagavam o que deviam.³⁸⁵

A ligação de potentados, como os jingas, com as rotas por onde transitavam as mercadorias “estrangeiras” era um fator de incômodo para o poder luso devido ao contato, negociação e a preferência das chefias pelos produtos comercializados por europeus de outras nacionalidades. Por mais que os portugueses tentassem dominar o tráfico ao norte de Luanda, que eles consideravam contrabando, quem ditava as regras eram os potentados da terra. E eles se recusavam a reservar aquele litoral para apenas uma nação europeia. Para as chefias centro-africanas era mais vantajosa a competição entre essas nações e a garantia de que eles não se estabeleceriam em suas terras.³⁸⁶

Alguns anos antes, em 28 de dezembro de 1784, por exemplo, o barão de Moçâmedes citou a influência dos franceses como causa do “decadente estado” do comércio luso. Tendo estabelecido uma forte colaboração com os potentados, os franceses eram vistos, segundo o governador, “com amor de patrícios e os portugueses com aversão de estrangeiros”.³⁸⁷ E,

³⁸⁴ AHU-Angola, Códice 1627 (1790-91): ofícios para os presídios e distritos escritos no governo de Manoel de Almeida e Vasconcelos (doravante Cód 1627), 30 de janeiro de 1791, fl. 81.

³⁸⁵ AHU – Angola, cód. 1627, 17 de novembro de 1790, Fl. 23.

³⁸⁶ Diz Martin: “The success of the eighteenth-century slave trade on the Loango Coast from the African point of view, rested on two main conditions. One was the intensive European competition, the other was that no European gained a permanent footing ashore”. MARTIN, Phyllis M. **The external trade of the Loango Coast (1576-1870): the effects of changing commercial relations of the Vili Kingdom of Loango**. Oxford: Clarendon Press, 1972, p. 115.

³⁸⁷ AHU, CONSULTAS DE ANGOLA, cód 481, Fl. 5-7. Consulta de 29 de outubro de 1785.

segundo ele, esse afeto comercial vinha do fato de que os franceses pagavam os melhores valores para adquirir os escravizados e ninguém conseguia competir com eles nisso.³⁸⁸

Inclusive, franceses e ingleses tinham feitorias flutuantes em Loango, Molembo e Cabinda, onde faziam suas mercadorias circularem pelo Reino do Congo, e também comercializavam em Quitungo (Ambriz), nas terras do Marquesado do Mossul (Mussul, Mussulo, Mossulo ou Musulu) e até mesmo em Luanda. E de acordo com o militar Silva Correia, essas mercadorias tinham melhor qualidade do que as portuguesas.³⁸⁹

Foi na tentativa de travar a circulação dessas mercadorias que os lusos tentaram ocupar as terras do “marquês de Mossul”, o Maniquitungo. O dito senhor de Quitungo controlava as duas margens do rio Loge, um território próximo à Luanda, e era um dos maiores corretores do tráfico que controlava o porto de Quitungo ou Ambriz.³⁹⁰ As terras sob a sua jurisdição adentravam o interior e seguiam até o rio Onzo.³⁹¹ No período de 1784 a 1797, os lusos fizeram ao menos quatro expedições militares contra os mossulungos.³⁹²

Mesmo acontecendo no litoral, a guerra contra o maniquitungo tinha consequências relevantes no interior e, nomeadamente, em Jinga. O Mossul tinha um papel importante no comércio de escravizados e seus agentes eram responsáveis pelas trocas mercantis entre os potentados do interior e os navios ancorados na praia. Ele mandava as fazendas que chegavam nos navios ingleses e franceses e, em troca, recebia os escravizados enviados por Jinga e outras chefias. As fazendas repassadas e saídas de Quitungo eram compradas a baixos preços no interior, o que facilitava sua circulação.

A filiação comercial entre os jingas e o Mossul se torna evidente em interrogatório feito a um negociante preso nos sertões de Luanda, em 1774, por mercadejar fazendas inglesas em Golungo. Esse homem, porém, não era um pumbeiro e nem um comerciante comum. Tratava-se de Belchior Clemente Domingos Martins, o “Marquês Pequeno”, filho do Marquês de Mossul. “Marquês pequeno” se defendeu das acusações afirmando que não vendia fazendas estrangeiras, mas apenas repassava aquelas enviadas por seus parentes do litoral. O que, a contar pelo intenso comércio entre o Mossul, ingleses e franceses, significava que os lusos tinham razão. Mas seu outro argumento de defesa foi o de que apenas pretendia se estabelecer em

³⁸⁸ Idem.

³⁸⁹ CORREIA, *op. cit.*, p. 556

³⁹⁰ WHEELER, Douglas. PÉLISSIER, René. **História de Angola**. Lisboa: Tinta da China, 2016, p. 85. SÁ DA BANDEIRA, Visconde. **Fatos e considerações relativas aos direitos de Portugal sobre os territórios de Molembo, Cabinda e Ambriz e mais lugares da Costa Ocidental da África**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1855, *passim*.

³⁹¹ SÁ DA BANDEIRA, Visconde. *Fatos e considerações*, *op. cit.*, p. 9.

³⁹² CARVALHO, Ariane. *Op. cit.*, p. 113.

Golungo, pois o seu pai não o queria no marquesado³⁹³, e que “seu modo de vida era fazer o negócio em Ambaca nas terras da rainha Jinga e Holo”.³⁹⁴ Lá, de modo nada exclusivo, ele já tinha até tido seis escravos roubados. O caso do “Marquês pequeno” mostra a configuração das redes do Mossul interior adentro. Provavelmente, o potentado enviava as fazendas estrangeiras para que o filho, um agente de sua confiança, pudesse trocar por pessoas nos sertões de Jinga e Holo, depois, remeter as caravanas de escravizados até o litoral.³⁹⁵ Com muita sinceridade, inclusive, Clemente Martins afirmou que “toda a gente do Mossul fazia negócio com os estrangeiros”.³⁹⁶

De acordo com Joseph Miller, o acesso do reino de Jinga a esses produtos, principalmente aqueles comercializados pelos franceses foi um fator facilitador para que os jingas acessassem os fornecedores de escravizados a leste do reino através de Holo, na década de 1780. (MILLER, 1988, p. 213). Todavia, é possível que essas mercadorias já fossem relevantes para as trocas de Jinga antes mesmo desse período. Indicativo disso é que as alianças com o Holo é bem anterior ao período indicado por Miller, como vimos largamente com as motivações da guerra de 1744.

Na década de 1780, os negociantes de Luanda fizeram algumas representações ao rei de Portugal reclamando dos prejuízos no comércio. Conhecemos duas delas: aquela feita em 1785 contra a rainha Jinga e outra de dezembro de 1788 contra o Mossul. Os negociantes, porém, não foram atendidos, segundo o governador, tendo-se passado vários anos que só aumentaram “a rebelião dos negros e o contrabando pela frequência dos navios estrangeiros nas praias do Mossul e as barras do rio Loge e Ambriz”.³⁹⁷

Como conselheiro, o barão de Moçamedes comentou a correspondência de seu sucessor e filho, o governador Manuel de Vasconcelos, revelando que ele já havia tentado atrair “pelos meios da suavidade” o marquês de Mossul, que “era corretor de contrabando e da escravatura que os potentados do sertão lhes enviavam [sic].” E, nesse sentido, nem as ameaças e nem os tratados resolveram a questão com os habitantes de Quitungo. Pois, ratificou o barão, “a falta de religião, de boa fé e de polícia nunca os ligara a observância dos tratados, não havendo outra

³⁹³ Belchior Clemente Martins disse que o pai não o queria no Marquesado porque já tinha muitos filhos. Os portugueses, obviamente, não acreditaram em nenhuma das respostas do “Marquês Pequeno”. Apesar do nome ou título, Clemente tinha 55 anos. AHU, Angola, Cx. 60, doc. 5: 31 de maio de 1774.

³⁹⁴ O caso de Clemente Martins já foi citado em FERREIRA, Roquinaldo. Dinâmica do comércio intracolônial: Geribitas, panos asiáticos e guerra no tráfico angolano de escravos (século XVIII). In: FRAGOSO, João. BICALHO, Maria Fernanda. GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). **O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 372-373.

³⁹⁵ AHU, Angola, Cx. 60, doc. 5: 31 de maio de 1774.

³⁹⁶ Idem.

³⁹⁷ AHU, CONSULTAS DE ANGOLA, cód 481, Fl. 9-15v. Consulta de 5 de dezembro de 1791.

lei que a da força e do rigor para conter os negros na precisa sujeição.”³⁹⁸ Não havia espaço para a diplomacia, acreditava o oligarca.

Em 1788, os lusos declararam guerra aos mossulungos que atacaram alguns sobas avassalados da Coroa portuguesa. A expedição, porém, terminou com o fracasso luso. Mas logo, em 1790, os planos de invadir as terras de Mossul tiveram de ser retomados. Em uma noite de agosto de 1790, o povo do maniquitungo invadiu territórios vizinhos à cidade de Luanda, tomou fazendas, aprisionou algumas pessoas e matou outras. O cenário da invasão foi caótico. Houve choro, pessoas fugindo, pessoas feridas e mortos. O governador chegou a comparar o horror dessa invasão com aquela feita pelos holandeses.³⁹⁹

Em sua consulta ao Conselho Ultramarino, o governador Manoel de Almeida Vasconcelos comentou esse ataque do Mossul e seus aliados⁴⁰⁰ aos territórios do rio Bengo, Dande e o Libombo da seguinte maneira:

os mais férteis países e úteis aquela capital por virem deles a maior parte do seu sustento e onde os moradores têm suas fazendas que os inimigos queimaram, destruíram e roubaram, matando os brancos que acharam e levando os pretos ainda mesmo livre que foram vender aos estrangeiros continuando com eles o mais livre despótico comércio e introduzido[?] pelo Porto de Ambriz que espalhavam por todo o sertão embarçando em tudo o nosso...⁴⁰¹

O resultado do ataque foi a destruição e a captura de pretos ladinos, forros e cativos pertencentes aos súditos portugueses. Segundo o governador de Angola, as pessoas aprisionadas pelos “mussuis” foram vendidas aos navios franceses que “sem o menor escrúpulo aceitaram”.⁴⁰² Com o número de 200 a 300 pessoas aprisionadas durante o ataque, os mossulungos abasteceram três navios franceses e um inglês. Em troca, teriam recebido armamentos e pólvora.⁴⁰³ Ou seja, além de prejudicarem o comércio português, esses potentados ainda adquiriam itens que os auxiliariam no embate com os mesmo lusos.

Após o ataque, a Coroa portuguesa partiu para o embate. A guerra aconteceu em outubro de 1790, com os lusos organizados, como sempre, com suas tropas comuns e com a “guerra

³⁹⁸ AHU, CONSULTAS DE ANGOLA, códice 481, Consulta de 5 de dezembro de 1791, Fl. 10v-11.

³⁹⁹ Mas ele esclareceu que a do Mossul não excedeu a do século XVII.

⁴⁰⁰ Nessa época, o Mossul tinha uma aliança com o Dembo Nambuanguo, que chefiava territórios no interior daquela nação. CARVALHO, *idem, ibidem*, p. 241.

⁴⁰¹ AHU, CONSULTAS DE ANGOLA, cód 481, Consulta de 5 de dezembro de 1791, Fl. 9v.

⁴⁰² AHU, CONSULTAS DE ANGOLA, cód 481, Consulta de 5 de dezembro de 1791, Fl. 11v.

⁴⁰³ CARVALHO, Ariane, *op. cit.*, p. 229. Narrando esse ataque, o visconde de Sá da Bandeira afirmaria, mais tarde, que os habitantes do Quitungo conseguiram 100 libras de pólvora por cada escravizado. SÁ DA BANDEIRA, **Fatos e considerações**, *op. cit.*, p. 9-10.

preta” (exército composto por tropas africanas que lutavam à moda dos naturais) e chefiados pelo coronel Pinheiro de Lacerda. Mesmo em desvantagem numérica, os lusos conseguiram aprisionar o Dembo Gombe e Amuquiama e cem filhos seus, que foram enviados a Pernambuco.⁴⁰⁴ Dentro desse cenário de vitória, os lusos fundaram uma fortaleza em Ambriz, em março de 1791, na margem do rio Loge, e arvoraram a bandeira portuguesa no ponto mais alto do porto.⁴⁰⁵ No ato, os portugueses alegaram ter tratado com cordialidade os navios das outras nações europeias que lá estavam.⁴⁰⁶ Parece mais verídico, porém, que franceses e ingleses tenham sido avisados da queda do maniquitongo e expulsos do local. Pois, a construção do forte português aconteceu no local das antigas feitorias inglesas.⁴⁰⁷ Finalmente, com essa vitória, a Coroa portuguesa almejava demarcar seu domínio e monopólio sobre o fluxo do comércio que ligava as terras de Jinga com aquelas do litoral de Quitungo.⁴⁰⁸

Em dezembro de 1791, o governador Manoel de Almeida Vasconcelos escreveu às autoridades em Lisboa para contar que venceu o conflito e que prostrou toda a província do Mossul “aos pés” do soberano português.⁴⁰⁹ Enquanto isso, as tropas lusas foram desarmadas e ficaram esperando a embaixada do Mossul e um acordo de vassalagem.⁴¹⁰ O dito acordo só veio em abril de 1792 quando D. Antonio Manoel, o marquês de Mossul, assinou o termo de fundamento e vassalagem, juntamente com seus sobas e macotas, concordando em pagar tributos e permitir a franca passagem às tropas, comerciantes e padres que fossem às suas terras.⁴¹¹ A vitória portuguesa havia sido selada.

Enquanto o poder luso dominava uma parte significativa do litoral, no interior, o ritmo continuava a ser determinado pelas chefias africanas. Ainda em dezembro de 1791, tropas de empacaceiros necessitavam proteger as caravanas de comércio que saíam de Ambaca por causa dos ataques dos jingas, holos e mbondos aos mercadores.⁴¹² Em agosto de 1792, após o

⁴⁰⁴ CARVALHO, Ariane, *op. cit.*, p. 230.

⁴⁰⁵ SÁ DA BANDEIRA, **Fatos e considerações**, *op. cit.*, p. 9-10.

⁴⁰⁶ Essa versão de gentileza está em SANTARÉM, Visconde de. **Demonstração dos Direitos que tem a Coroa de Portugal sobre os territórios situados na Costa Ocidental da África entre o 5º grau e 12 minutos e o 8º de latitude meridional e por conseguinte aos territórios de Molembo, Cabinda e Ambriz**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1855, p. 32.

⁴⁰⁷ Os tripulantes de um navio inglês reclamaram às suas autoridades sobre o modo como eles e os franceses foram tratados pelas tropas lusas nessa ocasião. Eles alegaram terem sido expulsos do porto de Ambriz e pedia que o rei da Inglaterra protegesse o comércio de seus súditos em uma terra que sempre foi livre. Essa pauta diplomática acabou sendo tema de discussão entre o ministro da Grã-Bretanha em Lisboa e o responsável pelos Negócios Estrangeiros de Portugal. SÁ DA BANDEIRA, **Fatos e considerações**, *op. cit.*, p. 11.

⁴⁰⁸ CARVALHO, *idem, ibidem*, p. 241.

⁴⁰⁹ AHU, CONSULTAS DE ANGOLA, cód. 481, Consulta de 5 de dezembro de 1791, Fl. 9.

⁴¹⁰ AHU – Angola, Códice 1628, fl. 2v.

⁴¹¹ Sobre o avassalamento do marquês de Mossul ver CARVALHO, Os homens do rei, *op. cit.*, p. 261. SANTARÉM, Visconde de. **Demonstração dos Direitos**, *op. cit.*, p. 36.

⁴¹² AHU, CONSULTAS DE ANGOLA, cód 481, Consulta de 5 de dezembro de 1791, Fl. 11.

avassalamento de Mossul, os negociantes de Luanda reclamaram que os “negros da costa” continuavam a levar as fazendas estrangeiras para o interior, detalhando que havia um “quilombo” nas terras de Jinga, de onde eles espalhavam as ditas fazendas “para o mais sertão”.⁴¹³ Com as ditas fazendas, eles adquiriam escravizados e marfim que eram conduzidos para o litoral e embarcados nos navios das outras nações europeias. Os comerciantes diziam ainda que não podiam competir com esses “negros” porque eles carregavam em “abundância” as mercadorias que os lusos não podiam negociar⁴¹⁴ e costumavam comprar escravizados por “excessivos” preços, o que, possivelmente, redundava em mais vantagem para quem negociava com eles. Os negociantes afirmaram ainda que essas transações, que eles consideravam clandestinas, eram inevitáveis e que para evitar sua expansão interior adentro, os lusos deveriam se manter na feira de Cassanje, negociando os preços dos escravizados com o Jaga, a quem teriam de agradar.⁴¹⁵

A dita vitória sobre Maniquitongo, portanto, não significou o fim daquelas trocas mercantis realizadas entre Jinga e os territórios litorâneos do Mossul. Os portugueses não controlavam o litoral e nem o interior. Pouco tempo depois, o governador reclamava da rebeldia continuada dos povos nos sertões e lamentava a falta de forças portuguesas para combatê-los, afirmando que os próprios “rebeldes” chegavam a proferir que o poder em Luanda “não havia meios de os poderem castigar e sujeitar”.⁴¹⁶

Essa falta de tropas alarmou o Conselho Ultramarino que sinalizou “que estando os franceses sem lei nem rei que os governasse e os contivesse podiam os seus mercantes multiplicarem-nos as violências e os prejuízos enquanto não tivermos forças para rebatê-los [sic].”⁴¹⁷ Porém, em 1794, a república francesa aboliu o tráfico de africanos, fazendo com que os navios dos principais compradores dos senhores do Loango parassem de chegar àquele litoral.⁴¹⁸

Mesmo com a permanência de espanhóis e ingleses, a saída dos franceses deve ter provocado um abalo no fornecimento das mercadorias que chegavam até Jinga. Afinal, como o comércio entre os jingas e os portugueses estava sujeito às instabilidades de suas relações, os

⁴¹³ AHU – Angola, códice 1634, Representação de negociantes da praça de Luanda. 22 de agosto de 1792, fl. 93-96v.

⁴¹⁴ Eles não detalham quais eram essas mercadorias favoritas, mas dizem na mesma carta que os gêneros que os feirantes vendiam com mais rapidez eram jeribitas, armas e pólvoras. AHU – Angola, códice 1634, Representação de negociantes da praça de Luanda. 22 de agosto de 1792, fl. 93-96v.

⁴¹⁵ Idem.

⁴¹⁶ AHU, CONSULTAS DE ANGOLA, cód. 481, Consulta de 5 de dezembro de 1791, Fl. 10.

⁴¹⁷ AHU, CONSULTAS DE ANGOLA, cód. 481, Consulta de 5 de dezembro de 1791, Fl. 12.

⁴¹⁸ A autora até indica que no ano de 1805, os senhores do Loango pediam a volta dos franceses. MARTIN, idem, p. 138.

produtos adquiridos pelo reino do Ndongo e Matamba devia vir, em maior parte, dos portos a norte de Luanda, como já amplamente apontado neste trabalho.

Ao mesmo tempo, nas rotas comerciais lusas, também houve uma redução de mercadorias nesse período. Em janeiro de 1796, por exemplo, alguns meses antes da carta a Ana Morile, o mesmo governador Manoel de Vasconcelos disse ao capitão-mor de Ambaca que a então falta de fazendas nos sertões decorria do aumento do valor das mercadorias em Lisboa e na Bahia e a dificuldade dos carregadores arcaram com o seu alto custo.⁴¹⁹

Além disso, segundo Joseph Miller (1988), o interior angolano viveu um intenso contexto de as secas, guerras e fome naqueles anos de 1790, o que deve ter sido determinante para o aumento do número de gente escravizada. Assim, não é impossível que entre as mercadorias que estavam em falta nos sertões, como consta na queixa de Ana Acabango, estivesse também os gêneros alimentícios.

Nesse sentido, podemos colocar alguns questionamentos. Quando a rainha enviou seus embaixadores, com uma carta cheia de promessas de paz e um prisioneiro, ela estava interessada em fazer um acordo de comércio com os lusos, cujos agentes costumavam atacar nas estradas, a fim de ter acesso aos produtos importados? Teria sido a falta das boas e baratas fazendas, o motivo da tentativa de aliança com Luanda por parte da rainha Ana Acabango? Para nós, é provável que sim. Visto que, como indicou o governador, aquele era o primeiro contato que ela fazia Luanda em seis anos e que a própria reclamou da falta de fazendas.⁴²⁰

Por isso, mesmo irritado com a Jinga e sem confiar na sua disposição de abrir os caminhos de comércio, o governador enviou para a soberana: dois barris de pólvora, vestido, cinto, pulseira e quatro cães para a rainha. Percebe-se que, com exceção das pólvoras que seriam utilizadas em suas guerras, os presentes de Jinga (talvez até solicitados por ela) eram compostos por produtos e animais estrangeiros que ela poderia exibir para seu povo e seus vizinhos a fim de demonstrar seu poder.

Provavelmente Ana Acabango não conseguiu uma aliança com o governador, naquele momento, mas ela conseguiu as mercadorias que desejava independentemente da vontade de Manoel de Vasconcelos. Em 10 de agosto de 1796, o governador disse ao capitão-mor de

⁴¹⁹ AHU-Angola, códice 1632: carta do governador Manoel de Almeida Vasconcelos para o capitão-mor regente de Ambaca Joaquim José da Silva, 7 de fevereiro de 1796, fl. 14v. Em carta posterior, o governador diz que a falta de fazendas estava sendo benéfica ao comércio porque estava limitando o número de aviados usurpadores e contribuindo para o sossego nos sertões, ao mesmo tempo que mantinha a oferta de escravizados, que continuavam a chegar a Luanda normalmente. Idem, carta do governador Manoel de Almeida Vasconcelos para o capitão-mor regente de Ambaca Joaquim José da Silva, 10 de maio de 1796, fl. 50v.

⁴²⁰ AHU-Angola, códice 1632: carta do governador Manoel de Almeida Vasconcelos para o capitão-mor de Ambaca Joaquim José da Silva, 10 de agosto de 1796, fl. 98v-99.

Ambaca, Joaquim José da Silva, que tanto a rainha Jinga quanto o jaga de Calandula haviam enviado seus representantes para o litoral a fim de comercializarem diretamente as mercadorias em Luanda. Desse modo, eles iriam adquirir as fazendas que mais lhes interessavam e por um valor mais reduzido. Vasconcelos, entretanto, não viu problema na estratégia dessas chefias, declarando que teria problema apenas se todas as chefias descessem dos sertões para fazer o mesmo.⁴²¹

No final, o próprio governador retificaria sua hipótese de que Ana Morile Acabango lhe escreveu por temor às tropas portuguesas. Em abril de 1797, Manoel de Vasconcelos diria ao capitão-mor de Pedras que as cartas da rainha Jinga “nada valem, nem deixam a entender, senão o querer comer e presentes”⁴²² Na sua opinião, portanto, a intenção da soberana era apenas conseguir comida e mercadorias. O capitão-mor, por sua vez, atendeu e enviou o que foi solicitado por Jinga e manteve sob sua posse uma “moleca” enviada pela rainha. Ambas as autoridades esperavam que a rainha controlasse seus sobas e povos. Embora o governador ter terminado a correspondência dizendo saber que ela mesma favorecia “os roubos, violências e desordens” que cometiam seus vassalos. E que, por isso, se houvesse qualquer nova desordem, Manoel de Almeida Vasconcelos enviaria tropas para castigar tanto os “rebeldes” quanto sua soberana, cujos avisos e cartas não queria mais receber, pois reprovava “o seu modo de falar”.⁴²³

Infelizmente, a carta da rainha não foi copiada na documentação. Mas talvez o seu modo de falar, que irava o governador, contivesse doses de altivez que fazia lembrar a Manoel de Vasconcelos que os enclaves do poder lusos necessitavam mais do apoio das chefias locais do que o contrário. De fato, o objetivo da embaixada da rainha não parece ter sido a sujeição, mas sim a garantia de aquisição das fazendas estrangeiras, importantes para a compra de escravizados e para o consumo da elite jinga. Ao final, não é impossível que após receber as mercadorias, a rainha tenha voltado a chefiar os ataques nas estradas.

Portanto, o saldo da negociação foi positivo para Morile. Aqueles sertões, terra de jingas e tantos outros potentados, mesmo carente das mercadorias estrangeiras que tanto estimavam, continuavam soberanos. E esses jingas se mantinham negociando sim, mas com quem queriam e quando queriam. Ana Morile, então, mantinha a tradição.

⁴²¹ AHU-Angola, códice 1632: carta do governador Manoel de Almeida Vasconcelos “para a rainha Ginga[sic] D. Anna Morile Acabango”, 21 de julho de 1796, fl. 88.

⁴²² AHU-Angola, códice 1632: carta do governador para o tenente-regente de Pedras Joaquim Xavier, 20 de abril de 1797, fl. 257v-258.

⁴²³ Idem.

4.5 AS JINGAS E A KISAMA

Mesmo a contragosto e irritado com tantos ataques sofridos desde sempre, o governo em Luanda não podia desprezar quando uma soberana jinga lhe enviava uma embaixada. Afinal, além de ser um estado forte e relevante no fornecimento de gente, Jinga tinha aliados nos sertões e no litoral. Dentre eles, os povos da Kisama. Tratava-se, portanto, da união entre dois povos que parecem ter sido incansáveis no combate à expansão lusa pelos seus territórios.

As guerras entre lusos e os sobas da Kisama eram frequentes e já foram amplamente abordadas na historiografia. Ao longo da história da invasão portuguesa, esse povo foi visto como “rebelde”, não só por não aceitar pacificamente a presença e ordens dos estrangeiros, mas também, pelo perigo que representavam por estarem próximos a Luanda. Além disso, assim como Jinga, a Kisama era um reduto seguro para escravizados fugidos.

Na década de 1780, enquanto combatiam os potentados a norte de Luanda, como o Mossul ou maniquitongo, e os jingas e “cassanjes” nos sertões, os lusos também tentavam silenciar as rebeliões dos sobas da Kisama.⁴²⁴ Assim como o povo do vale do Kwango, os sobas da Kisama também estavam atacando o comércio, roubando e matando os pumbeiros. Em resposta a esses atos dos kisamas e a um ataque recente deles à ilha da Quissanga (de domínio português), os governadores decidiram pela guerra. Para tal, exigiram que dembos e sobas enviassem homens para compor as tropas, no que receberam uma resposta negativa. A fim de disciplinar as chefias desobedientes, o governo prendeu quatro sobas do Golungo para servir de exemplo a todos. Com a ameaça, o governo conseguiu juntar um exército que partiu de Massangano para mais uma campanha contra a Kisama.⁴²⁵ Os governantes não esqueceram de dizer, porém, que pretendiam primeiro sujeitar a Kisama e o Libolo para depois “ir tomar contas aos ladrões da Jinga e Cassanje”.⁴²⁶

Em uma dessas campanhas contra a Kisama um autor desconhecido fez considerações sobre essa região. O relato apresenta informações preciosas sobre os sobas e sobre as relações entre aqueles povos e os jingas. Nele é dito que o famoso sal da Kisama era produzido na mina de Demba, nas terras do soba Caculo Caquimone. De lá, uma grande pedra de sal costumava ser enviada para o mais importante soba da Kisama, Quimbambala o axica, que a remetia para

⁴²⁴ CARVALHO, Ariane, *op. cit.*, p. 135 e p. 202.

⁴²⁵ Idem. Sobre as guerras contra a Kisama ver CARVALHO, Ariane, *op. cit.*, *passim*. E HEINTZE, Beatrix. Historical Notes on the Kisama of Angola. *The Journal of African History*, Vol. 13, No. 3, Cambridge: 1972, p. 407-418. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/180587?read-now=1#page_scan_tab_contents. Acesso em: 03 ago. 2023.

⁴²⁶ AHU, Angola, Caixa 68, doc. 57.

a rainha Jinga. Para aqueles povos a rainha Jinga era reconhecida como “superiora a todos os Dembos e Sobas”.⁴²⁷ Segundo ouviu o autor desconhecido, todos esses povos se viam como descendentes e súditos de Jinga, a quem enviavam regalos como sinal de “humilhação e obediência”.⁴²⁸

A menção à rainha fez o viajante se interessar por descobrir mais sobre ela, dando importante informações acerca da dimensão do poder desse Estado. De acordo com ele, a rainha Jinga e seu povo descendia do rei de Angola e, antes da chegada dos lusos, seus domínios se estendiam até o litoral. Um indício disso, contou o viajante, foi que ele viu nas terras dos sobas da Kisama, Cangaria quindongo e Dembo Caboco, “elevados mausoléus feitos de pedra” onde jaziam “enterradas as soberanas jingas e seus grandes” [sic].⁴²⁹

O autor também contou as várias batalhas que os portugueses travaram e venceram as rainhas Jingas, fazendo uma evidente mistura entre a história do Ndongo e aquela dos jingas assim identificados após Njinga Mbandi. Mas também há fatos verdadeiros na confusa narrativa. Segundo o autor, como Njinga Mbandi desobedeceu o tratado acordado com os lusos em 1624, todas as rainhas, suas sucessoras, costumavam fazer o mesmo. Fato que o viajante comprovou olhando os tratados registrados e guardados em um arquivo em Ambaca.⁴³⁰ A pesquisa do anônimo, portanto, ratifica a hipótese desenvolvida neste trabalho: as rainhas jingas faziam acordos mas os descumpria, seguindo seu próprio arbítrio ou uma tradição e política de estado engajadas por Njinga Mbandi e outras chefias centro-africanas.

Segundo o autor, outro ato de Njinga tornou-se tradição e foi repetido pelas soberanas seguintes: a utilização de uma serva como cadeira, como fez a primeira Jinga em seu encontro com o governador de Luanda no ano de 1624. O viajante conta o que descobriu acerca desse costume:

Pois me disseram que constava da tradição que quando as soberanas jingas iam a qualquer função pública das suas gentilidades traziam três raparigas: duas que lhe serviam de encosto e uma de assento e as duas aos dois lados assim curvadas. Acabada a função, quando ia alevantar-se, tomava em cada mão um espeto ou garfo e assentando-lhe as pontas sobre as costas das duas miseráveis dos lados, carregava

⁴²⁷ AUTOR DESCONHECIDO. **Documentos inéditos: “Notícias do país de Quissama...”** In: Annaes marítimos e colonias. Associação Marítima e colonial - Parte Não Oficial, 5ª série. Lisboa: Imprensa Nacional, 1845, p. 123.

⁴²⁸ Idem. Miller também utilizou essa fonte para analisar a relação entre a Kisama e os jingas. De acordo com ele, na década de 1560, os Ngolas tinham imposto um tributo em sal aos sobas da Kisama e esse domínio se manteve aos séculos posteriores. Assim, em 1798, “sucessores dos governantes da Kisama ainda enviavam tributos aos herdeiros dos antigos ngola a kiluanji que, nessa data, se tinham deslocado para o rio Wamba e usavam os títulos portugueses de ‘reis jingas’”. MILLER, Poder e parentesco, op. cit., p. 77. Ainda sobre as relações entre a Kisama e as descendentes da rainha Jinga ver HEINTZE, Beatrix. **Historical Notes on the Kisama of Angola**, op. cit.

⁴²⁹ AUTOR DESCONHECIDO, **Documentos inéditos**, p. 124.

⁴³⁰ Idem.

fazendo força para se levantar, as cravava de parte a parte e as deixava ali mortas: e isto fazia todas as vezes que repetia estas gentílicas e bárbaras funções.⁴³¹

É muito provável que essa fosse mais uma daquelas narrativas criadas para mostrar a barbaridade dos povos do interior angolano em contraponto à civilidade portuguesa. Por outro lado, é possível observar semelhanças nos modos de governar, de guerrear e de se aliar entre as rainhas jingas e Njinga Mbandi. Afinal, repetir (ou seguir) as ações encabeçadas por Njinga pode ter sido uma obrigação e prerrogativa do título Jinga. E como as posições titulares independiam de seus titulares estarem vivos, a reprodução das ações e luta pela soberania era perene.⁴³² Através das Jingas viventes, Njinga era reproduzida e se fazia imortal.

Aquelas mulheres eram senhoras dos sertões, atrapalhavam o comércio de seus inimigos, ameaçavam os enclaves lusos e tinham fortes aliados no interior e no litoral. Por sua vez, o comércio de gente podia ser atacado, ficar paralisado, mas não era encerrado. Na mencionada carta de 24 de março de 1784, os governadores de Angola lamentaram que “o comércio podia ter outro esplendor” se não tivesse embaraços tão antigos (as “rebeldias” dos jingas, kisamas, cassanjes e outros). Mas, nem de longe, esse comércio estava enfraquecido em Luanda.⁴³³ Só naqueles três primeiros meses de 1784, quatro navios já tinham saído carregados de escravidão e que mais um sairia em breve no dia 29. Provavelmente, tratava-se de uma embarcação com a carga humana quase completamente carregada. Nesse cenário, restavam ainda vinte e dois navios ancorados em Luanda e à espera de gente escravizada para carregar.⁴³⁴ O ritmo era lento, portanto, mas o infame comércio sobrevivia.

É possível que grande parte dos escravizados que foram embarcados em Angola e forçados a atravessar o Atlântico viessem daqueles sertões marcados pelas ordens, comércios e conflitos das Jingas. Uns devem ter sido condenados por crime e outros tantos devem ter sido prisioneiros de guerra. Além disso, nobres chefes de linhagem, sobas e macotas, também podem ter sido enviados para o desterro, como punição e exílio político, em meio as disputas pelo poder tão habituais naquele reino.

Com essas milhares de pessoas que foram forçadas a embarcar nos negreiros para alimentar o sistema escravista, a luta dos jingas e seus aliados e as memórias das suas rainhas guerreiras atravessaram o oceano. De algum modo, elas se tornaram uma memória de

⁴³¹ AUTOR DESCONHECIDO. **Documentos inéditos**: “Notícias do país de Quissama...”, p. 125.

⁴³² Para essa discussão das “posições titulares” independentes de seus ocupantes ver MILLER, Poder político e parentesco, *op. cit.*, p. 45.

⁴³³ AHU, Angola, Caixa 68, doc. 57.

⁴³⁴ Idem.

resistência e alento para muitos dos povos da África Centro-ocidental que foram aprisionados e levados à força mar afora para o continente americano e, principalmente, para o Brasil.

Aos que permaneceram na África, porém, restaria o medo e a rebeldia. Nesse sentido, o reino Jinga passaria por mais uma grave crise na primeira metade do século XIX. Aparentemente, após o reinado de D. Ana Morile, o reino seria governado por Ndala Kamana, filho de D. Kamana, a mesma que resistiu à fúria assassina do primo Kalwete nas ilhas Kindonga. Um diferencial é que Ndala Kamana pode ter sido um rei jinga que desde sua ascensão esteve em harmonia com as autoridades lusas. O apoio dos portugueses, porém, pode ter sido o combustível para sua ruína e para a instabilidade do reino Jinga. Diferentemente das suas antecessoras, e até mesmo de sua mãe, que resistiu após o golpe de Kalwete, Ndala Kamana não parece ter encarnado as ações e as violências que garantia a harmonia do reino e mantinha a soberania que seu título exigia. Talvez tenha sido por isso que, na primeira metade do século XIX, o povo jinga reagiria aos desmandos de sua chefia.

CAPÍTULO 5: “UNS GENTIOS DA JINGA QUE HOJE NEM AO SEU REI RECONHECEM”: AS SEDIÇÕES NO TEMPO DO REI NDALA KAMANA.

Em 23 de agosto de 1830, Ngola Kiluanje Kiasamba Ndala Kamana escreveu ao governador de Angola. A carta foi enviada a Luanda, juntamente com uma comitiva chefiada pelo embaixador Sabi Giagitulla. Tratava-se de um pedido de ajuda ao rei de Portugal, em que o soberano jinga iniciou justificando que “foi e tem sido costume os grandes recorrerem a outros grandes em todos os casos que a necessidade o exigir”.⁴³⁵ A súplica era motivada pelo comportamento de seus súditos, habitantes da região do rio Lucala (ou Lukala), nas terras de jurisdição do presídio de Ambaca, que estavam roubando e matando os feirantes, asilando escravos fugidos de diferentes localidades, recusando-se a pagar os tributos e outras tantas ações que eram contra as suas recomendações. Para ele, a intenção dos dissidentes, os macota⁴³⁶ (anciões, chefes de linhagem e conselheiros) e os sobas do reino, era promover uma guerra com um exército formado pelos cativos acolhidos. Com o objetivo de freá-los, o soberano solicitava ajuda bélica aos portugueses.

A carta do rei jinga Ndala Kamana faz parte de um conjunto de reclamações feitas pelo capitão-mor e habitantes da região de Ambaca e enviadas ao governador em Luanda a fim de relatar os transtornos que os súditos jingas estavam causando no comércio e na ordem escravocrata da jurisdição.⁴³⁷ Apesar das cartas e ofícios serem todos datados do segundo semestre de 1830, os atos de rebelião já aconteciam desde a década de 1810, segundo os próprios moradores de Ambaca. Considerando o recorte de 1810 a 1830, é possível notar que esses movimentos dos líderes jingas coincidem com a ascensão do próprio Ndala Kamana ao poder na primeira década do século XIX.

Nas linhas que se seguem, destacaremos o contexto de enfraquecimento do poder do rei Jinga, a união dos dignatários jingas contra seu soberano, seus atos de resistência e a guerra declarada contra eles no final da década de 1830. O padre Garcia Fragoso dos Santos, uma testemunha daquele contexto de conflitos e que produziu um relato detalhado sobre a guerra

⁴³⁵ AHU – ANGOLA, cota antiga Cx. 167, doc. 57, cota nova Cx. 172, doc. 12.807, 14/12/1830, cópia nº 3.

⁴³⁶ A palavra macota ou makota é o plural de cota ou kota. MILLER, Joseph C. **Poder político e parentesco**, *op. cit.*, 1995, p. 18.

⁴³⁷ AHU – ANGOLA, cota antiga Cx. 167, doc. 57, cota nova Cx. 172, doc. 12.807, 14/12/1830, cópias nº 1, nº 2, nº 3, nº 4 e nº 5. Esta autora fez uma análise preliminar desse episódio em ALBUQUERQUE, Aline E. B. **A revolta dos “escravos” do rei Jinga: um episódio de resistência durante a expansão do comércio atlântico de escravizados em Angola (c. 1810-c.1830)**. UFRGS: 10º Encontro escravidão e liberdade no Brasil Meridional, 2021. Disponível em: <https://chasquebox.ufrgs.br/public/bf8f40>. Acesso em: 21 mai. 2024.

contra os súditos de Ndala Kamana, declarou que “os gentios da Jinga” “hoje nem ao seu rei reconhecem”.⁴³⁸

Antes da ascensão desse rei, porém, há um período de vácuo nas fontes. De 1796 a 1810, entre o governo de Ana Acabango e Ndala Kamana, não sabemos quem era *ngola* nos territórios das rainhas jingas. É nos primeiros anos do século XIX que o filho de D. Kamana⁴³⁹ conseguiu armas e o auxílio português para assumir o trono. Talvez viesse desse fato, a gratidão e certa deferência que Ndala Kamana mostrava aos lusos na sua carta de 23 de agosto de 1830.

Todavia, se fora do seu Estado Ndala Kamana tinha fortes aliados, dentro, suas alianças parecem ter sido instáveis.⁴⁴⁰ De certo modo, sua nomeação como *ngola* não parece ter pacificado aqueles territórios e nem acalmado os ânimos e pretensões dos chefes de linhagens jingas.⁴⁴¹ Indicativo disso é que, apesar das ordens reais para o bom andamento do comércio nas suas terras, macota e sobas jingas se uniram a escravizados fugidos para impedir as transações comerciais e a livre passagem de pumbeiros, negociantes de Luanda e dos presídios por suas terras. Pelo menos, é essa instabilidade trazida pela chefia de Kamana que aparece na documentação administrativa portuguesa em formato de queixas contra as ações dos súditos jingas entre os anos de 1810 e 1830.

Nesse sentido, os atos dos revoltosos em roubar, matar e asilar escravos fugidos prejudicavam tanto a ocupação lusa quanto o poder simbólico de Ndala Kamana, que talvez não fosse aceito como um legítimo soberano pelos macota que, em tempos de sucessão, ficavam responsáveis pela nomeação e confirmação do principal titular do reino. Ou talvez, a plena abertura do comércio aos lusos tenha gerado uma intromissão dos agentes do poder português nas terras e nas trocas comerciais que eram tão importantes para a dinâmica social e política dos jingas. Como vimos nos capítulos anteriores, a intromissão portuguesa no comércio jinga costumava culminar em conflitos. Indicativo dessa relação entre as medidas de Ndala Kamana

⁴³⁸ SANTOS, Garcia Fragoso dos. **Compendio dos fatos mais notáveis da campanha da Ginga determinada pelo Ilmo e Exmo sr. Manoel Bernardo Vidal, governador geral desta província de Angola, por ocasião dos inauditos procedimentos de Quiluanje Quiassamba feudatário do rei Ginga, com as ordens do dia dos comandantes gerais das forças, concorridas da cidade de Luanda e diversos presídios e distritos.** Biblioteca Nacional de Lisboa, 1839, p. 9.

⁴³⁹ A informação desse parentesco é de Fernando Campos (2006/2007, p. 38-39).

⁴⁴⁰ De acordo com Patrício Batsíkama, o termo “ndala” pode ser traduzido como “oriundo de muito distante (no espaço e no tempo)” e também pode significar “Parente de todos mortos e vivos”; “os de dentro” e “os de fora”. O autor pensa “ndala” como uma instituição de poder entre os mbundu. Não encontramos mais informações nos dicionários kimbundu/português. No entanto, é interessante que Ndala Kamana tenha escolhido um título com esse possível significado de parente e amigo dos “de dentro e dos de fora”. BATSÍKAMA, *op. cit.*, p. 102, nota 13.

⁴⁴¹ Segundo Fernando Campos, Ndala Kamana teria sido responsável pela reunificação do reino de Jinga. Apesar da lacuna na cronologia sistematizada por Campos, que não menciona D. Ana Acabango, se Ndala Kamana teve esse papel de reintegrar os territórios jingas, talvez esse processo não tenha ocorrido de modo pacífico. De todo modo, aqueles movimentos dos macotas e sobas podia ser um reflexo da dita reunificação. Ver CAMPOS, **Cronologia**, *op. cit.*, p. 38-39.

e a instabilidade política no período, é o fato de que as ações dos rebeldes na década de 1810 coincidem com a ascensão do rei.

Nessa década, os moradores de Ambaca denunciavam que “desde sempre” os jingas causavam transtornos a todos, roubando as fazendas que eram despachadas para o “sertão do rei Jinga”. No ano de 1816, por exemplo, eles já tinham se queixado às autoridades. Na época, Ambaca, que ocupava uma notória posição no quadro político e econômico luso nos sertões de Angola, possuía 36.969 habitantes, sendo 36.058 mulheres e homens pretos e 906 considerados mulatas e mulatos. A maioria da população do enclave era livre (32.968 pessoas) e feminina (19.300 mulheres) e precisava lidar, com frequência, com os saques, roubos e assassinatos cometidos pelos jingas contra os que iam comerciar em seus territórios.⁴⁴² O posicionamento dos moradores indica que nem mesmo o mais rico e mais populoso presídio luso era militarmente preparado para lidar com os jingas. Afinal, esse povo parece ter sido uma ameaça constante aos moradores daquela jurisdição.

Sabemos, porém, que na década de 1810, em resposta aos apelos dos moradores, o governador Luiz da Motta Feo⁴⁴³ ordenou que o capitão-mor de Ambaca montasse uma expedição para castigar os rebeldes e resgatar os cativos fugidos. A expedição saiu em 22 janeiro de 1817 e já de início apanhou quarenta escravizados asilados entre os jingas e que foram devolvidos aos seus donos. Em retribuição, os proprietários pagaram seis mil-réis por cada cativo, cujo total foi remetido à Real Junta. Em pouco tempo, porém, a expedição teve de ser recolhida por motivo de saúde do comandante Silvestre José Cardozo.

Naquela época, as ações dos nobres jingas estremeciam o comércio em Ambaca e, ao mesmo tempo, o próprio reino de Jinga. Abalado pelas atitudes desses seus súditos, ou “escravos”, que não obedeciam às suas recomendações de amizade com os portugueses, Ndala Kamana foi pessoalmente castigá-los com açoites. Não adiantou. As ações continuaram e os sobas deixaram até de pagar os tributos devidos ao soberano. Algo que Kamana classificou como “desaforo” e “falta de respeito” em sua carta ao governador.

Em outra tentativa de castigo, também malograda, N’Gunza Andala (Ndala?) a Kamana, filho do *ngola*, acabou assassinado. Portanto, nem a presença e nem as armas do soberano amedrontaram o firme propósito de seu povo resistente. O rei acabou por se convencer que a audácia que aquelas chefias tinham de pegar em armas e enfrentá-lo era motivada pelo grande

⁴⁴² No ano de 1816, Ambaca tinha quase de 37 mil habitantes. AHU-Angola, cx. 136, d. 9719, “mapa do presídio de Ambaca e sua jurisdição” - 28 de fevereiro de 1817.

⁴⁴³ Em carta de 20 de janeiro de 1817, o próprio governador conta que por causa das obras de encanamento do rio Cuanza há uma intensa imigração de pretos “por fugirem ao trabalho e aos castigos que ali sofriam, se tem passado as terras do gentio”. AHU-Angola, cx. 136, d. 9725, 2 de março de 1817.

número de combatentes que eles possuíam e que era formado pelos escravos fugidos de vários pontos da colônia portuguesa e pelos escravos dos sobas do Are, de quem eram parceiros. Com tantos aliados, talvez o número de rebeldes fosse ainda maior do que o rei podia dimensionar.

Ao chegar a Luanda, com a súplica de seu rei e a queixa dos habitantes de Ambaca, o embaixador Sabi Giagitulla trazia uma proposta de guerra contra um movimento poderoso do reino de Jinga. O que Ndala Kamana relatava ser uma episódica desobediência e rebeldia de seu povo aparece na documentação como uma resistência forte, com vários desdobramentos ao longo do tempo, possivelmente, contra a aliança do rei, contra a presença lusa nas terras de Jinga e sua intromissão no comércio. As narrativas indicam que a união entre macota, sobas e escravizados fugidos desafiou não só o chefe do reino herdeiro das tradições do Ndongo, da Matamba e da rainha Njinga, mas também a rotina comercial da jurisdição de Ambaca.

Este capítulo difere bastante dos capítulos anteriores, pois, entre 1810 e 1830, as ações dos jingas não parecem ter sido chefiadas por suas soberanas e soberanos, como aconteceu ao longo do século XVII e XVIII. Neste capítulo, será mostrado como sobas e macota jingas agiram para defender seus territórios em meio ao governo de um rei que, aparentemente, estava enfraquecido, apesar ou decorrente de uma forte aliança com o poder luso. Assim, a análise das ações dos rebeldes jingas nos coloca frente a um cenário de disputas políticas e econômicas que mexeram com a posição do reino de Jinga na geopolítica daqueles sertões e favoreceram a instalação lusa naqueles territórios para além do rio Lucala.

5.1 NDALA KAMANA: UM NGOLA EM CONFLITO COM O SEU POVO

Sem precisar data, Ndala Kamana disse que quando ele foi “evacuado da Ilha de Luanda”, “pelos portugueses”, para ir com seu povo para o lugar onde ele passou a habitar, ele foi deixando seus “escravos” em “diferentes territórios”, a fim de garantir que os vassalos portugueses tivessem livre acesso para vender gêneros e adquirir como cativos os seus “filhos” que cometeram crimes ou que foram apanhados em guerra.⁴⁴⁴ A fala do rei mostra que a aliança entre Ndala Kamana e os lusos parece ter sido primordial para sua ascensão. O exposto na carta dialoga com o estudo de Fernando Campos, segundo o qual, Ndala Kamana estava “hospedado na Fortaleza de São Miguel” quando “foi chamado para assumir o poder” em Jinga e

⁴⁴⁴ Campos (2006) diz que Ndala Kamana encontrava-se na Fortaleza de São Miguel, em Luanda, quando os portugueses o convenceram a assumir o trono Ginga; Sobre a carta ver AHU, cota antiga Cx. 167, doc. 57, cota nova Cx. 172, doc. 12.807, nº 3.

reconhecido como rei pelos lusos.⁴⁴⁵ Talvez até a ascensão desse soberano tenha ocorrido com o auxílio das armas portuguesas, no início do século XIX.

A contrapartida de Ndala, como ele mesmo mencionou, parece ter sido facilitar o comércio para os pumbeiros luso-africanos que queriam adquirir seus “filhos” como escravizados. Nesse sentido, em uma correspondência do ano de 1807, o governador-geral em Angola felicitava o rei Jinga pela sua acolhida aos feirantes portugueses e pela sua postura em obrigar que seus súditos pagassem as dívidas que tinham com os mesmos feirantes.⁴⁴⁶ O novo soberano, portanto, estava cumprindo o acordo e impondo transformações e limites na estrutura de comércio jinga. Provavelmente, a medida não foi bem aceita pelos seus súditos, como veremos adiante.

Uma observação importante. O uso das expressões “escravos” e “filhos” por Kamana são dignas de nota. Aparentemente, o rei se refere aos nobres jingas como “escravos”, enquanto utiliza a expressão “filhos”⁴⁴⁷ para se referir às pessoas escravizadas que costumeiramente eram vendidas aos portugueses. É importante frisar, porém, que não é impossível que a palavra “escravo” fosse uma tradução errônea ou uma má interpretação do *escrivão* da carta. Já que no grupo dos “escravos” mencionados, estavam os titulares jingas, figuras relevantes daqueles territórios e que tinham autonomia política e econômica em relação ao rei. Os *macota* eram os anciões, chefes de linhagem e conselheiros nas cortes tanto do *ngola* quanto dos *sobas* (FREUDENTHAL, 2014). Já os *sobas* eram potentados com total autonomia e poder sobre a terra, sobre as pessoas que governavam e que ora colaboravam, ora guerreavam contra os portugueses (CARVALHO, 2013; DIAS, 1994; ALFAGALI, 2018). Dentro dessa estrutura de poder, *sobas* e *macota* deviam respeito ao rei, simbolizado no pagamento de tributos, mas não obediência incondicional (HEINTZE, 2007; CARVALHO, 2013). *Macotas* e *sobas* eram súditos e, portanto, “filhos” do *ngola*, do mesmo modo que as pessoas vendidas como escravizadas.

Assim, a expressão “escravos” para designar posições importantes dentro da hierarquia do reino é intrigante, mas talvez indicasse que eles ou seus antepassados eram “quizicos” ou

⁴⁴⁵ CAMPOS, *Cronologia*, *op. cit.*, p. 38-39.

⁴⁴⁶ AHNA, cód. 240, carta do governador para o rei Jinga: 19 de fevereiro de 1807, fls. 48-49.

⁴⁴⁷ Talvez o termo “filho” fosse usado apenas para aqueles de fato subordinados a um chefe. Segundo Alec Ito, a expressão “filhos do capitão” se refere aos *sobas* avassalados ao governador de Angola, o que evidenciava a obediência devida por eles perante a autoridade lusa. ITO, Alec Ichiro. Uma imagem multifacetada de Angola na década de 1620. XXVIII Simpósio Nacional de História. Florianópolis - SC, p. 9, nota 28. Disponível em: https://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1439076717_ARQUIVO_ANPUH_2015_completo_AlecIto_v4.pdf. Acesso em: 10 jan. 2024.

“*ijiku*”, ou seja, os “escravos do ngola”.⁴⁴⁸ Ao detalhar essas autoridades deixadas pelo caminho, Ndala Kamana explica que nas terras do rio Lucala ficaram aqueles com título de macotas, enquanto nas estradas de Golungo e Ambaca, ficaram aqueles que foram “entregues a El Rei de Portugal como sobas”.⁴⁴⁹ Para o rei, era função dessas chefias garantir a segurança e liberdade de comércio aos vassallos portugueses que fossem comercializar em suas terras. Mas, como já sabemos, não foi esse o roteiro seguido por seu povo. Na carta, oito desses macota, estabelecidos perto do Lucala, são referenciados como rebeldes. Eram eles: Cangongo Camagia, Ndambi Angola, Nbomba, Mutambas, Nzundo, Puto a Hango, Quiluangi Quiaquindongo, Quitalla Quiandongo e Quiluanje Quiassamba, de quem falaremos bastante adiante.

Após as suas tentativas fracassadas de supressão das ações dos sobas e macota, o rei Jinga pediu que as autoridades portuguesas enviassem tropas dos presídios de Pedras, Golungo e Ambaca para que junto com sua “guerra”, ou exército, ele pudesse combater os rebeldes. Para tornar seu pedido mais atraente, Kamana prometeu às autoridades portuguesas abdicar dos territórios e de “todo o povo” da região do rio Lucala que fosse súdito ou descendente do soba Quiluanje Quiassamba – indicado como líder na confederação de forças contra os lusos e o rei jinga –, além de dividir metade do número de gente que fosse capturada na guerra.⁴⁵⁰ Por fim, ele ainda prometeu que “em caso semelhante” de os portugueses precisarem castigar algum rebelde potentado, ele se colocava à disposição do governador para socorrer com sua “guerra”. A supracitada carta de 23 de março de 1830 termina com ele desejando que “Deus senhor nosso” guardasse o governador, e assinando o seu nome em kimbundu, talvez indicando que, apesar do apoio político que recebeu dos portugueses, Ndala Kamana não tivesse sido formalmente avassalado, batizado e recebido um nome cristão.⁴⁵¹

Utilizando a linguagem adequada para conversar com os estrangeiros – do escravismo, do cristianismo e da invasão daquelas terras –, o rei Jinga mostrava-se um leal e poderoso parceiro. E os portugueses reconheciam o valor dessa aliança. Os moradores de Ambaca, por exemplo, se propuseram a financiar a nova campanha contra os rebeldes, em 1830, para não dar despesa a Fazenda Real, e estavam convencidos da vitória justamente por contarem com o

⁴⁴⁸ No Ndongo, os *ijiku* eram parte de uma camada social servil que não tinha relação com o sistema de linhagens mbundu mas que se constituía como parte fundamental do poder dos *ngola* e sobas. Ver FREUDENTHAL, 2014.

⁴⁴⁹ AHU – ANGOLA, cota antiga Cx. 167, doc. 57, cota nova Cx. 172, doc. 12.807, 14/12/1830, nº 3.

⁴⁵⁰ AHU, cota antiga Cx. 167, doc. 57, cota nova Cx. 172, doc. 12.807, 14/12/1830, cópia nº 3 e cópia nº 5.

⁴⁵¹ Para a relação entre contrato de vassalagem e batismo ver HEINTZE, Beatrix. **Angola nos séculos XVI e XVII: estudos sobre fontes, métodos e história**. Luanda: Kilombelombe, 2007, p. 405-406.

auxílio do rei jinga. Porém, mesmo com essa união, não seria tão fácil derrotar Quiluanje Quiassamba e seus partidários.

Em sua carta, como já mencionamos, o rei Ndala Kamana reclama da desobediência dos seus “escravos” em relação aos tributos e aos pumbeiros e destaca o auxílio que eles davam aos escravizados que fugiam não só das terras de Ambaca, mas também de outros presídios e mesmo de Luanda. Nesse sentido, é importante destacar que a formação de comunidades de escravos fugidos, como quilombos ou mutolos⁴⁵², foi uma prática rotineira ao longo da história da ocupação portuguesa na África Central, sendo o tráfico transatlântico o principal fator que impulsionava essas fugas (FERREIRA, 2014). A fuga, inclusive, pode ter sido “a forma mais eficaz e significativa de resistência” dos escravizados (HEINTZE, 2007, p. 510).

Mas nas terras dos jingas, não só os escravizados eram asilados. Segundo a carta do capitão-regente de Ambaca, José da Silva Alves Carmo, responsável pela administração da jurisdição, os sobas e macota também abrigavam os devedores dos comerciantes da praça de Luanda que não queriam pagar o que deviam e os filhos dos sobas que não queriam prestar serviço ao rei de Portugal. Essa última queixa era referente a obrigação que os sobas avassalados tinham de fornecer gente para integrar a força militar dos portugueses (HEINTZE, 2007, p. 413-414). Considerando essas reclamações, é possível que os macota, sobas e seus aliados estivessem formando uma comunidade que congregava vários inimigos da ocupação lusa.

Às queixas de Ndala Kamana também se juntaram os moradores de Ambaca. Em 13 de setembro de 1830, cinquenta moradores ambaquenses subscreveram uma carta expondo “os péssimos costumes e violências” que vinham sofrendo “dos povos do rei Jinga, residentes da banda d’aquém do rio Lucala e confinantes com a nossa jurisdição do Hari [Are]”.⁴⁵³ De acordo com eles, os jingas estavam atrapalhando o comércio, tomando à força fazendas e aguardente aos pumbeiros, a pretexto de ser uma ação em nome de Mona Ngana, que os moradores reconheciam como um título de um “senhor de grande autoridade”.⁴⁵⁴ E, neste sentido, o fato de os próprios moradores considerarem a autoridade de Ngana mostra as particularidades e imbricações daquela sociedade, composta por uma população majoritariamente preta e mulata, e estabelecida em um enclave pertencente ao rei de Portugal.⁴⁵⁵ É possível que o citado Mona Ngana

⁴⁵² CURTO, José. **Resistência à escravidão na África: o caso dos escravos fugitivos recapturados em Angola, 1849-1876**. Salvados: Afro-Ásia, n.33, 2005, p. 74. Ver ainda FREUDENTHAL, Aida. **Os quilombos de Angola no século XIX: a recusa da escravidão**. Estudos Afro-asiáticos, n. 32, 1997.

⁴⁵³ AHU, cota antiga Cx. 167, doc. 57, cota nova Cx. 172, doc. 12.807, 14/12/1830, cópia nº 2.

⁴⁵⁴ No dicionário *ngana* aparece com o significado de “senhor”, “amo” e sinônimo de *ngana*, *muene* e *muata*.

⁴⁵⁵ No “mapa do presídio de Ambaca e sua jurisdição” do ano de 1816, a localidade possuía 36.969 habitantes, sendo 36.058 mulheres e homens pretos e 906 pessoas consideradas mulatas e mulatos. Além disso, a maioria da população era livre (32.968 pessoas) e feminina (19.300 mulheres). AHU-Angola, cx. 136, d. 9719, “mapa do presídio de Ambaca e sua jurisdição” - 28 de fevereiro de 1817.

fosse parte da nobreza jinga, residente a leste do rio Lucala que, nessa mesma época, atuava atrapalhando o circuito do comércio.⁴⁵⁶

Ao mesmo tempo, a proteção dos rebeldes aos asilados também preocupava os moradores. Segundo os ambaquenses, se algum senhor fosse àquele reino em busca de seus escravizados fugidos, os jingas declaravam guerra e roubavam as fazendas do proprietário ou “de algum que passava inocente” no momento. Na visão dos moradores, os rebeldes representavam um grande perigo à ordem escravista de Ambaca, pois eles não só acolhiam os refugiados, como também os protegiam de qualquer tentativa de reescravização.

Para os habitantes de Ambaca, aqueles povos que roubavam pumbeiros e feirantes, protegiam escravos fugidos, não aceitavam pagar os dízimos, saqueavam os vassalos lusos e até levavam “gente amarrada” para suas terras, mantinham esses atos porque não reconheciam o poder do rei de Portugal. Por isso, opinaram, os rebeldes jingas deveriam sofrer os mesmos castigos dados pelo governador João Correa de Souza ao soberano de Cassanje. Esse episódio era referente às disputas políticas do século XVII. Na época, em meio aos conflitos contra Ngola Mbandi, irmão da futura rainha Njinga Mbandi, o jaga de Cassanje se aproveitou que a atenção das autoridades portuguesas estava voltada ao Ndongo para roubar os pumbeiros que passavam por suas terras, causando considerável prejuízo aos negociantes. Em contra-ataque, o governador João Correa cortou sua comunicação com a Kisama, a fim de que não fosse socorrido pelos potentados dessa região, e mandou o exército para combatê-lo (TORRES, 1825). Para os ambaquenses o resultado foi um modelo a ser seguido: com o lucro do grande saldo dos derrotados e escravizados pelos portugueses foi possível amealhar o triplo do valor do dano comercial que o jaga havia causado.

Apesar do tom de castigo bem-sucedido dado pelos moradores na correspondência, o episódio envolvendo o jaga do reino de Cassanje no século XVII não resultou em sua completa submissão frente aos portugueses e, muito menos, a garantia de obediência pelos próximos séculos. Como visto anteriormente, apesar de ter assinado o termo de avassalamento e de ter se cristianizado, o jaga D. Paschoal não aceitou a interferência dos portugueses no comércio de cativos em suas terras.⁴⁵⁷ A sua resistência, inclusive, se manteve mesmo com as diversas ameaças bélicas feitas pelo governador. Apesar de formalmente vassalo do rei de Portugal, ele continuava com plenos poderes sobre seu povo e comércio. E mesmo que no ano de 1807, ele se

⁴⁵⁶ Thornton destaca que um príncipe jinga chamado “Ngana Mona” estava interrompendo o comércio em direção à corte do rei jinga, nessa época. Talvez “Ngana Mona” e “Mona Ngana” fossem a mesma pessoa. THORNTON, John. **A History of West Central Africa to 1850**. Cambridge: Cambridge University Press, 2020, p. 326.

⁴⁵⁷ Ver capítulo 3. E também CARVALHO, Uma saga no sertão africano: o jaga de Cassange e a diplomacia comercial portuguesa no final do século XVIII, *op. cit.*

mostrasse mais maleável às ordens vindas de Luanda, ele ainda era soberano no seu território.⁴⁵⁸ No século XIX, por exemplo, o jaga continuaria impedindo que os portugueses tivessem contato com um “rei maior”, o *muata ianvo* da Lunda, para garantir seu total domínio e lucros como intermediário no fornecimento de escravos.⁴⁵⁹ Portanto, diferentemente do que expunha os moradores de Ambaca, o jaga era aliado mas continuava soberano em Cassanje assim como Ndala Kamana o era nos Estados de Jinga.

Na carta de Ndala Kamana, por exemplo, não há palavras de submissão frente às autoridades estrangeiras. O rei jinga ofereceu aliança, algumas de suas terras e dependentes em troca de auxílio militar para castigar os seus rebeldes, mas prometia fazer o mesmo caso os portugueses o necessitassem. Apesar do apoio luso para sua ascensão ao poder, Ndala Kamana se reconhecia tão soberano e poderoso como o seu “irmão”, o rei de Portugal.

Mas mesmo soberano em suas terras, Ndala Kamana, “irmão” dos lusos, teve de enfrentar a rebeldia dos seus súditos. As ações dos jingas para desestabilizar o comércio no interior, através do roubo ou da proibição da passagem dos pumbeiros, era uma ação comum de soberania e resistência, utilizada para demarcar os espaços de domínio, eliminar concorrentes e mesmo adquirir mercadorias através do saque.

Interferir no caminho dos mercadores nos sertões significava dificultar a dinâmica do tráfico atlântico e, portanto, os ganhos dos negociantes e do Estado português. Os pumbeiros eram essenciais nesse comércio, visto que serviam como um elo entre o litoral e o interior. A tarefa deles era carregar as fazendas a crédito que vinham de Luanda, adquirir os escravizados nas feiras e cuidar da segurança e garantir a sobrevivência dessas pessoas até os portos do embarque forçado. Um trabalho que deveria ser feito com celeridade e cautela para evitar esgotamento, doença, morte ou resistência da “mercadoria humana” durante a travessia por terra até os barracões litorâneos. Portanto, ao alterar a dinâmica comercial na jurisdição de Ambaca, o principal ponto do tráfico negreiro no interior angolano (VANSINA, 2005), macotas, sobas e seus aliados acabavam por interferir na segurança dos pumbeiros, nas transações e nos lucros dos comerciantes estabelecidos em Luanda e no atraso das caravanas de escravizados com destino ao litoral. Dessa maneira, o povo jinga pode ter prejudicado, com sucesso, o pleno funcionamento do comércio de gente no interior em um momento de expansão do mercado atlântico.

⁴⁵⁸ AHNA, cód. 5509, Assento da junta de comercio de Angola: 2 de julho de 1807, fls. 46-47.

⁴⁵⁹ TORRES, 1825, p. 298-299.

Entre 1810 e 1830, período de ação dos rebeldes, o comércio atlântico passava por um período de crescimento, impulsionado principalmente pela demanda brasileira. Era a colônia portuguesa e depois Império do Brasil, a grande nação escravista da modernidade e o maior comprador por excelência das milhares de pessoas retiradas da África Central. Porém, após o tratado antitráfico anglo-brasileiro de 1826, quando o comércio de escravizados passou a ter data para acabar, os traficantes estabelecidos em solo brasileiro intensificaram suas negociações, importando grande quantidade de africanos até 1830. Assim, de 1810 a 1830, em meio às agitações jingas no sertão angolano, mais de 800 mil pessoas foram embarcadas em Luanda com destino ao continente americano, sendo que em torno de 96% delas seguiram para o Brasil.⁴⁶⁰

Com o aumento da demanda brasileira, os pumbeiros devem ter intensificado suas atividades, aumentando o medo da escravização e do desterro entre os nativos.⁴⁶¹ Foi nesse cenário, que os rebeldes atacaram as rotas que seguiam para Luanda, da mesma forma como tinham feito os seus antepassados. Afinal, em meio a uma ocupação estrangeira arbitrária, dependente da escravização de pessoas livres ou não e da posterior venda através do comércio atlântico, a resistência teve de ser uma prática rotineira até o fim do tráfico, na segunda metade do século XIX.⁴⁶²

Além disso, o aumento do fluxo comercial também devia redundar em um cotidiano de medo e desespero com a possibilidade do desterro e da escravidão para aquelas populações. Esse medo devia ser cotidiano dentro das violentas e implacáveis fronteiras da escravização naqueles sertões.⁴⁶³ Naquele contexto, talvez não fossem apenas os “filhos do ngola” condenados por crimes e prisioneiros de guerras, como apontou Ndala Kamana, que fossem vitimados e desterrados. Mesmo que o reino Jinga do Ndongo e Matamba tenha participado e lucrado com o comércio atlântico, seu povo também precisou lidar com o rastro de sofrimento e instabilidade que ele causava em sua população e nos povos vizinhos.⁴⁶⁴ Nesse sentido, de

⁴⁶⁰Essas estimativas foram retiradas do *The Slave Trade Database*. Disponível em: <https://www.slavevoyages.org/assessment/estimates>. Acesso em: 09 mar. 2021.

⁴⁶¹ Para uma análise sobre o medo da captura na vida dos africanos centrais ver CANDIDO, Mariana. **O limite tênue entre liberdade e escravidão em Benguela durante a era do comércio transatlântico**. Salvador: Afro-Ásia, nº 47, p. 239-268, 2013.

⁴⁶² Ver FERREIRA, Roquinaldo. Agência escrava e geopolítica na abolição do tráfico de escravos na África Central. In XAVIER, Regina; OSÓRIO, Helen (Orgs). **Do Tráfico ao pós-abolição: trabalho compulsório e livre e a luta por direitos sociais no Brasil**. São Leopoldo: Oikos, 2018 – E-Book.

⁴⁶³ Para uma análise sobre o medo da captura na vida dos africanos centrais ver CÂNDIDO, Mariana. O limite tênue entre liberdade e escravidão em Benguela durante a era do comércio transatlântico. Salvador: **Afro-Ásia**, nº 47, p. 239-268, 2013.

⁴⁶⁴ Para uma análise das chefias africanas como experientes no tráfico atlântico ver THORNTON, John Kelly. **A África e os africanos na formação do mundo atlântico, 1400-1800**. Rio de Janeiro: editora campus, 2004, p. 124.

acordo com Daniel Domingues, njingas e ndongos foram os grupos étnicos mais embarcados nos navios negreiros no período de 1831 e 1855.⁴⁶⁵ Desse modo, aquelas populações precisaram sobreviver às guerras, à escravização arbitrária e atlântica, que parecia abduzir a conhecidos, familiares e amigos, e a ascensão de um *ngola* que abriu o comércio de Jinga aos moradores, negociantes e pumbeiros portugueses.

E o modo que as chefias mostraram sua insatisfação foi através dos ataques nas estradas, dos quais os moradores de Ambaca e o próprio Ndala Kamana reclamaram. Em sua súplica, os ambaquenses afirmaram que se os jingas e seus aliados não fossem combatidos, eles teriam “a ousadia de dizer” que os moradores não tinham condições de combatê-los. Assim, para os habitantes de Ambaca, combater os rebeldes era questão de honra e ordem vencê-los significaria derrubar um grande obstáculo ao comércio e um relevante ponto de apoio para os escravizados que intentavam fugir dos domínios lusos.

Por isso, em 20 de outubro de 1830, o governador geral de Angola, o barão de Santa Comba Dão reuniu uma Junta do Conselho de Estado, onde se decidiu por unanimidade aceitar a proposta de guerra contra os sobas e macota jingas e seus aliados (escravos fugidos, devedores de comerciantes de Luanda e sobas do Hari). Para os doze membros do conselho, a guerra era necessária, pelos inconvenientes causados pelos revoltosos aos colonos, e vantajosa, pela promessa feita pelos ambaquenses de custear as expedições e pelo proveito garantido pelo soberano de que ceder o domínio desses povos para o rei de Portugal. Cinco dias após a decisão, o governador escreveu para o rei dos Estados de Jinga a fim de comunicar que iria ajudá-lo contra os seus vassalos rebelados. Para tal, o governador solicitou que o rei informasse ao capitão de Ambaca o plano de ataque, detalhando o tempo e o lugar para o início dos conflitos e os pontos em que o rei precisaria da cooperação portuguesa. Recomendou ainda que toda essa comunicação se conservasse em “inviolável segredo” e assegurou que toda a comitiva do embaixador Sabi Giagitulla estava sendo bem recebida, acomodada na Fortaleza de São Miguel, e que desejava que Deus guardasse por muitos anos o soberano jinga.⁴⁶⁶

Apesar da aliança selada, o plano de guerra não saiu do papel. Mais de um mês após a sua comunicação com Ndala Kamana, o governador se comunicou com o duque de Cadaval, enviando para Portugal toda a documentação referente à revolta dos jingas e destacando que a repressão ainda não tinha ocorrido porque “naquele sertão onde as chuvas atuais são constantes e copiosas, tornam o terreno e o rio incapazes de qualquer movimento”.⁴⁶⁷ Era dezembro e as

⁴⁶⁵ DOMINGUES DA SILVA, *op. cit.*, p. 172-175.

⁴⁶⁶ AHU, cota antiga Cx. 167, doc. 57, cota nova Cx. 172, doc. 12.807, 14/12/1830, cópia nº 4 e cópia nº 5.

⁴⁶⁷ Idem.

chuvas costumavam seguir até abril.⁴⁶⁸ Se eles esperaram a estação das chuvas passar, os jingas ganharam mais tempo para se organizar. O fato é que os conflitos entre os moradores de Ambaca e os sobas jingas se mantiveram. (VANSINA, 2005; THORNTON, 2020). E a guerra entre eles só explodiria em cerca de oito anos depois, em 1838.

Antes disso, porém, Ndala Kamana faleceu. Após sua morte, em março de 1837, seus “rebeldes” continuariam a agitar os sertões e Jinga passaria a ter uma nova rainha: Ngana Quissanga, sobrinha de Kamana.

5.2 NGANA QUISSANGA: UM BREVE RELATO SOBRE UMA BREVE RAINHA

Ngana Quissanga Quiambande Acallanda era a nova rainha jinga. Seu nome aparece brevemente nos relatos da Campanha das guerras contra os jingas. Ngana Quissanga era sobrinha e *mamaquiria* de Ndala Kamana, ou seja, a principal esposa do rei, dentre as mais de cem que ele possuía. Ao citar o parentesco entre o falecido rei e Ngana Quissanga, o padre-narrador do “Compendio” lembrou aos leitores que não se julgasse “o estilo gentílico incestuoso” de ambos, pois isso também era comum na realeza de Portugal.⁴⁶⁹

Sobre a posição de Ngana Quissanga na corte de Jinga, o padre Garcia explicou que *mamaquiria* era o título dado a principal amásia ou ao principal amásio da chefia jinga, fosse o soberano homem ou mulher.⁴⁷⁰ Assim, quando Ngana Quissanga se tornou rainha, ela também teve direito a ter seus esposos e determinar o seu *mamaquiria*. E o escolhido por ela foi Ndambi, soba do Lenge, e um dos dissidentes nas rebeliões que agitavam aquelas terras desde a década de 1810.

Mesmo sendo *mamaquiria*, Ndambi não teria a liberdade de entrar na “camarinha da rainha sem ser chamado”.⁴⁷¹ Indicando que, apesar de sua posição, ele não teria a total confiança

⁴⁶⁸ TORRES, Memórias..., 1825, *op. cit.*, p. 328

⁴⁶⁹ Nesse sentido, ele citou o casamento do infante D. Pedro com sua sobrinha D. Maria Benedita (depois rainha D. Maria I), em 1760, e o casamento de D. Miguel com sua sobrinha Maria da Glória (depois D. Maria II), em 1826. O autor, talvez por ser padre católico, utilizou o termo “concubina” para classificar a posição de Ngana Quissanga em relação a Ndala Kamana. Porém, adotaremos o termo “esposa” pois, dentro da estrutura poligâmica daquela sociedade, esse nos parece o termo mais adequado. SANTOS, Garcia Frago dos. **Compendio dos fatos mais notáveis da campanha da Ginga determinada pelo Ilmo e Exmo sr. Manoel Bernardo Vidal, governador geral desta província de Angola, por ocasião dos inauditos procedimentos de Quiluanje Quiassamba feudatário do rei Ginga, com as ordens do dia dos comandantes gerais das forças, concorridas da cidade de Luanda e diversos presídios e distritos**. Biblioteca Nacional de Lisboa, 1839, p. 25-26.

⁴⁷⁰ Idem, p. 25.

⁴⁷¹ Idem, p. 27.

dela. No entanto, sua nomeação talvez fosse uma estratégia política da nova soberana para acalmar os ânimos dos sobas e macotas do Lenge que ameaçaram a estabilidade do poder de Ndala Kamana. É possível que Ngana Quissanga estivesse buscando a pacificação de seu reino, sinalizando sua orientação com as demandas dos partidários de Quiluange Quiassamba e a garantia do retorno do equilíbrio da sociedade com os ancestrais, como era função de *ngola*. Porém, a paz exigia forte articulação política naquele momento de crise e essa articulação exigia tempo. E a rainha não teve tempo.

Seu reinado durou em torno de apenas cinco meses. Em agosto de 1837, seu primo Ngana Ndala Cambo deu um golpe de estado e a expulsou de Jinga. Segundo o padre Frago dos Santos, a intenção de Ngana Ndala era “abolir” “tal estilo de ver este estado ocupado por uma mulher”.⁴⁷² Essa justificativa para o golpe de Ngana Ndala, coincidentemente ou não, se assemelha a mesma dada na época da tomada de poder de Kalwete ka Mbandi contra sua tia D. Ana III.⁴⁷³ Fato que nos provoca as seguintes questões: em qual momento a chefia das rainhas jingas passou a ser tida como um problema naquela sociedade? Teria essa visão se generalizado ou ficado restrita a um grupo de homens para justificarem golpes de estado liderados por eles contra essas mulheres?

Um dos caminhos para responder essas questões talvez esteja na influência do cristianismo entre os povos dos sertões de Angola. Na tradição judaico-cristã, desde Eva, cultivou-se a imagem da mulher como pecadora e fonte de todo mal no mundo. Além disso, a figura feminina ocidental, a partir dos dogmas do Cristianismo, assume um lugar de submissão, recato e reclusão que contrastava, obviamente, com as Rainhas Jingas, mulheres altivas, polígamas e acostumadas à guerra.⁴⁷⁴ Nesse sentido, é possível que os ensinamentos dos missionários católicos tenham, no decorrer do tempo, semeado uma visão negativa acerca das mulheres de poder naquelas populações. Portanto, o contato de três séculos entre jingas e pregadores cristãos, mesmo com os habituais confrontos, pode ter modificado um fato comum nos estados centro-africanos: a legitimidade do poder feminino.

Provavelmente, assim como na Europa cristã, a imagem da mulher como pérfida e diabolizada, pode ter servido para que um grupo de homens justificasse assim o golpe contra as soberanas e a legitimidade do poder apenas nas mãos masculinas. Ngana Quissanga foi uma

⁴⁷² Idem, p. 23.

⁴⁷³ Segundo a documentação lusa, Kalwete Ka Mbande justificou o golpe de estado contra sua tia D. Ana III, em 1767, dizendo que pretendia destruir o costume de Jinga ter sido sempre “governado por fêmeas”. Ver o capítulo 4.

⁴⁷⁴ Consultar SOUZA, Ioneide Maria Piffano Brion de. **Cavazzi e o Enselvamento de Nzinga Mbandi**. Revista Ars Historica, ISSN 2178-244X, nº17, Jul/Dez 2018, p. 58-77.

das vítimas desses novos tempos. Contando com poucas tropas em relação ao primo – que pode até ter tido a colaboração das forças luso-africanas –, só restou a jinga Ngana Quissanga entregar o reino. Foi assim que um dos homens que ousou exterminar o poder feminino nas terras que foram de Njinga Mbandi tornou-se rei. O novo jinga, Ngana Ndala, adotou o título de Ngana Muheto.

Após a entrega do poder, não temos mais informações sobre o destino de Ngana Quissanga. Teria sido morta? Teria resistido? Teria procurado abrigo nas terras de seu *manaquiria*? O documento não nos possibilita responder a essas perguntas, pois no “Compendio” de guerra, a narrativa sobre seu governo é tão curta quanto o tempo em que esteve no poder. No entanto, ela nos ajuda a conhecer Ngana Quissanga Acallanda, mesmo que de modo breve, e registrar para a história daquele povo, a mulher que talvez tenha sido a última rainha jinga.

5.3 A REVOLTA DOS SOBAS E MACOTAS DO REI JINGA: QUILUANJE QUIASSAMBA E SEUS PARTIDÁRIOS

Ngana Muheto tomou o poder de Jinga, mas a pacificação entre o *ngola* e os aristocratas do reino não aconteceu. Três meses após seu golpe, no dia 20 de novembro de 1837, o soba Quiluanje Quiassamba chefiou a invasão jinga do presídio de Ambaca. No ato, os jingas roubaram, mataram e queimaram habitações na jurisdição do poder luso. Se considerarmos a história do presídio, talvez aquela ação tenha sido a concretização da vingança alimentada desde quando o presídio foi construído próximo à Kabasa, a capital administrativa do Ndongo no século XVI.

Após a invasão, as tropas de Quiassamba seguiram para o ataque contra o soba do Arede Cima, contando com o auxílio das forças de Ndala Tumba e Calandula Caquibango, até então tidos pelos lusos como vassalos do rei de Portugal. De acordo com a documentação, o saldo do ataque foi o aprisionamento de 52 homens e mulheres, a morte de 11 pessoas e a tomada de 234 cabeças de gado e outros animais, além de mobílias e outros itens.

Aparentemente, os jingas não encontraram resistência nem para entrar e nem para sair de Ambaca. O responsável por chefiar o troço de Quiluanje Quiassamba foi seu “filho”, a quem os portugueses denominavam o “intrépido Hollo”.⁴⁷⁵ O sucesso do ataque e a habilidade

⁴⁷⁵ Seria essa filiação biológica ou titular? Estaria, portanto o título Hollo submetido ao de Quiluanje Quiassamba? Ou tratava-se de uma aliança ocasional? Esse título Hollo seria aquele mesmo do território em que a chefia fez negócios com Francisco Roque Souto, como visto no capítulo 2, e acabou por ser um dos motivos que levaram a guerra de 1844? A documentação consultada não nos permite aprofundar nessas questões fascinantes.

demonstrada pelos dissidentes jingas, que fizeram os moradores fugirem temerosos e deixaram as tropas lusas-africanas sem reação, fez com que eles fossem referenciados na documentação como “o malvado povo do Lingue (sic)”.⁴⁷⁶

A descrição desse ataque e da atuação de diferentes atores envolvidos na guerra que o sucedeu estão no “Compendio dos fatos mais notáveis da campanha da Jinga” escrito por Garcia Fragoso dos Santos. Santos era um padre colado da freguesia de São Joaquim de Lucamba, natural de Ambaca⁴⁷⁷, que compilou informações sobre a guerra contra os jingas a partir de “testemunhas oculares” e publicou em 20 de junho de 1839. O compilado foi dedicado ao ex-governador, Manoel Bernardo Vidal, quem, segundo Santos, “veio livrar Ambaca das garras do ávido gentio da Jinga”.⁴⁷⁸ É a partir das 344 páginas desse “Compendio”, que vamos analisar o conflito entre as autoridades luso-africanas e os dissidentes jingas nas páginas a seguir.⁴⁷⁹

Nesse sentido, é importante, primeiramente, analisarmos o palco da guerra. No mapa abaixo é possível observar a configuração dos territórios do “malvado Quiluanje Quiassamba”⁴⁸⁰, nas palavras do padre Fragoso dos Santos, em cujas terras, após a invasão lusa, seria fundado o presídio de Duque de Bragança.

⁴⁷⁶ Todas as informações do parágrafo estão em SANTOS, **Compendio**, p. 4-9.

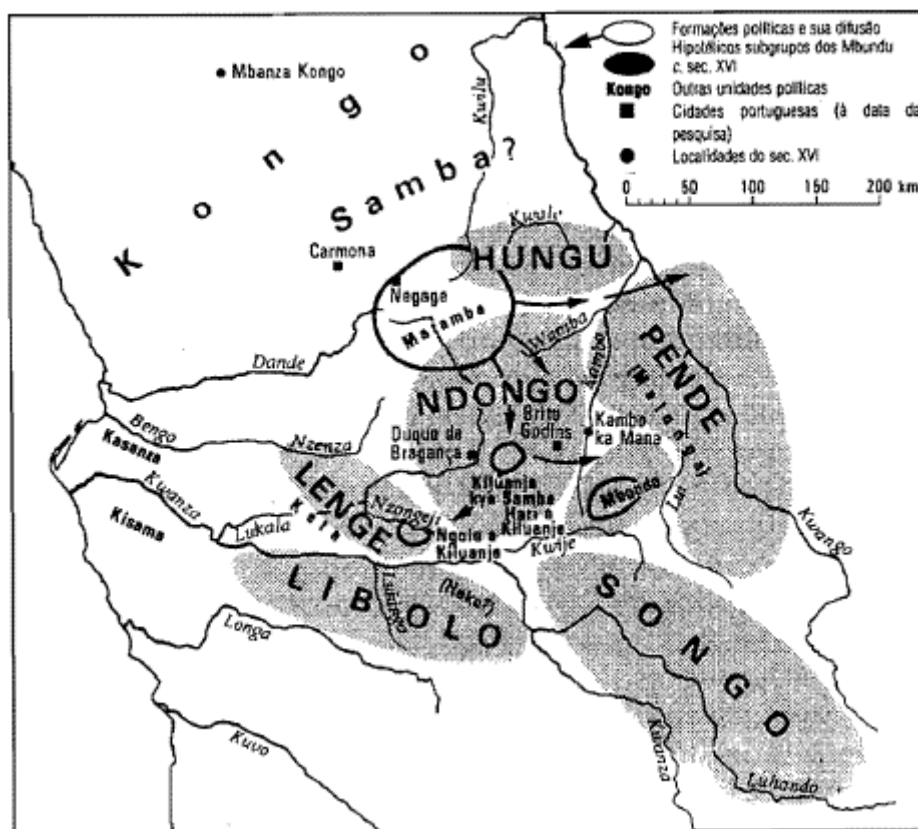
⁴⁷⁷ Sobre o padre ver SCHLEUMER, **Mulheres e Inquisição em Angola**, *op. cit.*, p. 208.

⁴⁷⁸ SANTOS, **Compendio**, p. 9.

⁴⁷⁹ Todas as informações sobre o padre Garcia e seu “Compendio” apresentadas no parágrafo foram retiradas das notas da Biblioteca Nacional de Lisboa que guarda o documento. Informações acerca do papel de Garcia dos Santos como religioso estão na primeira página do dito “Compendio”. Mais tarde, o padre também integrou a “Expedição portuguesa ao Muatiânvua”, chefiada por Henrique de Carvalho. Disponível em: <https://catalogo.bnportugal.gov.pt/ipac20/ipac.jsp?session=16878J4B6H306.75994&profile=bn&source=~!bnp&view=subscriptionssummary&uri=full=3100024~!2025500~!1&ri=2&aspect=subtab99&menu=tab21&ipp=20&spp=20&staffonly=&term=ginga&index=.GW&uindex=&aspect=subtab99&menu=search&ri=2>. Acesso em: 04 abr. 2024. Agradeço ao professor Roquinaldo Ferreira pela gentileza de compartilhar essa fonte tão preciosa para este trabalho.

⁴⁸⁰ SANTOS, **Compendio**, p. 4

Mapa 6: O palco da guerra de 1838



Fonte: MILLER, **poder político e parentesco**, *op. cit.*, p. 77.

O Lenge, aparente ponto de origem dos partidários de Quiluanje Quiassamba, sempre foi uma região importante dentro do Ndongo. De acordo com Miller, era no Lenge que ficavam as principais capitais desse reino e as principais minas de ferro do vale do rio Nzongeji, presente no mapa acima. Foi talvez para proteger essa região, que tinha grande importância econômica e cultural para os ambundos, que os diversos *ngolas kiluanjes* resistiram ao avanço português nessa área.⁴⁸¹

No século XIX, contudo, o *ngola* Ndala Kamana afirmou sua disposição de renunciar a toda essa região para o poder luso em troca de auxílio bélico para derrotar seus sobas e macota dissidentes. Mas se Kamana abdicaria de uma região com relevante poder econômico, político e social para o reino do Ndongo, oito chefias jingas - Quiluanje Quiassamba, Cangongo Camagia, Ndambi Angola, Nbomba, Mutamba, Nzundo, Puto a Hango, Quiluangi Quiaquindongo e Quitalla Quiandongo – não estavam dispostos a fazer o mesmo.

⁴⁸¹ O autor utiliza a grafia Lenge. Ver MILLER, **Poder Político e Parentesco**, p. 76.

Na documentação portuguesa, a região do Lenge aparece como morada dos “povos gentios do rei Jinga”, “da banda d’aquém do rio Lucala, confinantes com o Are de Cima”, que eram responsáveis por “latrocínios cruéis” contra a “gente portuguesa” que ia à Corte desse soberano com fazendas e aguardente para adquirir escravizados. Portanto, essas lideranças jingas filiadas a Quiluanje Quiassamba reafirmavam, periodicamente, aos moradores de Ambaca e comerciantes itinerantes, sua soberania sobre o trânsito de pessoas e mercadorias nos seus territórios.

Mesmo após a ascensão do *ngola* Ngana Muheto, em agosto de 1837, os dissidentes continuaram sua rebelião, pois segundo o padre Fragoso, “nem ao seu rei” eles reconheciam mais.⁴⁸² Não sabemos quais eram as causas da falta de reconhecimento e respeito tanto de Ndala Kamana quanto Ngana Muheto por esses sobas e macotas. Uma das possibilidades que aventamos é a de que, de alguma maneira, o *ngola* e titular jinga, a partir de Ndala Kamana, falhou em assegurar a harmonia entre as diversas províncias do reino de Jinga do Ndongo e da Matamba por ter aberto o comércio no vale do Kwango aos negociantes ligados à Coroa portuguesa. Nesse sentido, uma forte aliança do soberano com os lusos – diferentemente das rainhas jingas que costumaram ter acordos periódicos e, frequentemente, interrompidos por interesses internos – e o apoio irrestrito aos seus comerciantes itinerantes, pode ter sido lida pela nobreza jinga como fraqueza.

Assim, se o rei não iria cumprir o que se esperava dele, aqueles macota e sobas estavam dispostos a garantir a integridade de seus territórios, povo e comércio. Dentre eles, a principal liderança parece ter sido Quiluanje Quiassamba, um titular-homônimo de um importante personagem naquelas terras. O Kiluanje Kiassamba (ou kya Samba) está entre os personagens destacados na história da fundação e fortalecimento das terras sob a chefia do *ngola*. Há diferentes teorias sobre esse personagem/título. Uma delas, é a apresentada por Joseph Miller. De acordo com ele, Ngola Inene, o primeiro *ngola*, teve uma filha chamada Samba que, por sua vez, deu à luz a dois filhos: Kiluanje kya Samba e Kurinje kwa Samba.⁴⁸³ Essa lenda de origem explica a origem da insígnia “*ngola*” no povo samba, que habitava a região de Matamba, aliás Masamba. Segundo Miller, Kiluanje kya Samba foi a mais antiga posição samba recordada entre os Mbundu e pertencia a linhagens que viviam no médio Lukala, no sul da antiga

⁴⁸² SANTOS, **Compendio**, p. 9.

⁴⁸³ MILLER, p. 65. Há outras versões sobre o surgimento de Kiluanje kya Samba. De acordo com Adriano Parreira, após a morte do Ngola Musuri, o lendário “rei ferreiro”, o poder foi disputado entre suas filhas Zunda-dia-Ngola e Tumba-dia-Ngola. Os principais titulares das linhagens mbundu seriam, assim, descendentes do rei e filho da rainha Tumba, Ngola Kiluanje Kiassamba. PARREIRA, p. 164-165.

Matamba. A análise de Miller nos apresenta com excelência a origem do título e sua utilização para além do *ngola* (que também o portava).

No século XVI, um soba Quiluanje Quiassamba que habitava as mesmas terras ao sul de Matamba também havia se rebelado contra o *ngola* do Ndongo.⁴⁸⁴ Tratava-se, portanto, de um título antigo e de prestígio cujos portadores podem ter assumido uma postura de liderança e combate, quando necessário, contra o próprio rei. No século XIX, os interesses internos e a intromissão portuguesa no comércio seriam defendidos por um titular, descendente do homônimo do século XVI.

Portanto, Quiluanje Quiassamba era portador de um importante título naquelas terras. Nas lendas do reino do Ndongo, seu título talvez significasse conquista e soberania. Foi encarnando esse papel que Quiassamba chefiou os jingas, primeiramente, no embate contra o rei Jinga e, depois, na saída do território do Lenge com o objetivo de atacar a jurisdição portuguesa de Ambaca, em novembro de 1837. E após o seu sucesso no assalto, eles prometeram voltar. Pelo menos, era o que temiam os lusos ou o que argumentaram para justificar o início da guerra.

5.4 A GRANDE GUERRA

A partir disso, em 16 de janeiro de 1838, quase dois meses após o ataque, o comandante geral das Forças, José Navarro, chegou ao Hango Amuhongo e começou as articulações bélicas. Mas seria só em 19 de fevereiro que o mesmo comandante se dirigiu com as tropas para o território de Quiluanje Quiassamba. Todavia, o exército não chegaria a tempo de surpreender esse soba. De acordo com a narrativa lusa, o culpado desse insucesso foi o soba Cahuasso. E o caso merece um parêntese.

O soba Cahuasso era genro de Quiluanje Quiassamba, mas fazia parte das tropas lusas. Portanto, apesar de ser um parente do líder dos dissidentes do Lenge, Cahuasso estava do lado do poder português naquele conflito. Bem, pelo menos, aparentemente. Pois, ao ser encarregado de guiar o exército luso-africano até as terras de Quiluanje, Cahuasso os levou para o caminho errado, para as terras de Calandula Caquibango. Descoberta sua aparente artimanha, Cahuasso foi açoitado e preso. Mas ele havia conseguido atingir seu objetivo: dar tempo para que Quiluanje Quiassamba conseguisse fugir.

⁴⁸⁴ CARVALHO, Henrique. *O Jagado de Cassanje na província de Angola*, op. cit., p. 23.

De acordo com os lusos, quando finalmente chegaram às terras próximas a da *mbanza* de Quiassamba, ouviram muitos gritos da população: “*h’ololó, h’ololó, tua fúhé, tua fúhé!! Mueneputu! Mueneputu!* (o que traduziram como: “ai de nós, ai de nós, que estamos perdidos porque se aproxima a nós a tropa de Sua Majestade!”). Segundo eles, seguiram-se aos gritos, muito desespero e muitas pessoas fugindo.⁴⁸⁵ Nesse meio tempo, um alferes tentou organizar as tropas para o ataque, o que não conseguiu com facilidade, pois a maioria dos soldados eram paisanos. Mas toda gritaria e despreparo do exército serviu para facilitar a fuga de Quiluanje Quiassamba. Quando os lusos chegaram a sua *mbanza* encontraram apenas o infundi e o pato cozido que Quiluanje não teve tempo de jantar e lá abandonou.⁴⁸⁶

Em rota de fuga, Quiluanje atravessou o Lucala, onde deixou cair em suas margens as suas gipindas (o que o narrador disse ser um tiracolo de pano, besuntado de azeite e com os dentes de seus antepassados pendentes)⁴⁸⁷, e foi se abrigar em Colle, um lugar entre os rios Luando e Lucala. Lá, ele seria protegido pelas forças chefiadas por seu filho Hollo, auxiliado por Nzamba Caculo, Quibanga e Queta Candangi. No combate, os sobas mataram 16 homens do lado português e levaram consigo 50 cabeças de gado.⁴⁸⁸

Enquanto isso, no dia 26 de março de 1838, as terras de Quiluanje Quiassamba foram tidas por conquistadas, apesar do governador ter determinado que não se conquistasse terra sem povo, e nenhum havia, então, “por ter desertado”. Nessa ocasião, a terra de Quiluanje foi transformada em presídio, ficando desde aquele momento se chamando o “Novo Presídio do Lenge”.⁴⁸⁹

Enquanto isso, Quiluanje Quiassamba estava agora refugiado na *mbanza* de Ndangi Aquiteta. Essa informação foi dada pelo próprio rei Jinga, Ngana Muheto que avisou estar pronto e à espera das tropas portuguesas para se encontrarem naquele território e surpreenderem o soba. Não sabemos se essa união de forças aconteceu. Mas o narrador Garcia dos Santos, o autor do “Compendio dos fatos mais notáveis”, registrou que o rei Jinga estava falseando uma união pois, acreditava, que ele não estava disposto a auxiliar na captura de Quiluanje Quiassamba.⁴⁹⁰

⁴⁸⁵ É possível que os portugueses estivessem exagerando no cenário de desespero para mostrar o poder de suas tropas que nem era tão preparadas assim. De todo modo, seguimos a tradução e a grafia das palavras, presentes no documento, por não termos conhecimento de Kimbundu.

⁴⁸⁶ SANTOS, **Compendio**, p. 66

⁴⁸⁷ Só encontrei duas insígnias de poder que agregava dentes: *kijinga*, o “chapéu de autoridade” que era ornado com unhas e dentes de leão e *sanga*, bracelete ou colar com vários dentes e unhas de leão. BATSÍKAMA, p. 119 e p. 121.

⁴⁸⁸ SANTOS, **Compendio**, p. 87-89.

⁴⁸⁹ SANTOS, **Compendio**, p. 98-99.

⁴⁹⁰ Idem, *ibidem*, p. 100-101.

No dia 6 de maio de 1838, porém, o rei Jinga buscou provar sua fidelidade a Coroa portuguesa reportando que havia prendido dois filhos de Quiluanje Quiassamba e “que se achava em campo” em busca do soba. Mas isso não era verdade, de acordo com Garcia dos Santos. Soube-se, posteriormente, que o rei Jinga não deu essas providências e “só se encaminhava a proteger Quiluanje Quiassamba por ser tão traidor como ele”.⁴⁹¹

Quiluanje Quiassamba, portanto, se mantinha resistente e em liberdade. Mas é possível que o estabelecimento luso em suas terras e a vitória dessas tropas em algumas batalhas tenham motivado algumas chefias, seus aliados, a buscarem a vassalagem mesmo que apenas nominalmente. No mês de maio de 1838, ocorreu o avassalamento de sobas como Ndambi a Bomba, Nzundo Aquembi, Quitala Quiandongo e Mutamba. No ato de seu undamento, cada soba do Lenge contribuiu forçadamente com um donativo em escravos e cabeças de gado, como é possível ver na relação a seguir.⁴⁹²

SOBAS	OBRIGAÇÃO NO ATO DE UNDAMENTO
Calandula Caquibango	17 escravos
Nzundo Aquembi	18 escravos e 20 cabeças de gado
Ndambi	18 escravos e 10 cabeças de gado
Bamba	18 escravos e 10 cabeças de gado
Calandula Caquibango	17 escravos
Quitalaquiano	20 escravos e 15 cabeças de gado
Nbulo ATumba	6 escravos

Os tributos pagos eram parte da obrigação dos sobas avassalados à Coroa portuguesa. Porém, além de nos ajudar a dimensionar os custos imediatos do avassalamento, os tributos pagos pelos sobas acima listados descortinam as tensões dentro das tropas portuguesas. Em 2 de junho de 1838, os comandantes parciais das tropas escreveram ao governador Vidal para se queixar de José Navarro, o comandante geral das forças. De acordo com eles, Navarro vinha cometendo vários atos de violência, corrupção e displicência ao longo da guerra. Um desses desvios foi justamente se apropriar dos escravos pagos a título de undamento, dividindo entre

⁴⁹¹ SANTOS, *Compendio*, p. 119-120.

⁴⁹² Sistematização feita a partir das informações disponíveis em SANTOS, *Compendio*, p. 139.

seus oficiais e empregados (um escravo para cada um) e repassando pouco para a Fazenda Real.⁴⁹³

Segundo os comandantes, José Navarro reservava para si e para seus oficiais “a maior parte da gente boa”, deixando para a Fazenda Real os escravizados “inferiores e invendáveis”. Além disso, o fato de o comandante estar ficando com os escravizados ao invés de vendê-los para cumprir com as despesas de sustento das tropas, o estimulava a poupar as rações de farinha. Assim, restou às tropas comer apenas carne sem farinha, enquanto alguns oficiais tinham a sua porção de carne complementada com jinguba (amendoim) e mandioca. Recusando esse tratamento, os “comandantes parciais” – que, em sua queixa, lembraram serem “voluntários e magnatas do país” – venderam suas roupas ou passaram a mandar vir de suas terras seus sustentos. Por fim, enquanto as elites locais solucionaram a questão do seu sustento, a maioria dos despossuídos que lutavam em nome da rainha de Portugal amargaram com a boca seca de fome, em silêncio, para não sofrerem, aos gritos, os castigos que José Navarro destinava aos que lhes contestavam.⁴⁹⁴

Em seguida e de modo imprudente, o comandante geral teria também decidido entrar na corte do rei Jinga, contrariando a ordem do governador geral de se evitar entrar com as tropas da rainha de Portugal “no interior do gentio”. Para os comandantes fidalgos, porém, a ida a Jinga traria o inconveniente de que eles não mais conseguiriam ter os mantimentos vindos de suas casas, devido ao caudaloso rio Lucala, que ficava no meio do caminho entre Quitala Quindongo, onde estavam acampados, e dificultava o acesso até à corte de Jinga.⁴⁹⁵ O fato ultrapassava, então, todos os limites, pois fidalgos não poderiam passar fome.

A ganância por raptar, adquirir e vender pessoas era intensa e deixava seu rastro por onde a tropa portuguesa passava. Quando não era o comandante geral, eram seus subordinados. Ainda no início de junho, as tropas foram enviadas para as terras do soba Mutamba, mas não encontraram o chefe daquele território. Soube-se que Mutamba havia sido convidado pelos partidários de Quiluanje Quiassamba a se juntar a eles, que estavam reunidos com 900 armas, para surpreenderem os lusos quando esses chegassem a sua terra. Mutamba, porém, negou o convite, dizendo “que não queria perder o seu sossego”.⁴⁹⁶ Apesar disso, Mutamba não teria mais sossego em suas terras.

⁴⁹³ Para os relatos deste parágrafo e dos seguintes, que concentram as queixas dos comandantes parciais, ver SANTOS, **Compendio**, p. 129-139.

⁴⁹⁴ Por causa dos castigos do comandante, 12 praças já tinham falecido. SANTOS, **Compendio**, p. 138.

⁴⁹⁵ Idem, p. 139.

⁴⁹⁶ Idem, p. 141.

Francisco Rodrigues d'Andrade e Silva, um tenente da companhia portuguesa, que lá estava antes do restante das tropas, começou a ameaçar o soba exigindo que lhe fosse dado “escravos”. Do contrário, prometeu Silva, Mutamba teria a cabeça cortada assim que as tropas do comandante geral chegassem. Então, temeroso e ainda procurando o seu sossego, Mutamba teria fugido de suas terras, deixando seu filho Calombe e alguns macotas com a missão de dar doze escravos e sete cabeças de gado às tropas da rainha de Portugal. Mas doze pessoas não eram suficientes para Andrade e Silva. Além desse número, ele queria mais 24 “escravos”. Sem negociação, Calombe e os macotas também resolveram fugir em 13 de junho de 1838. Ao final, acusado de se corresponder com o “gentio” sem autorização e ainda revelando os movimentos da tropa, o tenente Andrade e Silva foi preso e remetido a Luanda, onde logo foi solto com o pagamento de uma fiança de 150 mil-réis.⁴⁹⁷ A ganância pela captura de pessoas, porém, continuaria, por todo período da campanha, como veremos mais adiante.

Mutamba, seu filho e macotas, por sua vez, foram se abrigar na corte de Ngana Muheto, o rei Jinga. Lá, o soba teria confidenciado ao rei as suas razões para não se avassalar e nem aceitar ser marcado pelos portugueses: ele era da família real da Jinga, ele não poderia se submeter. Segundo ouviu dizer o narrador Garcia dos Santos, o rei Jinga, por sua vez, teria lhe aconselhado a se “humilhar a Sua Majestade” (a rainha de Portugal), aceitando o avassalamento, dando o número de escravos solicitado (as 24 pessoas) e deixando suas terras com as tropas. Após esse ajuste, Mutamba poderia ficar em Jinga, onde o rei lhe garantiria terras e assistência.

Ao narrador, pareceu que o rei Jinga acreditava – com razão – que as “afrontas e ultrages feitas aos portugueses, se pagam por meio de donativos de escravos”, o que demonstrava a ele, narrador, que os comandantes estavam manchando “a fama dos portugueses”. Para o religioso, a afirmativa do soberano jinga era um acinte e “nenhum português sensato se contentaria senão vendo vingada aquela injúria com cabeças cortadas de todos sublevados.”⁴⁹⁸

Por outro lado, a conversa com Ngana Muheto pode ter reforçado a Mutamba o porquê de Quiluanje Quiassamba e outros sobas estarem em guerra. A luta era por soberania. E, ao que parecia, o rei jinga anterior, Ndala Kamana, e o atual haviam declinado dessa batalha que, de fato, já durava quatro séculos. Aparentemente, Mutamba teria decidido que seguiria o caminho aconselhado pelo *ngola* e, para tal, pediu algum impunga (embaixador) para lhe auxiliar na tratativa com mueneputo. Mas quando estava na estrada voltando a sua terra, sendo

⁴⁹⁷ SANTOS, *Compendio*, p. 144.

⁴⁹⁸ Em seu compendio, Garcia Fragoso estava comprometido em mostrar a corrupção dos chefes militares em contraposição à figura de retidão do governador Manoel Vidal, em Luanda. *Idem*, p. 145.

acompanhado por um filho do rei e seu tendala, Mutamba revelou um plano: ofereceu cinco escravos a cada um, caso eles o ajudassem a repelir as tropas portuguesas de suas terras. Ambos aceitaram sua proposta e partiram para a *mbanza* de Mutamba. Na verdade, são fortes os indícios que mostram que essa reviravolta era a sua intenção desde o início: angariar apoiadores para lutar contra os lusos.

Em 16 de junho de 1838, quando as tropas portuguesas chegaram às terras de Mutamba, o comandante geral Navarro ficou sabendo de todo imbróglio envolvendo o dono da terra e se revoltou com a sua recusa em dar os 24 escravos. Assim, ele ordenou que as tropas seguissem em seu encalço e atravessassem o Lucala, sem nem observar se havia canoas no porto ou nem enviar embaixadores ao rei Jinga a fim de combinarem um cerco aos dissidentes.⁴⁹⁹

O narrador nos conta que apesar da guerra “ser portuguesa”, “por concorrerem nela os oficiais brancos da Europa”, também havia os guerreiros e armas da população autóctone, como já foi amplamente apontado na historiografia. Exemplo disso, é que antes das tropas do lado luso partirem, os “ilolós de guerra”, os chefes Caboco, Itahialunga e Canzaca, mataram uma cabra, um cão e um galo e com o sangue dos animais aspergiram as bandeiras, foices, e machadinhas da campanha. Além disso, comeram uma parte da carne e enterraram o restante. Ao final, colocaram um grande pilão no centro do arraial, cheio de várias folhas e ervas trituras em água, que chamavam de Quizáu (piscina), “onde todos deveriam se lavar sempre que tivessem de sair ao campo a combater”.⁵⁰⁰

E assim, as tropas lusas partiram para a guerra. No dia 17 de junho, foram reunidos do lado português mais de 3 mil homens de guerra preta, moradores e empacasseiros com armas de fogo e três peças de canhões e o dobro deles portando arco, flechas e azagaias.⁵⁰¹ Às oito horas da manhã, o troço luso chegou às margens do rio Lucala e viu, na outra margem, os jingas em número que “não se podia contar”. Ali, o comandante geral logo percebeu que não teriam barcos para atravessar o Lucala e ordenou que a artilharia se preparasse para atacar daquele ponto mesmo.

No entanto, não era só a falta de meios para navegar. O comandante Navarro pode ter percebido que aquela multidão de jinga não o deixaria passar para a outra margem do Lucala. Não há como saber se foi nesse momento que ele se deu conta de que havia seguido exatamente o caminho que os jingas trilharam para ele e caído na armadilha final. Pois, de acordo com o

⁴⁹⁹ SANTOS, **Compendio**, p. 149.

⁵⁰⁰ Idem, p. 191-193. Entre as populações consideradas “jagas”, ou seja, guerreiras, o sacrifício podia ser comum antes da batalha.

⁵⁰¹ Idem, p. 150.

padre Fragoso, esse era o plano de Mutamba: recusar-se a dar escravos para fazer as tropas segui-lo até aquele ponto do rio onde, sem saída, ficariam diante da multidão jinga.⁵⁰² Com aquele plano, Mutamba conseguiu tanto enganar os lusos quanto o rei Jinga, de quem retirou até apoiadores.

Na outra margem do Lucala, os jingas esperavam o combate, sendo chefiados por Mutamba, Ndangiaquilheta, Tango Angonga, Quigillo e outros. Ao ver o exército português, os chefes gritaram: “que eles pelo respeito que tem a S.M já lhe tinham deixado aquelas terras do Lenge, mas como Sua Majestade os segue e persegue[sic] estavam dispostos ao combate”.⁵⁰³ E com esse e outros gritos de guerra se incitaram para a ofensiva. Mas antes, uma mulher apareceu do lado dos jingas com uma arma carregada com “feitiçarias”, nas palavras do narrador católico, e deu o primeiro tiro contra o exército português. O padre Fragoso não dá mais detalhes acerca do papel dessa mulher que, à contar pelo relato, cumpria uma função importante entre os jingas. Nesse sentido, é possível cogitar duas identidades para ela. Por um lado, a figura feminina vista poderia ser uma *tembanza*, mulher que, entre os imbangalas, tinha a importante função de preparar o unguento *maji a samba* para os guerreiros e incitá-los à guerra. Por outro, também poderia ser tratar de uma *nganga* ou *xinguila*⁵⁰⁴, alguém com função especial na comunicação com os ancestrais, pedindo proteção aos guerreiros e força na batalha. De fato, tratava-se de uma figura de poder, pois foi o seu tiro o ponto de partida do ataque jinga. Após ele, seguiram-se outras balas e flechas, em direção aos lusos, que se assemelhavam a “enxame de abelhas”.⁵⁰⁵

Com toda aquela cena e o início inesperado do ataque, as tropas lusas ficaram sem saber o que fazer. Responderam “com tiros de fuzilaria confusamente e sem ordem” porque o comandante geral não estava sabendo o que determinar. Aparentemente, esses tiros não causaram grandes estragos aos jingas, que tinham o rio Lucala servindo de muro para protegê-los, e ainda utilizavam os arbustos nas margens do rio para se esconder e confundir os lusos.

Mas o cenário parece ter mudado quando vieram os canhões. No entanto, mesmo tendo três peças, o comandante mandou usar apenas um canhão para economizar pólvora. De todo modo, já no primeiro tiro, perceberam o estrago e morte de muitos jingas. O combate seguiu dessa forma até às quatro da tarde, totalizando seis exaustivas horas de guerra. Desse embate, souberam os lusos, morreram 160 jingas, dentre eles o filho do rei Jinga e o tendala que

⁵⁰² Idem, p. 172.

⁵⁰³ Idem, p. 151.

⁵⁰⁴ Os *nganga* ou *xinguila* eram portadores dos conhecimentos religiosos tradicionais entre os imbangalas, povo que constituiu os jingas. MACEDO, José Rivair. **Jagas, Canibalismo e Guerra Preta:** os Mbangalas entre o mito europeu e as realidades sociais da África Central do século XVII. História (São Paulo) v.32, n.1, p. 53-78, jan/jun 2013. Sobre as “gangas” ver também FERREIRA, **Cross-cultural...**, op. cit., p. 177-188, *passim*.

⁵⁰⁵ SANTOS, **Compendio**, p. 152.

concordaram em guerrear ao lado de Mutamba e um filho de Quiluanje Quiassamba. Já do seu lado, só ter tido dois mortos e onze feridos.⁵⁰⁶ Números que o padre Fragoso pode ter manipulado a fim de mostrar a força das armas lusas e a debilidade das dos jingas.

Nesse sentido, os números de mortos do lado luso podem ter sido bem maiores, visto que estavam em desvantagem. Tanto que o comandante-geral tomou a decisão de recuar e voltar para as terras de Mutamba, onde estavam acampados. Navarro, que estava com medo e, supostamente, passou uma parte da guerra escondendo-se atrás dos soldados e até abandonando a artilharia, correu tanto que, para os presentes, pareceu querer “ter asas para voar até o Lenge”.⁵⁰⁷ O resultado dessa luta no Lucala chegou ao soba Quiluanje Quiassamba, que zombou do medo do comandante e das armas portuguesas.

A correria foi tão grande que o exército acabou abandonando até seus mortos e feridos no campo de batalha. Um deles, era o morador Sebastião Manoel Gomes que havia sido atingido por balas nas duas coxas e, por isso, não conseguia ficar em pé. Sem poder correr junto com o capitão e as tropas, Sebastião ficou no campo de batalha e teve um destino trágico. Quando os jingas viram o morador deixado no campo de batalha, cortaram a sua cabeça e a levaram ao rei Jinga. O narrador diz que o rei Jinga ficou horrorizado, os repreendeu e os expulsou de sua presença. Porém, o ato e essa reação do rei Jinga nos leva a questionar: será que o rei se chocou porque Sebastião era um aliado do soberano que foi mencionado apenas como “morador”? Ou será que as testemunhas ou mesmo o narrador do “Compendio” exageraram a reação do rei? Afinal, cortar cabeças era algo comum nas guerras feitas naqueles sertões. No entanto, se o rei se horrorizou com o ato, talvez o tenha entendido como uma mensagem de seus sobas para ele? De fato, não seria impossível que aqueles jingas dissidentes e resistentes estivessem mostrando um exemplo do que poderia acontecer ao próprio rei Jinga Ngana Muheto.

Mas se o exército português havia recuado e encerrado a batalha naquele dia, as tropas jingas não. Quando as tropas lusas já estavam acampadas em Mutamba foram, surpreendentemente, atacados e acordados pelos jingas. Atravessando o rio por um lugar que os portugueses não conheciam, os jingas fizeram um cerco a eles após às sete horas da noite. Aparentemente, as tropas lusas ficaram desbaratadas e enfrentaram, novamente, o racionamento de pólvora pelo comandante geral. Alegava o capitão, em meio ao ataque, que já tinham consumido muita pólvora durante o dia “sem aprisionar escravo algum”. Vendo a situação, o Dembo Cabóco, Dom Francisco Fernando Torres, o comandante da guerra preta, resolveu

⁵⁰⁶ SANTOS, *Compendio*, p. 163.

⁵⁰⁷ As informações da frase estão no SANTOS, *Compendio*, p. 170 e p. 184.

repartir sua pólvora com o restante das tropas. E assim, a batalha seguiu e foi até o nascer do dia 18 de junho.⁵⁰⁸

E a partir desse dia, a situação do comandante Navarro tornou-se tensa junto a tropa. Ainda no dia 18, o comandante mandou recuar temendo um novo assalto e foi com a campanha para as terras de Quitala Quiandongo, soba aliado. Nesse intervalo, soube-se que os jingas pretendiam atacar o novo presídio do Lenge. O comandante ficou atônito. No dia 19, ele reportou ao governador geral Vidal a sua “covardia”, mas justificou seu mau-êxito em Mutamba culpando o exército. Levou pelo menos quatro dias para que ele enviasse os soldados para proteger o presídio fundado nas terras de Quiluanje Quiassamba. Mas não deu tempo, como veremos adiante.

No dia 20, porém, todos os comandantes da campanha se juntaram para elaborar uma queixa contra Navarro. Os comandantes ratificaram a sua covardia e o culparam pela situação com Mutamba. Pois, explicaram, o soba queria se avassalar e já tinha dado 12 escravos para a Fazenda Real e sete cabeças de gado vacuum para as tropas, quando passou a ser ameaçado para dar mais 24 escravos. Ao final, os próprios comandantes disseram acreditar que o comandante geral tentou incriminar e desacreditar os membros do exército para que eles não pudessem dizer o número de 150 escravos que ele tinha tributado os sobas e que não foram dirigidos a Fazenda Real.⁵⁰⁹

Além da corrupção, as violências do capitão também foram ressaltadas. O Dembo Caboco, por exemplo, o mesmo que tinha emprestado sua pólvora na ocasião em que o comandante quis economizá-la em meio ao ataque jinga, afirmou que teve 30 filhos seus açoitados e que ele mesmo acabou sendo preso por ordem do comandante.⁵¹⁰ E para mostrar a falta de prestígio das tropas comandadas por Navarro, narraram que Calandula Cangombe havia deixado a guerra “com sua gente”, afirmando que “nunca vira guerra semelhante em que não se cortava cabeça nenhuma e só se contentava o comandante em receber seus escravos”.⁵¹¹

Enquanto os demais comandantes da Campanha elaboravam sua reclamação, o padre Fragoso diz que Navarro, que havia ficado paralisado pelo medo ao saber que os jingas ameaçaram atacar o novo presídio, mandou as tropas marcharem até o Lenge. As tropas, não ele. Navarro ficou protegido e alojado, junto a outros oficiais, na *mbanza* de Ndambi, onde receberam a notícia, enquanto jantavam, que o novo presídio havia sido atacado. Só então se

⁵⁰⁸ SANTOS, **Compendio**, p. 161-162.

⁵⁰⁹ SANTOS, **Compendio**, p. 162.

⁵¹⁰ Idem, p. 181-183.

⁵¹¹ Idem, p. 177-178.

levantaram, “todos alvoroçados”, e seguiram para encontrar a tropa. Chegaram no dia seguinte e encontraram o local despovoado. Todos os representantes do poder luso no presídio haviam fugido.⁵¹²

Talvez motivado pelas denúncias e pela carta escrita pelo próprio Navarro, o governador nomeou Joaquim Felipe de Andrade, capitão de Ambaca, como novo comandante geral das forças. Por seu turno, Navarro foi destituído do cargo, mas ganhou outro: comandante do novo presídio do Lenge. Joaquim tomou posse em 3 de agosto de 1838 e, no mesmo dia, o comandante geral publicou uma portaria perdoando a todos que tinham desertado no tempo do comandante Navarro, por acreditar que o motivo da deserção havia sido o “excessivo rigor” do ex-comandante e “as fomes e misérias que padeceram pela falta das competentes razões”. Além disso determinou que, a partir daquela época, “seria fuzilado todo e qualquer indivíduo que desertasse” orientando a todos “que daí em diante ninguém saísse fora, a perder de vista, sem sua licença”.⁵¹³

Talvez por não terem entendido a literalidade do “perder de vista”, dois empacasseiros do Dembo Caboco foram observar as armadilhas para ratos que haviam colocado nos arbustos e acabaram sendo presos e recebendo a ordem de fuzilamento por ordem do comandante. Seus destinos foram mudados por Caboco que pagou a quantia de 100 mil réis ao capitão e mais vinte mil-réis a um soldado e quinze mil-réis a outro. Depois de soltos, ambos foram julgados “mortos civilmente” por Caboco e reduzidos a escravidão. Mas como o novo comandante não mudou sua ordem, mais tarde, em 28 de agosto, mais negros adentraram nos matos e foram confundidos com desertores. Inclusive, um deles foi morto. Fato que o narrador ironizou: “morreu, coitado, porque não tinha quem por ele desse a quantia de 50 mil-réis”.⁵¹⁴ Assim, no comando de Felipe de Andrade pessoas inocentes acabaram condenadas à morte ou à escravização.

Três dias após a posse do comandante Felipe, em 6 de agosto, foi preso um tal Manoel Felix de Carvalho. Nesse caso, não se tratava de confusão acerca de falsa deserção, mas sim da captura do suposto causador da guerra. Segundo o padre Garcia Fragoso dos Santos, Carvalho pode ter sido uma das motivações de sublevação de Quiluanje Quiassamba e seus partidários. O narrador do “Compendio” descreve o preso como “um malvado” que parecia “vomitado pelo inferno” e que há algum tempo causava alguns transtornos na região. Na companhia de dois comparsas, Magdalena Gomes e Christóvão Ferreira Pinto, conhecido por “minha calunga”, Manoel assaltava e escravizava gente. Além disso, ele ainda chegou a ameaçar o soba Ndambi

⁵¹² Idem, p. 184.

⁵¹³ SANTOS, **Compendio**, p. 197-198.

⁵¹⁴ Idem, p. 231.

pedindo o pagamento de 50 escravos. Àqueles que se revoltavam contra suas ações, ele se justificava dizendo que aquelas pessoas eram, na verdade, parte de sua quicumba (carregadores). De acordo com o padre Garcia, foi em vingança contra as ações de Carvalho que Quiluanje Quiassamba se rebelou.⁵¹⁵ No entanto, apesar de aquela guerra ter tido diferentes causas, não é impossível que Manoel Carvalho tivesse incendiado mais aquele cenário quando se apropriou de propriedade e escravizou pessoas livres nas terras jingas. A escravização de gente livre e influente nos estados jingas devia trazer instabilidade social e política.

Mas em relação a escravização de pessoas livres, o nome mais frequente naquela guerra era o do ex-comandante Navarro. Cansado de ficar submetido aos seus antigos subordinados no seu novo posto de capitão do novo presídio do Lenge, Navarro solicitou ao governador uma licença para tratar de sua saúde⁵¹⁶. Apesar da sua indecorosa atuação na guerra, da campanha não ter terminado e de Quiluanje Quiassamba e seus aliados continuarem fortes e na luta, Navarro se lisonjeava de ter conquistado o Lenge e, por isso, acreditava ser merecedor de benesses. Assim, com sua licença sendo autorizada, Navarro partiu para Luanda com tudo que julgava ser seu: o bastão (as gipindas) que Quiluanje Quiassamba havia perdido em sua fuga e a filha do soba Ndambi, que foi obrigada a se batizar “sem nenhum catecismo”.⁵¹⁷ Porém, seus planos tão tiveram um final auspicioso. No meio do caminho, Navarro recebeu a notícia da morte de sua esposa. Consternado, o próprio Navarro faleceu dois meses depois, deixando suas filhas órfãs e com quase nada do “cabedal que tanto procurou adquirir indecorosamente”, nas palavras do padre Garcia.⁵¹⁸

A filha de Ndambi, por sua vez, retornou ao seu pai nos sertões. Após o falecimento de Navarro, o governador geral de Angola, temeroso de que ela fosse escravizada – e talvez enviada para o outro lado do Atlântico – e dos conflitos que poderiam vir desse fato, decidiu enviá-la “honorificamente” de volta. A filha do soba, cristianizada com o nome de Marcelina, seguiu para as terras de seu pai sendo carregada em tipoia, vestida de saias e sapatos, com “portaria para ser restritamente auxiliada por onde transitasse com os necessários carregadores”, com viático de 50 mil-réis em dinheiro, uma ancoreta de aguardente, uma peça de chita e peixe seco.⁵¹⁹ Mas quando a comitiva chegou e se acomodou no novo presídio do Lenge, Marcelina

⁵¹⁵ SANTOS, **Compendio**, p. 201-203.

⁵¹⁶ Nas palavras do narrador: “(...) não lhe convindo estar debaixo das ordens deste e ser igual àqueles a quem a pouco acabava de comandar com tanta ufanía, e rigor, lembrou-se do sagaz estratagemas para evadir-se a tudo, pedir a sua Excelência licença de regressar a capital a tratar de sua arruinada saúde (...).” SANTOS, **Compendio**, p. 208.

⁵¹⁷ Idem, p. 209.

⁵¹⁸ Idem, p. 210.

⁵¹⁹ Idem, p. 226.

julgou que se estava demorando muito para chegar às suas terras. Assim, ela deixou tudo e todos no acampamento e seguiu para casa, o que para os lusos pareceu ter sido uma “fuga”. Apesar de julgar que Marcelina desprezou “todos os afagos dos portugueses”, o narrador, o padre Garcia Fragoso, diz que ela chegou às terras do seu pai e contou “alegre” a sua “deliciosa vida entre os portugueses” e lamentou a “selvagem” vida que teria na terra-natal.⁵²⁰ As fontes ou a opinião etnocêntrica do religioso não considerava, no entanto, que Marcelina correu ou até fugiu para ter sua vida, entre os seus, de volta.

Oficialmente, o pai de Marcelina, o soba Ndambi, era vassalo do rei de Portugal. Tanto é que na listagem acima sistematizada, ele aparece pagando 18 escravos e 10 cabeças de gado no ato de avassalamento. No entanto, em setembro de 1838, ele, Bomba e outros sobas, supostamente avassalados, estavam se ausentando de suas *mbanzas* para se reunir com Quiluanje Quiassamba. O narrador Garcia até denominou Ndambi e Bomba como “semi-vassalos” pois, em maio de 1839, eles perseguiriam e atiraram por três dias em um pequeno número de soldados da rainha de Portugal. O grupo luso só foi encontrar guarida nas terras de Quitala Quiandongo, onde o alferes da tropa foi “trêmulo e convulso de medo, roto, esfarrapado e ferido de bala no braço direito” se esconder embaixo da cama do soba.⁵²¹

A guerra, portanto, continuava e o lado de Quiluanje Quiassamba não estava enfraquecido. Alguns meses antes, em setembro de 1838, o rei jinga Ngana Muheto enviou ao acampamento português um filho e alguns impungas com um ofício do dito em que declarava estar pronto a reunir-se a rainha de Portugal “para de comum acordo castigarem seu rebelado povo”. Após um tempo “magnificamente” hospedados, os impungas foram liberados, mas o filho do rei não “para servir de guia quando o major comandante passasse além do Lucala”.⁵²²

Mesmo com um filho do rei jinga guiando as tropas lusas pelos conhecidos caminhos que permitiam atravessar o caudaloso rio Lucala, o exército não foi bem-sucedido. Pois, aparentemente, enquanto o filho de jinga ainda estava no acampamento, chegaram alguns impungas do soba Ngola Mungo, a quem o comandante geral Joaquim Felipe de Andrade mandou pedir guias que também o ensinasse os melhores caminhos para atravessar o Lucala. Junto com a solicitação, o comandante também enviou três peças de “fazenda de lei” e uma ancoreta de aguardente e pediu que Ngola Mungo mantivesse segredo sobre essa comunicação para que Quiluanje não soubesse quando sairia a guerra. Por seu turno, Ngola Mungo deve ter aproveitado os presentes, confirmou o envio de alguns macotas para ajudá-lo, mas não manteve

⁵²⁰ SANTOS, *Compendio*, p. 227.

⁵²¹ Idem, p. 236.

⁵²² Idem, p. 240.

o segredo. Quando o filho do rei Jinga e um soldado luso foram buscar os macotas de Ngola Mungo, foram surpreendidos por Hollo, o dito filho de Quiluanje Quiassamba. Hollo tentou matar o soldado português que parece só ter sido salvo por estar com o filho do rei Jinga. De acordo com o narrador, toda essa trama desnecessária foi provocada pelo fato do comandante pedir “guias do inimigo [Ngola Mungo], de quem se lisonjeava ser já amigo”.⁵²³ Mais tarde, o comandante teria mais uma desagradável surpresa com uma chefia considerada aliada, o rei Jinga.

5.5 A LIÇÃO DO REI JINGA

Em 16 de setembro, o comandante geral Andrade reuniu o exército na praça do novo presídio do Lenge e declarou o início das operações de guerra sob seu comando. Para isso, ele leu as principais instruções em voz alta para que todos pudessem ouvir:

Todos devem lembrar-se do seu primeiro dever: defender a pátria, o pai, a mãe, irmãos, mulher e filhos; mais vale morrer com glória no campo da batalha do que escapar fugindo com infâmia. O nosso maior inimigo, o Quiluanje Quiassamba, colocado em uma atitude até agora estranha do gentio, se jacta de não temer as nossas armas, fiado na vergonhosa fuga de muitos na ação do dia 17 de junho no Mutamba, é necessário apagar essa nódoa tão feia para os portugueses. Coragem, valor e resignação devem ser nossos inseparáveis companheiros; quem fugir ou der algum jeito de espanto será logo morto. Joaquim Felipe d’Andrade, major e comandante geral das forças em campanha [sic].⁵²⁴

Logo no dia 17, o major expediu uma força para o Lombe a fim de bloquear os caminhos do Bondo e Holoriabinba e impedir que os jingas fugissem para o Hollo. Essa medida, contudo, foi inútil pois Quiluanje Quiassamba conseguiu evadir mesmo assim.⁵²⁵ Além disso, uma série de acontecimentos começaram a afetar a tropa assim que chegaram no Lombe. Primeiramente, o alferes Antonio de Oliveira Bastos foi acometido por febres e voltou ao acampamento em Quiluanje Quiassamba. Depois, um soldado da cavalaria acabou matando seu cavalo acidentalmente enquanto cuidava dele. Com esses acontecimentos significativos e em tão pouco tempo, parecia que a fortuna não estava do lado luso.⁵²⁶

No dia 22 de setembro de 1838, finalmente, as tropas atravessaram o rio Lucala. Foram 3.025 homens fazendo essa travessia. O exército foi dividido em duas colunas, sendo uma delas

⁵²³ SANTOS, *Compendio*, p. 243.

⁵²⁴ Idem, p. 245.

⁵²⁵ Idem, p. 247-248.

⁵²⁶ Idem, p. 248-249.

enviada ao sítio do soba Quilundo Quiangola – entre Luando e Cole – onde se supunha estar Quiluanje Quiassamba.⁵²⁷ As tropas chegaram às terras de Quiangola no dia 23 e às 10 horas da manhã logo avistaram, do outro lado do rio “Luhúe”⁵²⁸, quatro bandeiras jingas compostas de mais de 600 armas comandadas pelos sobas Ngola Mungo (“a quem o major comandante pedira os guias e segredo”, segundo o padre Garcia), Quiluanje Antigo, Fula Diatuto, Quilundo Quiangola, Ngunza a Quilunda e Cassanda Caquiambo.

Antes desse encontro, os mesmos sobas ali ativos do outro lado do rio haviam enviado seus embaixadores para declararem fidelidade e oferecerem suas armas à rainha de Portugal. A fim de convencer o comandante geral, eles mandaram dizer que declarariam o verdadeiro asilo de Quiluanje Quiassamba pois, disseram, segundo o narrador, “que apesar de ser como eles gentio, todavia reconheciam nele merecedor de severo castigo”. Porém, o comandante Andrade já mais experiente na política e nas estratégias de guerra dos jingas, reconheceu aquele ato como uma emboscada. E era. Segundo o narrador Garcia, assim que fosse permitida a ida desses sobas para o arraial, eles iriam matar os cavalos, que tanto temiam, e se apossariam da pólvora.⁵²⁹ Ao final, ao vê-los reunidos ali às margens do Lué, confirmou-se a falsa declaração dos jingas.

Não sabemos se houve algum embate ali na beira do rio. Sabemos, contudo, que no dia 25 de setembro as tropas seguiram no encalço de Quiluanje Quiassamba indo às terras do soba Ndalango, no Colle, onde estaria Quiassamba e seus filhos. Confirmando essa informação, logo no caminho, eles encontraram sete ou oito homens que faziam parte da quicumba de Quiassamba. Ou seja, a caravana de mulheres e outros não-combatentes que acompanhavam o poderoso soba.⁵³⁰ O comandante Andrade, porém, resolveu por não os aprisionar pois, disse, “não viera para aprisionar todo e qualquer indivíduo”⁵³¹. Naquela ocasião, Andrade quis se diferenciar do ex-capitão Navarro e o narrador padre Garcia acatou seu discurso. Todavia, quando chegaram no Colle não acharam nem Quiluanje Quiassamba e seus filhos e nem os habitantes da localidade. Para não sair em clima de total derrota, as tropas, então, aprisionaram duas mulheres idosas que lá encontraram.⁵³² No final, parece que o novo comandante-geral não era tão diferente do antigo.

No dia 29 de setembro, as tropas lusas chegaram às terras de Nzundo Amulele, vizinho de Ngola Mungo, onde encontraram Nzumba Caculo, parente de Quiluanje Quiassamba. Mais

⁵²⁷ Idem, p. 250-251

⁵²⁸ Provavelmente, o atual rio Lué.

⁵²⁹ SANTOS, **Compendio**, p. 253-254.

⁵³⁰ Sobre esse significado de quicumba, a “bagagem”, de soldados da guerra preta e sobas ver HEINTZE, Fontes, *op. cit.*, p. 125.

⁵³¹ SANTOS, **Compendio**, p. 256.

⁵³² Idem, p. 256.

uma vez, nada de Quiluanje Quiassamba. Ali o comandante resolveu sua frustração, mandando cortar a cabeça do parente de Quiluanje e espetá-la num pau.⁵³³

Poucos dias após cortar a cabeça de Nzumba Caculo, o comandante soube que Quiluanje Quiassamba estava no quilombo do rei Jinga. Ao receber a notícia, pode ter parecido que a guerra estava resolvida. Afinal, o rei Jinga era um aliado e um dos principais interessados na queda de Quiluanje. No entanto, Ngana Muheto surpreendeu mais uma vez ao responder ao comandante Andrade que não entregaria Quiluanje Quiassamba. Disse o soberano:

que tendo ele entregue a Sua Majestade aqueles sobas do Lenge para serem(?) suas cabeças cortadas foram perdoados pelo tenente ex-comandante José Navarro, recebendo deles seus donativos de escravos, por isso julgava não dever entregar Quiluanje Quiassamba a quem ele rei também perdoava para dele receber igualmente seu donativo, tomando esta infame lição dos portugueses [sic].⁵³⁴

A reviravolta que a declaração do rei Jinga provocou deve ter sido impressionante. Naquele momento, a guerra já durava em torno de oito meses. E quando o comandante Andrade considerou que, finalmente, capturaria o inimigo Quiluanje Quiassamba, Ngana Muheto se recusou. E a justificativa do *ngola* era perspicaz: se a rainha de Portugal podia aliar-se e adquirir riqueza dos seus inimigos, ao invés de castigá-los, ele, igualmente rei, também o podia. Não era só o lado português que deveria se beneficiar e amealhar escravizados, o seu lado também deveria. Não sabemos mais detalhes acerca do posicionamento do rei e nem da resposta do comandante, pois, avisa o padre Garcia, ele não teve acesso às cópias dos diversos ofícios enviados ao rei Jinga, ao longo da campanha, por inaptidão e “falta de curiosidade dos embaixadores incumbidos a entregar aqueles ofícios”.⁵³⁵

O fato é que as tropas portuguesas não ousaram entrar na corte de Jinga, mesmo em retaliação a esse ato. Ao invés disso, o exército seguiu para as terras de Nzundo Aquembi e depois sofreram uma série de derrotas nos dias 6, 8 e 9 de outubro de 1838. Após tantos revezes, o comandante se convenceu de que seria melhor acabar a guerra. E no dia 12 de outubro, ordenou que todos “moradores de segunda classe e empacasseiros” cortassem madeiras e cordas para fazer as jangadas que ajudariam o exército a passar o rio e voltar para o acampamento no novo presídio, nas terras de Quiluanje.⁵³⁶

No mesmo dia 12, às oito horas da manhã, moradores e empacasseiros foram atacados, enquanto estavam na mata, e voltaram correndo para o acampamento com os jingas atrás deles.

⁵³³ Idem, p. 258.

⁵³⁴ SANTOS, **Compendio**, p. 259-260.

⁵³⁵ Idem, p. 279-280.

⁵³⁶ Idem, p. 262-263.

O exército organizou-se rapidamente para combater os jingas, e a batalha durou até às 16 horas da tarde. Nesse momento, os jingas, cansados, deram as costas e foram para seu *kilombo*. Porém, os portugueses os seguiram e acabaram por queimar o dito acampamento. Mas quando o exército português voltou ao seu acampamento, julgando terminada a batalha, foi sua vez de ser atacado pelos inimigos às 20 horas da noite.⁵³⁷ No dia seguinte, os jingas atacariam novamente e da mesma maneira de 8 horas da manhã até às 16:30 da tarde.⁵³⁸ Todo esse embate e perseguição continuaria nos três dias seguintes com os jingas seguindo as tropas portuguesas até mesmo através do Lucala e outros riachos que cortavam a região.⁵³⁹

Talvez fatigado de tantos ataques e recuos e tantas horas de combate, o comandante Andrade resolveu que era o momento de finalizar o conflito. Por isso, em 17 de outubro de 1838, o major comandante declarou ao governador geral que a guerra estava concluída e solicitou autorização para dissolver a campanha. Para sustentar a necessidade de finalizar o conflito, Andrade também apontou o estado de miséria e nudez das tropas e a necessidade de todos voltarem a se dedicar a agricultura.⁵⁴⁰ Esperançosos pela autorização do fim da guerra, o comandante e o exército chegaram ao presídio do Lenge em 20 de outubro e, nas palavras irônicas do padre Garcia, deram “todos infinitas graças ao todo poderoso senhor dos exércitos, pelo os [sic] haver livrado dos ocultos desejos da Jinga, como os israelitas do Egito, e restituído ao suspirado presídio do Lenge”.⁵⁴¹

Para Garcia, o exército português saiu da guerra quase “como corrido, porquanto (...) era constantemente seguido com tiros pelo gentio (...) o qual com sobeja razão se tem vangloriado haver expelido o exército português”. E, nesse sentido, nem a utilização dos cavalos foram uma vantagem. O governador Vidal guarneceu a campanha com doze soldados a cavalo, confiando-se no medo que, sabia-se, aquela população tinha ao animal. Porém, aparentemente, os jingas superaram esse temor. Na verdade, foram os cavaleiros que acabaram por temê-los. Segundo o narrador, ao longo da guerra os cavaleiros ficavam abaixados em cima dos cavalos e só com as lanças erguidas proferindo “mahió, mahió, mahió”, uma expressão dos “naturais da terra” que era utilizada em combate e que significava algo como “as balas dos meus inimigos serão impenetráveis no meu corpo e não me farão nenhum dano”.⁵⁴² Assim, o narrador

⁵³⁷ SANTOS, *Compendio*, p. 264-265

⁵³⁸ Idem, p. 265-266

⁵³⁹ Os riachos mencionados são o Munene e Lucu. Idem, p. 267-268.

⁵⁴⁰ Idem, p. 268-269.

⁵⁴¹ Idem, p. 270-271.

⁵⁴² Idem, p. 273-274

concluiu que os cavaleiros só haviam participado da campanha apenas para “se fartar das carnes”, visto que eram privilegiados com “as rações da melhor posta, sem osso”.⁵⁴³

Enquanto esperava a resposta do governador acerca do fim da campanha, o comandante empregou os moradores na agricultura para plantar farinha, feijão e milho. Além disso, em relação aos capturados na guerra, ele vendeu sete daqueles que julgou inferiores ao capitão da guerra preta Manoel Vandunes, pelo valor de 33\$000, e remeteu 72 dessas pessoas para Luanda.⁵⁴⁴

Por sua vez, em Luanda, o governador não estava vivendo seus melhores momentos para dar a celeridade que o comandante Andrade necessitava. Em 17 de julho de 1838 foi assinado o decreto de demissão do governador Manoel Bernardo Vidal pelo visconde de Sá da Bandeira. No documento, o primeiro-ministro diz que Vidal perdeu sua confiança por estar autorizando passaportes a navios declarados em lastro no porto de Luanda mas que chegavam carregados de africanos nas Américas.⁵⁴⁵

Em 8 de novembro de 1838, Manoel Vidal se defendeu da demissão, em carta a Sá Bandeira, dizendo-se um oficial dedicado à pátria há trinta anos e explicando que quando ele levou a lei de 10 de dezembro de 1836 ao Conselho em Luanda, essa foi julgada inexecutável e passível de provocar a ruína à província e a emigração das principais casas comerciais e famílias abastadas para o Brasil, como havia acontecido em 1830.⁵⁴⁶ O Conselho também acreditava que não deveria haver extinção sem a devida indenização dos negociantes da praça de Luanda e defendeu que o tráfico de escravizados não ofendia nem a Portugal e nem a humanidade. Pois, explicou o padre Garcia Fragoso – que escreveu seu “Compendio” em homenagem a Vidal –, os escravizados não eram feitos e capturados na jurisdição portuguesa, e eram “prisioneiros que costumavam antes matar ou criminosos condenados à morte que os ditos sertanejos resgatam”.⁵⁴⁷

Manoel Vidal, como membro da Junta, defendeu que a aplicação da lei não fazia mais do que “aterrar estes povos, fazer que a cidade fique despovoada e a junta da fazenda sem meios para pagar os empregados”.⁵⁴⁸ E defendendo a si mesmo, disse que ele estava sendo injustiçado, caluniado e utilizado para servir de exemplo a outras autoridades do ultramar, porque ele não fazia parte da “alta aristocracia”. Nesse sentido, completou que não havia “lei alguma que

⁵⁴³ Idem, p. 247.

⁵⁴⁴ SANTOS, **Compendio**, p. 279.

⁵⁴⁵ Idem, p. 298.

⁵⁴⁶ Idem, p. 300-314 e p. 327.

⁵⁴⁷ Idem, p. 328 e p. 329-330.

⁵⁴⁸ Idem, p. 303.

proíba a saída de navios em lastro, dei passaporte a quantos nos pediam, mas nenhum saiu com escravos”.⁵⁴⁹ Então, foi “desgostoso e magoado” pela demissão, que Vidal não deu mais nenhuma providência acerca da campanha, mandando o comandante geral considerá-la concluída, remetendo a cavalaria à capital e deixando lá na região todos os oficiais e a competente força para continuarem na construção da fortaleza do novo presídio do Lenge.⁵⁵⁰

Nos sertões, por sua vez, em 22 de outubro, o major comandante Andrade tentava dar uma imagem de vitória às tropas portuguesas. Assim, ele mandou fuzilar Zamba Caculo, Quibanga e Queta Candangi, sobas partidários de Quiluanje Quiassamba.⁵⁵¹ Ao mesmo tempo, pareceu que Andrade ainda estava amargando a recusa do rei Jinga em lhe entregar Quiluanje Quiassamba. Talvez por isso, cinco dias após o assassinato dos sobas, ele escreveu ao rei Jinga dizendo:

É com o maior desprazer que me vejo agora obrigado a escrever ao rei Jinga para lhe lembrar que tendo-lhe eu oficiado de Ndalango noticiando-lhe a minha passagem para além do rio Lucala, nunca, nunca me respondeu e nunca mandou reunir as suas forças as do meu comando, como tão repetidamente prometeu (...). É tanta falta de fé e palavra do rei Jinga, intitulado irmão da rainha de Portugal, que até tem insinuado aos seus embaixadores para me fugirem do caminho; (...) Já o Rei Jinga terá sabido da fuga do Quiluanje e fraqueza do Mutamba, que só d’algum bosque é que fazem algum tiro, pelo que nada deles deve temer os vassalos e aliados da sempre respeitada Nação portuguesa; e se não fui visitar o rei é por causa das chuvas, o que não obstante executarei se ele não cumprir a sua palavra, mandando-me entregar imediatamente o Quigilo – com toda a sua quicumba, e mais inimigos que lá tem asilado, e então talvez não lhe seja muito agradável a minha visita. O rei Jinga deve tanto conhecer a minha franqueza e amizade, que presenteando-lhe eu com uma ancoreta de aguardente, nunca tive recompensa dela, mas nem por isso deixo de tratar bem os seus embaixadores, e tanto eu quis defender suas terras que aprisionei muita gente pertencente ao Quiluanje Quiassamba e mais rebeldes e mandei publicamente fuzilar o Zamba Caculo, Quibanga, Queta Candangi, cumpra portanto o rei Jinga a sua promessa na entrega do Quigilo e mais inimigos, mandando-me igualmente o meu embaixador, que lá existe, que eu lhe mandarei o seu Ndala Quibango e permanecerá (como até aqui) a paz e a aliança entre os súditos portugueses e os seus, porém se obrar o contrário não estranhe o que lhe sucederá e conte decerto que para as suas terras, nunca mais irá fazenda nem outro algum objeto de comércio português.⁵⁵²

⁵⁴⁹ Idem, p. 306 e p. 311.

⁵⁵⁰ SANTOS, *Compendio*, p. 298.

⁵⁵¹ Idem, p. 274.

⁵⁵² Idem, p. 280-284.

A carta era uma clara ameaça ao rei Jinga. Enumerando quem ele já havia capturado, o comandante Andrade indicava que o soberano também poderia sofrer os mesmos castigos por não ter cumprido os acordos. Para Andrade, pode ter parecido importante mostrar a sua força e rigidez pois, na verdade, o que ele escrevia não condizia com a realidade. Um exemplo disso é o caso do soba Cahuasso.

Cahuasso, o já mencionado genro de Quiluanje Quiassamba passou todo o período de campanha preso por ter confundido as tropas lusas no caminho às terras de seu sogro, como mencionado anteriormente. No entanto, ele não foi fuzilado juntamente com os outros sobas. Em defesa de Cahuasso, o escrivão do novo presídio, Ignácio Mendes do Nascimento Machado, alegou que quando o troço português chegou às terras do grande soba, o próprio Quiluanje ainda estava em sua *mbanza* e que se os portugueses não conseguiram pegá-lo, não era culpa do soba, mas sim do alferes José d'Oliveira Mona que não mandou calar o som da caixa que anunciava a chegada das tropas. Em pagamento pela defesa, o escrivão Ignácio recebeu dois escravos. Assim, Cahuasso foi absolvido e o próprio comandante recebeu, em troca, quatro escravizados, uma cabeça de gado e uma peça de fazenda ao capitão-tendala Manoel Mendes Machado e Costa.⁵⁵³ Ao final, a postura resoluta do comandante Andrade, assim como no caso de Navarro, se flexibilizava mediante pagamentos, principalmente, recebendo pessoas para escravizar.

Mas com o assassinato de alguns sobas, o comandante talvez tenha tido sucesso em fazer parecer que houve a vitória portuguesa naquela campanha. Pelo menos, foi assim que as notícias cruzaram o Atlântico. Em 9 de março de 1839, os contrabandistas de gente do Brasil e demais interessados tomaram conhecimento sobre o estado das disputas políticas nessa região tão importante para os envolvidos no tráfico ilegal de africanos. *O Despertador*, um diário do Rio de Janeiro, foi o responsável por publicar uma carta escrita no presídio do “Príncipe de Bragança” (nome escolhido para o novo presídio do Lenge) contando os últimos episódios da guerra contra os nobres rebeldes do rei Jinga. Suprimindo o remetente e o destinatário da missiva, foi noticiado que entre os dias 12 e 14 de outubro de 1838, as tropas portuguesas conseguiram derrotar Quiluanje Quiassamba e acabar com as “hostilidades” que o dito soba tinha cometido. Com a vitória, as terras e povos da região do rio Lucala passaram ao total controle português, resultando na construção do dito presídio Príncipe de Bragança, e ficando

⁵⁵³ SANTOS, *Compendio*, p. 274-277

o novo rei Jinga desobrigado de lidar com esses “desobedientes” da fronteira ocidental de seu reino.⁵⁵⁴

Apesar do que foi noticiado, os portugueses não venceram Quiluanje Quiassamba. Sobre isso, o próprio narrador, o padre Fragoso revoltou-se por ver a campanha finalizada sem a prisão do afamado soba e sem “ter o gentio sofrido os terríveis efeitos dos nossos arcabuzes, com que ficasse imortalizado o valoroso nome português [sic].” Mas em todas as chances que os lusos tiveram de se aproximar de Quiluanje, ele conseguiu escapar. Em uma dessas ocasiões, inclusive, ele obteve o apoio do rei Jinga com quem negociou à moda portuguesa: em troca de escravizados. No final, as tropas portuguesas nem conseguiram capturar e muito menos derrotar as tropas de Quiluanje Quiassamba. Mas o Império Ultramarino português criou e difundiu a narrativa de vitória.⁵⁵⁵

Por outro lado, é óbvio que Quiluanje Quiassamba e seus partidários também sofreram com a guerra que, em si, é sempre um mecanismo de difusão de barbárie, miséria e sofrimento. Provavelmente, aqueles que não morreram em combate ou que não foram fuzilados pelos lusos, perderam suas terras e tiveram de se estabelecer em uma nova mbanza ou até mesmo acabaram capturados e enviados ao litoral, onde talvez tenham sido embarcados em algum dos tantos navios que faziam o tráfico ilegal de africanos.

Todavia, os jingas não foram dizimados, nem foram totalmente escravizados e nem totalmente avassalados como queriam as autoridades luso-africanas. É provável que os jingas tenham se mantido na luta por soberania equilibrando conflitos com acordos diplomáticos. Sobre a soberania jinga, Jill Dias aponta, por exemplo, que ele continuaram tributando em tecidos àqueles que atravessavam os seus sertões na segunda metade do século XIX.⁵⁵⁶ E o *ngola*, o rei ou rainha jinga, continuou reinando.

⁵⁵⁴ HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. **O Despertador**: Diario Commercial, Politico, Scientifico e Litterario (RJ): 9 de março de 1839.

⁵⁵⁵ Para uma discussão acerca da narrativa de vitória e conquista também no caso de Kassanje ver BÔAS, Felipe Vilas. **Entre conflitos e prudências: africanos e portugueses nas Campanhas de Kassanje (1850-1862)**. Anais do XVIII Encontro Regional de História da ANPUH-PR: “Nações, povos e territórios: configurações e reconfigurações”, 2022.

⁵⁵⁶ DIAS, Jill. **Mudanças nos padrões de poder no “hinterland” de Luanda**: o impacto da colonização sobre os mbundu (c. 1845-1920). Penélope. Fazer e desfazer a história, n.14, pág.43-91, 1994. Disponível em: <https://run.unl.pt/handle/10362/2517>. Acesso em: 23 abr. 2024, p. 53.

5.6. ACABOU A GUERRA, CONTINUA A LUTA

O presídio português de Duque de Bragança, estabelecido na terras de Quiluanje Quiassamba, representou um marco relevante na expansão dos poder luso naqueles sertões. Em um contexto de proibição de embarque de escravizados no porto de Luanda e da perda de seus lucros e da arrecadação para Fazenda Real, a administração portuguesa resolveu estabelecer no novo presídio uma colônia para a produção agrícola. Essa colônia de Duque de Bragança foi fundada no governo de Antônio Manuel de Noronha, o governador que sucedeu Manuel Bernardo Vidal. O solo e o clima da região das antigas terras de Quiluanje Quiassamba eram consideradas favoráveis à agricultura e para habitá-lo a Coroa planejou o envio de mais de cem colonos portugueses vindos de Pernambuco, Pará e Rio de Janeiro.⁵⁵⁷

Na década de 1850, já a guerra de 1838 parecia distante e outra versão foi contada. Escrevendo nesses anos, Antonio Gil declarou que Quiluanje Quiassamba teve razão em fazer guerra contra os portugueses, pois fazendas desse chefe haviam sido roubadas em terras da jurisdição portuguesa, o que teria motivado sua revolta.⁵⁵⁸ Dessa forma, seu relato pode nos servir de lente para enxergar os desmandos e a incivilidade das autoridades lusas. Afinal, na documentação portuguesa, os jingas são retratados como rebeldes, bárbaros e desobedientes mas, obviamente, quase nada é dito acerca das quebras de acordos diplomáticos e da violência dos lusos naqueles sertões. Talvez, portanto, Quiassamba tenha considerado inaceitável ter seu comércio interrompido por aqueles que então eram aliados de seu rei que, ao mesmo tempo, nada parece ter feito para resguardar seus “filhos”.

Antonio Gil também revela que enquanto o lado luso fuzilava e escravizava os prisioneiros de guerra, tendo até capturado uma parente do rei Jinga, Quiluanje Quiassamba não teria machucado nenhum prisioneiro feito durante a guerra. Para ele, esse fato e outros mostrava o respeito e temor que aqueles povos tinham pelo *maniputo*, rei de Portugal. A contar pelo que retratamos neste trabalho, sua constatação parece exagerada. No entanto, ela pode ter sido influenciada pelo contexto em que ele escreveu.

⁵⁵⁷ FERREIRA, Roquinaldo. Abolicionismo versus colonialismo: Rupturas e continuidades em Angola (século XIX). **Mulemba**: Revista Angolana de Ciências Sociais, 4 (8), 2014. Disponível em: <https://journals.openedition.org/mulemba/245>. Acesso em: 15 set. 2024.

⁵⁵⁸ GIL, Antônio. **Considerações sobre alguns pontos mais importantes da moral religiosa e sistema de jurisprudência dos pretos do continente da África Ocidental portuguesa além do Equador, tendentes a dar alguma ideia do caráter peculiar das suas instituições primitivas numa série de memórias**. Lisboa: Tipografia da Academia, 1854, p. 16-17.

Naqueles anos de 1850, aparentemente, houve pedidos “em larga escala” de sobas de Jinga que queriam se avassalar à Coroa portuguesa.⁵⁵⁹ Para os contemporâneos, parecia que a guerra de 1838 havia dado um maior respeito às armas de *maniputo*. No entanto, as próprias autoridades lusas tinham cautela para aceitar essas solicitações que eram repassadas pelo capitão-mor do novo presídio de Duque de Bragança. Sobre elas, o visconde de Sá da Bandeira respondeu que, dentre outros fatores, era necessário se conhecer a importância atual do rei Jinga naqueles sertões, a força que ele poderia “pôr em campo” e outras particularidades do chefe. Ou seja, nada estava definitivamente conquistado.

Por outro lado, esse documento também revela que quinze anos após o fim da guerra contra Quiluanje Quiassamba já não parecia haver um acordo entre Jinga e Portugal. E que mesmo com o novo presídio, o rei Jinga continuava a impor respeito na região.

Na década de 1860, o governador-geral Sebastião Calheiros e Meneses afirmava que a comunicação entre o presídio de Duque de Bragança e Malanje continuava a ser frequentemente interrompida pela ação dos jingas e mabangas.⁵⁶⁰ Esse relatório é revelador, portanto, de que o reino de Jinga continuava a limitar a circulação e a política expansionista portuguesa mesmo após o fim do tráfico atlântico de pessoas. Nesse sentido, mesmo sem uma pretensa política de monopolização do fornecimento de gente, esse povo ainda se mantinha fortalecido na luta pela autonomia do seu território e dependentes.

E naquele contexto, eles ainda impunham respeito. Em 1879, quando os exploradores Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens passaram pelo reino de Jinga, em sua viagem pela África Central, eles fizeram o seguinte comentário acerca do monarca jinga:

A fim de chegarmos novamente à bacia do Cuango era mister atravessar grande parte do reino da Jinga de que os informadores nos haviam feito as mais exageradas e dramáticas descrições com relação às exigências e tiranias do monarca(...) Denominam-se os monarcas sempre Ngolas Quiluanjes Quiassama, tendo porém o seu nome especial, que o de hoje diz ser Calunga Ndombo Acambo. Reside numa senzala pomposamente intitulada corte, cercado de muitos vassalos, duques, condes, marqueses que ele explora em proveito próprio.⁵⁶¹

⁵⁵⁹ AHU, SEMU-CU, PROCESSOS DAS CONSULTAS, Cx. 31, D. 1079 (1L-CODG).

⁵⁶⁰ MENESES. Sebastião Lopes de Calheiros e. **Relatório do Governador Geral da Província de Angola referido ao ano de 1861**. Lisboa: Imprensa Nacional: 1867.

⁵⁶¹ CAPELLO, Hermenegildo; IVENS, Roberto. **De Benguella às terras de Iácca: descrição de uma viagem na Africa central e occidental. Compreendendo narrações, aventuras, e estudos importantes sobre as cabeceiras dos rios Cunene, Cubango, Luando, Cuanza e Cuango, e de grande parte do curso dos dois ultimos; alem da descoberta dos rios Hamba, Cuali, Sussa e Cugho, e larga notícia sobre as terras de Quiteca, N'bungo, Sosso, Futa, e Iácca**. Imprensa Nacional, 1881, Volume 2, p. 48.

Apesar do relato, os exploradores desconsideraram a força da chefia jinga, julgando como exagerado e dramático o reconhecimento e respeito dado pelos nativos, porque, segundo disseram, o reino Jinga era então apenas o “reflexo da grandeza d’outrora”.⁵⁶² Suas considerações talvez indiquem que a força desses soberanos eram, naquele contexto, mais simbólica do que efetiva. Não dificilmente, o dito enfraquecimento do poder do ngola também pode ter decorrido do avassalamento em massa de seus sobas ao rei de Portugal na década de 1850.

Em outra passagem de seu relato, Capelo e Ivens contam que foram abandonados pelos carregadores de sua comitiva, que fugiram levando as armas. Sobre isso, Capulco, o cozinheiro da comitiva, alegou que naquelas terras mesmo os fugitivos teriam seu castigo pois “com os sobas da Jinga não se brinca” e que por nada ele andaria sozinho naquele lugar. O homem ainda disse acreditar que no dia seguinte cinco ou seis dos carregadores já teriam sido amarrados pelos jingas.⁵⁶³

Apesar do reconhecimento da potência Jinga entre a população daqueles sertões, os viajantes registraram, na década de 1870, que o reino de Jinga tinha a “importância comercial” “quase nula”.⁵⁶⁴ Porém, esse assunto, o comércio e a influência de Jinga no vale do Kwango após o fim do tráfico atlântico de escravizados, carece de uma investigação mais aprofundada e não está no escopo e nem dentro do recorte temporal deste trabalho.⁵⁶⁵

Finalmente, essas fontes do pós-guerra de 1838 e 1839 mostra a força do sobas e dos próprios soberanos de Jinga apesar do discurso de vitória luso. E o retrato dessa potência é reforçada quando analisamos a documentação. Aparentemente, o tom da consulta respondida por Sá da Bandeira, em 1856, se assemelha com aquela consulta acerca do avassalamento do soba Manicondo, respondida 170 anos antes, em 1678. O tom é de cautela, de conciliação. Após duas guerras, em 1744 e em 1839, tantos outros conflitos e a fundação de um novo presídio em terras jingas, os lusos ainda reconheciam suas limitações naqueles territórios. Desconhecemos, dessa forma, quando e em quais circunstâncias os jingas assistiram ao seu enfraquecimento naquela região.

⁵⁶² Idem, p. 50.

⁵⁶³ Disse Capulco: “Com os sobas da Jinga não se brinca; este *vundas*, *candas*, *catecos* têm má índole; é gente de ruins fígados e aposto que amanhã já cinco ou seis estarão amarrados. Eu, pela minha parte, nem dava aqui dois passos sozinho por toda a fazenda do mundo!”.

⁵⁶⁴ Idem, p. 50.

⁵⁶⁵ Jill Dias mostra que, mesmo com o fim do tráfico transatlântico, as rotas comerciais mbundu continuaram agitadas pelas transações de marfim, cera e, depois, borracha. A autora afirma que o declínio da autonomia mbundu só aconteceu no século XX, com o declínio do comércio da borracha e do café e o adoecimento e morte da população, debilitando a resistência ao domínio colonial português na região de Matamba e Cassanje. DIAS, Jill. **Mudanças nos padrões de poder**, *op. cit.*

De fato, o povo do *ngola* e das rainhas Jingas resistiram por séculos naqueles sertões às tentativas portuguesas de dominação do seu comércio e da sua população. As jingas e os jingas comercializaram e impuseram sua influência política sobre seus vizinhos. Muitos deles devem ter caído nas rotas das escravidão e tiveram que resistir quando foram obrigados a atravessar o Atlântico como escravizados. Por fim, em Angola, elas e eles devem resistir até hoje.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 1689, o governador João de Lencastre reportou ao Conselho Ultramarino a sua intenção de fazer guerra contra a rainha jinga Dona Veronica porque ela havia aprisionado um vassalo da Coroa portuguesa. As autoridades em Lisboa, porém, proibiram o combate, argumentando a falta de recursos para uma expedição e instruíram a “dissimular com Jinga”, deixando para outra ocasião o castigo contra a rainha e a ajuda ao “amigo”. Segundo eles, visto que as forças dos negros eram “muito maiores” era importante buscar conservar a conquista “mais no respeito que nas forças”.⁵⁶⁶

Para nós, essa correspondência é ilustrativa de como se estruturou a relação entre os lusos e os jingas do século XVII até o século XIX: conflitos constantes que eram intercalados por breves acordos diplomáticos quebrados por ambos os lados, maiormente, pelos jingas. No período estudado, há duas grandes guerras entre ambos: uma em 1744 e outra em 1838. Na maior parte do tempo, contudo, a Coroa portuguesa precisou “dissimular” por não ter nem tropas e nem influência suficientes para combater efetivamente o povo chefiado pelas mulheres que se denominavam senhoras de todas aquelas terras. Eram as jingas e os jingas, portanto, que ditavam o ritmo das relações políticas com os lusos e seus representantes.

A rainha D. Veronica acima mencionada foi a primeira rainha jinga assim referenciada nas fontes lusas após a morte de Njinga Mbandi. Na documentação das autoridades da Angola portuguesa, ela aparece desobedecendo a dois acordos, um assinado em 1683 e outro em 1689. No acordo de 1683, assinado após a morte do seu irmão, Francisco Ngola Kanini, D. Verônica concordou, dentre outras obrigações, em franquear os caminhos de comércio aos pumbeiros portugueses e permitir o trabalho dos clérigos católicos nas suas terras. No entanto, a contar pelo relato de Antonio Zucchelli da Gradisca, o trabalho dos missionários não foi facilitado pela rainha que, nas palavras deles, não era um exemplo a ser seguido pelo seu povo, visto ter se negado a aderir ao sacramento do casamento monogâmico e também manteve a força dos costumes “jagas”. Já em relação aos acordos políticos com Portugal, em 1689, um novo tratado foi assinado para pôr fim à animosidade que se colocava entre jingas e lusos, contexto em que, todavia o governador-geral foi aconselhado a dissimular.

Depois de D. Verônica, que governou por quarenta anos, mais seis soberanas chefiaram o reino do Ndongo e da Matamba. Algumas delas apareceram protagonizando alguns episódios no interior angolano, que eram reclamados como interrupção do comércio pelas autoridades

⁵⁶⁶ AHU, CONSULTAS DE ANGOLA, livro 1, código 554, Fl. 63: Consulta de 18 de novembro de 1689.

lusitanas nas correspondências entre governador-geral e capitães e regentes dos presídios do interior. Nesse sentido, o que para os lusos era tido por desobediência e rebeldia, para as rainhas, talvez fosse a demonstração da sua política de estado baseada na soberania sobre suas terras e pessoas, na garantia do monopólio do comércio e em acordos diplomáticos quando de seu interesse e necessidade. Afinal, não havia rebelião se não havia submissão.

Nas correspondências que circulavam entre os presídios do interior e Luanda e entre Luanda e Lisboa, as chefias jingas foram mencionadas como inimigas, desobedientes, e tantas outras expressões de desafeto, que se repetiram ao longo do tempo, e que demonstram que os jingas foram tidos como um obstáculo à expansão da influência política e comercial da Coroa portuguesa nos sertões angolanos. Em grande medida, o palco desses confrontos foram as feiras e estradas de comércio. Porém, eram repetitivas as queixas dos ataques, roubos de fazendas e assassinatos dos pumbeiros ligados a Luanda nas terras jingas.

No reinado de D. Ana II, por exemplo, houve a guerra de 1744, cuja origem estava relacionada à tentativa lusa de quebrar o monopólio jinga no fornecimento de escravizados que vinham da Lunda através de Holo. A Coroa portuguesa venceu a guerra e essa rainha foi obrigada a assinar um acordo permitindo o livre-comércio dos pumbeiros de Luanda e livre trânsito dos missionários por suas terras. Pouco tempo depois, no entanto, os jingas voltariam a sacudir os sertões com os roubos aos pumbeiros e com o boato de que tomariam o presídio de Ambaca, o maior e mais rico enclave luso no interior que, então, era governado por Domingos de Assunção, um sobrinho da Rainha Jinga.

Após D. Ana II seguiu-se os governos de D. Verônica II, D. Ana III e Dona Ana Acabango. Sobre D. Verônica II não há mais informações além de sua disputa de poder com Domingos de Assunção pelo trono de Jinga. D. Ana III, entretanto, sofreu um golpe de estado sangrento, sendo sua família massacrada e sua filha D. Kamana exilada pelo orquestrador do episódio, seu sobrinho Kalwete ka Mbandi. D. Kamana estabeleceu-se nas mitológicas Ilhas Kindonga, lugar simbólico e de refúgio dos antigos *ngolas*, e de lá empreendeu a resistência contra seu primo, que se tornou rei de Jinga e tinha aliança com os então aliado dos lusos. Mais tarde, porém, foi D. Ana Acabango, outra filha de D. Ana III que se tornou rainha de Jinga.

Aparentemente, uma das justificativas do golpe de Kalwete ka Mbandi foi a sua tentativa de destruir a posse e o costume do Reino do Dongo e Matamba “*ser governado por fêmeas*”.⁵⁶⁷ Argumento semelhante aparecerá também no golpe de Ngana Ndala, depois rei Ngana Muheto, contra Ngana Quissanga, a última jinga deste trabalho, em 1837. Teria dito

⁵⁶⁷ Grifo nosso. ANTT, Condes de Linhares liv. 50, 1º v, “Tratado de sujeição, obediência e fidelidade...”, fl. 134.

Ngana Ndala, depois rei Jinga, que seu objetivo era “abolir” “tal estilo de ver este estado ocupado por uma mulher”.⁵⁶⁸ Os argumentos semelhantes entre os golpistas – ou visto dessa forma pelas autoridades lusas – talvez indique a força do trabalho contínuo e vagaroso dos missionários, cujos ensinamentos cristãos imputava à figura feminina a fonte do pecado e a representavam como subalternizada e destituída de poder. Apesar de não termos conseguido fazer uma análise detalhada dessa mudança de mentalidade, é possível apontar que, de alguma maneira, os valores cristãos foram aceitos e instrumentalizados por um grupo de homens da nobreza jinga que desejavam chegar ao poder e eliminar a tradição de chefia feminina. E nisso, eles contaram com o apoio luso.

A última guerra destacada neste trabalho foi em 1838. Entre as causas do conflito estavam, de um lado, a desobediência de sobas e macotas contra o rei Jinga Ndala Kamana e as queixas dos moradores de Ambaca acerca dos roubos dos jingas e, do outro, a união de parte da nobreza jinga contra a efetiva presença portuguesa nas feiras e rotas de comércio dos jingas. Essa insatisfação, liderada pelo soba Quiluanje Quiassamba, um membro relevante da nobreza, culminou com a invasão do presídio de Ambaca pelos jingas. Foi a concretização da tomada de um presídio que desde sua fundação havia sido uma afronta ao reino do Ndongo. No entanto, sendo declarada a guerra, as terras de Quiluanje Quiassamba foram conquistadas pelas tropas lusas e de guerra preta e lá se fundou um novo presídio, o de Duque de Bragança, nas terras de Quiluanje Quiassamba. Apesar das guerras e do discurso de vitória produzido pelos lusos, após cada conflito, os jingas não foram vencidos. Já após a guerra da década de 1830, mesmo com a instalação de um novo presídio, o de Duque de Bragança, e a divulgação de vitória e dominação, até em jornal do outro lado do Atlântico, o rei jinga e os nobres de seu reino mantiveram sua posição de importância política naqueles sertões.

De modo geral, eles continuaram atacando e tomando as fazendas dos pumbeiros, comercializando com os mubires (comerciantes vilis) de Loango e com o povo do maniquitungo de Ambriz, adquirindo mercadorias trazidas por navios de outras nações europeias, enviando escravizados para os portos ao norte de Luanda e até ameaçando tomar o presídio de Ambaca, o maior e mais rico enclave luso. Portanto, houve uma resistência, ou a constante demarcação de sua soberania, por parte das chefias jingas, o que renovava suas influências naqueles sertões e a aparência de invencibilidade dos titulares jingas. Foi ainda com força e respeito que eles foram retratados pelos viajantes e exploradores no fim do século XIX. E, apesar da narrativa lusa de vitória, não houve vitória.

⁵⁶⁸ Idem, p. 23.

Este trabalho teve como objetivo analisar as várias estratégias dos governantes do reino jinga do Ndongo e da Matamba para manter o controle sobre suas terras e, principalmente, sobre seu comércio. Atacar e conciliar parece ter sido uma política de governo, que rememorava as ações de Njinga Mbandi, e também reproduzia as formas de “fazer política” das chefias, sobas e jagas daqueles sertões. A partir das rainhas e reis jingas foi possível adentrar esses sertões, conhecer as dinâmicas comerciais,

Ainda fazendo uma comparação entre a política de Njinga Mbandi e das Jingas, suas sucessoras, é possível notar uma diferença notável e outros pontos em comum. A diferença é em relação ao tratado de vassalagem. Acredita-se que Njinga Mbandi tenha assinado acordos de paz mas nenhum tratado de vassalagem com os portugueses. Por outro lado, dentro do recorte desta pesquisa, diferentes Jingas concordaram em firmar acordos de vassalagem com o rei de Portugal. Um ato significativo mas que, na prática, e claramente, não mudou a política e nem significou a submissão dessas soberanas e soberanos.

Por sua vez, em relação às semelhanças, nota-se a continuidade da representação de Matamba como terra soberana que acolhia e protegia os escravizados fugidos das áreas lusas e a participação contundente dos jingas no tráfico atlântico de pessoas. Nesse sentido, é possível que acolher os fugitivos fosse uma forma desses soberanos demarcarem sua autonomia e poder, ao mesmo tempo em que angariavam aliados e combatentes para seus *kilombos*, seus acampamentos militares. Já o segundo ponto, é em relação ao comércio. Assim como no tempo de Njinga, o reino da Matamba e do Ndongo teve um papel importante no fornecimento de escravizados para diversas rotas comerciais com destino ao litoral nos séculos XVIII e XIX. As pessoas escravizadas negociadas tanto vinham da Lunda quanto dos próprios territórios jingas. Sendo que, nesse último caso, as vítimas eram os criminosos sentenciados com pena de morte ou os endividados, que tiveram de pagar o que deviam com a escravização.

Ao mesmo tempo que o dito reino foi um grande reino traficante, também pode ter sido a terra de origem de grande parte das vítimas do tráfico atlântico. Enquanto os soberanos utilizaram ora do conflito bélico ora da diplomacia com os lusos e com as demais populações nativas para se fortalecer ou apenas se manter no poder, a maioria da população deve ter vivido a insegurança pela possibilidade da captura, do desterro, da migração forçada e da passagem - quase sempre – sem retorno para outro continente.

Foi com esse jingas que os portugueses precisaram, por expressivas vezes, dissimular e negociar a paz do comércio do século XVII ao XIX. Eles não tinham outra opção. Nesse sentido, é preciso apontar que, apesar do desterro causado pelo tráfico atlântico, da escravização, das guerras e das políticas de extermínio coloniais, a resistência jinga adentrou o século XX.

Em 1870, durante a viagem de Ivens e Capelo, um homem da região que integrava a comitiva dos explorados alertou que com os sobas de Jinga não se deveria brincar. Na terra dos jingas era preciso andar com atenção. Na verdade, a contar por tudo o que foi narrado e analisado nesta tese, podemos afirmar, categoricamente que com as Jingas e os jingas não se brincava desde o século XVII.⁵⁶⁹

Afinal, eles existem e resistem até os dias atuais⁵⁷⁰. Com a presença lusa na África Central, os jingas foram roubados, assassinados, escravizados, tiveram o comércio arrancado de seu domínio mas não foram vencidos. Até a segunda metade do século XIX, como visto, os soberanos jingas ainda eram influentes nos sertões angolanos e a memória das rainhas Jingas deve ter mantido acesa a chama da resistência contra os portugueses que, passo-a-passo, dominavam aqueles sertões.

⁵⁶⁹ Foge ao escopo deste trabalho analisar a presença dos jingas em Angola a partir do século XX. No entanto, Cem anos depois, em 1970, um relatório confidencial do Estado Novo português apontava que a etnia jinga tinha como seu “patrimônio histórico” as histórias passadas de geração para geração acerca dos feitos guerreiros “dos homens da rainha Jinga”. A fim de destacar os “aspectos políticos-subversivos” desse povo, o desconhecido autor do relatório relacionou a presença predominante dos jingas na Baixa de Cassanje, e suas “surpestições”, com a revolta dos trabalhadores agrícolas em 4 de janeiro de 1961. Esse movimento da Baixa de Cassanje e o terrível massacre empreendido pela repressão colonial pode ser tido como um prelúdio da luta de independência angolana. Ver também SILVEIRA, Anabela. **A Baixa de Cassange**: o prenúncio da luta armada. Natal: Revista Porto (UFRN). Volume 2, n. 3, 2013.

⁵⁷⁰ Pela internet é possível acompanhar o projeto do jornalista angolano Miguel Neto que se debruça em visitar e entrevistar essa população, bem como buscar a valorização do território que guarda os túmulos do Ngola a Kiluanje e de Njinga Mbandi. Apesar de se tratar realmente da localidade onde Heywood entrevistou o rei Jinga em 2011, o rei retratado no vídeo feito por Miguel Neto denomina-se Ngola Kiluanje. Ver: <https://www.youtube.com/watch?v=1YaN6-ygAR0&t=1051s>. Acesso em: 10 mar. 2023.

FONTES

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO – Seção Angola

- Cx. 16, d. 1764, 27 de novembro de 1693.
 - Cx. 20, d. 2053, 13 dezembro 1709: Carta do governador de Angola (Antonio de Saldanha de Albuquerque Castro e Ribafria) para o capitão-mor do presídio de Pedras.
 - Cx.20, d. 2058, 26 setembro 1710: Carta do governador de Angola (Antonio de Saldanha de Albuquerque Castro e Ribafria) ao rei falando mais sobre os conflitos entre o Jaga e o *ngolambole* de Jinga
 - Cx. 26, D. 2569, Carta do governador de Angola Paulo Loureiro de Albuquerque ao rei de Portugal: 26 de setembro de 1727.
 - Cx. 34, d. 3225: 16 de agosto de 1739
 - Cx. 37, d. 3520, “Termo do que se determinou na Junta que se fez sobre se castigar a rainha Ginga”, 13 de abril de 1744.
 - Cx. 38, d. 3580, carta de João Jacques de Magalhães ao rei de Portugal, 31 de agosto de 1745.
 - Cx. 39, doc. 3681: 16 de agosto de 1748
 - Cx. 40, doc. 3805: 1 de julho de 1751.
 - Cx. 41, doc 3846
 - Cx. 40, doc. 3734
 - Cx. 40, doc. 3805
 - Cx. 43, doc 3988: 23 de março de 1755.
 - Cx. 50, d. 29: 18 de julho de 1766.
 - Cx. 52, doc. 4808: Ofício do governador D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho ao secretário de Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, 16/12/1767.
 - Cx. 60, doc. 5: 31 de maio de 1774.
 - Caixa 68, doc. 57.
 - Cx. 136, d. 9719, “mapa do presídio de Ambaca e sua jurisdição” - 28 de fevereiro de 1817
 - Cx. 136, d. 9725, 2 de março de 1817.
-
- cota antiga cx. 37, doc 58, cota nova cx. 40, doc 3780.
 - cota antiga cx. 37, doc 108, cota nova cx. 41, doc 3817
 - cota antiga cx. 38, doc 10 e doc 85, cota nova cx. 41, doc 3846
 - cota antiga cx. 40, doc 32, cota nova cx. 43, doc 3988
 - cota antiga cx. 40, doc 25, cota nova cx. 43, doc 3982
 - cota antiga cx. 40, doc 72 e 73, cota nova cx. 43, doc 4015
 - cota antiga cx. 41, doc. 39,3,4 e 41, cota nova cx. 44, doc. 4109.
 - cota antiga cx. 41, doc. 69, cota nova cx. 45, doc 4132: Carta do governador D. Antonio Alvares da Cunha ao rei acerca dos boatos de que o capitão-mor era parente da Rainha Jinga, Domingos Ferreira de Assunção, 23 de janeiro de 1758.
 - cota antiga cx. 42, doc. 89, cota nova cx. 45, doc. 4209: Carta do governador Antônio de Vasconcelos sobre vários assuntos ao secretário de Estado João José de Lima – 10 de novembro de 1759.
 - cota antiga cx. 41, doc. 39,3,4 e 41, cota nova cx. 44, doc 4109.
 - cota antiga cx. 42, doc. 56, cota nova cx. 45, doc 4209: Carta do governador D. Antonio de Vasconcelos em 28 de março de 1759
 - cota antiga Cx. 167, doc. 57, cota nova Cx. 172, doc. 12.807, 14/12/1830

- Códice 1627 (1790-91): ofícios para os presídios e distritos escritos no governo de Manoel de Almeida e Vasconcelos (doravante Cód 1627), 30 de janeiro de 1791, fl. 81.
- Códice 1627, 17 de novembro de 1790, Fl. 23
- Códice 1628, fl. 2v.
- Códice 1631 (1791-92): Carta do governador Manoel de Vasconcelos ao Jaga Calandula, 2 de novembro de 1795, fl. 202 v.
- Códice 1631: 15 de março de 1795, fl. 58.
- Códice 1632: carta do governador Manoel de Almeida Vasconcelos “para a rainha Ginga D. Anna Morile Acabango”, 21 de julho de 1796, fl. 88.
- Códice 1632: carta do governador Manoel de Almeida Vasconcelos para o capitão-mor regente de Ambaca Joaquim José da Silva, 7 de fevereiro de 1796, fl. 14v.
- Códice 1632: carta do governador Manoel de Almeida Vasconcelos para o capitão-mor regente de Ambaca Joaquim José da Silva, 10 de maio de 1796, fl. 50v.
- Códice 1632: carta do governador Manoel de Almeida Vasconcelos para o capitão-mor de Ambaca Joaquim José da Silva, 10 de agosto de 1796, fl. 98v-99.
- Códice 1632: carta do governador para o tenente-regente de Pedras Joaquim Xavier, 20 de abril de 1797, fl. 257v-258.
- Códice 1634, Representação de negociantes da praça de Luanda. 22 de agosto de 1792, fl. 93-96v.
- CONSULTAS DE ANGOLA, livro 1, código 554: Fl. 16v, consulta de 12 de fevereiro de 1678.
- CONSULTAS DE ANGOLA, livro 1, cód 554: Fl. 29v.
- CONSULTAS DE ANGOLA, livro 1, cód 554: Fl. 33v:
- CONSULTAS DE ANGOLA, livro 1, código 554, Fl. 63
- CONSULTAS DE ANGOLA, cód 481, Fl. 5-7. Consulta de 29 de outubro de 1785
- CONSULTAS DE ANGOLA, código 481, Consulta de 5 de dezembro de 1791, Fl. 10v-11
- SEMU-CU, PROCESSOS DAS CONSULTAS, Cx. 31, D. 1079 (1L-CODG)

ARQUIVO HISTÓRICO NACIONAL DE ANGOLA

- Códice 81, fls. 127-128v
- Códice 79-A-17-2: Carta de Sousa Coutinho a Pedro de Matos Coutinho, escrivão das terras de Jinga e Holo, 9 de setembro de 1767, fl. 38v.
- Códice 253-C-10-5, Ofícios do Exterior: carta de José de Siabra da Silva a Manoel de Almeida Vasconcelos, 21 de novembro de 1791, fl. 32-37.
- código 82, Carta do governador de Angola, 14 de novembro de 1787, fl. 80.
- código 240, carta do governador para o rei Jinga: 19 de fevereiro de 1807, fls. 48-49.
- cód. 5509, Assento da junta de comercio de Angola: 2 de julho de 1807, fls. 46-47

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO

- Ministério do Reino, maço 605. Correspondência recebida de Angola (1760-1805), documentos sem paginação, localização digital m005-0016. Carta do governo Antonio de Vasconcelos a Tomé Joaquim da Costa Corte Real. Ministério do Reino, mç. 605, nº 1, 06 de maio de 1760.
- Ministério do Reino, maço 605. Correspondência recebida de Angola (1760-1805), documento sem paginação, localização digital m0285-m0287. Carta de Sousa Coutinho a Francisco Xavier Mendonça Furtado, 7 de março de 1768.
- Condes de Linhares liv. 50, 1º v., “Carta escrita a muito ilustre D. Anna Guterres, rainha do Dongo e Matamba” (26 de maio de 1765), fl. 132v.
- Condes de Linhares liv. 50, 1º v., “Carta ao capitão de granadeiros José de Souza, regente de Ambaca”, fl. 133.
- Condes de Linhares liv. 50, 1º v., “Tratado de sujeição, obediência e fidelidade ao muito alto e poderoso rei fidelíssimo de Portugal e dos Algarves, D. José o 1º, nosso senhor e seus reais sucessores que novamente faz a rainha do Dongo e Matamba D. Anna Guterres, nas mãos do Ilmo. e Exmo. Governador e capitão-general de Angola D. Francisco Inocêncio de Souza Coutinho por seus embaixadores Portazio Cahue Canamboa, Tulo Nabingue e Ngola Cabuy.”, fl. 134.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

- PADAB, Acervo Histórico de Angola, Cartas régias 1759-1801: Códice nº 3259, cota 10/A-2-12, “Bando sobre a formalidade com que se deve negociar nos sertões de Angola”. 7 de julho de 1762.
- PADAB, Acervo Histórico de Angola, Cartas régias 1759-1801: Códice nº 3259, cota 10/A-2-12, Carta de Antonio de Vasconcelos para Sua Majestade sobre “as feiras e regulação dos bandos”, 9 de julho de 1762.
- PADAB, Acervo Histórico de Angola, Cartas régias 1759-1801: Códice nº 3259, cota 10/A-2-12. Termo da 1ª Conferência feita a 10 de julho de 1764.
- PADAB, Acervo Histórico de Angola, Cartas régias 1759-1801: Códice nº 3259, cota 10/A-2-12, “Carta circular para os capitães de Encoge, Ambaca, Cambambe, Pedras e Massangano à respeito de feiras, boa arrecadação das fazendas dos negociantes falecidos e outros objetos da polícia e bem do comércio”, 12 de julho de 1764.
- PADAB, Acervo Histórico de Angola, Cartas régias 1759-1801: Códice nº 3259, cota 10/A-2-12, Carta para o jaga de Cassanje escrita a 26 de julho de 1789, fl. 119.
- PADAB, Acervo Histórico de Angola, Cartas régias 1759-1801: Códice nº 3259, cota 10/A-2-12, Carta para o jaga de Cassanje escrita a 26 de julho de 1789, fl. 124.
- PADAB, Acervo Histórico de Angola, Cartas régias 1759-1801: Códice nº 3259, cota 10/A-2-12, “Termo de fidelidade e vassalagem que jurou o jaga de Cassanje na presença do embaixador Marcos Pereira Bravo, 19 de dezembro de 1789”, fl. 139-144.

- PADAB, Acervo Histórico de Angola. Códice nº 3259, cota 10/A-2-12. Carta escrita pelo Exmo. Sr. Manoel de Almeida Vasconcelos ao Jaga de Cassanje em 17 de novembro de 1790.

BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA

SANTOS, Garcia Frago dos. **Compendio dos fatos mais notáveis da campanha da Ginga determinada pelo Ilmo e Exmo sr. Manoel Bernardo Vidal, governador geral desta província de Angola, por ocasião dos inauditos procedimentos de Quiluanje Quiassamba feudatário do rei Ginga, com as ordens do dia dos comandantes gerais das forças, concorridas da cidade de Luanda e diversos presídios e distritos.** Biblioteca Nacional de Lisboa, 1839.

HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL

O Despertador: Diario Commercial, Politico, Scientifico e Litterario (RJ): 9 de março de 1839.

FONTES IMPRESSAS

Anais do Conselho Ultramarino – Parte Não-oficial- Série I (fevereiro de 1854 a dezembro de 1858). Lisboa: Imprensa Nacional, 1867. Google books: <
https://www.google.com.br/books/edition/_/8Ixz0TFSz68C?hl=pt-BR&gbpv=1>.

ANÔNIMO, **Elementos sobre a etnia Jinga da Baixa de Cassanje.** Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Angola, liv. 190, 1970.

AUTOR DESCONHECIDO. **Documentos inéditos: “Notícias do país de Quissama...”** In: Annaes marítimos e coloniaes. Associação Marítima e colonial - Parte Não Oficial, 5ª série. Lisboa: Imprensa Nacional, 1845.

CADORNEGA, Antonio de Oliveira. **História Geral das Guerras Angolanas.** Tomo II. Agência Geral das Colônias, 1940.

CARVALHO, Henrique A. D. de. **O Jagado de Cassanje na província de Angola.** Lisboa: Tipografia de Christovão Augusto Rodrigues, 1898.

CAPELLO, Hermenegildo; IVENS, Roberto. **De Benguella ás terras de Iácca: descrição de uma viagem na Africa central e occidental. Compreendendo narrações, aventuras, e estudos importantes sobre as cabeceiras dos rios Cunene, Cubango, Luando, Cuanza e Cuango, e de grande parte do curso dos dois ultimos; alem da descoberta dos rios Hamba, Cauali, Sussa e Cugho, e larga notícia sobre as terras de Quiteca, N'bungo, Sosso, Futa, e Iácca.** Imprensa Nacional, 1881, Volume 2.

CORDEIRO DA MATTA, Joaquim Dias. **Ensaio de dicionário de kimbundu-português.** Lisboa: Typographia e Stereotypia Moderna da Casa Editora Antonio Maria Pereira, 1893.

CORREIA, Elias Alexandre da Silva. História de Angola. In: PEREIRA, Magnus Roberto de Mello; e CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho da. **Elias Alexandre da Silva Correia: um militar brasileiro em Angola.** Curitiba: Editora UFPR, Coleção Ciência e Império, volume 3, 2014.

GIL, Antônio. **Considerações sobre alguns pontos mais importantes da moral religiosa e sistema de jurisprudência dos pretos do continente da África Ocidental portuguesa além**

do Equador, tendentes a dar alguma ideia do carácter peculiar das suas instituições primitivas numa série de memórias. Lisboa: Tipografia da Academia, 1854.

LIMA, José Joaquim Lopes de. **Ensaio sobre a estatística das possessões portuguesas na África Ocidental e Oriental; na Ásia Ocidental; na China e na Oceania: escritos de ordem do governo de Sua Majestade Fidelíssima a Senhora D. Maria II.** Lisboa: Imprensa Nacional, 1844.

MENESES, Sebastião Lopes de Calheiros e. **Relatório do Governador Geral da Província de Angola referido ao ano de 1861.** Lisboa: Imprensa Nacional: 1867.

SÁ DA BANDEIRA, Visconde. **Fatos e considerações relativas aos direitos de Portugal sobre os territórios de Molembo, Cabinda e Ambriz e mais lugares da Costa Ocidental da África.** Lisboa: Imprensa Nacional, 1855.

SANTARÉM, Visconde de. **Demonstração dos Direitos que tem a Coroa de Portugal sobre os territórios situados na Costa Ocidental da África entre o 5º grau e 12 minutos e o 8º de latitude meridional e por conseguinte aos territórios de Molembo, Cabinda e Ambriz.** Lisboa: Imprensa Nacional, 1855.

TORRES, João Carlos Feo Cardoso de Castelo Branco e. **Memórias contendo a biografia do vice-almirante Luiz da Motta Feo e Torres,** a história dos governadores e capitães-generais de Angola, desde 1575 a 1825 e a Descrição Geográfica e Política dos reinos de Angola e Benguela. Paris, 1825.

ZUCHELLI DA GRADISCA, Antonio. **Relazioni del viaggio, e Missione di Congo nell' Etiopia Inferiore Occidentale, del P. Antonio Zucchelli da Gradisca, Predicatore Capuccino della provincia di Stiria, e già Missionario Apostolico in detto Regno.** Venezia: Per Bartolomeo Giavarina, al Ponte del Lovo, 1712.

REFERÊNCIAS

ADÉSÍNÀ, `Jimí O. Re-appropriating Matrifocality: Endogeneity and African Gender Scholarship. **African Sociological Review / Revue Africaine de Sociologie**, vol. 14, n. 1 (2010), pp. 2-19. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/24487539>. Acesso em: 16 ago. 2024.

ALBUQUERQUE, Aline Emanuelle De Biase. **A revolta dos “escravos” do rei Ginga**: um episódio de resistência durante a expansão do comércio atlântico de escravizados em Angola (c. 1810-c.1830). UFRGS: 10º Encontro escravidão e liberdade no Brasil Meridional, 2021.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes**: formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALFAGALI, Crislayne. Conflito de terras nos sertões de Angola: estudo de caso da disputa pelas terras de Ilamba, século XVIII. **Revista de História**, São Paulo, n. 178, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rh/a/dJmrV4mQRWRqpGZ7hTtXgjd/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 5 jan. 2023.

ALFAGALI, Crislayne. **Ferreiros e Fundidores da Ilamba**: uma história social da fabricação de ferro e da Real Fábrica de Nova Oeiras (Angola, segunda metade do séc. XVIII). Luanda: Fundação Dr. Antonio Agostinho Neto, 2018.

ALFAGALI, Crislayne. **O “Método dos Antepassados”**: notas sobre a história dos sobados do Reino de Angola (séculos XVII e XVIII). In: REGINALDO, Lucilene. FERREIRA, Roquinaldo (Orgs.). **África, Margens e Oceanos**: perspectivas de História Social. Campinas: Editora da Unicamp, 2021.

ALMEIDA, Carlos. A maravilhosa conversão da rainha Njinga e o discurso etnográfico na literatura missionária dos capuchinhos. In: PANTOJA, Selma; BERGAMO, Edvaldo A; SILVA, Ana Claudia (org.). **Angola e as Angolanas**: Memória, sociedade e cultura. São Paulo: Intermeios. Brasília: PPGDSCI; FAPDF, 2016.

ALMEIDA, Carlos. “Habitantes desta negra Etiópia, descendentes de Ham” – a maldição de Ham na literatura missionária sobre a região centro-ocidental do continente africano (sécs. XVI-XVII). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul: **Estudos Ibero-Americanos**, vol. 44, núm. 3, 2018, Setembro-Dezembro, p. 409-420. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/1346/134658381003/134658381003.pdf>. Acesso em: 20 set. 2024.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Da invisibilidade étnica à etnogênese: histórias e identidades de índios e negros em abordagem articulada e comparativa. **História**, São Paulo, v.40, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/hG4cWdFNyyZ4p6JZWbM8L3j/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 9 abr. 2022.

ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro de. O feminino ao leste do Atlântico. Vendedeiras, regateiras, peixeiras e quitandeiras: mulheres e trabalho nas ruas de Lisboa e Luanda (séculos XVI-XVIII). In: GUEDES, Roberto (org.). **África: brasileiros e portugueses (séculos XVI-XIX)**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2013.

AMADIUME, Ifi. **Re-Inventing Africa: Matriarchy, Religion and Culture**. London & New York: Zed Books Ltd., 1997.

APPIAH, Kwame A; GATES JR, Henry L. **Encyclopedia of Africa**. Volume 1. Oxford University Press, 2010.

BARTH, Fredrik. **Grupos étnicos e suas fronteiras**. In: FENART-STREIFF, Jocelyne. POUTIGNAT, Philippe. **Teorias da Etnicidade**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

BATSÎKAMA, Patrício. **O poder no feminino**. Luanda: Solwidi, 2022.

BATSÎKAMA, Patrício. O poder político entre os mbundu. **Sankofa**, São Paulo, 9(16), 2016.

BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo (orgs.). **A Expansão Marítima Portuguesa, 1400-1800**. Cambridge University Press, 2007.

BÔAS, Felipe Vilas. **Entre conflitos e prudências: africanos e portugueses nas Campanhas de Kassanje (1850-1862)**. Anais do XVIII Encontro Regional de História da ANPUH-PR: “Nações, povos e territórios: configurações e reconfigurações”, 2022.

CAMPOS, Fernando. A data da morte da Rainha Jinga D. Veronica I (primeira parte). **África: Revista do Centro de Estudos Africanos (USP)**, São Paulo, nº 4, 79-103, 1981. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/africa/article/view/90849>. Acesso em: 9 mar. 2021.

CAMPOS, F. A data da morte da rainha Jinga D. Verônica (segunda parte). **África: Revista do Centro de Estudos Africanos (USP)**, São Paulo, [S. l.], n. 5, p. 72-104, 1982. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/africa/article/view/90865>. Acesso em: 9 mar. 2021.

CAMPOS, F. A data da morte da rainha Jinga D. Verônica I (terceira parte). **África: Revista do Centro de Estudos Africanos (USP)**, São Paulo, [S. l.], n. 6, p. 89-128, 1983. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/africa/article/view/90877/93543>. Acesso em: 9 mar. 2021.

CAMPOS, F. Conflitos da dinastia Guterres através da sua cronologia. **África: Revista do Centro de Estudos Africanos (USP)**, São Paulo, 27-28: 23-43, 2006/2007. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/africa/article/view/96061/95298>. Acesso em: 12 mar. 2021.

CÂNDIDO, Mariana. **Women's Material World in Nineteenth Century Benguela**. CÂNDIDO, Mariana P; JONES, Adam. **African Women in the Atlantic World: Property, Vulnerability & Mobility, 1660-1880**. Suffolk: Boydell Brewer, 2019.

CÂNDIDO, Mariana P. Jagas e Sobas no “Reino de Benguela”: vassalagem e criação de novas categorias políticas e sociais no contexto da expansão portuguesa na África durante os séculos XVI e XVII. In: RIBEIRO, Alexandre Vieira; GEBERA, Alexsander; BERTHET, Marina (org.). **África: histórias conectadas**, Niterói: PPGHISTÓRIA-UFF, 2015.

CÂNDIDO, Mariana. O limite tênue entre liberdade e escravidão em Benguela durante a era do comércio transatlântico. **Afro-Ásia**, Salvador, nº 47, p. 239-268, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21283>. Acesso em: 21 fev. 2022.

CÂNDIDO, Mariana. **Women in Angola**. Oxford Research Encyclopedia of African History. Oxford: Oxford University Press, 2018.

CÂNDIDO, Mariana. Women's material world in Nineteenth Century Benguela. CÂNDIDO, Mariana P; JONES, Adam. **African Women in the Atlantic World: Property, Vulnerability & Mobility, 1660-1880**. Suffolk: Boydell Brewer, 2019.

CÂNDIDO, Mariana; RODRIGUES, Eugênia. African Women's Access and Rights to property in the Portuguese Empire. **African Economic History**, University of Wisconsin Press, v. 43, 2015, pp. 1-18. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/44329624>. Acesso em: 2 ago. 2024.

CARVALHO, Ariane. **Guerra nos sertões de Angola: sobas, guerra preta e escravização (1749-1797)**. 2020. Tese (doutorado) - Instituto de História, Programa de Pós Graduação em História Social - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8854225. Acesso em: 24 jul. 2023.

CARVALHO, Ariane. Protagonistas das batalhas: a guerra preta de Angola. **Revista Crítica Histórica**, 12 (24), 40-68, 2021. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/criticahistorica/article/view/13071>. Acesso em: 5 jul. 2023.

CARVALHO, Flávia Maria de. **Os homens do rei em Angola: sobas, governadores e capitães mores, sécs. XVII e XVIII**. 2013. Tese (Doutorado) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/219/Carvalho%2c%20Flavia-Tese-2013.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 21 ago. 2022.

CARVALHO, Flávia Maria de. Uma saga no sertão africano: o jaga de Cassange e a diplomacia comercial portuguesa no final do século XVIII. In: DEMETRIO, Denise; SANTIROCCHI, Ítalo; GUEDES, Roberto (orgs.). **Doze capítulos sobre escravizar gente e governar escravos: Brasil e Angola, séculos XVII-XIX**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

CARVALHO, Henrique Augusto Dias de. **Etnografia e história tradicional dos povos da Lunda**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1890.

CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. Trabalho, cotidiano, administração e negociação numa feitoria do tráfico no rio Benim em 1837. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 53, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/22471>. Acesso em: 10 abr. 2021.

CAPELA, José. **Donas, Senhores e Escravos**. Porto: Edições Afrontamento, 2019.

COHEN, Ronald. Oedipus rex and regina: the queen mother in Africa. Cambridge University Press. **Africa: Journal of the International African Institute**, v. 47, n. 1, 1977. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1159191>. Acesso em: 29 ago. 2024.

COLLO, Paolo. **Sogno: Bamba, Pemba, Ovando E Altre Contrade Dei Regni Di Congo, Angola E Adiacenti**. Ricci, 1986.

CORRÊA, Carolina Perpétuo. População e Sociedade no presídio de Cambambe, Angola, durante as últimas décadas de licitude do comércio atlântico de escravos (1797-1829). São Cristóvão: **Ponta de Lança** - Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura, v.12, n. 23, p. 118-165, jul. - dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/pontadelanca/article/view/9473>. Acesso em: 4 fev. 2023.

CORREIA, Elias Alexandre da Silva. **História de Angola**. Lisboa, 1782. In: PEREIRA, Magnus Roberto; CRUZ, Ana Lúcia. **Elias Alexandre da Silva Correia: um militar brasileiro em Angola**. Curitiba: Editora UFPR, 2014, v. 3.

COUTO, Carlos. **Os capitães-mores em Angola no século XVIII: subsídio para o estudo da sua actuação**. Instituto de Investigação Científica de Angola, 1972.

CURTO, José. Resistência à escravidão na África: o caso dos escravos fugitivos recapturados em Angola, 1849-1876. **Afro-Ásia**, Salvador, n.33, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21101>. Acesso em: 5 abr. 2022.

DELGADO, Ralph. **História de Angola**. Edição do Banco de Angola, 1971, v. 4.

DIAS, Jill. Mudanças nos padrões de poder no “hinterland” de Luanda: o impacto da colonização sobre os mbundu (c. 1845-1920). **Penélope**. Fazer e desfazer a história, n.14, p. 43-91, 1994. Disponível em: <https://run.unl.pt/handle/10362/2517>. Acesso em: 23 abr. 2024.

DOMINGUES DA SILVA, Daniel B. **The Atlantic Slave Trade from West Central Africa (1780-1867)**. Cambridge University Press, 2017.

FARRAR, Tarikhu. The Queenmother, Matriarchy, and the Question of Female Political Authority in Precolonial West African Monarchy. **Journal of Black Studies**, v. 27, n. 5, 1997, pp. 579-597. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2784870>. Acesso em: 9 jul. 2024.

FERREIRA, Roquinaldo. Abolicionismo versus colonialismo: Rupturas e continuidades em Angola (século XIX). **Mulemba: Revista Angolana de Ciências Sociais**, 4 (8), 2014. Disponível em: <https://journals.openedition.org/mulemba/245>. Acesso em: 15 set. 2024.

FERREIRA, Roquinaldo. **Cross-Cultural Exchange in the Atlantic World: Angola and Brazil during the Era of the Slave Trade**. Cambridge University Press – African Studies, 2012.

FERREIRA, Roquinaldo. Biografia, mobilidade e cultura atlântica: a micro-escala do tráfico de escravos em Benguela, séculos XVIII-XIX. **Revista Tempo**, Dossiê: África, Niteroi, v. 10, n. 20, Jan. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/xpW7v4xTNYmq4D8LyxK7Tmt/?lang=pt>. Acesso em: 20 jun. 2023.

FERREIRA, Roquinaldo. **Dinâmica do comércio intracolonial: Geribitas, panos asiáticos e guerra no tráfico angolano de escravos (século XVIII)**. In: FRAGOSO, João. BICALHO, Maria Fernanda. GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). **O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FERREIRA, Roquinaldo. O Brasil e a arte da guerra em Angola (sécs. XVII e XVIII). **Revista Estudos Históricos** (Brasil-África): v.1, n. 39, 2007. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/1400/752>. Acesso em: 7 jun. 2022.

FIGUEIREDO, João. **Política, escravatura e feitiçaria em Angola (séculos XVIII e XIX)**. 2015. Tese (Doutorado), Universidade de Coimbra. Disponível em: <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/29906>. Acesso em: 25 jun. 2023.

FREUDENTHAL, Aida. **Os quilombos de Angola no século XIX: a recusa da escravidão**. Estudos Afro-asiáticos, n. 32, 1997.

FREUDENTHAL, Aida. **Sobas, conquistadores e ‘peças d’Índias’, 1619-1630.** In: PANTOJA, Selma. THOMPSON, Estevam C. **Em torno de Angola: narrativas, identidades e as conexões atlânticas.** São Paulo: Intermeios, 2014.

FONSECA, Mariana Bracks. **Ginga de Angola: Memórias e representações da rainha guerreira na diáspora.** Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2018.

FONSECA, Mariana Bracks. **Jinga, várias rainhas e uma etnogênese: construção das identidades em Angola.** In: NASCIMENTO; Washington Santos et al. **Áfricas: política, sociedade e cultura.** Rio de Janeiro: Edições África, 2016.

FONSECA, Mariana B. **Nzinga Mbandi contra os portugueses em Angola.** Século XVII. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011.

FONSECA, Mariana Bracks. **Nzinga Mbandi e as guerras de resistência em Angola.** Século XVII. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2015.

GERVAIS, Raymond R. CURTO, José C. A dinâmica demográfica de Luanda no contexto do tráfico de escravos do Atlântico Sul, 1781-1844. **Topoi**, Rio de Janeiro, 3(4), 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/k43JqJDzMMQ5rTm4D7kycYS/>. Acesso em: 6 ago. 2023.

GUEDES, Roberto. CARVALHO, Ariane. **Muxiluandas: memória política, escravidão perpétua, liberdade e parentesco (Luanda, século XVIII).** 1 ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2022.

GONÇALVES, Izabela Gomes. **A sombra e a penumbra: o vice-reinado do Conde da Cunha e as relações entre centro e periferia no Império português (1763-1767),** 2010. Dissertação (mestrado), Departamento de História - Universidade Federal Fluminense, Niterói. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/16909>. Acesso em: 9 jul. 2023.

HARTMAN, Saidiya. **Perder a mãe: uma jornada pela rota atlântica da escravidão.** 1ª ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

HEINTZE, Beatrix. **Angola nos séculos XVI e XVII: estudos sobre fontes, métodos e história.** Editorial Kilombelombe, 2007.

HEINTZE, Beatrix. **Fontes para a história de Angola do século XVII: I Memórias, Relações e outros manuscritos da coletânea documental de Fernão de Sousa, 1622-1635.** Franz Steiner Verlag Wiesbaden GMBH Stuttgart, 1985.

HEINTZE, Beatrix. Historical Notes on the Kisama of Angola. **The Journal of African History**, v. 13, n. 3, Cambridge: 1972. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/180587>. Acesso em: 18 abr. 2023.

HEYWOOD, Linda. **Jinga de Angola: a rainha guerreira da África.** São Paulo: Todavia, 1ª ed., 2020.

ITO, Alec Ichiro. **Uma imagem multifacetada de “Angola” na década de 1620.** Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História, 2015.

KAPLAN, Flora Edouwaye (ed.). **Queens, Queen Mothers, Priestesses and Power: Case Studies in African Gender.** Annals of the New York Academy of Sciences, (810), Nova Iorque, New York Academy of Sciences, 1997.

LARA, Silvia Hunold. Depois da batalha de Pungo Andongo (1671): o destino atlântico dos príncipes do Ndongo. **Revista de História**, São Paulo, n. 175, p. 205-225, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rh/a/WwjgYpXN3FZY6HLYkgrRsyL/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 25 mar. 2022.

MACEDO, José Rivair. Jagas, Canibalismo e "Guerra Preta": os Mbangalas, entre o mito europeu e as realidades sociais da África Central do século XVII. **História**, São Paulo, v.32, n.1, p. 53-78, jan/jun 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/Fkm7w35xbMtSdSShjHwdh6y/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 12 jan. 2023.

MARTIN, Phyllis M. **The external trade of the Loango Coast (1576-1870): the effects of changing commercial relations of the Vili Kingdom of Loango**. Oxford: Clarendon Press, 1972.

MELLO, José Antônio Gonçalves. **João Fernandes Vieira: Mestre-de-campo do terço de infantaria de Pernambuco**. Lisboa: Comissão Nacional para as comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000.

MIGUEL, Gabriel de Souza. **Que se abram os sertões: um projeto político de centralização e livre comércio para o tráfico de cativos e a escravização em Angola (1753-1772)**, 2021. Dissertação (mestrado), Programa de Pós-Graduação em História - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://tede.ufrj.br/jspui/handle/jspui/6487>. Acesso em: 10 jul. 2023.

MILLER, Joseph C. **Poder político e parentesco: os antigos estados mbundu em Angola**. 1ª edição. Luanda: Arquivo Histórico Nacional – Ministério da Cultura, 1995.

MILLER, Joseph. **Way of death: merchant capitalism and the angolan slave trade 1730-1830**. Wisconsin: The University of Wisconsin Press, 1988.

MOBLEY, Christina Frances. **The Kongoles Atlantic: Central African Slavery & Culture from Mayombe to Haiti**. 2015. PhD dissertation. Department of History. Duke University, 2015. Disponível em: <https://dukespace.lib.duke.edu/server/api/core/bitstreams/4d8d5d26-d4e3-4cea-8ebb-237b651b3398/content>. Acesso em: 13 jan. 2023.

OLIVEIRA, Vanessa dos Santos. **Slave Trade and Abolition: Gender, Commerce, and Economic Transition in Luanda**. Madison: University of Wisconsin Press, 2021.

OYEWÙMÍ, Oyèrónké. **A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.

PANTOJA, Selma. Gênero e comércio: as traficantes de escravos na região de Angola. **Travessias**. Revista de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa, Lisboa n.4/5, 2004.

PANTOJA, Selma. Njinga a Mbande: Power and War in 17th-Century Angola. **Oxford Research Encyclopedia of African History**. Oxford University Press USA, 2020.

PANTOJA, Selma. **Nzinga Mbandi: Mulher, Guerra e Escravidão**. Brasília: Thesaurus, 2000.

PEPETELA, Lueji. **O Nascimento de um Império**. São Paulo: LeYa, 2015.

RODRIGUES, Eugénia. Chiponda, a senhora que tudo pisa com os pés. Estratégias de poder das donas dos prazos do Zambeze no século XVIII. **Anais de História de Além-Mar** (I),

Lisboa, CHAM, 2000, pp.101-132. Disponível em: <https://run.unl.pt/handle/10362/16062>. Acesso em 16 ago. 2024.

RODRIGUES, Eugénia. Rainhas, Princesas e Donas: formas de poder político das mulheres na África Oriental nos séculos XVI e XVIII. **Cadernos Pagu**, Dossiê História das Mulheres, Gênero e Identidades Femininas na África Meridional, Campinas, n. 49, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/jgXhN8XXwYNcvN4ck9cdb7H/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 ago. 2024.

SANTOS, Catarina Madeira. Escrever o poder: os autos de vassalagem e a vulgarização da escrita entre as elites africanas Ndembu. **Revista de História**, Dossiê África e América, São Paulo, n. 155, 2006. Disponível em: <https://revistas.usp.br/revhistoria/article/view/19035>. Acesso em: 2 dez. 2023.

SCHLEUMER, Fabiana. **Mulheres e Inquisição em Angola**: a história de Catarina Juliana. Centro de Humanidades: Anais de História de Além-Mar. Lisboa, 2020.

SEBESTYÉN, Evá; VANSINA, Jan. Angola's Eastern Hinterland in the 1750s: a text edition and translation of Manoel Correia Leitão's "Voyage" (1755-1756). **History in Africa**, v. 26, Jan. 1999. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3172145>. Acesso em: 5 jul. 2022.

SILVA, Alberto da Costa e. **A manilha e o Libambo**: a África e a escravidão, de 1500 a 1700, 2 ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

SILVA, Juliana Ribeiro da. **Homens de ferro. Os ferreiros na África Central no século XIX**. 2008. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-03092009-145620/publico/JULIANA_RIBEIRO_DA_SILVA.pdf. Acesso em: 12 mar. 2023.

SOUZA, Ioneide Maria Piffano Brion de. Cavazzi e o Enselvajamento de Nzinga Mbandi. **Revista Ars Historica**, ISSN 2178-244X, nº17, Jul/Dez. 2018. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ars/article/view/46617>. Acesso em 10 ago. 2024.

SOUZA, Marina de Mello e. A rainha Jinga de Matamba e o Catolicismo (África Central, século XVII). In: MILLÁN, José Martínez; LOURENÇO, María Paula Marçal (coords.). **Las relaciones discretas entre las Monarquías Hispana y Portuguesa: Las Casas de las Reinas (Siglos XV-XIX)**. Actas del Congreso Internacional, Madrid, 2007. Madrid: Polifemo, 2008, v. 3.

SOUZA, Marina de Mello e. **Kilombo em Angola**: Jagas, ambundos, portugueses e as circulações atlânticas. In: SANTOS, Vanicléa Silva; PAIVA, Eduardo França (org.). **África e Brasil no Mundo Moderno**. São Paulo: Annablume, 2013.

STOELTJE, Beverly J. Asante Queen Mothers: A Study in Female Authority. In: Kaplan, Flora E.S. (ed.). **Queens, Queen Mothers, Priestesses, and Power: Case Studies in African Gender**. New York, New York: New York Academy of Sciences, 1997.

THORNTON, John Kelly. **A África e os africanos na formação do mundo atlântico, 1400-1800**. Rio de Janeiro: editora campus, 2004.

THORNTON, John K. **A history of West Central Africa to 1850**. Cambridge, United Kingdom; New York, NY: Cambridge University Press, 2020.

THORNTON, John K. **Afonso I Mvemba a Nzinga King of Kongo: His life & Correspondence**. Indianapolis: Hackett Publishing Company, 2023.

THORNTON, John. Elite Women in the Kingdom of Kongo: Historical Perspectives on Women's Political Power. **The Journal of African History**, Cambridge University Press, New York, v. 47, n. 3, 2006, pp. 437-460. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/4501072>. Acesso em: 20 jul. 2023.

THORNTON, John K. Legitimacy and Political Power: Queen Njinga, 1624-1663. **The Journal of African History**, v. 32, Issue 01, mar. 1991. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/182577>. Acesso em: 1 ago. 2022.

THORNTON, John. **The Kongolese Saint Anthony: Dona Beatriz Kimpa Vita and the Antonian Movement, 1684-1706**. Cambridge, United Kingdom; New York, NY: Cambridge University Press, 1998.

VAINFAS, Ronaldo; SOUZA, Marina de Mello e. Catolização e poder no tempo do tráfico: o reino do Congo da conversão coroada ao movimento antoniano, séculos XV-XVIII. **Tempo**. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, v.3, n.6, dez/1998, pp. 95-118.

VANSINA, Jan. **How societies are born: governance in West Central Africa before 1600**. Charlottesville and London: University of Virginia Press, 2004.

VANSINA, Jan. The Foundation of the Kingdom of Kasanje. **The Journal of African History**, v. 4, n. 3, Cambridge, 1963. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/180028>. Acesso em: 5 jul. 2022.

WHEELER, Douglas. PÉLISSIER, René. **História de Angola**. Lisboa: Tinta da China, 2016.

ANEXO 1: Cronologia das Rainhas e Reis Jingas (Angola, séculos XVIII e XIX)

	JINGA	PERÍODO DE GOVERNO
1	Francisco Ngola Kanini	1671-1681
2	Verônica Ngola Kanini	1681 – c.1721
3	Afonso I	c.1721-1741
4	Juliana	1741-1742
5	Ana II	1742 – 1756
6	Verônica II	c. 1756 – c. 1758
7	Ana III	c. 1758 - 1765
8	Kalwete ka Mbandi (Francisco II)	1765 - ?
9	Ana Morile Acabango	c. 1790 - ?
10	Ngola Ndala Kamana	c. 1810-1837
11	Ngana Quissanga	1837-1830
12	Ngana Muheto	1830-

**ANEXO 2: Ilustração e descrição física dos jingas na obra de Capelo e Ivens
(1879, p. 51)**



TYPO JINGA

Sobre os jingas, os autores dizem:

“No geral são elegantes, bem conformados, mas franzinos, de cor carregada e uniforme”. Tem extremo desvelo nos penteados, assaz variáveis, compostos de um apanhado de cabelo na parte superior da cabeça, guarnecida de bandos (?), tranças, rufos e penachos com enfeites de latão em forma de espirais, chapas do mesmo metal, coralina, missangas etc. A proposito vem um detalhe interessante: é o da algibeira! Os jingas usam a algibeira na cabeça com a abertura por detrás. Da carapinha fazem um verdadeiro bolso, onde introduzem os pequenos objetos que se lhes oferecem (...)” (IVENS, CAPELO, 1879, p. 53)